



**AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO:
UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES,
MIRASSOL D'OESTE - MT**

Luis Florentino Silva

São Leopoldo

2010

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO

LUIS FLORENTINO SILVA

AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO:

Um Estudo de Caso no Assentamento Margarida Alves, Mirassol D'Oeste - MT

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Prof. coorientador Dr. José Odelso Schneider

Prof. orientador Dr. José Luis Bica de Melo

SÃO LEOPOLDO

FOLHA CATALOGRÁFICA

Luis Florentino Silva

AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO:

Um Estudo de Caso no Assentamento Margarida Alves, Mirassol D'Oeste - MT

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Aprovada em 10 de janeiro de 2011

BANCA EXAMINADORA

Dr. Ivaldo Gehlen

Dr. José Rogério Lopes

Dr. José Odelso Schneider – Coorientador – (UNISINOS)

Dr. José Luiz Bica de Melo – Orientador – (UNISINOS)

SÃO LEOPOLDO

2010

DEDICATÓRIA

Fui jovem e já sou velho,
Mas jamais vi o justo abandonado,
Nem seus filhos a mendigar o pão.
(SALMO 36, 25)

Às pessoas muito especiais que foram a razão maior para a conquista de mais esse degrau na busca por uma melhor qualificação na carreira do magistério, minha mais sincera gratidão: Aos meus pais camponeses, que dedicaram a vida aos filhos, tirando do solo o sustento de sua prole.

Aos meus nove irmãos, *in memóriam* Pedro e João, pessoas com quem compartilhei os sonhos de um dia vencer na vida, e que juntos, seja no trabalho do campo ou nas noites em que ficávamos estudando, quando já adulto para concluir o ginásio e o ensino médio por meio do ensino supletivo.

De forma especial à minha esposa, a grande incentivadora, e aos meus filhos Julielen e Jackson, a razão maior de acreditar que podemos construir um mundo melhor.

Ao professor e amigo José Odelso Schneider, pessoa que, com muita paciência e determinação, acompanhou minuciosamente cada passo desse trabalho, um grande entusiasta do cooperativismo. A todas as pessoas do assentamento Margarida Alves, pelo acolhimento, contribuição e colaboração, os quais não mediram esforços para passar as informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, seja por meio de entrevistas ou descontraídas conversas, sem se preocupar com o tempo dedicado.

RESUMO

O presente trabalho é o resultado de uma análise de um Estudo de Caso, a partir de um embasamento teórico, em que foram analisadas várias obras referentes ao assunto tratado, e após visitas de reconhecimento *in loco* na área de estudo, e posteriores conversas informais com diferentes pessoas, definiu-se a modalidade de coleta de dados, em que se optou por entrevistas abertas e semiestruturadas. Essas entrevistas bem como um questionário alternativo com múltiplas escolhas, foram aplicadas a um universo de 10% do total de famílias assentadas.

Com essas informações em mãos, e devidamente sintetizadas, foi elaborada a dissertação, tendo o assentamento Margarida Alves em Mirassol D'Oeste como objeto de estudo. Esse assentamento é resultante das mobilizações do MST, e a pesquisa em pauta buscou dar ênfase à importância da agricultura familiar como um instrumento na geração de emprego e renda, bem como a necessidade de essas famílias terem acesso aos requisitos mínimos para produzir e permanecer na terra. E como uma probabilidade para isso, buscou-se verificar qual a viabilidade de contribuição do trabalho a partir de associações e de uma cooperativa.

Sendo assim, a pesquisa procurou fazer um levantamento de dados que pudessem analisar o grau de percepção que essas famílias têm desses empreendimentos, bem como a sua importância na produção da agropecuária. Com base na análise dos dados coletados, por meio de entrevistas e do questionário fechado, foi possível fazer um cruzamento das informações obtidas das diferentes pessoas. Assim, foi possível verificar o grau de organização e interação que há no assentamento em relação à viabilidade de se desenvolver a sua produção a partir de associações ou cooperativas, bem como o conhecimento que os assentados têm para organizar tais empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: assentamento – mobilizações – agricultura familiar – associações – cooperativas – produção – agropecuária – organização.

ABSTRACT

This work is the result of an analysis of a case study from a theoretical basis, which were analyzed in several works related to the subject matter, and after recognition in loco visits in the study area, and subsequent informal conversations with different people, we defined the mode of data collection, which opted to open and semistructured interviews. These interviews as well as an alternative questionnaire with multiple choices were applied to a universe of 10% of families settled. With this information in hand, and appropriately synthesized, was elaborated dissertation, and the settlement Margarida Alves D'Oeste in Mirassol as an object of study. This settlement is the result of the mobilization of the MST, and the research in question sought to emphasize the importance of family farming as an instrument in generating employment and income, as well as the need for these families to have access to the minimum requirements to produce and stay on the ground. And as a chance to do so, we sought to determine how practical contribution from the work of

associations and cooperatives. Thus, the study sought to survey data that can analyze the degree of perception that these families have these ventures, as well as its importance in the production of agriculture. Based on analysis of data collected through interviews and questionnaire closed, it was possible to make a crossing of information from different people. Thus it was possible to verify the degree of organization and interaction that is in the settlement regarding the feasibility of developing its production from associations or cooperatives, as well as the knowledge that the settlers have to organize such enterprises.

KEY WORDS: settlement - demonstrations - family farms - associations - co - production - agriculture - organization.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativista Internacional.

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária.

ARPA – Associação Regional de Produtores Agroecológicos

BASA – Banco da Amazônia S/A

CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola.

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

COPAGRA – Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina Ltda.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Aprendizagem Rural.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FACUAL – Fundo de Apóio a Cultura do Algodão.

FAO – Organização Para a Alimentação e Agricultura.

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

MHJ – Microrregião Hidrográfica do Jauru

MST – Movimento dos Trabalhadores (as) Rural Sem Terra

ONGs – Organizações não Governamentais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIN – Programa de Integração Nacional

PNB – Produto Nacional Bruto

PROALMAT – Programa de Incentivo À Cultura do Algodão

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 - Os produtores do assentamento recebem assistência técnica de órgãos públicos (secretária municipal de agricultura) e (EMATER).....	141
Gráfico 2 - Frequência a escola nas diferentes etapas do ensino fundamental, médio e ensino superior.....	156
Gráfico 3 - No presente momento seu lote está sendo utilizado por qual atividade da agropecuária.....	174
Gráfico 4 - Demonstrativo da renda familiar.....	184

LISTA DE TABELA E QUADRO

TABELA 1- Suprimento brasileiro de algodão em pluma, 1985 – 2005.....	142
QUADRO 1 - Demonstrativo da evolução do cultivo de algodão na MHJ.....	143

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Uma típica casa cabocla muito comum por arrendatários na MHJ.....	127
FIGURA 2 – Residência de uma família do assentamento Margarida Alves	129
FIGURA 3 – Interior de uma residência no assentamento Margarida Alves	129
FIGURA 4 – Produtor em lavoura de milho ainda no campo.....	132
FIGURA 5 – Milho colhido e guardado a ser utilizado posteriormente.....	132
FIGURA 6 – Suíno (porco caipira) em seva para engorda.....	132
FIGURA 7 – Galinhas caipiras - criação na quase sua totalidade realizada por pequenos produtores.....	132
FIGURA 8 – Colheita de feijão com métodos tradicionais, usando trabalho braçal....	134
FIGURA 9 – Representação de uma grande extensão cultivada com algodão.....	144
FIGURA 10 – Colheita mecanizada de algodão.....	144
FIGURA 11 – Término da celebração de um culto em uma das Igrejas Católicas do assentamento Margarida Alves.....	146
FIGURA 12 – Trabalho de uma patrula realizando obras de manutenção em estrada vicinal no assentamento Margarida Alves.....	149
FIGURA 13 – Estrada vicinal em bom estado de conservação no assentamento Margarida Alves.....	149
FIGURA 14 – Grupo de senhoras em um dia de trabalho na microindústria do grupo das Margaridas no assentamento Margarida Alves.....	153
FIGURA 15 – Exposição dos produtos feitos pelas senhoras do grupo das Margaridas no assentamento Margarida Alves.....	153
FIGURA 16 – Cultivo de milho em uma propriedade com métodos tradicionais.....	158
FIGURA 17 – Cultivo de mandioca, cultura típica da agricultura familiar.....	158
FIGURA 18 – Cultivo de banana no assentamento Margarida Alves.....	172
FIGURA 19 – Botijão de hidrogênio de um grupo informal cujo objetivo é o desenvolvimento da reprodução bovina por inseminação.....	181
FIGURA 20 – Gado com procedência para a produção de leite.....	183
FIGURA 21 – Gado com procedência e aptidão para a pecuária de corte.....	183
FIGURA 22 – Produtor entregando o leite de sua propriedade em um resfriador no assentamento Margarida Alves.....	184
FIGURA 23 – Resfriador mantido por um grupo informal de produtores de leite do assentamento Margarida Alves.....	184
FIGURA 24 – Leite entregue de forma convencional à beira da estrada em tambor de 50 litros.....	192
FIGURA 25 – Leite entregue de forma convencional em pequena quantidade em um balde.....	192

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO DE SIGLAS	9
LISTA DE GRÁFICOS TABELA	10
LISTA DE TABELA E QUADROS	11
LISTA DE FIGURAS	12
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	23
1- DA AGRICULTURA TRADICIONAL AO AGRONEGÓCIO: UMA TRANSFORMAÇÃO NO CAMPO MATOGROSSENSE	24
CAPÍTULO II	36
2 AGRICULTURA FAMILIAR: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO	37
2.1 A importância da agricultura familiar no cenário mundial.....	37
2.2 Agricultura familiar e produção Autossustentável: a alternativa na produção de alimentos para o século XXI.....	40
2.3 Agricultura familiar: alternativa na produção de alimentos mais saudáveis.....	43
2.4. Os impactos da revolução verde e a busca pela revitalização do policultivo como alternativa de produção e equilíbrio ambiental.....	49
2.5 A produção por monocultivo e a dependência dos insumos agroquímicos.....	51
2.6 Agricultura familiar e inovação: os desafios a serem superados para uma produção diferenciada em tempos de globalização.....	56
2.7 Agricultura familiar e cooperação: a importância da organização das associações e cooperativas para um melhor rendimento na exploração da terra.....	58
CAPÍTULO III	61
3 REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA PARA OBTER E PERMANECER NA TERRA	62
3.1 - A luta para permanecer no campo em tempos de globalização.....	65
3.2 ACESSO IRRESTRITO A TERRA E CRÉDITOS OFICIAIS: Os Ingredientes Para a Concentração de riquezas de poucos e da marginalização de muitos.....	68

3.3 - O MST: a intensificação na luta pela redistribuição da terra no Brasil.....	70
3.4 - A Ocupação: da morosidade política do estado à pressão do MST.....	73
3.5 - Do acampamento ao assentamento: os desafios enfrentados para tornar o sonho em realidade.....	77
3.6 - Em busca da terra, aprendendo lições de cidadania: a reconquista da dignidade.....	79
3.7 - Do individualismo às práticas associativistas e cooperativistas: os desafios que o MST necessita superar como movimento social.....	81
 CAPITULO IV	 84
 4 - PRODUÇÃO COOPERATIVISTA: DA IDEOLOGIA UTÓPICA A PRÁTICAS CONCRETAS	 85
4.1 - A interação como componente decisivo no sucesso de um empreendimento cooperativista.....	87
4.2 O Desafio de romper o isolamento e ser cooperativista.....	90
4.3 A importância da participação e interação dos associados para o sucesso da cooperativa.....	92
4.4- Rochdale, o ideal cooperativista está vivo.....	93
4.4.1 - Rochdale: um exemplo alternativo ao capitalismo em tempos de globalização.....	94
4.4.2 - Rochdale: um resgate de utopias do passado a ícone do cooperativismo atual.....	98
4.5 O Desafio dos empreendimentos cooperativos frente às megas fusões de empresas privadas em tempos de globalização.....	102
4. 6 - Rochdale: a reconquista da dignidade e a formação do conceito de democracia em tempos autocracia.....	102
4.6.1 - Rochdale: um modelo de empreendimento que vem se readaptando e continua atual há quase dois séculos.....	105
4.7 - Interação e integração: a essência para o sucesso de um empreendimento cooperativista.....	107
4.8- Da alienação à Crítica: a transformação de mero sócio a sujeito atuante em um empreendimento cooperativista.....	109
4.9 - Sistematização de um empreendimento cooperativista: riscos e desafios a ser enfrentados por seus sócios.....	110
4.10 - A educação cooperativista como uma ferramenta para a consolidação permanente de uma cooperativa.....	112
4.11 - Mondragon: um exemplo alternativo de economia em tempos de globalização.....	114

CAPÍTULO V	117
5 - A PAVIMENTAÇÃO DAS BR 163 E 174 E AS MUDANÇAS DO CAMPO NO SUDOESTE DE MATO GROSSO: da agricultura tradicional ao agronegócio	118
5.1 - Da rusticidade do trabalho com a terra ao acampamento Margarida Alves: a esperança enfim de um dia ter a sua própria terra.....	130
5.2 - Da precariedade de trabalhadores sem terra à conquista do lote no assentamento Margarida Alves.....	140
5.3 - Da agricultura convencional à agroecologia: a busca por inovações no assentamento Margarida Alves.....	149
5.4 - A necessidade da inovação para a permanência no campo em tempos de globalização.....	156
5.5 - Dos sonhos de acampados à realidade de assentados: os desafios para a organização e manutenção ativa das associações.....	165
5.6 - Sonhos e desafios: um caminho a ser trilhado na busca pela sistemática das associações e de uma cooperativa de produtores agropecuários no assentamento Margarida Alves.....	174
5.7 - Grupos informais, uma referencia na revitalização das associações e da cooperativa no assentamento Margarida Alves.....	178
5.9 - A caminho da sistemática da cooperativa.....	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	203
ANEXOS	215
ANEXO A - Mapa da localização do município de Mirassol D'Oeste onde está localizado o assentamento Margarida Alves.....	215
ANEXO B - QUESTIONÁRIO: Roteiro para a entrevista semiestruturada.....	216
ANEXO C – A economia da região margeada pela BR-163, no Estado de Mato Grosso.....	218
ANEXO D - QUESTIONÁRIO: Questionário com múltiplas escolhas.....	219
ANEXO D – Quadro demonstrativo do processo falimentar das desencaroçadeiras de algodão no Município de Mirassol D'Oeste	221

INTRODUÇÃO

A presente investigação partiu de uma observação empírica do tema da campanha da Fraternidade de 1986, (terra de Deus, terra de irmãos). Também influenciou na escolha as transformações resultante da abertura da economia do Brasil, seguindo os padrões da política neoliberal a partir de 1990. Isso, por sua vez, provocou a desestabilização da agricultura de base familiar na região, sobretudo na Microrregião do Jauru, que tinha no cultivo do algodão a principal fonte de renda agrícola e com a importação de pluma de algodão. Quando houve a recuperação do setor cotonicultor, após a segunda metade dos anos de 1995, por meio de políticas governamentais com forte incentivo estatal, passou-se a dar mais incentivos a agricultura de monoculturas, sobretudo no médio norte mato-grossense.

A agricultura familiar na Microrregião do Jauru era praticada, em sua maioria, por arrendatários, meeiros e minifundistas, que cultivavam espécies voltadas para a subsistência como arroz, feijão, tubérculos, frutas e milho, este também muito utilizado para a criação de pequenos animais, sendo a pecuária leiteira e a cotonicultura¹ as principais atividades como fonte de renda. Isso lhes possibilitava, ao fim de cada ciclo de cultivo, comercializar seus produtos com empresas do ramo, e as sobras referentes às despesas do cultivo definiam o seu lucro.

Porém, a partir da abertura da economia na última década do século XX, e com o programa de fomento do governo do Estado, o (PROALMAT²), houve uma mudança de rumos. A atividade passou para outros moldes.

Restringindo os recursos oficiais, como linhas de crédito e inovações técnicas, compatíveis com a realidade da agricultura familiar, esta entrou em processo de retração, visto que os produtores dessa modalidade produtiva não tinham capital de giro acumulado, entrando em processo falimentar. Isso resultou no abandono do campo por centenas de famílias que tinham no cultivo do algodão, mesmo em condições um tanto arcaicas de produção, a sua maior fonte de rendimento econômico, na sua ocupação na condição de agricultor.

Seguindo a lógica da história, na qual as políticas de viabilidade econômica

¹ COTONICULTURA: atividade agrícola cujo objetivo é o cultivo do algodão, planta de origem tropical, cuja pluma é utilizada na indústria da tecelagem para diferentes fins.

² Programa de Incentivo À Cultura do Algodão foi criado pela Lei Estadual 6.883 de 02/06/1997 e regulamentado pelo Decreto nº 1.589 de 18/07/1.997

se destinam a proporcionar vantagens a um pequeno número de privilegiados, os investimentos passaram a ser direcionados à produção do algodão em grande escala, como descreve MORENO, (2005, p. 152), “Todas as iniciativas estatais e privadas voltadas para a produção do algodão no Estado visam a sua comercialização em grande escala, beneficiando diretamente os grandes e médios produtores”[...].

Migrando da região Sudoeste do MT, onde era praticada pela agricultura familiar em áreas na média de 20 hectares, para o médio norte em grandes extensões que, em média, ultrapassam mais de 800 hectares, com tecnologias de última geração, essa atividade econômica que foi introduzida em MT, o cultivo do algodão teve seu apogeu na região Sudoeste do Estado, na Microrregião do Jauru. Essa cultura só veio receber a devida atenção e investimentos do governo quando passou para a fase de monocultura. Assim define MORENO (2005, p. 150), ao comentar que até antes da cultura do algodão migrar para o médio norte em áreas do cerrado: “a produção concentrava-se em Colíder, região Norte, em São José do Povo, região Sudeste, e em São José dos Quatro Marcos, Mirassol D’Oeste, Araputanga, Salto do Céu, Jauru, Glória D’Oeste, Porto Esperidião e Barra dos Bugres, na região Sudoeste”.

Este fato foi determinante na região Sudoeste de Mato Grosso para a efetivação de uma ação social que vinha ganhando força no território brasileiro a partir do início da Nova República. Como as políticas oficiais de democratização da terra vinham se desenrolando em um ritmo lento, a sociedade organizada passou a pressionar o governo a tocar em um dos temas mais polêmicos da história brasileira, e ainda presente nos dias atuais depois de mais de cinco séculos de história, como descreve BERGAMASCO; NORDER, (1996, p. 34). “É a partir da pressão dos movimentos sociais que os governos nas últimas décadas assentaram um número expressivo de famílias.” Mas para elas permanecerem no campo, é necessário que se propiciem os meios viáveis para que possam produzir e colocar os seus produtos no mercado, de forma que lhes deem retorno financeiro.

Para uma melhor compreensão dessa temática, a pesquisa se estruturou em cinco unidades, visando, assim, de forma detalhada, demonstrar as causas que levaram um expressivo número de famílias, em meados dos anos de 1995, a organizarem na região Sudoeste de Mato Grosso, em um dos maiores acampamentos do MST na época. O trabalho objetiva mostrar também os desafios que estas famílias enfrentam no atual contexto, mais de uma década após serem assentadas, para efetivarem seu ofício na agropecuária.

Após as inúmeras leituras de obras referentes à temática, por indicação do orientador e coorientador, análise de documentos, gráficos e mapas referentes ao objeto de estudo e várias visitas *in loco*, ao assentamento Margarida Alves, foi possível redigir esta dissertação, que está estruturada em cinco capítulos. Em quatro deles é feita uma análise bibliográfica.

O primeiro capítulo se pauta na temática do acesso à terra no Brasil e nas políticas oficiais do governo direcionadas à agricultura comercial, bem como a modernização da agricultura brasileira e seus impactos, os quais resultaram no êxodo rural, com o deslocamento de milhares de famílias para a periferia dos centros urbanos, como resultado da intensificação da mecanização após os anos de 1970.

De forma peculiar, discute a abertura econômica após a integração nacional ao projeto neoliberal, bem como seus impactos no esfacelamento do setor cotonicultor brasileiro, e de forma especial, na Microrregião do Jauru no Sudoeste de Mato Grosso, provocando uma grande crise nesse setor, que era praticado nessa região por meio da agricultura familiar, em grande parte por arrendatários, meeiros e minifundistas. Com a crise nesse setor agrícola, essas famílias ficaram destituídas de seu único bem, que era o ofício de lavrar a terra. Esse fator, por sua vez, possibilitou que um movimento social, o MST, encontrasse um clima propício para propor sua ideologia, podendo assim ser apontado como um dos determinantes que levaram à organização e consolidação do acampamento Margarida Alves na segunda metade dos anos de 1990, considerado na época um dos maiores do Brasil.

No segundo capítulo, discute-se o tema referente à agricultura familiar, suas viabilidades e novos nichos de mercado a serem ocupados no terceiro milênio, como a produção orgânica e a agroecologia. Essa nova modalidade de cultivo é de grande importância na produção de alimentos mais saudáveis e na preservação dos recursos naturais, bem como na geração de emprego e renda, um tema bastante discutido a nível mundial nos últimos tempos. Dar-se ênfase também à necessidade de fortalecer políticas de acompanhamento e assessoria técnica que deem viabilidade para que os minifúndios venham a ser competitivos em tempos de globalização.

No terceiro capítulo, deu-se ênfase aos projetos de reforma agrária realizados pelos governos da Nova República nas últimas décadas, a partir da pressão dos movimentos sociais. Por meio de embasamento teórico, também foi analisada a necessidade de acesso à assistência técnica que essas famílias assentadas precisam ter para aumentar e qualificar a produção. Esse item é fundamental, dado ao fato de que

não basta necessariamente o acesso à terra, mas também os meios necessários para torná-la produtiva, obtendo assim uma renda mínima para viver com dignidade no campo. Essa ajuda acabaria diminuindo os fluxos migratórios em direção às regiões urbanas, que apresentam crescentes impasses na acolhida dos migrantes.

No quarto capítulo, com base em estudiosos da temática do cooperativismo, foi enfatizada a importância e a viabilidade da produção nos mais diferentes setores e escalas a partir de empreendimentos cooperativos e associativos. Buscou-se nessa unidade aprofundar o tema, destacando a viabilidade do cooperativismo como um importante instrumento facilitador na produção, uma vez que pessoas com os mesmos objetivos se unem para a solução de um problema comum ao grupo, bem como os desafios a ser enfrentados por principiantes na busca pela organização de um empreendimento cooperativista. Também foram destacados os exemplos solidificados há mais de dois séculos, como o de Rochdale que continuam sendo referência no século XXI para o cooperativismo brasileiro.

O quinto capítulo é o resultado de uma série de informações levantadas a partir da análise de inúmeras bibliografias e documento, bem como da pesquisa *in loco* que se pautou no ‘método de estudo de caso exploratório’, a partir da técnica de entrevistas narrativas abertas e narrativas semiestruturadas (anexo B) e um questionário com múltiplas escolhas (anexo D).

A objetivação da pesquisa baseou-se na consistência e organização do roteiro, tendo como aporte um questionário semiestruturado. Para a realização das entrevistas, foram elaboradas perguntas abertas, utilizando a técnica de entrevistas narrativas, as quais são mais adequadas em uma pesquisa de estudo de caso ao investigar um objeto cuja temática já se estende no tempo e no espaço por um longo período. Assim, a entrevista narrativa possibilita fazer um reajuste de fatos e acontecimentos que até então foram repassados de forma oral de uma geração a outra. Nessa concepção, JOVCHELOVITCH; BAUER (2007, p. 92) comenta que se esses fatos permanecerem isolados [...], “eles se nos apresentam como simples preposições que descrevem acontecimentos independentes. Mas se eles estão estruturados em uma história, as maneiras como eles são contados permitem a operação de produção de sentido do enredo”.

Depois de coletado o material, foi cuidadosamente analisado e utilizado em consonância com os objetivos propostos em consonância com o projeto apresentado ao

orientador para a pesquisa a ser efetivada na área em estudo, o assentamento Margarida Alves, no município de Mirassol D'Oeste - MT (Anexo A - Mapa).

Em um primeiro momento, por indicação do orientador e coorientador, foi feita uma pesquisa bibliográfica, por meio da qual se buscou contextualizar como a agricultura familiar encontra-se sistematizada no território brasileiro frente à produção comercial, e o agronegócio que dispõe de altos índices de tecnologia e acesso a créditos do Estado. Isso possibilita que o País se destaque no cenário mundial com uma exuberante produção de grãos, fibras, frutas e carne, embora uma parcela expressiva da sociedade ainda padeça de uma alimentação deficitária devido aos altos preços dos alimentos que compõem os produtos de primeira necessidade da cesta básica.

Para a fundamentação teórica foram utilizadas várias obras, das quais se dá ênfase a: Abramovay (1992); Araujo (1982); Bergamasco (1996); Bogardus (1964); Carvalho (1998); Dowbor (1997); Gaiger (2003); Hespanhol (2007); Ianni (2000); Martins (2002); Nakano (2003); Santos (2005); Schneider (1999); Singer (2005); Stédile (1997); Veiga (1991) e Zamberlan (1990), que discutem essa temática referente às questões sociais, especialmente rurais, no Brasil.

Desta maneira, analisando os diferentes autores que debatem essa questão, foi possível instituir um conjunto de informações, capaz de demonstrar que, apesar de a concentração da terra e a produção destinada ao mercado externo ser uma lógica secular, é possível dar viabilidade à agricultura familiar. E a reforma agrária é o meio pelo qual se poderia fazer isso.

A pesquisa buscou apontar, por meio de pesquisa bibliográfica, a importância da agricultura familiar. Portanto, após a análise do material teórico e a pesquisa a campo, em contato direto com as famílias do assentamento Margarida Alves, percebe-se que a agricultura familiar é condição para obter sucesso e ser de fato um dos mecanismos de redistribuição de renda, reduzindo as desigualdades, e para tanto, é necessário que se ofereçam os requisitos mínimos VIANA, et al (1990). Para se chegar a esse entendimento, foram feitas entrevistas com um universo de 10% das famílias assentadas, sendo que o assentamento Margarida Alves é composto por um universo de 155, e várias conversas informais, bem como o recolhimento de dados referentes à produção agropecuária desenvolvida pelos assentados, e tomando a realidade destes como base. A oferta de serviços regulares de infraestrutura, créditos e tecnologias compatíveis à realidade dos minifúndios e da pequena produção familiar contribui para a fixação e permanência das famílias assentadas no campo. Outra iniciativa que pode

fazer a diferença, segundo SCHNEIDER (2003), é a sua organização em cooperativas, pois essa prática possibilita obter um maior ganho em suas transações comerciais de compra e venda de produtos, devido ao fato de que, ao comercializar em escala, isso tende sempre a ser mais vantajoso do que de forma fragmentada.

A partir da discussão teórica, relevante à questão proposta, definiram-se quais questões e dados seriam coletados e analisados, determinando, assim, o fio condutor da pesquisa Yin (2001), utilizando o método de estudo de caso, o que, por sua vez, permitiu levantar o perfil das famílias como grau de escolaridade, renda familiar, tempo em que moram no assentamento, tempo que viveram acampados, entre outras. Esse primeiro contato possibilitou que as famílias tivessem um conhecimento prévio de que estaria sendo feito um trabalho de pesquisa no assentamento. Também foi feita uma visita com participação em culto religioso, celebrado em um templo da Igreja Católica que há no assentamento, visita à escola, participação em um torneio de futebol amador que estava sendo realizado na comunidade e mais visitas informais às famílias após esses contatos.

Essa estratégia foi fundamental para a construção de um ambiente de descontração e confiança com as famílias, pois, de acordo com MARTINS, (disponível em: www.focca.com.br/cac/textocac), “Como os dados são coletados sob condições de ambiente não controlado, isto é: em contexto real, é o investigador que deve adaptar seu plano de coleta de dados e informações à disponibilidade dos entrevistados”.

Com esse primeiro contato, tornou-se possível ter uma visão do objeto a ser estudado em relação a sua infraestrutura, bem como o oferecimento dos serviços públicos básicos. Também se verificou o grau de interação entre as famílias ali residentes Selltiz (1967).

Tomando por base as entrevistas, foi investigado o grau de conhecimento que as famílias do assentamento Margarida Alves têm da importância e dos benefícios a serem obtidos por meio do trabalho a partir de uma Cooperativa de Produção Agropecuária.

Com a coleta e tratamento dos dados, obtiveram-se os resultados propostos nos objetivos específicos e, a partir deste, construiu-se um relatório embasado nos depoimentos dos assentados, de forma a poder compreender os motivos que foram determinantes para essas famílias se inserirem no MST na luta pela terra. Ao mesmo tempo, foi possível perceber a luta e a pertinência de lideranças do assentamento em revitalizar esses mesmos sonhos outrora frustrados, agora de forma mais sólida, bem

como a busca em organizar de maneira mais consolidada a produção por meio de associações, ou de uma cooperativa. Embasado nessas perspectivas, a partir de sólidos resultados obtidos por meio da organização da produção por grupos informais que há no assentamento, de forma peculiar, o grupo das Margaridas, composto por mais de duas dezenas de senhoras que se constituiu há mais de oito anos. E com muita luta e persistência, elas vêm vencendo todos os obstáculos e se destacando como um modelo de cooperação, trabalhando hoje com uma pequena agroindústria, que, a partir do extrativismo do babaçu, tem gerado emprego e renda e a agregação de valor aos seus produtos.

Por meio das entrevistas realizadas, foi possível obter, de forma clara, o grau de percepção que as famílias do assentamento Margarida Alves têm da importância de uma cooperativa, bem como dos desafios e obstáculos que surgem para a sua organização. Para esta análise, a pesquisa se pautou em um estudo de caso, o qual, nesse aspecto, buscou analisar em profundidade o problema em questão. Nessa lógica, BECKER (1999, p.119) argumenta que [...] “A meta abrangente do estudo de caso, contudo, mesmo que não seja alcançada, tem consequências importantes e úteis. Prepara o investigador para lidar com descobertas inesperadas e, de fato, exige que ele reoriente seu estudo à luz de tais desenvolvimentos”.

Apesar dos desafios a serem vencidos e dos obstáculos imaginários que essas famílias destacam, de uma forma geral, foram unânimes em apontar a organização das associações e de uma cooperativa como a alternativa para que possam obter melhores ganhos em suas atividades como agropecuaristas. Também destacam as viabilidades que uma cooperativa pode contribuir ao melhorar os rendimentos econômicos, pois por meio da mesma poder-se-a obter melhores preços pelos seus produtos, bem como as possibilidades de diversificação em suas atividades, o que, por sua vez, poderá dinamizar a produção, aumentando a renda das famílias e possibilitando aos filhos permanecer junto aos pais, um fator que tem sido de grande preocupação entre as pessoas entrevistadas. Isso porque, com a baixa viabilidade econômica das propriedades, os jovens estão abandonando o campo em busca de trabalho nas cidades próximas ou em fazendas da região.

CAPITULO I

A ABERTURA ECONOMICA EM 1990 E A DESESTABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE DE MATO GROSSO

"Aqueles que tornam a reforma
agrária impossível, também
tornam a violência inevitável"

John Kennedy

1 DA AGRICULTURA TRADICIONAL AO AGRONEGÓCIO: Uma Transformação no Campo Matogrossense.

Esse estudo analisa e identifica a percepção das famílias do assentamento Margarida Alves no município de Mirassol D'Oeste, (ver Anexo A - Mapa) estado do Mato Grosso, sobre a importância da organização coletiva, do trabalho em conjunto e da organização de uma cooperativa de produção agropecuária. O trabalho a partir de uma cooperativa, segundo literaturas consultadas, pode vir a ser uma alternativa de agregar valor à produção.

Essa mentalidade de isolamento é uma realidade que ainda macula a agricultura familiar, sendo este o resultado de uma relação cultural consolidada ao longo da história, com um modelo de economia que se instalou no país desde o período colonial. Essa situação se estendeu pelo império e República, quando houve uma mudança no modelo político e já havia sido instaurada no Brasil a Lei Áurea. Na verdade, o que de fato houve foi uma mudança na relação de trabalho de escravo para a de colono, e este foi trabalhar nas grandes lavouras de café do Sudeste.

Nesse modelo denominado de 'colonato', cabia ao trabalhador residente na fazenda de café cuidar de uma determinada quantidade de terra, distribuída de acordo com o número de pessoas da família que pudessem trabalhar na lavoura, recebendo por isso uma importância em dinheiro por seu trabalho. Outra forma era a exploração do uso da terra, na qual o colono pagava pela exploração desta com os produtos oriundos do seu cultivo, com espécies como milho, feijão, arroz, algodão ou uma outra, denominadas de "lavoura branca", plantadas nas entrelinhas dos cafezais, nos três primeiros anos de cultivo e em seguida no quarto ano com a produção proveniente da lavoura do café propriamente dito, sendo esta "meio a meio", popularmente chamada de "meeiro", como aponta Candido (1968).

Dadas essas relações de trabalho, nas quais predominava a figura do fazendeiro, que acabava por ditar as regras do jogo. Como para ele era interessante manter o trabalhador alienado, criou-se uma política de submissão do trabalhador, e à medida que o campo foi sendo dominado pela intensificação do capital concentrador, isso foi se tornando mais nítido. CANDIDO, (1968, p. 169), em sua pesquisa na região de Bofete, observou que, "[...] Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se. [...]"

Assim, inibiu-se qualquer que fosse a tentativa de organização desses trabalhadores em um sistema que lhes possibilitasse uma maior interação, na qual formassem grupos de autoajuda. Desta forma consolidou-se no país uma relação de trabalho com predomínio para o individualismo. Um modelo que, no atual contexto, vai na contramão da agricultura familiar, que busca se estabelecer no século XXI como uma alternativa de produção na geração de emprego e renda. No entanto, quando o pequeno produtor opta pelo individualismo, este passa a ser um dos determinantes que dificulta a obtenção de um maior sucesso como agropecuarista, e tem apresentado resultados pífios na produção, e que, de forma determinante pode mesmo ser apontado como um dos fracassos dos assentamentos de reforma agrária conforme afirma Singer (2005).

Desde os primórdios da ocupação do território brasileiro, no início do Século XVI, o acesso à terra sempre foi privilégio de uma restrita camada da sociedade, durante os séculos em que transcorreu nossa história. Nessa lógica, ALMEIDA; SÁNCHEZ, disponível em, (www.pucsp.br/neils/downloads/v5_artigo_lucio_felix.pdf), afirma:

Neste contexto, aumentam as mazelas deixadas por séculos de uma das explorações de classe mais ferozes do planeta. Último país a abolir a escravidão, o Brasil não somente não resolveu a questão agrária “tradicional” como agrega a ela os desempregados produzidos pelo atual processo de transnacionalização do capitalismo (a chamada “globalização”), inclusive ex-proprietários de terra recém-expropriados devido à impossibilidade de saldarem suas dívidas para com os bancos. A estrutura fundiária é extremamente concentrada: 0,03% dos estabelecimentos agrícolas possuem 15% (56.287.168 ha.) da área total (376.286.577 ha.); somados aos 0,8% seguintes, controlam 38,15% das terras; se acrescentamos os 9,0 seguintes, temos 9,11% dos estabelecimentos abocanhando 78% da área total. No outro extremo, 53,07 dos estabelecimentos controlam apenas 3% desta área.

Embasado nessa política, privilegiou-se desde o início a agricultura de monocultura da cana-de-açúcar, cujo produto final se destinava ao mercado externo. Depois da Proclamação da Independência, houve uma mudança na política de aquisição de terras com alterações mínimas em relação ao modelo sesmarial. Com a aprovação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, as terras devolutas de propriedade do Império seriam adquiridas pelo cidadão comum por meio de compra, cujo pagamento seria efetuado em moeda corrente, conforme os artigos seguintes esclarecem:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes de prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Art. 15. Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferencia na compra das terras devolutas que lhes forem contiguas, com tanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessarios para aproveital-as (BRASIL, 1850).

Com a consolidação dessa lei, a terra continuou sob o controle de uma minoria afortunada, que havia enriquecido a partir da exploração do trabalho escravo. Uma vez desprovidos de recursos para aquisição de terras, os trabalhadores “livres” não tinham alternativa a não ser continuar sob o julgo dos senhores latifundiários, como descreve SZMRECSÁNYI, (1990, p. 27) ao apontar que a terra virou uma mercadoria e [...], “impossibilitou o seu acesso a todos que não tivessem dinheiro para adquiri-la. Os trabalhadores livres e os libertos da escravidão só poderiam subsistir na agricultura mediante a venda de sua força de trabalho aos proprietários de terras e do capital”.

A questão da terra no Brasil esteve presente nos discursos políticos. Burocraticamente, foram criados ministérios e secretarias para cuidar dessa questão. Portanto suas práticas efetivas foram muito inermes, e o que se viu nesse período foi um incremento da acumulação e concentração da propriedade. Enquanto isso, milhares de famílias que realmente precisam da terra para dela retirar o necessário para o seu sustento ficaram à margem desse bem. Esse fato se intensificou especificamente nas duas décadas que compreenderam a ditadura militar, sobretudo nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Segundo CARVALHO, (1980, p. 8), a marcha para o oeste brasileiro acabou por facilitar o acesso à terra a quem já concentrava uma expressiva parcela desta em outras regiões, pois [...], “Quando foi dada a largada para essa corrida à fortuna, grandes empresas do sul e multinacionais de porte saíram na frente, beneficiadas por polpudos incentivos fiscais, abocanhando toda a terra que fosse possível”.

Com o slogan ‘ocupar para não entregar’, durante a ditadura militar de 1964 a 1985, institui-se uma política de ocupação do Centro Norte brasileiro, na qual se privilegiou o latifúndio. Por meio de ações do Estado, foram concedidas vastas áreas de terras a pessoas físicas ou jurídicas. Também houve a concessão de créditos a juros baixíssimos ou a fundos perdidos por meio da (SUDAM) Superintendência para o

Desenvolvimento da Amazônia, o que contribuiu para a concentração da renda, como assim define MARTINS, (1997, p. 85-86):

O quadro de referência da possibilidade desta reflexão se constitui a partir de 1966, quando a ditadura militar (instaurada em 1964 e encerrada em 1985) põe em prática um amplo programa de ocupação econômica da Amazônia brasileira, em bases supostamente modernas.

[...] Sem contar, também, que milhares de camponeses teriam de ser expulsos de suas terras de trabalho, como de fato o foram, para que nelas fossem abertas grandes pastagens. Muitos deles acabaram migrando para as cidades da própria região, para viver na miséria da subocupação e das favelas. As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos e estrangeiros.

E o que mais chama a atenção é que muitos destes latifúndios, que posteriormente optaram pelo agronegócio, se expandiram com financiamentos fáceis, baratos, através de incentivos fiscais, ou até a fundos perdidos do poder público. Recursos estes que se subtraiu de um processo de reforma agrária, que poderia ter atendido às demandas de trabalho, renda e produção de alimentos da lavoura/propriedade familiar, gerando milhares de oportunidades de trabalho e renda, proporcionalmente a custos bem menores do que no agronegócio.

A modernização do campo provocou o êxodo, o inchaço da periferia das grandes cidades e aumentou a miserabilidade da classe subalterna, agravando assim um problema que tomou proporções em escala mundial, a questão da fome. PLOEG (2009, p. 25) questiona o controle da produção dos alimentos em suas diferentes etapas, que tem provocado a elevação dos preços, tornando a fome hoje não apenas um problema de países subdesenvolvidos [...], “mas também em países desenvolvidos (onde, por exemplo, fenômenos como bancos de alimentos estão se tornando cada vez mais comuns). Atualmente, um bilhão de pessoas (!) estão confrontados cronicamente com fome e subnutrição”.

Com o discurso de que o problema da fome estava relacionado à baixa produção na agropecuária, após a década de 50 do século XX, com o advento da Revolução Verde, foram feitos maciços investimentos na agricultura comercial, sobretudo naquelas culturas voltadas para o mercado externo. Partindo dessa visão, na década de 1970, pautada nessa política, o governo Federal visava com esse modelo produzir em grande escala produtos não tradicionais para o mercado externo a fim de

equilibrar a balança comercial. Dessa forma, criou uma política para a expansão das fronteiras agrícolas, como define MARTINS, (1989, p. 82), ao comentar que:

Outro ingrediente foi a política de incentivos fiscais para que os grandes capitalistas do Sudeste se interessassem pela abertura de empresas na Amazônia, particularmente empresas agropecuárias. A política de incentivos fiscais, de 1966, definiu o verdadeiro e amplo sentido político de orientação agrária dos militares. E convém lembrar que a Nova República, regime civil que substituiu a ditadura, se, na prática restringiu a aplicação do Estatuto da Terra e conseqüentemente, a possibilidade de uma reforma agrária nas áreas e nos casos de tensão social, ao mesmo tempo preservou a política de incentivos fiscais de transferências gratuitas de recursos públicos para empresas abertas na Amazônia Legal. De fato, a política de incentivos destinou-se claramente a proteger a renda fundiária e aos proprietários de terra, assegurando sua permanência na estrutura de poder. Embora seja quase sempre interpretada como uma simples política de ‘implantação’ do grande capital a se tornar proprietário de terra, preservando e modernizando a propriedade, ao mesmo tempo, sem fazer reformas sociais.

Nessa perspectiva, fica claro que não havia interesse em produzir para o mercado interno, muito menos em redistribuir terras àqueles que de fato delas necessitavam. Esse período foi denominado de “Marcha para o oeste brasileiro” marcado por uma intensa concentração fundiária. Essa é a ideia de PETRY (1997, P. 51), ao argumentar que durante os [...], “anos 60 e 70, o governo seguiu estimulando a exportação e também distribuiu créditos subsidiados para que terras pudessem ser adquiridas por grandes grupos econômicos. ‘O regime se definiu por uma modernização que excluiu pequenos agricultores’[...]”.

Contrariando a lógica dessa política estabelecida pelo Estado, um importante pesquisador dessa temática, IANNI (1996), observa que é necessário repensar as políticas agrícolas. Isso pode ser feito valorizando a agricultura minifundista para conter o êxodo rural e dar sustentabilidade aos projetos de reforma agrária, para que as famílias assentadas não sejam engolidas pelo furacão globalizante da economia, no qual os grandes grupos tendem a incorporar os pequenos empreendimentos em nome da modernização e do lucro rápido.

A valorização do agronegócio, como um modelo de destaque produtivo, deve ser incentivada pelo Governo Federal. As grandes empresas multinacionais e brasileiras, de forma direta e indireta, colocam à disposição daqueles que detêm os capitais, ou meios para consegui-lo junto às instituições de crédito, o que há de mais inovador em termos de tecnologia, máquinas, implementos e sistema de armazenagem.

Desta forma, com a intensificação da modernização e as políticas oficiais direcionadas ao agronegócio, durante a ditadura militar, houve um expressivo aumento dos ganhos, concentração de renda e capital. Com esse contexto, houve a redução do acesso à terra e aos recursos disponíveis para nela produzir para os meeiros e arrendatários e pequenos proprietários, uma vez que estes estavam desprovidos de capital e não conseguiam adquiri-los junto às instituições de crédito. FERREIRA (2003, p. 81) comenta que [...], “os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo, que causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa”. Percebe-se do exposto que a concentração da terra no Brasil não foi um acaso, mas uma política bem definida e dirigida com objetivos concisos.

Mesmo assim, quando se trata de tomar iniciativas que sejam enérgicas, capazes de efetivamente definir o problema em pauta, com uma redistribuição das terras de forma a democratizar o seu acesso, bem como os recursos essenciais para torná-la produtiva, são colocados inúmeros obstáculos, tornando morosa a concretização da reforma agrária. Nessa lógica, KLINTOWITZ (1997, p. 52) comenta que a reforma agrária vai além do simples fato da redistribuição das terras, pois ela passa a questionar:

[...], “o direito de propriedade e chacoalha a estrutura de poder, carrega consigo o espírito de uma autêntica revolução social. Mais de 40 países experimentaram projetos de redistribuição de posse da terra neste século - nenhum dele permaneceu o mesmo depois disso”.

Por outro lado, o Estado brasileiro tem direcionado sua política agrícola mais a serviço do latifúndio, que, no decorrer do tempo, foi sendo respaldado e protegido por programas oficiais. Desta forma, a princípio, acumularam-se extensas áreas de terra sem nenhum problema. Quando se passou a questionar a viabilidade e a função social dessas propriedades, o governo foi solidário com os proprietários, criando e promulgando várias leis que concediam incentivos, subsídios e financiamentos a juros muito baixos, ou a fundos perdidos para a legalização e viabilização dos latifúndios, passando uma falsa impressão de que manter essa política agrícola era fundamental para o país. De acordo com GOMES, disponível em: (www.zsee.seplan.mt.gov.br), nesse período acima comentado, o governo criou os mecanismos que reformulou as leis que garantiam acesso irrestrito a recursos oficiais [...], “facilitando sua obtenção por investidores nacionais e estrangeiros. Instituições criadas no contexto das políticas protecionistas

anteriores – SUDAM, BASA, SUDECO – passaram a ser os organismos executores básicos deste propósito” [...], e com essa política direcionada ao grande capital, consolidou-se um modelo de produção em grande escala sempre atrelada ao Estado, que continua muito presente em nossos dias, sobre as mais disfarçadas maneiras, como descreve WEID, (2009, p.56), ao comentar: “no Brasil, a modernização da agricultura ocorrida no período do regime militar só foi possível com subsídios que cobriram em média 50% dos custos de produção e de investimento em maquinário”.

Seguindo essa lógica, nas novas fronteiras agrícolas, o desenvolvimento agropecuário do Estado de Mato Grosso se deu a partir do latifúndio em grandes extensões de terra com financiamentos do governo para a aquisição de modernas tecnologias, como assim descreve MORENO (2005, p. 38) ao comentar que: “A rentabilidade dos empreendimentos era garantida por incentivos fiscais para projetos agropecuários, isenções tributárias para a exportação de alguns produtos regionais e importação de máquinas e equipamentos sem similar no país”.

O modelo agropecuário brasileiro ou do agronegócio foi pensado com o intuito de produzir para atender o mercado externo, deixando o mercado interno em segundo plano, e este é precisamente abastecido em sua maioria pela produção familiar. O processo de modernização não criou meios para que a pequena propriedade se inserisse nessa nova realidade, embora a agricultura familiar, na proporção de 70% a 75%, seja a principal responsável pela produção de alimentos para o mercado interno (AGRICULTURA..., 2009). As condições e as políticas que foram criadas com o intuito de dar acesso às máquinas e implementos com tecnologia de ponta disponíveis no mercado e compatíveis com as áreas das pequenas propriedades foram muito acanhadas. Esse fator foi determinante para que não despertasse o interesse das indústrias deste segmento. E mesmo assim quando o fez, o seu custo acabou sendo elevado, dado ao fato de que as linhas de crédito oferecidas pelas instituições oficiais não são disponibilizadas em volume suficiente que possibilitasse a esse agricultor buscar modernizar-se.

Portanto essa situação de descaso com o agricultor de base familiar acompanha a nossa história, e a conclamação e protestos de investigadores dessa temática vêm ecoando no tempo, conforme CANDIDO (1971, p. 45), parafraseando Saint-Hilaire, o qual destacava a necessidade de se dar viabilidade à agricultura familiar, ao comentar que [...], “a ‘reforma do sistema da agricultura’, com o uso do arado e dos

adubos, fixaria o homem na terra, suprimindo a necessidade de buscar chão sempre novo, [...]

No entanto, apesar das inúmeras manifestações pela democratização do acesso à terra e às suas riquezas, ela continua concentrada nas mãos de um restrito grupo de pessoas. Isso é o que defende SIMON et al (2007, p. 67), ao descrever que: “[...] Mesmo assim, a concentração de renda no país se fortalece no início dos anos 80, em especial no meio rural, onde os mais pobres sofrem perdas sensíveis em sua participação no produto nacional.”

É nessa conjuntura que, no ano de 1984, surge um importante movimento social que passa a ganhar notoriedade em nível nacional, o MST, que teve importância fundamental no avanço dos programas da reforma agrária.

De acordo com Medeiros (1997), ao coibir o acesso à terra aos menos favorecidos e programar uma política agrícola voltada para o mercado externo, o Estado priorizou a agricultura comercial e incentivou a modernização do campo, o que ocasionou a expulsão de milhares de pessoas que se dedicavam à produção de subsistência em moldes familiares. Desta forma, um dos grandes desafios para a viabilidade de um assentamento é a geração de renda. Apesar de obter uma produção expressiva em seus lotes, um dos gargalos para se conseguir colocar o seu produto no mercado, obtendo-se um valor real de ganho, tem sido a comercialização dos produtos, segundo estudos da FAO e comentados por BERGAMASCO; NORDER (1996, p. 46-48). Segundo eles, “em certos casos, a estrutura de distribuição dos produtos agrícolas é tão precária que permite a presença de intermediários capazes de extrair boa parte do resultado do trabalho dos assentados”.

Ao empurrar essas famílias para a periferia das cidades, excluindo-as do sistema produtivo, passou-se a dar ênfase ao capitalismo latifundiário, com alta concentração de terra, modernizando-se graças aos créditos financeiros subsidiados pelo governo. Essa ação foi o combustível essencial que levou esses milhares de famílias a buscar sua inclusão novamente no campo ainda no período da ditadura. Na década de 80 do século XX, um movimento social como o MST, e juntamente com ações empreendidas pela Via Campesina e CONTAG/FETAG, forçaram os governos a colocarem em prática os programas de reforma agrária, um direito garantido na Constituição. Porém, o acesso à terra por si só não é garantia de permanência nela, dada a política agrícola instituída no Brasil.

Percebe-se, dessa maneira, que, além da luta pelo acesso à terra, é essencial que as famílias de pequenos produtores se organizem em associações e cooperativas para obter melhores vantagens na solidificação de uma classe mais forte, podendo reivindicar das instituições competentes uma política agrícola mais justa como uma das alternativas plausíveis. Essa estratégia pode vir a ser um facilitador da inserção do agricultor no mercado consumidor, de forma mais sólida, rompendo, assim, esse ciclo vicioso, pois, segundo comentário de BRITO (1997, p.48), esse tem sido um dos gargalos para o sucesso pleno de inúmeros assentamentos. O autor argumenta que, mesmo no Sul do Brasil, apesar de haver um forte movimento associativista e cooperativista [...], “poucos sem-terra tem a sofisticação econômica necessária para criar uma cooperativa em moldes modernos. No Norte, onde sempre imperou entre os sem-terra uma cultura extrativista, com pouca agricultura, a questão parece ser pior ainda. [...]”

Trabalhando de forma isolada, as famílias reduzem a integração entre elas, impossibilitando-as de obterem melhores vantagens na compra e comercialização de produtos, dos quais estes agricultores necessitam. Daí a conveniência de trabalhar com elas as vantagens de uma cooperativa de pequenos produtores, que os favorecerá, propiciando a melhoria da produção, através da Assistência Técnica. E isso também lhes trará muitas vantagens na compra, venda e comercialização dos produtos, além de criar possibilidades para desenvolver uma produção em moldes ecológicos, conferindo-lhes melhores condições para serem efetivos protagonistas neste setor de produção.

Essa estratégia individualista e até competitiva muito contribui para a descrença da política de reforma agrária, pretendida por vários setores da sociedade frente à opinião dos latifundiários. Ela expõe o fracasso dos assentamentos por inviabilidade produtiva, e ganhos irrisórios para a manutenção das famílias. Esses possíveis fracassos têm ocorrido em função de os agricultores não buscarem organizar-se em sólidas e articuladas cooperativas ou pelo menos de bem estruturadas associações de produtores rurais familiares. Pensando em uma melhoria tanto na qualidade de vida das famílias, como na imagem do próprio movimento, que vê na reforma agrária um instrumento com grande viabilidade para o resgate da dignidade de milhões de pessoas, o MST, como um movimento social, tem demonstrado preocupação com a democratização do acesso à terra a milhares de famílias. O MST reconhece também que tão importante quanto o acesso a um lote de terra, por uma família, é a educação e a formação profissional essenciais como uma ferramenta para o fortalecimento da

democracia, a interação social e a permanência do diálogo, como um instrumento de aproximação às práticas de cooperação Caldart; Kolling (1997).

Ao se efetivar um assentamento, há nessa ação um enorme investimento social com repercussão de ganhos diretos e indiretos que acabam beneficiando a sociedade. Não unicamente no sentido vertical, como nas políticas de ocupação do oeste brasileiro, onde os latifundiários receberam concessão de enormes áreas de terra e incentivos fiscais, que concederam vultosas somas de dinheiro em forma de empréstimos. Ao contrário, quando se consolida um assentamento, os benefícios se distribuem de forma direta e indireta, no formato de uma espiral, porque ele se encontra em um plano horizontal. LEITE, (1997, p. 170) comenta que:

[...] Um exemplo dessas questões tem impacto, bastante significativo, na produção realizada no assentamento sobre arrecadação tributária no município onde o mesmo se localiza. Em promissão, SP, a fazenda Reunidas, com mais de 600 famílias assentadas, tem contribuído com parcela superior a 50% da receita total da cidade. Em outros casos como caso de Conceição do Araguaia, PA, o comércio local dinamizou-se profundamente a partir das necessidades de consumo derivadas da nova realidade das famílias assentadas. Em Cruz Alta RS, a oferta de produtos agroalimentares incrementou-se substancialmente, melhorando as condições de acesso da população aí residentes aos alimentos básicos [...].

Nessa lógica, há uma constante troca de benefícios, uma vez que ganha o assentado ao poder almejar um futuro mais sólido; a região e o município também, porque tendem a aumentar o número de habitantes e a receber mais repasses dos governos Estadual e Federal; o comércio, por haver um aumento na circulação de dinheiro na cidade; e o cidadão comum, ao poder comprar produtos de melhor qualidade por preços mais acessíveis. Percebe-se dessa maneira que há uma importância muito grande na viabilização das políticas de reforma agrária, como definem BERGAMASCO; NORDER (1996, p. 47- 48), ao afirmarem que [...], “O impacto local destas políticas pode ser surpreendente”. Em alguns municípios, a importância dos assentamentos é de tal ordem que sua defesa ultrapassa fronteiras políticas e ideológicas, pois sua dinâmica reflete diretamente no comércio e em toda a economia da região.

Ainda há uma possibilidade de que, segundo as exigências do mercado consumidor, a produção nos assentamentos pode ir se direcionando para o cultivo de plantas com práticas orgânicas, resultando em produtos de qualidade saudável e

contribuindo para uma maior preservação do meio ambiente. Isso porque é um modelo compatível às pequenas propriedades e utiliza expressiva mão-de-obra para seu desenvolvimento, segundo CAPRA, apud MORENO, (2005, p. 170):

Para aumentar o rendimento, controlar as pragas e fazer crescer a fertilidade do solo, o agricultor que faz uma plantação "orgânica" usa uma tecnologia baseada no conhecimento ecológico, não na química nem na engenharia genética. Planta várias espécies de vegetais num esquema rotativo, de modo que os insetos atraídos por uma espécie desapareçam com a próxima. Sabe que não convém erradicar completamente as pragas em equilíbrio num ecossistema saudável. Em vez de fertilizantes químicos, ele aduba os campos com esterco e com resíduos vegetais, devolvendo assim a matéria orgânica ao solo para que entre de novo no ciclo biológico.

Para a população urbana, as vantagens estão relacionadas à dinamização na economia, que resultará no aumento da oferta de empregos. E a sociedade como um todo se beneficia por ver reduzida a pressão na periferia, a consolidação da justiça social que gera trabalho, renda e reduz a pobreza regional.

Mas para que os assentamentos alcancem os objetivos pretendidos, é necessário que as instituições públicas de fomento e pesquisa exerçam de fato o seu papel, ofertando recursos básicos para que a produção em minifúndios se torne viável.

A partir dessa concepção, NEPOMUCENO (2007) destaca que não basta necessariamente o acesso à terra. A exemplo do que aconteceu no assentamento 17 de Abril, no Estado do Pará, se não houver por parte da administração pública investimentos em infraestrutura, as famílias não conseguem produzir o suficiente para ter uma vida com um mínimo de dignidade. Sendo assim, para que possa aumentar a agregação de renda aos produtos, se faz necessária a implantação de agroindústrias, agregando valor à matéria-prima e gerando emprego e renda, medida a ser complementada simultaneamente com a implantação de toda uma série de infraestruturas (Crédito, assistência técnica continuada, vias de escoamento da produção, silos e armazéns, energia elétrica, acompanhamento pedagógico e técnico de extensionistas rurais, etc.). Essa prática tende a facilitar a comercialização dos produtos oriundos dos assentamentos nos centros urbanos por preços acessíveis, aproximando o produtor ao consumidor, sendo estes últimos, em sua maioria, trabalhadores assalariados que pagam preços exorbitantes pelos produtos que convencionalmente chegam ao mercado por meio dos atravessadores.

Percebe-se a necessidade e urgência de que os agricultores, sobretudo de base familiar, os quais cultivam basicamente produtos que são consumidos na alimentação da população nas suas proximidades, no seu dia a dia, sejam organizados em empreendimentos cooperativistas. Dessa forma, é possível realizar o ciclo completo da produção, industrialização e até mesmo a comercialização de seus produtos, agregando-lhes valor e auferindo melhores rendimentos à sua atividade.

CAPITULO II

AGRICULTURA FAMILIAR: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO

"Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome."

(Mahatma Gandhi)

2- AGRICULTURA FAMILIAR: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO

2.1 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CENÁRIO MUNDIAL

A agricultura familiar tem um importante peso na produção de alimentos. Também é um importante instrumento de políticas a ser efetivada pelo Estado como uma forma de promover a justiça social. Quando bem assistida, com políticas sérias de assistência técnica e acesso a créditos que viabilizem a modernização e propiciem a sua dinamização, ela possibilita às pessoas nela envolvidas a geração de emprego e renda.

A agricultura de base familiar tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico brasileiro, pois foi a partir de seu incremento, nas primeiras décadas do século XX, que houve a possibilidade de segurança alimentar do país. Quando houve a crise de 1929, que levou a economia cafeeira à bancarrota, os inúmeros trabalhadores das fazendas de café passaram a praticar a policultura, se dedicando ao cultivo de outras lavouras, sobretudo dos gêneros alimentícios, que, por sua vez, abasteceram a crescente população, que se urbanizava e se tornava operária da nascente indústria nacional Wanderley (2009). Mas em pleno terceiro milênio, ao término da primeira década do século XXI, esse ainda é um assunto de calorosos debates no Brasil por diferentes grupos sociais. Em países da Europa, a agricultura familiar recebeu uma atenção especial do Estado ainda na segunda metade do século XVIII Veiga (1991).

Na França, no início do século XX, é na figura do seu ministério da agricultura que o país alcança sua alta suficiência na produção de alimentos. Para que isso de fato ocorresse, houve uma valorização da agricultura familiar, e o Estado formulou uma política que permeava todas as etapas do desenvolvimento do ciclo de produção agropecuária. Encontravam-se presentes a assistência técnica, o acesso ao crédito e à comercialização. Esse foi o grande diferencial que possibilitou à França tornar-se autossuficiente na produção de alimentos, segundo VEIGA (1991, p. 53), que afirma:

O próprio Méline (*ministro da agricultura*³) não tinha nada de “conservador” ou “atrasado”. Fez o que pode para organizar o ensino técnico na área rural, o sistema de crédito rural e o cooperativismo. Além disto, atingiu seu principal objetivo: a auto-suficiência alimentar do país durante a Grande Depressão e durante a fase do pré-guerra de 1914 (Barral, 1968). Na verdade a Terceira República deve ser vista como o regime que consagrou definitivamente o peso político da agricultura familiar francesa. A burguesia, completamente constituída e estabelecida, acabou de se distanciar dos grandes proprietários fundiários e passou a apoiar a consolidação dessa forma de produção no setor agropecuário.

A agricultura tem uma importância fundamental na evolução da espécie humana. E de forma peculiar, os itens provenientes da agricultura familiar são de extrema importância na segurança alimentar dos povos nos mais diferentes cantos do mundo. Apesar dos grandes avanços que a humanidade tem alcançado nas últimas décadas, com a produção de novas tecnologias e produtos artificiais, a agropecuária continua a ter um peso insubstituível na produção de alimentos. VEIGA (1991, p. 177) assim define ao comentar que [...], “sua singularidade será mantida até o dia em que o homem consiga encontrar uma fonte de energia necessária à vida que dispense o consumo das plantas e dos animais”.

Quando se comenta sobre a viabilidade da permanência de uma família no campo, é necessário ter claro que não basta o acesso à terra. Em pleno terceiro milênio, ao término da primeira década do século XXI, no qual se vive a intensificação dos mercados mundiais e o predomínio da “livre circulação” de mercadorias, faz-se necessária a agricultura familiar em pequenos moldes, ou seja, em área inferior a um módulo rural. É preciso que essa agricultura disponha de tecnologias como máquinas, material geneticamente melhorado, possibilitando ter uma produção que permita ao agricultor obter rendimentos capazes de cobrir os dispêndios de produção, e sobre um valor em dinheiro suficiente para abonar suas despesas e se capitalizar. Com isso ele poderá viver com dignidade com sua família no campo, sem que tenha que imigrar para a zona urbana, engrossando os bolsões de miséria. Nessa lógica, VEIGA (1991, p. 186-187) descreve que [...], “a viabilidade econômica de unidades produtivas de pequeno porte na agricultura está muito mais ligada às possibilidades de adoção de inovações tecnológicas, à localização e à qualidade do solo, do que à dimensão”. Apesar de todas as transformações e inovações tecnológicas que alterou o sistema de produção das mais

³ Grifo do autor

diferentes escalas, a agricultura familiar continua tendo um importante papel na produção de alimentos e tem uma formidável relevância nos países ditos do centro do capitalismo, como descreve VEIGA (1991: p.187): “Importante sim é tentar entender o sentido geral do movimento histórico que fez com que a agricultura familiar tenha predominio de forma nítida em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século”.

É reconhecido por inúmeros segmentos que não basta o acesso à terra e aos créditos para o pequeno produtor obter sucesso, também se faz necessário a ele ter uma visão mais ampliada da importância do êxito da produção, cujo objetivo é propiciar uma vida mais digna à sua família. Porém esse diferencial está na forma como ele gerencia esses recursos, com eficiência, de forma que, no decorrer do tempo, eles consigam gerar um excedente de capital, com o qual possam constituir um fundo de reserva que lhes possibilite uma segurança financeira para resistir a tempos de anomalias naturais, ou de crises econômicas. Isso porque, devido ao seu baixo poder de capitalização, o pequeno produtor minifundista não dispõe de recursos para poder passar por uma crise econômica, sendo assim, caso ele opte pela monocultura em detrimento da policultura e passe a produzir produtos que têm seu preço regulado no mercado externo, uma crise neste setor pode levar à sua ruína, como assim define Willems, disponível em (www.scielo.br/scielo.php) ao comentar que [...]: “uma baixa nos Estados Unidos, na Argentina ou na Índia pode aniquilar todas as esperanças e aí do pequeno lavrador que substituiu as suas primitivas roças de milho e feijão pelas culturas novas”.

Do exposto percebe-se que é de extrema importância a uma nação manter certo equilíbrio de sua economia, e de forma especial, dar ênfase à agricultura familiar, que, quando bem assistida, é um importante mecanismo para o aquecimento da economia interna, principalmente pelo fato de ela estar descentralizada. Esta tem potencial para se desenvolver, nos mais variados espaços, se adaptando às especificidades de cada localidade de forma a produzir os gêneros alimentícios de acordo com as necessidades de um determinado lugar.

Porém vale destacar que a produção, a partir de minifúndios em tempos de globalização, também necessita estar em sintonia com as mudanças. E por isso os órgãos oficiais necessitam reconhecer esse segmento da agropecuária como um setor que precisa ter acesso às inovações. De forma que as empresas de pesquisa, sejam elas públicas ou privadas, devem receber incentivos e verbas disponíveis para o desenvolvimento de pesquisa, podendo contemplar esse setor, pois vale reconhecer que o Brasil tem tecnologia no campo da agropecuária que o coloca em destaque mundial.

Sendo assim, fica nítido que o País tem um grande potencial para tornar a agricultura familiar um segmento capaz de ocupar destaque no cenário mundial, pois pode transferir pacotes tecnológicos utilizados da agricultura empresarial para esta, fazendo as adaptações necessárias.

Esse é um fator determinante que possibilita ao País ampliar suas políticas sociais de distribuição de renda, pois dispõe de tecnologias de ponta, do domínio de um segmento produtivo no qual um significativo número de países, onde se concentra expressiva parte da população mundial, já ter chegado ao limite ou à beira deste na sua capacidade de produzir alimentos, como é caso da Europa e da Ásia. Nesse contexto, Barrucho (2009) faz uma importante observação de que há países que já chegaram ou estão na sua capacidade máxima de produção de alimentos, embora sua população continue crescendo.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO AUTOSSUSTENTÁVEL: A ALTERNATIVA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O SÉCULO XXI.

Por um longo período da história da humanidade, houve um predomínio do campo, que permeou a vida da sociedade, onde tudo girava em torno de uma proximidade de ajuda comunitária. As pessoas prezavam por um equilíbrio, colocando a vida e o bem estar em primeiro plano. O individualismo era algo muito reduzido, pois havia a necessidade de um intercâmbio entre as famílias, fundamental para vencer os desafios e tornar a vida um tanto mais fácil.

De certa forma, as famílias ou aldeias eram autossuficientes, produzindo a quase totalidade do que era necessário à sobrevivência da prole. A terra tinha uma extrema ligação com o cotidiano de praticamente toda a família, que estava direcionado ao trabalho, ligado à lida com a terra, ou com os afazeres da casa. Essas atividades envolviam, além das atividades comuns do lar, a prática do artesanato e outros pequenos serviços. Na íntegra, todo esse trabalho não se pautava na produção para a acumulação de grandes fortunas, mas com a pretensão de se obter o essencial à sobrevivência da família.

Porém, com o advento da Revolução Mercantilista e, principalmente, com o apogeu da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, houve uma transformação radical em escala mundial. A busca exacerbada pela acumulação de riquezas passou a ser o centro das atenções em todas as regiões do planeta, e as relações

sociais foram rapidamente se transformando da rotina de interação, com convívio e a ajuda mútua, para uma intensa competição nos mais variados níveis, nesse viés PETERSEN (2009, p. 5) descreve:

[...] A decorrência imediata desse projeto falido, mas ainda vigente, é o alastramento, o agravamento e a interconexão de males que acompanham a humanidade desde sempre e a instalação de uma crise sistêmica global. Em face da abrangência, profundidade e complexidade dessa crise, já se tornou lugar-comum a afirmação de que nos encontramos em uma encruzilhada histórica. De fato, a combinação de uma população mundial crescente e cada vez mais urbanizada com a degradação acelerada dos recursos naturais e as mudanças climáticas globais molda um cenário perturbador que nos confronta com dilemas decisivos.

À medida que foi intensificando o uso das máquinas na indústria, e criando novas máquinas, que, por sua vez, foi sendo incorporadas em outros setores da produção, esse procedimento, automaticamente, passou a gerar uma nova demanda e criando outros produtos.

Com isso ocorreu a tecnificação e a automação da produção, nos setores primário, secundário e terciário. E cada vez mais o homem passou a depender do mercado, porém com um grave dilema, pois ele, de forma muito abrupta, se viu sendo usurpado do seu meio de produção, pois à medida que se intensificava a produção, a inovação das máquinas liberava mais gente dos setores ocupacionais.

Porém, se na última metade do século XX assistimos a um intenso crescimento das cidades, nomeadamente nos países em desenvolvimento, com metrópoles que ultrapassaram milhões de habitantes com uma vasta gama de problemas, que vão da moradia, transporte, saneamento básico, violência, à poluição em diferentes níveis e outros mais. Nessa primeira década do século XXI, houve um olhar mais detalhado para o campo e, sobretudo, para a agricultura familiar.

Esta, por sua vez, passa a chamar a atenção de inúmeros setores, por seu potencial a ser explorado no novo milênio. Essa atividade oferece uma vasta gama de oportunidades com a geração de emprego e renda, o oferecimento de serviços, como o turismo rural, com grande potencial ao resgatar conceitos de séculos passados para uma geração que se moderniza cotidianamente. Com o oferecimento de serviços que visam sensibilizar a sociedade da necessidade de cuidar do meio ambiente, a agricultura familiar usa os recursos naturais de forma racional, através da prática do turismo

ecológico, bem como o oferecimento de uma forma de lazer diferenciado do meio urbano.

Esta pode proporcionar aos seus visitantes uma relação mais direta com o cotidiano do campo, inserindo-o em atividades do dia a dia no meio rural, o que possibilita a seus visitantes um mergulho no mundo agrário. Essas atividades acabam levando-os a conhecer e experimentar a diversidade da gastronomia regional, do mosaico de pratos e sabores da heterogeneidade da culinária típica e genuinamente da roça.

E a menina dos olhos, que é um novo nicho de mercado, que vem conquistando milhares de adeptos no mundo todo, dia após dia, são os produtos orgânicos. Esses alimentos são produzidos de forma sustentável por meio de métodos agrícolas modernos, que colocam no mercado produtos de alta qualidade, porém usando métodos milenares de produção. E essa prática hoje, em pleno século XXI, não é uma utopia ou um projeto mirabolante. Ela tem se consolidado cada vez mais como uma realidade e uma alternativa, um mecanismo eficiente com grande potencial para suprir a demanda por alimentos produzidos com métodos de baixa degradação. CARVALHO, disponível em (www.ceplac.gov.br/artigo22.htm) comenta que [...], “pensando assim a agricultura familiar valorizada e fortalecida assume um status revigorado e capaz de mostrar à sociedade urbana que viver no campo pode ser sinônimo de qualidade de vida com sustentabilidade. Um outro mundo é possível”.

A questão da luta contra a degradação do meio ambiente vem ganhando cada vez mais adeptos e admiradores por todo o mundo. Isso se deve ao acelerado desenvolvimento com a Segunda Revolução Industrial, na década de 50 do século XIX, que intensificou o uso dos combustíveis fósseis, bem como o desenvolvimento da indústria automotiva. Esses acontecimentos viabilizaram o uso das máquinas e intensificaram a massificação do uso dos agroquímicos, após o advento da Revolução Verde, o que, por sua vez, passou a provocar efeitos nefastos na biosfera, se transformando em verdadeiras catástrofes, de ordem antrópica.

O modelo monocultor prioriza a produção em grande escala com a mecanização e produtos agroquímicos, assim VASCONCELOS, disponível em: (http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_244070.shtml), aponta que, hoje são inúmeras as pessoas que discutem [...] “a sustentabilidade de um projeto baseado em monoculturas e que faz uso em grande escala de fertilizantes, agrotóxicos e

insumos de alto custo, [...]. Outro ponto negativo são os maus tratos ao meio ambiente decorrente dos avanços das fronteiras agrícolas”.

Milhões de pessoas têm abraçado essa luta, que vem ganhando novos admiradores mundo afora, dia após dia. Elas denunciam as agressões ao meio ambiente e têm cobrado das autoridades, nas mais diferentes esferas, ações enérgicas que venham a se intensificar de forma rigorosa, o controle do uso de produtos e substâncias que possam provocar danos ao meio ambiente e à saúde da população de forma geral.

No entanto, essa luta tem sido árdua pelo fato de que essa ativação na degradação do meio ambiente é o resultado nefasto da Revolução Verde, a qual é um componente sustentado por grandes corporações do agronegócio. Estas podem até mesmo usar de meios inescrupulosos para defender seus interesses, mesmo que eles coloquem em perigo a sustentabilidade do planeta e a vida de centenas de milhões de seres humanos.

Essa ação mobilizadora de acordo com LISBOA (2009), pode ser percebida no livro ‘A Primavera Silenciosa’ da Bióloga Rachel Crison, que, em um minucioso estudo em Massachusetts sobre os efeitos do inseticida DDT, usado no controle dos mosquitos, na população de pássaros, acabou por descobrir os efeitos desastrosos dos pesticidas de maneira geral, pois segundo LISBOA (2009, p. 131), também os trabalhadores [...], “estavam sofrendo com a exposição a pesticidas, como *clordane*, o *dieldrin* e o *parathion*. Rachel Crison foi atacada impiedosamente pelas corporações produtoras de agrotóxicos, chamada de comunista lésbica e acusada de trabalhar contra o progresso”.

Nas últimas décadas, por meio de ações de ONGs e da sociedade, é que passou a haver mobilizações, cobrando das autoridades, leis que regulamentem e fiscalizem os índices mínimos aceitáveis, de prováveis resíduos de substâncias químicas, que podem vir a existir nos alimentos. Nessa concepção, SILVEIRA; OLALDE (1998, p. 247) descrevem [...], “Assim, esses efeitos ambientais ameaçam a sustentabilidade dos sistemas de produção da agricultura moderna e passam a representar importantes elementos indutores de mudanças no próprio paradigma tecnológico”.

2.3. AGRICULTURA FAMILIAR: A Alternativa na Produção de Alimentos mais saudáveis.

A agricultura familiar tem um grande potencial no terceiro milênio, dado ao fato de que a sociedade cada vez mais está se sensibilizando da importância da preservação dos recursos naturais e do seu uso de forma racional, como uma alternativa para que a humanidade possa viver em harmonia com o meio, e garantir uma vida mais saudável às gerações futuras. E é frente a essa preocupação, que cada vez mais chama à atenção da sociedade em escala mundial, a importância da produção de base familiar perpetrada em pequenas propriedades, por meio da prática da policultura, que vem se despontando como o modelo ideal. Em função de sua forma de ser conduzida normalmente pela família que ocupa o minifúndio, e dado ao tamanho da área a serem exploradas, tende a haver o uso mais intenso do solo de forma racional. E há também uma variedade produtiva, que normalmente compreende o cultivo de pelo menos uma dezena de diferentes tipos de plantas, bem como a criação de pelo menos meia dúzia de animais compreendendo a pecuária, avicultura e em alguns casos a aquicultura e a apicultura. Dado ao seu baixo poder de capitalização, esse agricultor precisa obter receitas de forma mais permanente, o que pode ser adquirido com esse modelo de produção, possibilitando um maior equilíbrio da natureza.

Na agricultura familiar, na sua essência, para obter resultados favoráveis, o produtor precisa estar em sintonia com o meio ambiente. Sendo assim, desde o início de sua prática, há centenas de anos, esta forma de agricultura sempre usou os recursos naturais de forma racional com um certo equilíbrio, pois (de forma peculiar) o agricultor não produz unicamente para o comércio, uma parte de sua produção se destina ao seu consumo, como assim define PETERSEN (2009, p.6), ao comentar que são esses pequenos agricultores que anverso ao acrescentamento [...], “da agricultura industrial e do capitalismo no campo, são exatamente eles e suas organizações que apresentam nos dias de hoje, em plena era neoliberal, como uma das mais significativas forças de resistência à ordem hegemônica da globalização”[...].

E nesse contexto, nas políticas de democratização de acesso à terra, se destacam aquelas provenientes de assentamentos resultantes das ocupações mobilizadas pelo MST. Estas têm essa característica peculiar de poder se direcionar para esse modelo de produção, dado ao fato de serem os lotes de terra explorados diretamente pela família do agricultor. E uma vez desenvolvendo esse modelo de exploração, não só estará envolvendo toda a mão-de-obra da família, bem como garantindo uma produção diversificada que lhes possibilita a segurança alimentar pela diversidade de produtos cultivados em sua propriedade, bem como uma diversificação de renda.

Sendo assim a reforma agrária, além de ser uma política de fundamental importância para estabelecer o equilíbrio no fornecimento dos produtos básicos à alimentação da população do país, podendo reduzir os seus preços nos centros urbanos, ainda tem um papel preponderante na fixação de uma expressiva população no meio rural. E uma vez que esses agricultores forem assistidos com uma política de assistência técnica que dê os meios necessários para que possam ir se modernizando e ampliando sua capacidade de produção, eles tendem a se organizar em associações, consolidando a produção em pequenas, mas modernas agroindústrias. Estes empreendimentos podem, com tempo, se consolidar em bem estruturadas e organizadas cooperativas, sendo este um processo de fortalecimento econômico que possibilitará a capitalização das famílias assentadas, bem como um mecanismo de geração de emprego e renda que criará os meios necessários para a fixação no campo das gerações futuras. Sendo assim a reforma agrária nesse contexto é apresentada de acordo com, ALMEIDA; SANCHES disponível em (www.pucsp.br/neils/downloads/v5_artigo_lucio_felix.pdf), interpretando o pensamento de PETRAS, como uma das poucas possibilidades [...], “a conquista da cidadania por milhões de “excluídos”. Enfim, existem os que julgam que o projeto prático do MST é francamente revolucionário, não se limitando à simples realização de uma reforma agrária nos marcos do sistema capitalista”.

Com a abertura econômica nos anos 90 do século XX, passou a haver uma intensificação da acumulação de riquezas de uma minoria, em detrimento da pobreza de uma substancial parcela da sociedade, que é representada pela perda de poder de compra dos salários dos trabalhadores da cidade e o esfacelamento das unidades de produção de base familiar no campo. Esses fatores acabaram levando a agricultura familiar a um processo de falência de forma acelerada nos países do Hemisfério Sul.

No entanto, esse processo tornou-se fundamental para que cidadãos conscientes e reconhecedores dessa problemática, nos mais diferentes meios, passassem a defender e reconhecer a necessidade e urgência, nos anos de 1990, de enfatizar uma política de democratização do acesso à terra e dos meios para nela produzir e permanecer como uma alternativa concreta de justiça social. Nesse viés, PETRAS disponível em (http://www.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_petras.pdf), comenta que, de forma magnífica, do mesmo modo na zona urbana [...], “os pobres, os favelados estão a favor das ocupações e da dinâmica existente e veem com simpatia as grandes ações e enfrentamentos que ocorrem no campo, como um polo de vitória contra o derrotismo e clientelismo que se expressa nos grandes centros urbanos”.

Ainda nessa perspectiva da importância da concretização de uma reforma agrária pelo Estado, como um instrumento para a redistribuição de renda e segurança alimentar, CARVALHO, disponível em (resistir.info/brasil/questao_agraria.html), interpretando Petras, aponta que:

O MST não propõe somente exigências imediatas de títulos de propriedade da terra e de infraestruturas (...) Ele trabalha igualmente a formação política de seus dirigentes e o desenvolvimento de uma perspectiva anticapitalista baseada na compreensão da natureza da exploração do estado pelo capital financeiro.

Percebe-se, assim, a importância do processo de consolidação da agricultura familiar como um mecanismo no fortalecimento da oferta de alimentos, tanto no que se refere à alimentação do próprio camponês como aquela a ser adquirida pela população nos meios urbanos. Portanto, a sua oferta está diretamente ligada ao acesso à terra por milhares de famílias que têm vínculo com o trabalho no campo e hoje estão destituídas desse bem.

Uma vez que um maior número de famílias que tem aptidão para o trabalho com terra estiver inserido no meio rural, tendo os meios mínimos para tornar seu lote produtivo, tende a aumentar as probabilidades de haver uma maior oferta de alimentos à população de forma geral. Isso devido ao fato de que a exploração das pequenas unidades de produção tem como princípio, meio e fim a prática da policultura.

É partindo desse princípio que o MST, como um dos movimentos sociais contemporâneos, tem cada vez mais intensificado o debate dessa necessidade crucial de se criar uma política de democratização da terra no Brasil. Segundo PETRAS, disponível em (http://www.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_petras.pdf), essa ação é uma demonstração da emergência da necessidade do fortalecimento de uma política de justiça social, pois [...], "as ocupações e os enfrentamentos são muito mais intensos do que outras manifestações de adversários do governo neoliberal".

Porém essa intensificação e situação harmônica entre a agricultura familiar e o meio ambiente não têm ocorrido assim de forma integrada ao longo das últimas décadas. Com o advento da Revolução Verde e a intensidade do uso de novas tecnologias que propiciaram a especialização de setores da produção, principalmente à agricultura comercial, que cultivava extensas áreas, a adotarem a monocultura. Isso, por sua vez, com o uso desmesurado dos agroquímicos, elevou a produção, reduzindo o

preço das matérias-primas de origem agropecuária, (se bem que sua qualidade sofreu uma redução significativa), essa prática desmedida acabou por causar graves impactos ao meio ambiente.

Uma vez que, a princípio não foram contestados esses aspectos negativos da agricultura comercial, ela passou a dominar o mercado e, assim, foi reduzindo a agricultura familiar a um processo ineficaz, como passou a ser considerada pelos admiradores da Revolução Verde. MENDONÇA (2006, p.85) destaca que estes a denominam de [...], “‘pobres do campo’, dilui-se sua identidade de classes, de sujeitos – políticos, sociais e econômicos – em luta, tornando-se os diversos tipos de pequenos produtores um grande conjunto homogeneizado por atributos como ‘irracionalidade’, ‘atraso’ ou ‘baixa eficácia econômica’”.

Com o processo falimentar da agricultura familiar, por falta de apoio e estímulo do poder público e da própria sociedade, uma expressiva parte dessas unidades, na sua maioria áreas com menos de dois módulos rurais, acabaram sendo incorporadas aos grandes latifúndios. Boa parte dos pequenos produtores que permaneceram no campo acabaram por enveredar nesse caminho da intensificação da produção, especializando-se em um ou dois produtos, com produção orientada para o mercado, acabaram fazendo uso dos instrumentos do pacote da Revolução Verde, abandonando de forma muito abrupta uma prática milenar com conhecimentos que foram repassados de geração em geração.

Porém, ao optar pelo modelo de produção sustentado nos preceitos da Revolução Verde, esses produtores se tornaram presas fáceis, dado ao fato de que em tempos de convulsão do mercado mundial, eles, sem contar com uma alternativa de produção e tendo desestruturado sua base policultiva, entraram em crise. Assim aponta PETERSEN (2009, p. 7), ao comentar que a modernização do campo desvirtuou os [...] “processos de especialização produtiva; a disseminação de empreendedorismo baseado na economia de escala; e uma forte dependência da agricultura a insumos comerciais e a mercados de produtos dominados por grandes complexos agroindustriais” [...],

Porém, ao contrário desse modelo monocultor, uma vez que o produtor minifundista se volta para a produção autossustentada, o seu poder de capitalização é mais seguro, ao cultivar uma variedade de produtos que será, na sua maioria, colocada no mercado interno e terá assim uma certa constância nos preços, bem como uma redução nos custos de produção. Além disso, há uma garantia de alimentos variados produzidos em sua propriedade, porque, ao optar pelo modelo policultor, se torna

possível e viável o aproveitamento dos espaços de forma mais intensa, aumentando assim o potencial de produção dos alimentos. Por esse viés, PETERSEN (2009, p. 7) argumenta que [...] “a agricultura familiar camponesa constrói o seu progresso a partir do emprego de seu trabalho e de seus conhecimentos na valorização dos potenciais ecológicos e socioculturais locais”.

A pequena propriedade é um mosaico de atividades que acaba por necessitar da interação de toda a família, devido ao fato de, no dia a dia, as pessoas normalmente executarem várias atividades que vão da lida na lavoura ao cuidado com os animais.

Com uma forma de produção na qual se utiliza a terra de forma intensa, no entanto de modo racional, os minifúndios, ao cultivarem certas variedades de plantas em suas lavouras, sendo muitas delas de forma intercalada ou consorciada, possibilitam uma sensata harmonia ao meio e uma intensa troca de nutrientes entre as plantas e o solo. Isso permite um maior equilíbrio, com a produção de alimentos mais saudáveis. Nessa percepção, WANDERLEY (2009, p. 40) argumenta [...], “assim fazem do meio rural seu lugar de vida, famílias que tiram seu sustento de distintas atividades autônomas ou combinadas entre si”[...].

É essa variedade de atividades que tem possibilitado que as pessoas nelas envolvidas tenham, ao longo da história, acumulado um grande conhecimento, que vai sendo passado de geração em geração, possibilitando a sobrevivência em meio século das inovações da Revolução Verde. E ressurgem em pleno limiar do século XXI, como uma alternativa para o terceiro milênio na prática da agropecuária, como um modelo eficaz capaz de colocar à disposição da humanidade alimentos mais saudáveis, com técnicas de produção corretas que tendem a causar os menores impactos ambientais. Segundo RESENDE (1998, p. 279) (ao) comenta que [...], “Os antepassados pré-históricos foram mais hábeis do que nós no que se refere à botânica aplicada. Este é um fato intrigante, pois identificar e usar uma cultura alimentar é algo com grande teor de informação” [...].

Portanto, apesar de todas as inovações, muitos grupos tradicionais resistiram ao saque dos conhecimentos populares e à opressão do mercado, que colocam os produtos industrializados como algo supremo e o conhecimento do mundo das comunidades como alguma coisa arcaica, sem valor, desprovida de sentido.

É com base nessa atitude tomada por um expressivo grupo de produtores, espalhados pelas diversas partes do Brasil, que se tem buscado, nas últimas décadas, fortalecer e manter a agricultura familiar com práticas que possibilitem uma maior

harmonia entre o homem e o meio. Como PLOEG (2009, p.27) descreve [...], “por mais ultrapassadas e irrelevantes que essas práticas possam parecer quando consideradas isoladamente no atual contexto, elas têm cada vez mais assumido o papel de veículo pelo qual a resistência se expressa e é organizada”[...].

2.4. OS IMPACTOS DA REVOLUÇÃO VERDE E A BUSCA PELA REVITALIZAÇÃO DO POLICULTIVO COMO ALTERNATIVA DE PRODUÇÃO E EQUILÍBRIO AMBIENTAL

A Revolução Verde foi interpretada não como um mecanismo para a produção de alimentos de forma a saciar a fome no mundo. O acesso a essas inovações não se deu de maneira democrática. A sua centralização nas mãos de um reduzido grupo fez com que esse modelo se tornasse um bem que levou à concentração da cadeia produtiva, desde os insumos, máquinas, produção primária e industrialização a estarem sob o controle de uma reduzida parcela da sociedade.

Porém, nas últimas décadas, inúmeros estudiosos desse assunto têm alertado de que esse modelo não é o ideal, nem para a segurança alimentar nem para a produção de alimentos saudáveis. Isso se deve à intensidade cada vez maior do uso de produtos agroquímicos, e pela artificialidade dos produtos finais oferecidos pela indústria alimentícia de transformação, e apontam o fortalecimento da agricultura minifundista com a prática da policultura como o modo mais correto. WANDERLEY (2009, p. 43) faz uma importante observação ao mencionar que a agricultura familiar tem um papel preponderante na conservação dos recursos naturais, assumindo um [...] “especial relevo a preservação do patrimônio natural, a quantidade e a qualidade dos alimentos, as demandas de segurança alimentar, a adequação dos processos produtivos e a equidade das relações de trabalho”[...].

Portanto, o modelo de agricultura pensado como a alternativa para suprir a “déficit” alimentar em escala mundial ao longo do tempo mostrou sua ineficiência e caos, pois inúmeras regiões do mundo, e centenas de milhares de pessoas, continuam sofrendo os agravantes de uma alimentação deficitária, e, principalmente, os países do Terceiro Mundo. No caso brasileiro foi dada prioridade à agricultura comercial, com pacotes tecnológicos importados de multinacionais do setor do agronegócio, e hoje o país amarga graves problemas de degradação ambiental. Nessa perspectiva, de acordo com CARVALHO, disponível em (www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo22.htm),

destaca que tal arquétipo [...], “excluía o conhecimento local, não serve ou servia aos reais interesses da agricultura familiar, que tem uma lógica própria, seja na ocupação dos membros da família, seja no policultivo das roças, para otimizar espaço e garantir segurança alimentar”.

Esses conhecimentos mantêm ainda hoje um vínculo coletivo de autoajuda, que visa, acima de tudo, uma vida em equilíbrio, tanto no que se refere ao convívio social, quanto à relação desta sociedade com o espaço natural, o qual ela ocupa e preserva. E acima de tudo pela harmonia entre o ser humano e a natureza. Sendo assim RESENDE (1998, p. 280-281) conclui que [...] “Além de nossos antepassados, ainda recordistas em muitas coisas, há pessoas simples do povo, entre elas os agricultores em particular os pequenos agricultores, que, tudo indica possuem também um acervo de conhecimento altamente valioso”.

Porém, se inúmeros observadores e pesquisadores reconhecem as atividades agrícolas desenvolvidas em pequenas propriedades com esse potencial, e a cada dia aumenta a demanda por esses produtos, pois há um mercado consumidor que busca cada vez mais produtos com essas características, por outro lado as políticas oficiais do Estado continuam direcionando sua atenção para a agricultura em grande escala. Como descreve FAVARETO (2007, p. 149), ao argumentar que:

[...], “estas populações não dispõem dos meios e dos recursos para pleitear outro tipo de investimento e de inserção governamental. Como resultado, os investimentos produtivos são capturados pelos agentes mais tradicionais do agro, reforçando sempre a mesma visão baseada na valorização dos recursos primários”, [...].

Do exposto percebe-se que, apesar do reconhecimento social e da importância que a agricultura familiar apresenta, como uma alternativa na geração de emprego e renda, no fornecimento de alimentos saudáveis, há ainda um longo caminho a ser percorrido, para que o Estado de fato direcione a esse modelo produtivista a sua real importância. É preciso que seja reconhecido o seu potencial como um instrumento capaz de aliar produção e conservação dos recursos naturais.

No atual contexto, uma expressiva parcela da sociedade, intelectuais e integrantes de inúmeras ONGs e até mesmo representantes políticos reconhecem que a Revolução Verde, na prática, não se estruturou como uma política que foi ao encontro dos reais objetivos, quando, em meados do século XX, foi apresentada ao mundo como

uma alternativa na produção de alimentos, em nível de suprir a demanda de comida e atender as carências de toda a população.

2.5 A Produção por Monocultivo e a Dependência dos Insumos Agroquímicos.

A segurança alimentar a nível mundial, e não somente de alguns países, está hoje ameaçada por vários fatores. Apesar dos constantes avanços da ciência na modernização dos mecanismos de produção, isso não tem bastado por si só para garantir às futuras gerações de que haverá comida farta e barata.

Essa hipótese fica nítida ao se observar que a produção em grande escala em todo o mundo hoje tem uma forte dependência dos produtos agroquímicos derivados dos combustíveis fósseis. Esse é um recurso natural não renovável que tende, em um futuro não muito distante, a vir se esgotar.

Com a intensificação da Revolução Verde que resultou na mecanização do campo, com as políticas oficiais que incentivou o uso de modernas tecnologias dentre as quais o uso de insumos agroquímicos com a utilização de adubos de forma desordenadas na busca de se obter uma maior produção por hectare para compensar os investimentos, e também a utilização de pesticidas no controle de ervas daninhas, insetos e fungos, provocando a dependência da agricultura em relação às grandes empresas de insumos, sobretudo as multinacionais, nessa linha de pensamento MERLINO disponível em ([HTTP://paginadoenock.com.br/home/post/5904](http://paginadoenock.com.br/home/post/5904)), aponta ser esse o fator de o Brasil ter se tornado o maior consumidor mundial de insumos agroquímicos e comenta:

[...] foi comemorado pelas empresas transnacionais, que “acham que a utilização dessa enorme quantidade de fertilizantes é sinônimo de progresso. Isso indica que tem algo errado no rumo que as coisas estão tomando” acredita Fernandes. Segundo ele, como o poder público estimulou a utilização desses insumos pela agricultura nas últimas quatro décadas, “ele tem responsabilidades de tentar minimizar seus impactos e, por outro lado, estimular outro modelo de agricultura que não seja tão dependente desse produto”.

A quase totalidade dos insumos utilizados atualmente na prática da atividade agropecuária são produtos derivados do petróleo, um recurso natural não renovável cuja

maior parte das reservas se localiza em regiões de permanentes conflitos, colocando em xeque o equilíbrio da produção mundial de alimentos.

Mesmo que isso não ocorra em um período razoável de tempo, à medida que se intensifica o seu uso, reduz a sua oferta e aumenta a demanda, tende a haver um aumento no seu preço. O que, por sua vez, repercute em toda a cadeia produtiva da agropecuária em grandes extensões, e de forma acentuada na elevação dos preços dos insumos agrícolas. Em função dessas probabilidades previstas, estas altas tendem a ser repassadas ao final da cadeia, que são os alimentos postos no mercado ao consumidor.

Com o uso intenso e de forma irracional, a agricultura comercial, que pratica a monocultura, além de degradar os solos e os mananciais, está muito suscetível aos ataques de pragas, de maneira que cada vez mais fungos, insetos e parasitas deslocados de seu meio biótico, onde havia um controle natural, encontram um ambiente propício para se proliferar. E sem predadores naturais, essa proliferação leva o agricultor a intensificar o uso de pesticidas, o que resulta em mutação genética das pragas, podendo sair do controle destes agricultores e causar um desastre, inviabilizando ou reduzindo a níveis mínimos a sua produção. Como exemplo podemos citar o cultivo do cacau no Recôncavo Baiano, que foi intensamente atacado pela Vassoura de Bruxa, um fungo que ataca as plantas e reduz a sua produção a níveis baixíssimos.

Indo na contramão do modelo de monocultivo, a agricultura familiar praticada em pequenas propriedades, e de forma milenar, se mostra mais integrada à natureza e seus impactos ao meio ambiente são bastante reduzidos, dado ao fato de que esses agricultores usam um sistema de produção que visa uma maior interação com o meio natural. Percebe-se assim que inúmeras pesquisas e estudos têm demonstrado, de forma nítida, que a ciência pode contribuir muito com esse modelo de produção, porque há várias maneiras de substituir o uso de insumos químicos por produtos de origem orgânica, como os compostos orgânicos, adubação verde e caldas bordalesas. E o controle das pragas pode ser feito através do manejo correto de plantas, utilizando repelentes naturais.

Porém essa prática de produção sustentável é mais direcionada à agropecuária desenvolvida em áreas não muito extensas. Na prática, se torna ideal a propriedade de um ou dois módulos rurais, se encaixando ao modelo da agricultura familiar.

Ao analisar esta sucinta comparação entre (ambos) os modelos de produção, o monocultor e o policultor, percebe-se que é fundamental a humanidade se sensibilizar

da necessidade de usar os recursos de forma moderada e racional, para garantir o futuro da humanidade que levou milhares de anos para alcançar a evolução na agropecuária e que vem sendo erodida de maneira muito abrupta nas últimas seis décadas da história contemporânea. E nessa lógica, WEID, (2009, p.52-53) faz uma importante alerta, mencionando que:

Ao longo dos cerca de 10 mil anos de evolução da agricultura camponesa em todo o mundo, domesticaram-se centenas de espécies e adaptaram milhares de variedades às condições ambientais em que viviam e produziam. Entretanto, nos últimos 50 anos, a humanidade perdeu grande parte dessa agrobiodiversidade, que vem sendo substituída maciçamente por variedades desenvolvidas por empresas ou centros de pesquisa. O estreitamento dessa base genética coloca em risco o futuro da agricultura, pois se perde o potencial de adaptabilidade adquirido por gerações de incontáveis melhoristas práticos.

Mas o que se percebeu durante esse período é que, apesar de grandes safras que vêm sendo colhidas, nesses últimos anos, também na mesma proporção isso tem demonstrado a fragilidade desse modelo, pois o seu sucesso está diretamente ligado a uma extrema dependência de insumos químicos. E o uso descontrolado destes produtos tem causado impactos negativos em inúmeros segmentos, como exemplifica MERLINO, disponível em: ([HTTP://paginadoenock.com.br/home/post/5904](http://paginadoenock.com.br/home/post/5904)). Ele aponta que o modelo de monocultivo de exportação [...] “depende dos agrotóxicos porque, quando se opta pela monocultura, ao mesmo tempo em que se destrói a biodiversidade, se oferece às pragas todas as condições de elas se expandirem.

Mas esse resultado vai na contramão da agricultura familiar, que na sua prática produtiva utiliza o máximo dos recursos disponíveis em nível local, como a utilização da mão-de-obra dos membros da família com reduzidos recursos tecnológicos, e os insumos, na sua totalidade, se baseiam no aproveitamento de resíduos da própria atividade agropecuária, como esterco de origem animal, palhada, húmus e composto orgânico. É baseado nessa percepção de uma produção autossustentável que WEID (2009, p. 59) menciona o fato de a sociedade de forma geral ter motivos para se congratular com um possível aumento na oferta de produtos alimentícios produzidos de forma ecologicamente correta, porque cada vez mais os [...] “camponeses em todo o mundo já estão mostrando que um sistema com essas características está em gestação e se baseia nos princípios da Agroecologia” [...].

Uma vez que se passa a ter conhecimento de fatos que repercutem de forma negativa no bem-estar social e tendem a se agravar ao longo do tempo, pois seus impactos são irreversíveis se conduzidos no mesmo ritmo que vêm se perpetuando há décadas, a reversão dessa situação só será possível com ações da sociedade organizada. Essa organização pode ocorrer através de debates em fóruns, nos quais haja representantes dos vários segmentos sociais, que estejam dispostos, de forma séria, a discutir o problema em pauta e buscar uma solução que de fato possa amenizá-lo, sem colocar em risco a qualidade de vida das pessoas e causar possíveis impactos na economia que venham a afetar grupos sociais. Nessa lógica, discutindo os problemas referentes aos impactos provocados pela tecnificação e modernização da agropecuária brasileira, nas últimas décadas um estudo realizado pelo CETAP (1998) define que: “O modelo atual de desenvolvimento agrícola é insustentável, pois exige grande quantidade de capital, equipamentos e insumos, gerando consequências desastrosas ao homem e ao meio ambiente”. Ainda nessa mesma linha de pensamento, SILVEIRA, OLALDE (1998, p. 245) conclui que é necessário se pensar em um modelo que alude à não renúncia [...], “do objetivo da intensificação por área mais um direcionamento mais próximo ao que vem sendo chamado de ‘agricultura sustentável’, isto é baseado ainda em níveis elevados de produtividade desde que obtidos com técnicas que não degradem o ambiente” [...].

Portanto, como nas últimas décadas houve, por um lado, uma retração da atividade produtiva de ordem familiar, e por outro, a crescente concentração de terras e o aumento da produção por meio de atividades agropecuárias, desenvolvidas em grandes extensões de terras, resultando no aumento do uso de insumos químicos, nesse viés FERREIRA; VIEIRA (2005, p. 106), aponta que, de 1992 a 2000 a comercialização:

[...], “de venenos para as lavouras saltou de \$947.399.000,00 (novecentos e quarenta e sete milhões trezentos e noventa e nove mil dólares) para \$ 2.499.958.000,00 (dois bilhões quatrocentos e noventa e nove milhões novecentos e cinquenta e oito mil dólares)”, verificando, portanto, um crescimento de 2,6 vezes no curto período de oito anos.

Mesmo com esses números alarmantes, isso não tem sido o suficiente para que as autoridades tomem medidas mais enérgicas, e o que se tem visto no atual contexto é a mobilização da sociedade civil, de modo especial as ONGs, que denunciam

os agravantes da degradação ambiental. Esta tem como um dos vilões a agricultura em grande escala, que além, dos frequentes desmatamentos, também é o principal responsável pela degradação dos solos, pelo uso constante e intensivo das máquinas que provoca a sua compactação e o seu desgaste, que mediante a erosão acaba por assorear os cursos d'água, bem como o mais agravante na agropecuária brasileira, que é a contaminação pelo uso indiscriminado de insumos químicos, adubos e pesticidas. CARVALHO (2002, p.138) defende que o país é [...] “o maior consumidor de fertilizantes e produtos agroquímicos. Todas as grandes indústrias estrangeiras do setor têm fabricas no Brasil”, [...]. Pois são estes insumos os itens determinantes pelo aumento expressivo das sucessivas safras. Para MERLINO, disponível em: ([HTTP://paginadoenock.com.br/home/post/5904](http://paginadoenock.com.br/home/post/5904)) [...], “tal cenário é do país que, em 2008, foi “consagrado” com o título de campeão mundial de uso de agrotóxicos. Foram 673.862 toneladas de defensivos, o equivalente a cerca de 4 quilos por habitante”, o que equivale a 56.155 toneladas/mês.

Apesar de inúmeras denúncias de agressões ao meio ambiente, e da sensibilização da sociedade a esses impactos, os resultados ainda caminham em ritmo um tanto lento. Pois o agronegócio envolve cifras bilionárias, e este volume todo de dinheiro está sob o controle e domínio de um reduzido grupo de empresas.

Uma vez dependente desses insumos e dado o seu alto custo, uma mínima variação nos preços dos produtos na pós-colheita, ou uma pequena alteração climática, já é um ponto a resultar em prejuízo para o agricultor. Se ele tiver contraído algum empréstimo junto a instituições financeiras, pode até mesmo ter que vender sua pequena propriedade para saldar as dívidas, acabando por ir morar na periferia dos centros urbanos.

Em função dessa probabilidade de fracassos e do uso intensivo dos insumos agroquímicos, que passaram a ser aplicados cada vez mais em grandes quantidades, sem nenhum tipo de controle, é que nas últimas décadas tem-se intensificado os debates em relação à produção de alimentos mais saudáveis, livres de contaminação por produtos dessa ordem. O seu uso desenfreado resulta em altos índices de contaminação dos produtos oriundos da agropecuária, por resíduos principalmente de pesticidas.

Sendo assim, as famílias que exploram o campo em pequenas propriedades perceberam que, cada vez mais, se tornavam inviáveis as práticas agrícolas totalmente dependentes de insumos derivados da indústria. Principalmente, pesticidas, adubos e sementes. E à medida que o mercado consumidor passou a exigir produtos de melhor

qualidade, abriu-se um novo nicho de mercado como assim definem BADALOTTI; REIS (2005, p. 123) ao comentarem que as causas que levaram o pequeno produtor a buscar se organizar em grupos e produzir de forma ecologicamente correta [...], “tem a ver com a necessidade, em primeiro lugar de criar condições de produção diferentes daquelas utilizadas na unidade individual sob o modelo convencional, ou seja, buscar viabilizar-se economicamente de forma alternativa”.

Porém à medida que cresce a demanda por produtos ecologicamente produzidos, uma vez que estes têm um potencial de mercado muito promissor, se torna essencial às pessoas envolvidas na sua produção, bem como empresas de fomento, e incubadoras das universidades juntamente com as ONGs que apóiam essa modalidade, buscarem políticas que deem legalidade a essa produção. É necessário o envolvimento das inúmeras famílias com aptidão no trabalho com a terra, para produzir cada vez mais um volume de produtos, de forma a atender à demanda sem perder essa fatia do mercado. Nessa concepção na qual a defesa de um modelo da agricultura de base familiar tem os requisitos ideais para produzir em escala cada vez maior produtos ecologicamente corretos, BADALOTTI; REIS (2005, p.158) concluem:

A agroecologia está associada também a uma questão de identidade política e social que se contrapõe ao poder da mídia, ao consumo, uma identidade de agricultor familiar que ao mesmo tempo em que é nova, pois reflete em discursos reelaborados e que trazem novas concepções e valores, é uma identidade que pretende ser “recuperada”, não no sentido de voltar ao passado, mas no sentido de recuperar práticas e ações políticas que perderam suas forças.

Percebe-se, desta forma, que a agricultura familiar no novo milênio tem uma vasta gama de oportunidades a serem exploradas. Isso lhes propicia de fato ser reconhecidas como uma política social de redistribuição de renda, podendo, a médio e longo prazo, vir a se tornar um segmento a ter um grande peso na balança comercial, dado ao fato das condições bioclimáticas que o Brasil dispõe. Esse fato torna possível ao País galgar uma significativa fatia no mercado mundial, com a produção de alimentos agroecológicos.

2.6 AGRICULTURA FAMILIAR E INOVAÇÃO: Os Desafios a serem Superados Para uma Produção Diferenciada em Tempos de Globalização.

As políticas públicas de acompanhamento e assessoria à agricultura familiar deveriam ser uma constante hoje. Para o Estado, a agricultura familiar deveria ser fundamental. Haja vista que, por meio desta, ele consegue manter o equilíbrio entre a oferta e a procura dos produtos, e controlar os preços dos alimentos. Segundo observações de ABRAMOVAY, (1992, p. 227), “[...] O importante é que a estrutura familiar e o caráter competitivo da agricultura fornecem a base social objetiva para que o Estado assuma a função simultânea de controle da renda agrícola e ao mesmo tempo dos preços alimentares”.

Apesar da importância que a agricultura familiar representa na produção dos alimentos para o consumo interno de um país, na região Centro Oeste, principalmente no Estado de Mato Grosso, o modelo de desenvolvimento agropecuário privilegiou a produção para exportação e desestabilizou a agricultura familiar. Essa situação levou à marginalização e à pobreza um expressivo número de famílias, como descreve MORENO, (2005, p. 145):

O predomínio de lavouras comerciais no Estado, voltadas principalmente para o mercado externo, tem implicado na forte redução no plantio de culturas de base familiar, cuja produção carece de incentivos financeiros para o seu fortalecimento. Sem dúvida, isto é resultado de um modelo de desenvolvimento que reforça a dependência de importação de produtos alimentícios e indiretamente reduz a participação da pequena produção na economia. A importância da produção familiar está no cultivo de produtos considerados básicos na alimentação do brasileiro e sua redução gera implicações sociais e econômicas, que extrapolam o âmbito regional e refletem inclusive no aumento da pobreza de grande parte da população do país, no desemprego, êxodo rural e aumento da violência urbana.

Ao optar por um modelo de desenvolvimento agropecuário dessa natureza, no qual não há uma diversificação na produção, o Estado se torna vulnerável, pois por um lado intensifica a concentração da renda, e por outro fica susceptível às instabilidades econômicas internacionais.

Descapitalizado e marginalizado, sem contar com políticas oficiais capazes de disponibilizar créditos, em volume suficiente para que o agricultor consiga se modernizar, o pequeno produtor ainda tenta permanecer no campo. E ele o faz, mesmo que em condições muito precárias, e com uma renda que mal dá para suprir suas necessidades básicas, impossibilitados de acumular alguma reserva para melhorar sua produção, Bernardes (2005).

A tendência à concentração fundiária ocorre porque a lógica dominante hoje, no mercado capitalista neoliberal, é priorizar cada vez mais o maior ganho/lucro possível. Mas se a prioridade de uma economia e da lógica do mercado fosse satisfazer cada vez mais e melhor as necessidades sociais básicas de todas as pessoas (que é precisamente a lógica do cooperativismo), outra seria a ênfase, entre elas, de gerar mais oportunidades de trabalho e renda e maior democratização da propriedade e dos bens de produção.

No atual contexto, o Estado, sob a influência de vários setores do agronegócio, tem dado cada vez mais ênfase à produção em grande escala, em um ritmo acelerado, seja na indústria ou na agropecuária. Em muitos casos, sequer é feito um estudo prévio de possíveis impactos que tais modalidades podem vir a causar em um determinado espaço e região ao longo do tempo.

Essas inovações no campo não ficaram restritas ao setor técnico de inovação dos insumos e máquinas. Também passou a ser uma prioridade na forma de como conduzir de maneira eficiente a relação de produção, cujo sucesso passa a estar interligado a uma extensa rede. Esta define o sucesso da produção familiar segundo seu grau de interação com as novas tecnologias, como descreve Lima (1995). Do exposto, fica nítido que não basta, em pleno século XXI, ao agricultor minifundista a exploração da terra em moldes tradicionais, é de extrema importância que ele, além da exploração de seu lote de terra, busque dentro de sua realidade local as inovações cabíveis, como a diversidade de produção. Também é preciso que saiba explorar novos nichos de mercado, para que possa encontrar mecanismos que lhes de segurança econômica.

2.7 AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERAÇÃO: A Importância da Organização das Associações e Cooperativas para um Melhor Rendimento na Exploração da Terra.

Se o campo se moderniza no mesmo ritmo da cidade, é inegável que a agricultura desenvolvida em pequenas áreas terá que seguir essa lógica, caso queiram participar do mercado. Sendo assim, uma das alternativas para o agricultor de base familiar é juntar forças para se inserir no mercado e conseguir uma melhor participação nas transações comerciais em um determinado espaço, se organizando em associações. De acordo com JUNIOR (2003, p. 238), a prática associativista [...], “é um tipo de sociedade civil sem fins lucrativos e tem a finalidade de representar e defender os

interesses dos associados, estimularem a melhoria técnica, profissional e social dos seus associados, sendo que necessita de apenas duas pessoas para a sua formação”.

A associação é uma alternativa para os agricultores, que se encaixam no modelo familiar, como uma vicissitude plausível, pois, quando estes se unem, passam a ter um maior poder de capitalização. Esse fato lhes propicia uma melhor estrutura como grupos de produtores que, ao comercializar em escala, têm melhor probabilidade e vantagens econômicas. Para JUNIOR (2003, p. 240), [...], “A união dos pequenos produtores em associações facilita o acesso à aquisição de insumos e equipamentos com melhor prazo de pagamento e menores preços, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte etc”.

Uma vez descapitalizado e sem meios de obter créditos que lhe possibilitem os meios mínimos de modernização para se inserir no mercado de forma competitiva, o camponês passa a viver em situação de miserabilidade. Desprovido de um rendimento que seja o suficiente para garantir uma vida digna à família, é comum a ocorrência da sua fragmentação, como o abandono do lar por parte da prole, que normalmente se retira da propriedade e migra para as regiões urbano-industriais, em busca de um trabalho para complementar a renda. Essa retirada pode ser de caráter sazonal, temporário ou em definitivo.

Frente a essa desintegração da família, o mais comum é que a pequena propriedade venha a ser incorporada ao latifúndio, por meio do capital. Isso resulta na desestabilização e no processo de falência da agricultura familiar, como assim descreve MORENO (2005, p. 156), ao mencionar que [...], “É importante ressaltar que a agricultura familiar sofre com a falta ou insuficiência de incentivos financeiros, de assistência técnica e de uma política agrícola voltada à pequena produção, responsável pelo cultivo de culturas essenciais à mesa do brasileiro”.

Expostos ao acaso, e produzindo e contando com a própria sorte, esses agricultores não passam da condição de um simples objeto, estão fadados ao fracasso. E as principais vítimas nesse contexto são os meeiros, pequenos arrendatários e os posseiros, que, de forma direta ou indireta, acabam sendo expulsos do meio rural, se instalando na periferia urbana mais próxima. Como eles não dispõem de qualificação, não conseguem se inserir no mercado de trabalho e, quando muito, conseguem alguma ocupação como trabalhador temporário no campo. Mediante as constantes inovações pelas quais vem passando o setor produtivo de modo geral, e a falta de uma política específica, direcionada às reais necessidades do agricultor minifundista, este, em seu

cotidiano, explora sua terra, contando com as técnicas mais simplórias e não dispõe de um volume de capital, nem de créditos que lhe viabilizem modernizar-se.

Dessa forma, os rendimentos que consegue obter na exploração de sua terra não é suficiente para suprir as necessidades básicas de sua família. Nessa concepção, SINGER (2005, p. 103) observa que: “A agricultura de subsistência praticada em pequenas propriedades familiares não consegue melhorar o padrão de vida dos camponeses e alguns são obrigados a entregar a terra [...]”.

Confrontando com essa forma um tanto arcaica na qual se encontra um número expressivo de unidades agrícolas de base familiar, que não dispõe das mais modernas e inovadoras tecnologias, a agricultura comercial, por outro lado, tem acesso a essas técnicas, uma vez que dispõe de capital a baixo custo, e com incentivos fiscais, para a aquisição de tais meios. IANNI (1996, p. 55) assim define essa situação:

Também a informática invade esse mundo. Os meios de comunicação generalizam-se pelas mais diversas atividades. O computador, o fax, o telefone celular, a internet e outras tecnologias são incorporados na produção e comercialização. Mesmo sem desmontar do cavalo, ainda em meio ao rebanho, o pecuarista abre o alforje e retira o laptop, um indispensável computador portátil. Registra ali a situação do gado, consulta via satélite as condições do clima e fica sabendo os preços da carne nos mercados nacional e mundial. Depois, saca o telefone e determina ao interlocutor o fechamento de operações de compra e venda de soja. A visão futurística do empresário rural retrata a presença da informática no *agribusiness*.

É em relação a esse contexto que se observa a necessidade de criar políticas públicas que vão ao encontro das reais necessidades da agricultura familiar. O que se discute não é uma ação paternalista do Estado, mas a viabilização de recursos e o investimento em pesquisas que possam proporcionar a atividade da agropecuária em minifúndios com acesso às inovações tecnológicas, de forma que o pequeno produtor possa se inserir na economia globalizada, tirando de sua propriedade rendimentos que lhe possibilitem uma vida digna.

CAPÍTULO III

**REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA PARA OBTER E PERMANECER
NA TERRA**

3- REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA PARA OBTER E PERMANECER NA TERRA

No atual contexto do mundo globalizado, busca-se cada vez mais a tecnificação e automatização dos sistemas de produção nos seus mais diferentes setores, sejam eles primários secundários e terciários. Com isso visa-se, acima de tudo, o lucro imediato, sem levar em consideração os valores sociais e ambientais que, na lógica capitalista, ainda são vistos como objetos a serem explorados de forma desmesurada.

Assiste-se, em pleno limiar do século XXI, à divulgação de inúmeros problemas que assolam a população mundial, levando uma grande parcela desta à beira de uma catástrofe. Sendo que um deles, muito veiculado pela mídia, tem sido a questão da fome no mundo, em uma época na qual a biotecnologia tem conquistado avanços expressivos e estes estão disponíveis a serviço da agropecuária.

Apesar de todos os avanços e do uso das modernas tecnologias na produção agropecuária a partir de meados do século XX, com a Revolução Verde, e de forma peculiar após a abertura dos mercados à economia mundial na década de 90 do século XX, a produção agropecuária tem se tornado mais tecnificada, e o campo passa a depender cada vez mais da cidade. A produção, nas mais diferentes etapas do plantio à colheita, e ao processamento das matérias-primas e comercialização, está totalmente ligada à indústria, seja na aquisição dos insumos, como na comercialização final.

Dispondo de todo esse aparato, o capital se volta para campo em um processo de reconcentração da terra em todo o território brasileiro, pressionando e oprimindo o pequeno proprietário. MARTINS (1997, p. 182) descreve isso que no Brasil, de forma direta ou indireta, passou a ser comum: os [...], “despejos violentos e dramáticos de posseiros das terras que ocupavam. Com ou sem base em decisão judicial, os supostos donos, muitas vezes apoiados em documentos falsos, têm conseguido com facilidade o reconhecimento de direitos indevidos”.

Os pequenos proprietários têm vivido nessa intensa situação de exploração e impedidos de usufruir dos direitos mínimos, das políticas sociais que o Estado tinha por obrigação oferecer, e impregnados por sentimentos de indignação, pelos quais vinham passando de geração em geração, ao longo dos séculos. No âmago dessa massa oprimida pelas forças do poder, essa sociedade desprivilegiada dá amostras de que não está totalmente alheia aos problemas e que não é mero objeto do sistema.

Assim, a partir da segunda metade do século XX, surge no Brasil um movimento organizado cuja sistematização lhes possibilita por vias legais reivindicar ações do governo para a execução de políticas públicas, que possibilitem a redução da pobreza, distribuindo de maneira mais equilibrada a renda do país. E para que tais ações se concretizassem de fato, era necessária a efetivação de uma reforma agrária séria, como define MORISSAWA, (2001, p. 92) desta que entre os anos [...], “de 1954 a 1964 surgiram três grandes organizações camponesas que lutavam pela reforma agrária: a ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), as Ligas Camponesas e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra).”

As pretensões e o anseio de se consolidar de fato uma política de justiça social não foi possível, mais uma vez prevaleceu o interesse da classe dominante que há séculos se perpetuava no poder, manobrando as leis segundo os interesses da elite. O sonho da classe baixa e dos intelectuais que almejavam justiça social tornou-se um pesadelo. E este se prolongou por duas longas décadas com uma ditadura militar assentada em uma política de tirania que concedia cada vez mais benefícios à classe dominante, usurpando os direitos da massa, com uma ação de intimidação, inviabilizando qualquer manifestação social. MARISSAWA, (2006, p. 95):

É fácil fazer a ligação entre o golpe militar de 1964 e a possibilidade da reforma agrária. E também compreender a violenta repressão que os generais lançaram contra os movimentos de luta pela terra. [...] As principais lideranças camponesas foram presas e exiladas quando não assassinadas [...]. Todas as organizações de trabalhadores rurais foram fechadas. Alguns sindicatos que sobraram mudaram completamente seus métodos, passando a ter caráter assistencialista. Isso ficou bem caracterizado em 1971, quando o presidente Médici criou o FUNRURAL, órgão de previdência voltado para o campo, e deu aos sindicatos a responsabilidade pelas suas atividades burocráticas.

Se por um lado a ditadura criou mecanismo de controle social, inviabilizou as organizações de base dos movimentos populares, tutelou os sindicatos rurais, colocando definitivamente um fim na política de reforma agrária, uma vez que esta questão não passa de um mero discurso, por outro lado, houve abrupta política de concentração de renda de forma peculiar no que se refere à questão da terra. PILETTI (1996, p. 87) defende aponta que na Amazônia legal foram concedidas grandes extensões de terras a empresas nacionais e multinacionais:

[...], “6 milhões de hectares para Ludwig (Projeto Jari); 678 000 para a Suyá-Missu; 600 000 para a Volkswagen (ou seja 7.278.000 há, equivalentes a 72.780 km², área bem superior a dos 90 menores países da terra), para a Goodyear, a Mitsubishi e outras multinacionais, além de grandes empresas nacionais”.

Durante a ditadura militar, que vai de 1964 a 1985, houve uma intensificação da concentração da terra, aliada a uma política econômica, cujo lema era “exportar é o que importa” e no bojo da Revolução Verde, sistema de produção agropecuária incentivado por grandes grupos capitalistas. Esse passou a ser o sistema de produção agropecuário privilegiado pelo governo, que deu grande ênfase e fomentou, na década de 70, a marcha para o Oeste brasileiro, que, amparado por políticas oficiais e incentivos, muito contribuiu para a concentração fundiária. Bernardes (2008).

O modelo agropecuário brasileiro foi pensado com o intuito de produzir para atender o mercado externo, deixando o mercado interno em segundo plano. O processo de modernização não criou os meios para que a pequena propriedade se inserisse nessa nova realidade. São quase inexistentes no Brasil máquinas e implementos com tecnologias de ponta disponíveis no mercado, compatíveis com as áreas das pequenas propriedades, e nem linhas de crédito em volume suficiente que possibilitem a esse agricultor buscar recursos para modernizar-se.

Esse fato resultou em uma intensa emigração do campo para a cidade, o que se convencionou a denominar de êxodo rural. Essa transformação teve como consequência para esse contingente que fora forçado a abandonar o campo uma redução em sua qualidade de vida, que foi se esfacelando, dia após dia. Esse foi o cenário no cotidiano de centenas de famílias nas duas últimas décadas do século XX. O reflexo da mais perversa distribuição de renda de uma política que vinha se perpetuando há mais de quatro séculos e se intensificou com a ditadura militar, conforme relata FERREIRA (2003, p. 81): [...], “os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo, que causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa”.

Sem uma política específica de apoio à agricultura familiar realizada em quase sua totalidade em minifúndios, esses produtores vêm, ao longo desse período, sendo marginalizados frente ao mercado. Pois dado ao fato destes não terem uma soma expressiva de recursos financeiros, enfrentam dificuldades para ter acesso às inovações

tecnológicas e passam a ser excluídos do mercado ou viver em condições precárias no atual contexto em que vivemos.

Desta forma, inseridos na globalização sem estar organizados, os pequenos produtores acabam sendo centrifugados, na lógica capitalista de mercado. Assim, a prática da agropecuária em pequenas propriedades, de acordo com ZAMBERLAN, FRONCHETI (1997, p. 183) [...], “tem sido afetada pelo ‘padrão tecnológico e organizacional’ da chamada ‘modernização da agricultura,’ imposta pelo mercado e dinamizada pelo Estado. Constantes situações de dificuldades econômicas são impostas aos assentados”.

Essa modernização levou ao esfacelamento da agricultura de base familiar, uma vez que nesse modelo se prioriza a produção em grandes extensões de terra, utilizando modernas tecnologias, e os insumos agroquímicos, como aponta Vasconcelos disponível em: (http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_244070.shtml), esse projeto se sustentou na produção baseada em monoculturas, usando em grande escala insumos químicos de alto custo, o que torna muito volátil o preço dos produtos, podendo sofrer uma valorização abrupta em questão de semanas e comprometendo a alimentação de milhões de famílias das classes menos favorecidas.

3.1 A LUTA PARA PERMANECER NO CAMPO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Uma vez que passou a dar-se mais ênfase à produção em grande escala, resultando em uma redução dos preços das matérias-primas, o que por sua vez resulta em ganhos menores pelo volume de produção, uma lógica do capitalismo globalizado, que esquadrejou a produção mundial segundo os interesses do mercado mundial. Assim, desassistidos das políticas públicas, acesso restringido aos créditos e às novas tecnologias de ponta, a agricultura familiar fica relegada a segundo plano, uma vez que, na nova ordem, os grandes grupos capitalistas vão ampliando seu poder frente às políticas sociais. Desta forma, IANNI, (1997, p. 196) comenta que conglomerados [...] “em suas redes e alianças, em seus planejamentos sofisticados, operando em escala regional, continental e global, dispõem de condições para impor-se aos diferentes regimes políticos, às diversas estruturas estatais, aos distintos projetos nacionais”.

Do exposto percebe-se que o modelo de economia globalizado vê o ser humano como mero objeto, servindo apenas para auferir-lhe mais lucro, podendo

descartá-lo a qualquer instante. E essa prática se concretizou com a classe baixa rural brasileira, pequenos proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários, posseiros e empregados rurais, trabalhadores braçais, que de forma abrupta foram expulsos do campo para a periferia das cidades que nada tinha a lhes oferecer.

Sendo assim, nota-se que a modernização da agricultura no Brasil ocorreu de forma vertical, a partir dos anos de 1970, centralizando ainda mais a renda, excluindo uma expressiva parcela da população que se encontrava no campo, empurrando-as para as periferias dos centros urbanos, e causando grandes desequilíbrios ambientais. Isso porque muitas dessas tecnologias foram importadas, priorizando a produção para o mercado externo sem um estudo prévio dos impactos a ser provocados.

Porém é nítido que um modelo alternativo de produção, que priorize a natureza, usando seus recursos de maneira mais racional, é propício na prática da agricultura em pequenos moldes. A quase totalidade dos insumos utilizados hoje na prática da atividade agropecuária é de produtos derivados do petróleo, devido ao fato de a agricultura moderna ser estritamente dependente dos adubos e inseticidas químicos para a sua realização. Portanto uma elevação no preço do barril do petróleo no mercado externo acabará interferindo em toda a cadeia produtiva, que se estende do campo à mesa do consumidor, refletindo assim na elevação dos preços que serão repassados ao produto final. Desta forma, esse processo resulta na redução do consumo de alimentos pelas camadas menos favorecidas da sociedade mundial, que se vê privada de um bem básico ao qual tem direito, que é uma alimentação com um mínimo de calorias que lhes garanta uma vida saudável.

Outro agravante é o controle existente da produção mundial de sementes, insumos, industrialização e comercialização dos produtos que integram a cadeia do agronegócio, dominada por grandes empresas nacionais e internacionais, que têm poder de especular e manipular os preços desses produtos desde o campo até o consumidor final. Percebe-se, dessa forma, que as grandes corporações interferem no campo, determinando como, o que, quais as modalidades de grãos, excluindo outras, e de que maneira serão cultivados os produtos, conforme destaca IANNI (1996, p. 53):

Em escala crescente e em câmbio mundial, as corporações transnacionais da agropecuária, da agroindústria e do agrobusiness induzem, organizam ou determinam completamente a produção e a comercialização de mercadorias destinadas à alimentação de povos e multidões pelo mundo afora, e insumos agropecuários destinados a outros setores da produção e comércio. Apoiados em laboratórios de pesquisa, sistemas de informação e processos de

marketing, influenciam, organizam ou determinam amplamente os padrões de produção, comercialização e consumo de todo tipo de alimentos, de modo a atender necessidades reais e imaginárias. Além de “revolucionar” as condições socioeconômicas, políticas e culturais do mundo agrário, as corporações se impõem mais ou menos decisivamente aos estados nacionais. No que se refere às tecnologias e mercadorias, processos de trabalho e produção, padrões de consumo, classes de consumidores e outros aspectos, elas podem influenciar mais ou menos decisivamente as políticas econômicas dos mais diversos estados nacionais.

O mercado mundial se intensificou após a Segunda Guerra Mundial, marcado, sobretudo, por sucessivas alterações no modo de produção. Devido a essas constantes inovações tecnológicas e à acirrada concorrência das empresas na busca de novos mercados para vender seus produtos e adquirir matérias-primas, chegou-se a um expressivo aumento de bens disponíveis no comércio e a um barateamento dos produtos, principalmente no setor primário. Para compensar a perda de divisas provenientes do setor primário, passou a dar-se ênfase cada vez maior à produção em escala, intensificando-se o uso de tecnologias no setor agropastoril, de modo a maximizar os lucros e minimizar as despesas. Nessa lógica, quem não dispunha de certo volume de capital passou a ser colocado à margem do sistema produtivo e ser absorvido pelo moderno setor agropecuário, que passou a despontar no cenário brasileiro.

O modelo de agricultura em pauta criou um grupo social que, desprovido da terra e sem uma qualificação e vagas para se inserir no mercado de trabalho nas cidades, está condenado a viver à margem do sistema econômico globalizado.

Na lógica da globalização da economia, a palavra de ordem é maximizar os lucros de forma imediata, sem levar em consideração a interação com a natureza e o valor do ser humano como sujeito. A produção agropecuária nessa vertente é realizada segundo os interesses do mercado internacional. Assim, as atividades praticadas pela agropecuária são cada vez mais realizadas com base na proeminência dos mercados futuros, a partir do comportamento e das projeções da BM&Fs (Bolsas de Mercadorias e Futuro).

Mas como a economia no mundo globalizado está cada vez mais interligada, um desequilíbrio ou flutuação em qualquer um de seus setores pode vir a resultar em uma crise, ou anomalia. Isso implica observar o fato de que quando um país prioriza com maior ênfase a atividade agropecuária, realizada em grandes áreas, sobretudo na forma de monocultura, com a maior porcentagem de sua produção destinada ao mercado externo, esta pode provocar uma crise de abastecimento interno. É desse ponto

de vista que a agricultura familiar pode ganhar notoriedade e merece receber uma atenção maior dos administradores públicos. Isso porque ela tem um potencial expressivo, para produzir uma grande parcela dos alimentos a serem consumidos internamente, o que pode propiciar à nação uma maior segurança alimentar e oportunidade de redistribuição de renda mais regionalizada, como descreve BERGAMASCO; NORDER, (1996, p. 68-69), ao comentar que, em nível nacional, os assentamentos podem ser observados [...], “como espaço onde os problemas sociais poderão ser encaminhados de forma sustentável e permanente, base para o modelo de desenvolvimento rural socialmente mais equitativo, sem estar completamente vinculado às exigências comerciais impostas às ‘empresas rurais’”.

Portanto, o retorno ao campo daquelas famílias que outrora foram expulsas do meio rural significa mais do que justiça social. Essa ação também contribuirá para desafogar a periferia das cidades e estará possibilitando a redução da violência, gerando renda, devolvendo a essa parcela da sociedade o resgate de sua cultura e de uma vida digna.

3.2 ACESSO IRRESTRITO À TERRA E CRÉDITOS OFICIAIS: Os Ingrediente Para a Concentração de Riquezas de Poucos e da Marginalização de Muitos.

No Brasil, há uma prática de privilégios aos latifundiários que teve início desde sua ocupação pelos colonizadores do tempo do Regime Colonial, resultando em uma política de concentração e uso da terra por uma minoria privilegiada, que sempre teve acesso irrestrito aos recursos financeiros custeados pela iniciativa pública administrada por cidadãos subjugados aos interesses de grandes corporações nacionais e internacionais. Nesse contexto, WOLKMER, (1989, p. 20) afirma que a ampliação [...] “da economia imperialista intensifica a sangria dos mercados dos países mais pobres e amplia as desigualdades de intercâmbio do comércio mundial, restringindo ao terceiro mundo a mera função de exportador de produtos primários e importador de capital”.

Essa política imposta pelo mercado internacional perdura por toda a história do Brasil, desde seus primórdios. Um país com vasta extensão territorial, com enormes áreas e variedade climática continua, ao longo dos séculos, dando ênfase à produção que prioriza em primeiro plano o mercado externo, penalizando assim sua população e de forma cruel as classes menos favorecidas economicamente. Isso porque os alimentos básicos a serem consumidos por essa população têm sua oferta reduzida pelos

produtores nacionais, por isso a tendência é que seus preços sofram elevações exorbitantes, como argumenta UMBELINO (2008, p. 2) em uma entrevista concedida ao Jornal Via Campesina, BRASIL DE FATO, no qual faz um alerta:

O volume da produção de arroz, feijão e mandioca, que são os três principais alimentos da população pobre deste país, não cresce desde 1992. E se a produção não aumenta, mas a população cresce, temos que recorrer à importação. Hoje o Brasil é o maior importador de trigo do mundo. Importa também arroz, feijão, o que é um absurdo total, uma vez que são culturas que o país podia produzir. Se não produz, é por falta de uma política voltada para a proteção à agricultura de pequeno porte. O resultado é que não temos hoje em pleno século 21, nem segurança alimentar e muito menos soberania. Qualquer governo que queira segurança e soberania precisa romper esse apoio à grande agricultura de exportação.

Aliado a essa política agrícola que privilegia os produtos agropecuários para a exportação, no Brasil, o latifúndio avança no território sem distinção de espaço, seja ele em novas fronteiras agrícolas ou em áreas já ocupadas por pequenas propriedades. Segundo GAIGER, (1998, p. 16), tem ocorrido um processo de estagnação quando não de redução no número das imóveis de base familiar. O autor diz ainda que [...], “Após 1970, tendem a diminuir num sinal de que a participação desses estabelecimentos esgota seus limites físicos e por outro lado, a sua absorção pelos estabelecimentos maiores torna-se mais importante”.

Paralelamente ao modelo agropecuário adotado no Brasil, o latifúndio surge como um gigante insaciável que tira todas as vantagens possíveis, como a facilidade ao crédito rural, os incentivos fiscais e o acesso ao que há de mais inovador em tecnologia. Dispondo desses recursos, de acordo com CARVALHO (2002, p.136-138), a produção brasileira teve um substancial progresso, [...], “Na média, a produtividade no campo aumentou 70% em uma década” [...], porém esse acréscimo de produtividade, para o autor, se deu com o uso intensivo de insumos agrícolas, pois, [...] “Hoje o Brasil é o terceiro maior consumidor de fertilizantes e produtos agroquímicos. Todas as grandes indústrias estrangeiras do setor têm fábrica no Brasil, [...]”.

Porém, na contramão dos grandes empreendedores do campo, com recursos financeiros restritos, sem conseguir inovar os sistemas produtivos, o que reduz as possibilidades de obter uma produção satisfatória que propicie uma vida digna, o pequeno proprietário acaba vendendo seu imóvel. Este é incorporado às grandes fazendas, utilizando-se do uso das mais modernas tecnologias, reduzindo o trabalho

humano, empurrando o cidadão para a periferia das cidades, lugar no qual verá que sua qualidade de vida se deteriora. Nessa perspectiva, GALEANO (2002, p. 139) comenta: “Em vez de absorver mão de obra, o latifúndio expulsa. Em quarenta anos, a proporção de trabalhadores do campo caiu na América Latina, de 63% a 40%”. O Brasil é um país com extensa área agricultável e com condições naturais excepcionais para a agropecuária. Isso possibilita de forma geral uma melhor distribuição de riquezas, das quais inclui o acesso à terra por uma grande parcela da sociedade que tem afinidade com o trabalho rural, mas estão hoje confinados na periferia dos centros urbanos vivendo em situação de miséria.

Devido à atual conjuntura econômica no cenário mundial e à posição de destaque que o Brasil vem conquistando nas últimas décadas, como um país emergente, percebe-se que ele tem condições e necessidade de criar políticas agrícolas que se voltem para os dois setores produtivos. No caso da agricultura comercial, com um olho no mercado internacional, e a agricultura familiar priorizando o mercado interno, como uma tática de consolidar sua segurança alimentar, e fortalecendo uma política social na geração de emprego e renda.

Essa viabilidade é possível dado o fato de que o Brasil possui todos os elementos necessários para solucionar o problema. Pois há terras disponíveis para que se possa realizar o acesso a quem dela precisa, e de fato tenha aptidão na sua lida. As diferentes regiões brasileiras apresentam excelentes condições morfoclimáticas, possibilitando uma produção diversificada com vários produtos, bem como um promissor mercado consumidor. Há, acima de tudo, recurso humano na área de pesquisa, a exemplo da EMBRAPA, e outras instituições de pesquisa, com grande potencial para desenvolver tecnologias em curto, médio e longo prazo, em inúmeros segmentos. Essas vão ao encontro das necessidades dos agropecuaristas, em relação a melhoramento genético, no entanto, o acesso a essas inovações ocorre de forma muito restrita aos produtores minifundistas, especialmente à agricultura familiar.

3.3 O MST: A Intensificação na Luta Pela Redistribuição da Terra no Brasil

Na década de 50 do século XX, a questão da terra voltou a assumir mais ênfase, devido ao fato de que nesse período um expressivo número de intelectuais brasileiros discutia com mais afinco os problemas sociais do país. De acordo com

MEDEIROS, (1997), ao coibir o acesso à terra aos menos favorecidos e programar uma política agrícola voltada para o mercado externo, o governo priorizou a agricultura comercial e incentivou a modernização do campo, o que ocasionou a expulsão de milhares de famílias que se dedicavam à produção de subsistência em moldes familiares.

A falta de política de democratização do acesso à terra, por sua vez, passou a ser o combustível essencial que levou essas milhares de famílias a buscar sua inclusão novamente no campo. Ainda no período da ditadura, de forma peculiar na década de 80 do século XX, essa temática ganhou notoriedade e passou a ser fortemente combatida por uma expressiva parte dos representantes do povo no Legislativo Federal, (bancada ruralista). E também com a organização de uma entidade Patronal, a UDR (União Democrática Ruralista). Esta passou a fazer uso até mesmo de meios violentos na tentativa de intimidar e inibir os atos de protesto dos trabalhadores sem terra.

Estes, por sua vez, utilizam as ocupações de áreas passivas de reforma agrária, como uma política de pressionar o governo, a de fato pôr em pauta e efetivar a reforma agrária como um programa social. O fato de existir no Brasil milhares de famílias que se dispõem a ficar por um tempo indeterminado, em alguns casos por anos, vivendo em acampamentos à beira de estradas, já é o suficiente para demonstrar que há no país um grave problema social, como descreve NETTO (1997, p.32), “A reforma agrária é como uma ascensão social rural para os assentados. Mas é necessário aplicar uma política que os integre à cadeia de produção”, diz o agrônomo Luís Carlos Guedes Pinto, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, a Abra”. Essas pessoas, ao se submeterem a essas condições, normalmente é por terem esgotado todas as esperanças de obter uma vida digna através de sua inserção no mercado de trabalho.

Como o problema da democratização da terra no Brasil vem de séculos, já está internalizada na oligarquia brasileira que esse modelo é imutável, e como este grupo social tem grande influência no governo, uma mudança de política nessa ótica por livre iniciativa do poder público, quando ocorre, são ações muito tímidas. É com essa concepção na morosidade dos governos que inúmeros estudiosos do assunto comentam que, além da indignação frente às mazelas sociais, as quais acompanham a história do povo brasileiro, é necessário que a sociedade, de maneira intensiva, cobre dos representantes políticos projetos e ações que vão ao encontro das necessidades sociais. E, como solução prática, é preciso que essas ações possam amenizar os problemas que mais afligem os milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza no País,

incluindo nessa pauta os trabalhadores sem terra. A partir dessa lógica, STÉDILE (1997, p.104-109) argumenta que o propósito do MST é sensibilizar a sociedade à luta pela consolidação da reforma agrária, não é uma ação do ponto de vista que é interessante apenas aos [...] “pobres do campo. Que a reforma agrária é um meio fundamental para resolver a maioria dos problemas que os pobres da cidade enfrentam, como a fome, o desemprego, a violência, a marginalidade, a falta de educação, o transporte e a moradia”.

Portanto, é a partir desse contexto que centenas de famílias encontram no discurso e na mobilização exercida pelo MST as possibilidades que este lhes acena como uma possível recuperação de sua dignidade como cidadão e de sua reinserção no mercado consumidor. Dessa forma, o sonho de obter um pedaço de terra e um teto, e a probabilidade de se tornar um produtor autônomo independente, é o combustível que dá energia a esse ideal. Por outro lado, é nítida a melhoria nas condições de vida das pessoas algum tempo depois, quando já estão assentadas, produzindo em seus lotes, vivendo sob um teto com as condições mínimas de conforto que o cidadão merece. Essas conquistas elucidadas do acampamento ao assentamento são, sem dúvida nenhuma, demonstrações de expressiva melhora nas suas condições de vida.

Portanto, é inegável que, ao ter acesso à terra, se propicia um significativo avanço social a milhares de famílias e uma significativa melhoria na sua qualidade de vida, como aponta SAUER, (2005 p. 62), ao descrever que [...], “A produção - e a conseqüente geração de renda – é um elemento central para a sobrevivência – e melhoria das condições de vida – das famílias, conseqüentemente um desafio para a efetividade das ações de reforma agrária”.

Por meio desse mecanismo, é propiciada uma melhor qualidade de vida, atraindo nessa órbita outras famílias, mesmo que de forma indireta, passando assim à geração de renda de forma a garantir às futuras gerações os mecanismos necessários para que estas possam se inserir no mercado sem passar pela situação de pobreza e miserabilidade de seus antepassados.

É frente à intensa concentração de renda e ao crescente índice de miserabilidade que, a partir do ano de 1984, surge no Brasil um movimento de resistência a essa situação imposta pelo capital. O MST (Movimento dos Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra) que tem como embrião a região Sul do Brasil, e que depois lança ramificações por todo o território brasileiro.

Inicia-se dessa forma uma intensa ação de ocupação de latifúndios improdutivos, nos diferentes Estados da Federação. As ações do MST passaram a chamar a atenção da opinião pública e pressionar de forma peculiar o poder executivo para o aceleramento de uma efetiva realização da reforma agrária. Mesmo assim, com toda a pressão dos movimentos sociais, esta ocorreu de maneira muito inerme.

Apesar de ser nítida a discrepância entre as classes sociais brasileiras, é facilmente perceptível em qualquer região do País a intensidade do acúmulo de renda por uma reduzida parcela da população, em detrimento da pobreza de milhões de brasileiros. E uma expressiva parte desse contingente encontra-se abaixo da linha de pobreza, e estes não estão inteiramente concentrados na periferia das grandes cidades, mas por todo o território e até mesmo na zona rural. Estes são compostos por arrendatários, meeiros, minifundistas e outros milhares de trabalhadores que foram expulsos do campo devido à mecanização das lavouras e se encontram excluídos, formando um exército de reserva de mão de obra ou marginalizados pelo sistema, como assim descreve NEPOMUCENO (2007 p. 42-43):

[...] Em 2006, por exemplo, um detalhado e cuidadoso relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o IBGE – indicava que pertencia a uma casta exclusiva, composta por 1% da população com maior poder aquisitivo, as 35 mil famílias que, de uma forma ou de outra, eram proprietárias de 46% das terras do Brasil. E que, naquele ano, havia nada menos que quatro milhões de famílias – ou seja, pelo menos 16 milhões de pessoas, quase 10% da população – que perambulavam, ao léu à espera de que alguma força, algum poder, alguém desse a elas o direito de um chão onde plantar, colher, viver.

É a partir dessa constatação da existência de uma ampla parcela da sociedade brasileira, com grande aptidão para executar o trabalho no campo, e diante do vasto mercado com potencial de consumo para gêneros provenientes da agricultura familiar, que vem a compor os itens básicos de consumo da alimentação da população, que o MST percebe essa como uma grande oportunidade viável que pode ser usada em forma de um instrumento capaz de gerar emprego e renda.

3.4 A OCUPAÇÃO: Da morosidade Política do Estado à Pressão do MST

Percebe-se, assim, que, usando o mecanismo de redistribuição das terras, ele pode contribuir para reduzir as desigualdades sociais, uma vez que o governo vem a colocar como prioridade em seus projetos e programas de distribuição de renda a reforma agrária. Nessa lógica, os dirigentes do MST e os inúmeros estudiosos dessa temática reconhecem a reforma agrária como um projeto viável, como um instrumento na redistribuição de renda. Outro fator determinante para que seja de fato viabilizada pelo Estado é que no atual contexto, ela não concorre diretamente com a agricultura comercial.

Enquanto esta tem seu foco direcionado para os produtos que tendem a atender em primeiro plano o mercado externo, dado ao fato de que estas, como *commodities*, têm seus preços mais ou menos estáveis na Bolsa de Mercadoria e Futuro de Chicago, o que possibilita aos grandes empreendedores do agronegócio até mesmo comercializarem sua produção antecipadamente, em alguns casos até mesmo antes de realizar o plantio, a agricultura familiar tende a atender o mercado interno com produtos mais perecíveis que ainda demandam uma significativa mão de obra.

Porém, apesar de essa constatação ser reconhecida por vários segmentos da sociedade civil e da burocracia administrativa nas diferentes esferas da administração pública, a reforma agrária continua patinando na sua efetivação, como uma política social. Pois ela deveria ter como pano de fundo uma redistribuição das riquezas para, assim, amenizar o sofrimento de milhares de cidadãos brasileiros que vêm por gerações a fio excluídas e marginalizadas.

Mas o MST, como um movimento social, tem buscado dentro da legalidade da lei, e em consonância com a Constituição Federal, de forma pacífica devido ao fato de as autoridades responsáveis agirem de forma muito morosa frente à problemática estabelecida, uma ocupação por meio de acampamentos das extensas áreas, que não estão exercendo sua função social. Essas ações são usadas apenas como um instrumento para pressionar as autoridades a reconhecer que uma grande parcela de terras está disponível para ser utilizada para fins de reforma agrária, como assim enfatiza Carvalho (2005).

Uma vez que há concentração de grandes extensões de terra, e sendo os detentores do capital os banqueiros, industriais, empresários e até mesmo políticos, é evidente que sem a atuação da sociedade organizada (seja ela aqueles diretamente afetados pelo problema ou os simpatizantes e conhecedores desta triste realidade presente ao longo dos tempos em nossa história,) não haverá por parte das autoridades

vigentes uma ação séria e efetiva que venha a colocar a reforma agrária como prioridade. Essa sociedade organizada é composta por aqueles diretamente afetados pelo problema ou por simpatizantes e conhecedores desta triste realidade presente ao longo dos tempos em nossa história.

Assim, o muito que pode ocorrer é serem realizadas algumas medidas paliativas com políticas compensatórias. Essa iniciativa, quando muito, tende a amenizar a situação, maquiando a realidade e fazendo uma encenação dramática, de que o problema é muito mais complexo de que aparenta ser.

O MST contraria essa visão do Estado, que predominou por inúmeras décadas, após a Proclamação da Independência do Brasil e a abertura democrática após 1980, e reconhece que sem uma ação enérgica eficaz e persistente da sociedade organizada não haveria mudanças na estrutura agrária brasileira. Após o fim da ditadura militar, com o discurso morno dos representantes políticos de que efetivamente a sociedade passa a viver em uma democracia de fato, onde as ações do governo nos mais variados campos e segmentos se voltariam para a construção de uma sociedade mais justa, os dirigentes do MST definem que só através da mobilização das massas marginalizadas economicamente expulsas do campo ou em via de serem expulsas, pela política agrícola vigente naquele momento, quando se intensificam cada vez mais seus investimentos e ações para atender às demandas do latifúndio, sem ter nenhum critério de índices de produção, é que se alcançaria algum resultado positivo em relação à democratização do acesso à terra. Assim define CARVALHO (2005, p. 246), ao constatar que o Estado usou de uma política de tutela em relação às classes subalternas e [...], “de coerção e de formação de consenso na garantia da hegemonia das classes dirigentes sobre as demais classes sociais do país, foi determinantes para a construção da diversidade e complexidade internas do MST”.

À medida que o MST foi estendendo suas iniciativas, cada vez mais, as centenas de famílias que têm um estreito vínculo com o campo foram aderindo a seu apelo. Passaram a reconhecer que somente por meio de uma ação social organizada será possível pressionar as autoridades na luta pela terra que normalmente resulta em uma intensa batalha dada a morosidade das autoridades.

Este processo tem levado as famílias a viverem, na maioria dos casos, por vários anos sob barracas, em condições muito precárias. Em muitas das vezes, estes cidadãos ainda são despejados, ficando a vagar, perambulando de um acampamento a outro.

Esta situação possibilitou a criação de resistência e eles perceberam que na condição de cidadãos, têm direitos que, por várias gerações de seus antepassados, foram-lhes negados. E ao descobrir esses direitos e valores, passam quando assentados, a intensificar a luta pela conquista das condições que lhes propicie viver na terra com dignidade.

Sendo assim, como um movimento social, o MST passou a construir não meramente na luta pela terra, mas também foi decisivo para que as diferentes pessoas envolvidas no movimento se percebessem seres humanos e buscassem recuperar sua autoestima e o reconhecimento dos seus valores, passando assim da situação de objetos a condição de sujeitos. Dessa forma, passaram a cobrar seus direitos e valores como define CARVALHO, (2005, p. 249), ao argumentar que:

[...] A consciência social dos sem-terra de que apenas a obtenção da terra é insuficiente para a realização de seus objetivos econômicos imediatos já é efetiva; a percepção de que as demais lutas sociais como educação, saúde, cultura, formação etc. são indispensáveis para a sua emancipação de duas das três cercas que os dominam, o latifúndio e a ignorância, é crescente e já lhes dá significado; a terceira cerca o capital, vai aos poucos fazendo sentido para os sem-terra.

De acordo com a história brasileira, a terra foi um bem, um privilégio de um restrito grupo. Estes, de posse do capital e do poder político e atuando direta ou indiretamente em nível de unidades da Federação ou em caráter nacional, sempre colocaram seus interesses pessoais acima dos direitos sociais de sua população de forma geral.

A reforma agrária não ocorreu por meios legais, de forma amena e tranquila, ao longo da história brasileira, mesmo o país possuindo dimensões continentais com grande quantidade de terras ociosas e improdutivas, devolutas e ocupadas por latifúndios de forma irregular em todas as regiões. Diante de tal situação e da morosidade das autoridades responsáveis, na década de 80 do século XX, sistematizou-se no Brasil um movimento pacífico, o MST, que, em curto espaço de tempo, ganhou a simpatia de milhares de cidadãos dos mais diferentes segmentos sociais.

Embora o MST tenha surgido como um movimento que busca legitimar o acesso à terra de forma pacífica, para obter avanços progressivos frente à burocracia utilizada pelo Estado na concretização dos programas de reforma agrária e numa lógica para pressionar as autoridades responsáveis a acelerar o processo, este tem usado como

mecanismo a ocupação de imóveis rurais improdutivos. E nesta ação tem contado com a integração em suas fileiras de milhares de famílias excluídas do sistema produtivo agropecuário. Essa exclusão se dá com o avanço da agricultura comercial, via mecanização do campo e consolidação do agronegócio, utilizando o que é mais moderno e inovador. Porém à medida que vai se intensificando a sua marginalização, eles passam a ser o combustível que fomenta as mobilizações do MST, como define NAVARRO (2005, p. 201-202), ao comentar:

[...] Organizado nacionalmente desde meados dos anos de 1980, o MST tem tido uma capacidade surpreendente de reinventar-se politicamente, segundo as variações conjunturais, e uma criatividade sem paralelo com os outros movimentos. Tem conseguido, assim, manter-se à tona e evitando situações de fortes indefinições, como tem sido a situação experimentada pelo movimento sindical ou outros movimentos sociais rurais. Seus desafios também são proporcionalmente maiores, por ter como base social “os mais pobres entre os pobres do campo”, normalmente grupos sociais de ocupação episódica, sem moradia definida, sem acesso à escolaridade e quase sempre, vítimas de manipulações políticas de toda a ordem – na linguagem do próprio Movimento, sua base forma o “lumpesinato”, os setores mais frágeis do meio rural. Mas seu desafio principal é exatamente aquele derivado da razão mesma de sua existência, isto é tentar pressionar socialmente para alterar um padrão de propriedade da terra historicamente consolidado, no qual o controle desse recurso mantém-se nas mãos de uma minoria de proprietários.

São inegáveis os grandes avanços via MST, que têm nítido reconhecimento por diferentes segmentos da sociedade no quesito referente à pressão para que as autoridades ponham efetivamente em prática as políticas de reforma agrária, o que resultou, nas últimas décadas, no assentamento de milhares de famílias por todos os Estados da Federação. Porém um grande desafio vem sendo colocado em pauta, o qual o Movimento não pode ignorar, que é referente à fixação do homem ao campo.

3.5 DO ACAMPAMENTO AO ASSETEMENTO: Os Desafios Enfrentados Para Tornar o Sonho em Realidade.

Percebe-se que, após um longo período vivendo em acampamentos, não basta para as famílias terem acesso a um lote de terra. Torna-se necessário também que sejam proporcionadas às famílias assentadas as condições mínimas para que seus integrantes possam produzir o suficiente a fim de obter em seu lote o necessário para uma vida digna.

Porém, mesmo tendo acesso à terra e a esses requisitos mínimos, há ainda uma barreira a ser superada. Qual o modelo de produção será adotado pelas famílias? O sistema convencional de mercado, no qual o agricultor está sujeito às flutuações das cotações dos produtos nas bolsas de valores e dependentes de pacotes de insumos agrícolas, bem como das modernas tecnologias? Ou elas adotarão um novo modelo alternativo que visa a uma produção em consonância com a natureza, seguindo as novas tendências para o século XXI, na qual a sociedade busca um maior equilíbrio entre produção e conservação?

Diante dessa lógica, lança-se um desafio ao MST como um movimento social que tem tomado a dianteira, nestas últimas décadas, referente a essa temática dos excluídos e marginalizados do campo.

Desta forma tem-se buscado a mobilização da sociedade, não apenas na luta por terra, mas, juntamente com outras instituições públicas, sociedade civil e ONGs, a se inserir nessa temática de forma a acompanhar a trajetória da luta dessas famílias em um processo de transição de produção. Com essa nova concepção, estará possibilitando também que elas possam ganhar a simpatia e a preferência do consumidor pelo novo modelo de produção, que se destaca e se diferencia dos moldes tradicionais do agronegócio.

Dessa maneira, se estará contribuindo para que haja viabilidade econômica nos assentamentos e que estes venham a ser reconhecidos pela sociedade como um modelo alternativo, garantindo uma produção autossustentável. É preciso conquistar a confiança de um abrangente público, e este, juntamente com os movimentos organizados, possa pressionar as autoridades a reconhecer a agricultura familiar e os assentamentos de reforma agrária como um projeto eficiente na distribuição de renda e geração de empregos, como define NAVARRO (2005, p. 2010):

Optar como tem sido o caso mais corriqueiro nos assentamentos, por formatos tecnológicos típicos ou de “agricultura de sobrevivência” ou, como em muitos assentamentos do Sul do país, da “agricultura moderna, esta última exigindo insumos agroindustriais e de estruturas produtivas que elevam os níveis de endividamento dos assentados, não oferece viabilidade econômica e produtiva aos parceiros, particularmente à luz dos condicionantes macroeconômico do período recente.

Porém, apesar dos desafios que projetos e ações pensadas pelo MST vão enfrentando com o intuito de assentar famílias que se encontram à margem do sistema,

desprovidas de recursos mínimos, como moradias descentes e acesso aos bens necessários para uma vida digna, as iniciativas no atual contexto empreendido a partir das mobilizações encabeçadas por este movimento já têm dado resultados significativos. À medida que inúmeras famílias vão sendo assentadas em seus respectivos lotes, tendo resgatada sua dignidade como ser humano, elas têm também dado um impulso significativo em regiões até então adormecidas e esquecidas.

Os assentamentos, além de dinamizar a economia local, também resultam em uma sociedade mais interativa e participativa, resultado da politização pela qual essas famílias passam no período no qual ficaram acampadas. Esse fato tem contribuído em muito para que elas se percebam como sujeitos, cidadãos e que, por meio de sua atuação reivindicatória e cobrança das ações de autoridades locais, haja melhorias significativas nos assentamentos. Esse grau de criticidade, adquirida a partir das inúmeras atividades em tempos de acampados, tem contribuído muito para o fortalecimento de uma maior interação social, na luta pelos direitos como sociedade organizada. (NAVARRO, 2005, p. 212-213) comenta que:

[...] São vários os casos, por exemplo, de regiões antes relativamente “adormecidas”, do ponto de vista econômico, mantendo raríssimas atividades produtivas e que se tornaram relativamente dinâmicas, impulsionadas pela presença de assentamentos que foram formados na área e, igualmente, com a chegada da organização dos sem-terra e seus líderes, ou seja, por um novo conjunto de “agricultores-tornados-dirigentes-municipais”, que passaram a pressionar mais intensamente as instituições locais, interferindo mais incisivamente na implantação das políticas governamentais e, em especial, passando a exercer maior vigilância sobre as práticas políticas. Essas pequenas regiões subnacionais revitalizadas são inúmeras, espalhadas em quase todo o Brasil, e respondendo pelo nascimento de um conjunto de famílias mais participativas e, em consequência, contribuindo para a democratização de seus respectivos municípios. [...]

Do exposto fica nítido que a reforma agrária é útil e necessária, uma reivindicação que uma expressiva parcela da sociedade hoje manifesta como um desejo que já vem de várias gerações passadas.

3.6 EM BUSCA DA TERRA, APRENDENDO LIÇÕES DE CIDADANIA: A Reconquista da Dignidade

No Brasil há um volume de terras e um mercado consumidor para os produtos oriundos da agropecuária, tanto para o mercado interno, como para o externo. Esse mercado abre espaço e necessidades de produção, que restringem um choque de objetivos entre os setores da agricultura comercial e agricultura familiar, uma vez que ambas atendem a setores diferentes.

O que se coloca como um verdadeiro entrave à efetivação de uma reforma agrária de fato são setores do capital concentrador e grupos conservadores do campo que se beneficiam com a especulação imobiliária. Também é um problema o acesso a créditos oficiais sem que de fato ocupem as funções sociais como requer a Constituição Federal.

Uma vez que por séculos a fio, governos e setores competentes fecharam os olhos e cruzaram os braços frente a esse problema, o que resultou para o atual contexto é um desafio de proporções gigantescas. Isso porque, ao longo da história, o País foi acumulando uma massa de marginalizados da terra, que também não conseguem se enquadrar na realidade urbana e vivem em condições de miséria.

Visto que esse grande contingente tem habilidade com o trabalho do campo e tem conhecimento de vida, esse fato lhes confere credibilidade para trabalhar a terra e dela tirar o seu sustento, permitindo assim obter uma vida mais confortável juntamente com suas famílias. É a partir dessa lógica que a reforma agrária é vista como uma alternativa de política social viável, tanto para devolver a dignidade a uma expressiva parcela da sociedade, como para garantir às futuras gerações a construção de uma história que, a princípio, seja de sucesso e não de fracasso.

Sendo assim, apesar de setores da sociedade ainda colocarem a reforma agrária como um obstáculo ao crescimento econômico e à estabilidade política do país, percebe-se que, uma vez que esta for tratada com seriedade, tende a vir ser um benefício ao país em curto, médio e longo prazo. Com a realização de uma melhor distribuição das terras para as famílias que de fato têm laços com a lida no campo, essa ação tende a ser um instrumento a reduzir as diferenças sociais, fortalecer a democracia e aquecer a economia, distribuindo os bens e riquezas de forma mais equitativa.

Ao analisar a conjuntura socioeconômica brasileira, percebe-se que o acesso e a democratização da terra não apenas são necessárias, como também possíveis, e o país apresenta os mecanismos que favorece e evidencia essa urgência, como assim descreve NETO (1997, p.36):

Nenhum país continental possui uma terra tão concentrada e tão desperdiçada. Em 13% da área agricultável planta-se. Em 48% cria-se gado. O resto é ocioso. No Norte, a região mais atrasada, 79% da área local é ocupada por imóveis improdutivos. Mesmo no Sul a proporção considerada a mais avançada, onde a terra é boa, esse índice chega a 45%. Os 4,5 milhões de agricultores familiares do país donos de ¼ das terras utilizadas para a agricultura garantem o sustento de 18 milhões de pessoas, ou quase 12% da população do país. É dali que metade de quase toda a produção agropecuária nacional com destaque para o feijão, a carne de porco, o milho, os ovos, o leite e as frutas que irão para a mesa do brasileiro. Sem recursos nem tecnologias, um belo punhado de pequenos proprietários rurais, contudo, sobrevive numa economia de subsistência, colhendo pouco mais do que o necessário para que a família não morra de inanição.

Por outro lado, almeja-se uma distribuição de terras com condições que efetivamente possibilite fazer com que aqueles que a ela tenham acesso consigam torná-la produtiva. Se não forem levados em conta esses requisitos, o acesso à terra tornar-se-á uma mera utopia, uma vez que, nas últimas décadas, o campo passou por uma intensa mecanização, e com a globalização e internacionalização da economia que vem se intensificando, se faz necessário que a atividade produtiva desenvolvida hoje nas pequenas propriedades brasileira também consiga ter acesso aos canais de modernização. Somente assim esses produtores conseguiriam inserir-se no mercado de forma competitiva.

3.7 DO INDIVIDUALISMO ÀS PRÁTICAS ASSOCIATIVISTAS E COOPERATIVISTAS: Os Desafios que o MST Necessita Superar Como Movimento social

É perceptível de forma muito nítida que não basta meramente o acesso a um pedaço de terra para deslocar milhares de famílias da marginalização social e os tornar produtores. Há por trás desse simples ato de dar um pedaço de terra a alguém uma série de requisitos para que a tão sonhada reforma agrária não venha a ser uma utopia.

Após as primeiras invasões e assentamentos ocorridos nos anos de 1980, logo em seguida o MST se deu conta de que, além da terra, é fundamental que o Estado ofereça os requisitos mínimos, necessários para que os assentamentos venham a ter viabilidade econômica. Isso porque é impossível a uma massa desprovida de recursos mínimos conseguir dar a viabilidade produtiva a um lote de terra.

Sendo assim, travou-se uma nova luta com as instituições públicas, para que as diferentes esferas de sua administração, seja em nível Federal, Estadual e Municipal,

pudessem oferecer os requisitos mínimos aos assentamentos, como infraestrutura, saúde, educação e créditos. Apesar das deficiências dos setores públicos, e mesmo que de forma um tanto desproporcional, com uma qualidade a desejar, em alguns aspectos, parte dessas reivindicações têm sido atendidas ao longo dos tempos.

Porém, um grande desafio para o movimento tem sido criar uma metodologia com mecanismos democráticos, a fim de que essas famílias, uma vez assentadas, possam desenvolver suas atividades produtivas por meio de eficientes e sólidas associações e cooperativas.

Há uma forte resistência entre as famílias que, após terem passado um longo período de tempo em acampamentos, à beira das estradas sob condições praticamente desumanas, em se organizar em associações e empreendimentos cooperativos quando se consolida um assentamento. Percebe-se que durante o período em que estão acampadas, há uma interação entre elas, dado ao fato de existirem nos acampamentos várias coordenações, o que acaba envolvendo os indivíduos em atividades nas quais eles mais se identificam de acordo com seu perfil.

Porém o que é mais nítido de ser observado, a partir de olhar mais apurado, é que, em relação ao período de acampados e após assentados, esse espírito de interação e integração, vivido durante os meses ou anos em acampamentos, não se materializa quando as famílias recebem os lotes de terra, consolidando assim o assentamento.

Mas, nessa análise, o que se pode perceber é que durante o período dos acampamentos há uma maior interação entre as famílias ali presentes e as lideranças do MST, principalmente em nível regional e estadual, pois cabe a essas lideranças o papel de fomentar as ocupações, estimulando as famílias a se reconhecerem como sujeitos da ação e não meros objetos.

Estes, por sua vez, devido ao fato da aproximação, fortalecem os laços de amizade e constituem um maior ajuntamento. Isso faz com que elas se insiram no ideal do movimento, e dessa forma interajam e ocupem funções nas mais diferentes coordenações. Essas ações são extremamente importantes para o bom andamento dos acampamentos, possibilitando assim que haja nele disciplina e ordem.

Porém, uma vez que as famílias passam a ter acesso à terra, após receberem seus respectivos lotes, começa a haver certo afastamento em relação às lideranças do movimento. Esse esfriamento das ações, por sua vez, resulta como um aspecto negativo em relação às conquistas sonhadas pelas famílias, que tanto almejaram o acesso à terra. Trabalhando de forma individual e isolada, essas famílias passam a enfrentar inúmeros

problemas no que diz respeito à exploração e obtenção de uma renda satisfatória de seus respectivos lotes, que lhes propicie um retorno financeiro e que possa oferecer um padrão de vida digno a sua família.

Sendo assim, nota-se que, caso fosse transferida para os assentamentos a mesma filosofia de autoajuda e interação de ajuda mútua dos grupos que vivem nos acampamentos, as possibilidades de se consolidarem boas associações de produtores e cooperativas seriam mais práticas. Isso porque, por meio delas, se facilitaria em muito o desenvolvimento das atividades agropecuárias, viabilizando desta forma uma maior produção e melhores ganhos na compra de insumos e na comercialização da produção.

Porém este não tem sido o caminho seguido pela maioria das famílias assentadas no território brasileiro de forma geral. A realidade tem sido o inverso, como bem descreve (QUIJANO, 2005, p. 501), ao mencionar que:

Na documentação sobre a experiência brasileira das cooperativas associadas ao Movimento dos Sem Terra (MST), não parece que as tendências ou resultados materiais as tornem muito diferentes das que são organizadas nos setores industriais e nas atividades urbanas da economia quanto aos seus êxitos econômicos ou às relações com os trabalhadores. A documentação organizada por Singer sobre a experiência de algumas dessas cooperativas indica que se defrontam com uma resistência quase, geral massiva se quisermos, e que freqüentemente perdem parte dos seus membros. E é o próprio Martins de Carvalho que informa que nos 1.500 assentamentos associados ao MST, em junho de 2001, havia apenas 41 cooperativas coletivizadas com 2.299 famílias, 32 cooperativas de serviços com um total de 11.14 famílias sete de crédito, duas de trabalho e três de pequenos agricultores (isto é, somente 13.473 famílias de um total de 250.000)

Sendo assim, fica claro que há um longo e desafiador caminho a ser percorrido pelo Movimento Dos Trabalhadores(as) Sem Terra, para sensibilizar as famílias, uma vez assentadas, de que uma boa alternativa a fim de viabilizar a produção em seus respectivos lotes, tirando deles o maior rendimento possível, para que assim consigam ter uma vida digna, com um razoável padrão de conforto, e fortalecer os laços de cooperação é se organizar em associações e cooperativas.

CAPITULO IV

PRODUÇÃO COOPERATIVISTA: DA IDEOLOGIA UTÓPICA A PRÁTICAS CONCRETAS.

O objetivo primordial e necessário de toda a existência deve ser a felicidade, mas a felicidade não pode ser obtida individualmente; é inútil esperar-se pela felicidade isolada; todos devem compartilhar dela ou então a maioria nunca será capaz de gozá-la.

(Robert Owen)

4- PRODUÇÃO COOPERATIVISTA: DA IDEOLOGIA UTÓPICA A PRÁTICAS CONCRETAS.

Se considerarmos o que foi expresso anteriormente, de enfrentar os impasses de superação de uma produção tradicional, em prol de processos modernos e mais qualificados de produção, a cooperativa é indubitavelmente uma opção mais segura para efetivar esta opção/sonho. A prática da cooperação se faz presente na história da humanidade desde seus estágios mais primitivos, transpassando os milhares de anos e no atual contexto, apesar de todas as revoluções e transformações nos moldes de produção na economia, e nas relações sociais, a cooperação continua sendo uma das mais importantes. Senão for a mais importante prática de ação solidária.

A agricultura de base familiar enfrenta em tempos de globalização uma concorrência desleal. Em um momento em que as inovações ocorrem permanentemente, sendo estas uma prioridade para que alguém consiga manter-se ativo no mercado, o pequeno produtor cada vez mais vê esses recursos se distanciando da sua prática. Isso resulta no fato de que essas novas tecnologias só são acessíveis em um pacote fechado em atacado, ou seja, com um elevado preço.

A exclusão do agricultor minifundista, arrendatário ou parceiro do sistema de produção com as constantes inovações e incorporações de novas tecnologias no campo brasileiro construiu uma ação inversa, que, em vez de anular esses sujeitos, através de um mesmo sentimento comum, eles foram se reaproximando. E com isso se criaram as bases para que os pequenos produtores e assentados se agregassem em um grande número de pessoas e, de forma organizada, se empreendendo em uma luta, na busca de um objetivo comum. De maneira que esse problema que assola milhões de famílias deixa de ser de ordem pessoal, sai do isolamento e se torna comum a centenas de pequenos agricultores.

É nesse ambiente de convulsão que vai se encontrar um campo fértil para as discussões da prática de atividades produtivas, a partir de organizações cooperativistas. As cooperativas são unidades empreendedoras que só frutificarão em um espaço onde haja uma diversidade de produção e um ideal em comum.

De acordo com SERGIO (1984), ao propor o fechamento do circuito produtivo por meio da produção cooperativa, o autor argumenta que não seria essa prática a extinção do lucro. Isso porque o trabalhador vende sua força de trabalho por um valor bem inferior ao custo do produto final, e a acumulação da riqueza se centraliza

nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. Desta forma, nada mais justo do que centralizar as diferentes etapas de produção em um sistema de cooperativas, proporcionando uma troca de produtos de forma mais justa, o que levaria a sociedade a viver de forma mais equilibrada, como define SÉRGIO (1984, p. 69), ao comentar:

[...], Elevemos ao máximo as aplicações da máquina e das fontes atuais de energia mecânica; distribuamos o trabalho por toda a gente (pouco caberá a cada um de nós) e distribuamos o produto por toda a gente – quer dizer forneçamo-los pelo custo de produção, sem a menor pequena preocupação de lucro, assim como fazem as cooperativas: e os pobres entrarão na abundância de bens, sem que nenhum dos ricos seja expulso dela. Poderemos levar a riqueza a todos sem ter que despojar ou maltratar ninguém, por uma obra de amor e só de amor, perfeitamente generosa e fraternal.

Porém o ideal cooperativista é pensado como uma estratégia de combater o abuso do capital com uma técnica simples e eficaz. Esta consiste na união de um grupo de pessoas simples com um ideal em comum sem grandes ambições, que buscavam apenas uma maneira de sobreviver de forma digna.

Nem o Estado nem os capitalistas abriam mão de sua lógica e interesse, cuja ação visava apenas ao bem-estar de uma minoria, que vivia da exploração injusta de um grande contingente de almas. Então os trabalhadores de Rochdale se organizaram naquilo que passou a ser a alternativa em nível de mundo para amenizar a situação de penúria na qual vivem milhares de famílias.

E nessa perspectiva que SERGIO, (1984, p.76) menciona haver uma possibilidade na qual a economia um dia venha a ser sistematizada de forma cooperativista, porém o autor é enfático ao mencionar que isso é um processo longo e poderá levar décadas para a sua consolidação. Mas afirma que:

O cooperativismo poder-se-ia desenvolver até tornar um sistema geral de organização econômica das sociedades: e assim considerando, supondo que constituiria o sistema econômico ideal, por era, o que abolindo toda a espécie de luta econômica entre os homens, lhes deixaria ao mesmo tempo o máximo de liberdade no seu trabalho, sem o perigo de escravizá-los a uma classe dirigente e burocrática. Ao que parece toda a vida econômica dos homens se daria a realizar num dia por meio de uma coordenação de cooperativas de produção com cooperativas de consumo simples e com cooperativas de consumo produtoras, e por um comércio internacional efetuado entre as federações nacionais das cooperativas, isto é, por negociações entre as federações de cooperativas de todos os demais Estados.
[...]

A cooperação é uma lógica presente na evolução da espécie humana, ela tem seu princípio no seio familiar e se estende ao cotidiano de cada indivíduo em diferentes momentos e fases de sua vida. Nessa etapa ou estágio não há uma regra pré-estabelecida, uma vez que um determinado indivíduo, no grupo, pode usufruir dos bens em comum e obter vantagens pessoais e depois romper com os demais sem dar satisfação.

Desta forma, ao se pensar em sistematizar um empreendimento coletivo de autogestão, é fundamental que se faça um trabalho de base. É preciso um diagnóstico do grau de percepção, importância e conhecimento que o público alvo venha a ter de um empreendimento dessa natureza.

4.1 A INTERAÇÃO COMO COMPONENTE DECISIVO NO SUCESSO DE UM EMPREENDIMENTO COOPERATIVISTA.

Ao se propor um modelo de produção, que tem como objetivo final inserir nele o maior número possível de indivíduos, é também necessário ter os princípios de democracia como sua base. Uma vez que um empreendimento de economia autogestionário seja instituído, para obter sucesso, demanda da interação do grupo nele inserido. E para isso é fundamental que as pessoas envolvidas nele tenham consciência e reconheçam e respeitem a opinião do outro. Esse pode ser o diferencial para a decolagem do negócio, sendo assim, ABDALA (2002, p.119-120) ressalta:

Mas para que isso de fato ocorra, as experiências de cooperativas autogestionárias devem ser acompanhadas de um intenso processo de formação e educação. Não basta apenas querer mudar as atitudes como se elas fossem somente o reflexo de uma forma produtiva. Sem o contributo da educação, as experiências concretas podem estar fadadas a ser apenas uma tentativa de remendo em um sistema exaurido na sua capacidade de produzir vida humana. A esta altura, creio já ser redundante ressaltar que a construção de uma nova racionalidade depende, ao mesmo tempo, das mudanças concretas na produção de nossas existências e do forjamento de uma nova concepção de mundo.

Devido ao grau de interação que o grupo venha a ter, pode ser necessário, antes de se discutir a sistemática do empreendimento, fazer um trabalho de base, levando os interessados a se sensibilizar dos benefícios que tal empreendimento pode oferecer. Mas também é importante saber do grau de complexidade de que ele pode

estar impregnado na execução de suas diferentes etapas, que, em um primeiro momento, requer muita dedicação e doação dos seus membros para que venha a consolidar-se em um empreendimento de sucesso, Putnam (2002). A cooperação é um mecanismo que permite aos elementos de um grupo viabilizar alternativas, capazes de propiciar a todos de forma comum as possibilidades de contornar os inúmeros obstáculos.

Tais empecilhos podem estar presentes no seu cotidiano em diferentes áreas do dia a dia do grupo, sendo o mais comum relativo à questão monetária. Desta forma, ficou rotulado pensar em cooperação ou sistematização desses princípios quando se refere a um empreendimento capitalista como uma empresa cooperativista.

Normalmente, pensa-se no princípio da cooperação a partir de um grupo de indivíduos, os quais se encontram em dificuldades para se inserir no mercado de forma mais eficiente. Porém o espírito de cooperação e sua ação prática tendem a abranger um vasto espaço em diferentes esferas, que vai de empreendimentos econômicos sólidos, como ações beneficentes. Assim define BOGARDUS (1964, p.21), ao mencionar que:

A cooperação culmina nas atividades distintamente altruístas. Substitui o progresso individual pela prosperidade coletiva em prol do bem-estar comum e total. Atua a partir de indivíduos para grandes grupos humanos, e, a menos que se inverta repentinamente a tendência de todas as idades, continuará a ampliar, aprofundar e enriquecer o desenvolvimento, até que as atividades, humanas se realizem em geral dentro das correntes vastas e dinâmicas do processo cooperativo.

A produção via cooperação pode ser uma alternativa plausível e com frequência quase necessária para melhorar as condições de vida de um determinado grupo. Ela cria os mecanismos que tornam possível as pessoas juntarem forças e (poder assim,) e consolidarem seus objetivos, de maneira a tornar viável sua inserção no mercado, com mais vantagens, tanto no âmbito da produção como se referindo ao mercado de consumo atacadista ou varejista.

Se, no capitalismo de mercado, a lógica está baseada na livre concorrência e na exploração em escala macro de um sujeito sobre o outro, na prática cooperativista, a filosofia se baseia na autoajuda entre seus membros. Se uma organização de cooperação fugir desse princípio, estará fadada ao fracasso, pois, de acordo com SÉRGIO (1984, p. 80), isso se dá pelo fato de que o sujeito [...], “cooperativista deve considerar o cooperativismo como sendo simplesmente uma instituição econômica para vantagem

individual de cada um de nós, para conseguirmos as coisas não só mais baratas, mas também sem fraude de espécie alguma”, [...].

O sucesso de um empreendimento cooperativista está diretamente ligado à interação de seus sócios. É isso o que propicia um avanço na unidade, porque juntos há uma maior sociabilização dos problemas e ideias, o que, por sua vez, tende a contribuir para o fortalecimento do empreendimento, bem como para a solução de possíveis problemas. Outro fato de grande importância é o de que essa interação torna-se fundamental na fiscalização e acompanhamento da contabilidade da cooperativa, já que seus sócios não estão ligados e comprometidos apenas com o acesso aos benefícios, mas também da responsabilidade de todos os possíveis transtornos financeiros que venham a ocorrer. Isso também se aplica na hipótese de existência de prejuízo que ela possa sofrer, sendo assim é necessária a idoneidade, seriedade e responsabilidade da diretoria, bem como a participação ativa de seus membros e a confiança recíproca entre eles, como menciona SÉRGIO, (1984, p. 84) ao apontar os problemas mais [...] “graves ao desenvolvimento do cooperativismo vem a ser o medo que os outros sentem, por conhecerem casos de imperícia, de desonestidade, e até de positivo roubo, praticados por certos homens que administravam cooperativas, levando-as assim ao insucesso”.

Portanto, para que o empreendimento cooperativista tenha uma base sólida, é preciso que seus membros tenham feito uma opção consciente e de forma espontânea. Apesar de, em um primeiro instante, aqueles que já têm conhecimento da causa e sejam simpatizantes façam um trabalho de divulgação dos benefícios que uma cooperativa pode oferecer aos que a ela aderirem, não será esse um trabalho de sedução, ele terá caráter estritamente de informação.

Imagina-se que a pessoa que venha a ter um contato superficial com essa temática possa, em um segundo momento, vir a procurar melhores informações e definitivamente ver as possibilidades de se encaixar ao perfil da cooperativa. Porém, uma vez que ela se associe ao empreendimento, deverá ter consciência de suas obrigações e participar de forma eficaz de todas as ações empreendidas pela empresa, como descreve SERGIO, (1984, P.143) ao comentar que [...], “tudo no cooperativismo deve ser voluntário e livre, feito de baixo para cima, sem nenhuma ingerência”, [...].

A administração de uma cooperativa não se constitui em uma pirâmide. Dado ao fato da necessidade da interação entre todos os seus membros, sai do modelo de verticalidade, comum no setor privado, e passa para o plano da horizontalidade. Esse sistema reconhece que a vida de uma cooperativa, sua existência e seu sucesso, é o

resultado de uma ação criada com o intuito primeiro de satisfazer as necessidades de um grupo que se une para a resolução de uma incógnita que advém de um problema comum.

É nessa temática do comum que a ação cooperativista surge para preencher uma fissura que o capitalismo globalizado criou, e rapidamente tem se tornado um grande fosso, agravando cada vez mais os problemas sociais de forma peculiar no que se refere à renda per capita. Diante de tal situação, e da impossibilidade de uma inversão de capital pela lógica das grandes empresas, a sociedade civil organizada tem fomentado os ideais cooperativistas, como uma forma para amenizar a atual situação de exclusão econômica, a qual se iniciou o século XXI, segundo RICARD; LEMOS, (2000, p. 62):

Uma cooperativa é uma associação entre pessoas que pretendem o atendimento de necessidades comuns. As necessidades, no geral, são basicamente econômicas: produção agropecuária ou industrial, comercialização de produtos, oferta de serviços, aquisição de bens, acesso a operações financeiras, crédito e outras. A alternativa para a viabilização desses aspectos, no caso, é a constituição de uma empresa, só que uma empresa muito especial, uma vez que os sócios são titulares, ao mesmo tempo, do capital e da força de trabalho.

Portando, assim fica nítido que, ao optar por iniciativas de produção a partir das diferentes modalidades de cooperativismo, há uma maior perspectiva para os trabalhadores tanto da cidade como do campo de se inserir no mercado. Com isso, ele consegue dar sustentabilidade a um negócio que, ao ir se consolidando, proporciona às pessoas nele envolvidas o resgate de sua dignidade social. É possível ainda que eles obtenham rendimentos econômicos que lhes possibilitem se inserir no mercado e, com o resultado da produção obtida, fortalecer o negócio de forma a inserir outras pessoas, oportunizando assim a inclusão de uma maior parcela da sociedade.

4.2 O Desafio de Romper o Isolamento e Ser Cooperativista

Percebe-se, desta forma, que o trabalho e a produção por meio das empresas autogestionárias auferem maior ganho a seus parceiros. Segundo GAIGER (2003, p.280), esse fator é resultado de um conjunto de interação que permite compreender que a [...], “posição que os trabalhadores ocupam, dentro de uma organização cooperativa e

solidária, nas relações entre si e perante os demais fatores de produção, é inerente à eficiência demonstrada e indispensável à realização de suas metas econômicas e extra-econômicas”.

Do exposto, fica claro que, ao buscar produzir a partir de um empreendimento de autogestão, para se obter sucesso, o grupo de pessoas envolvidas necessita de uma permanente coesão social, uma vez que o seu objeto é a luta pela solução de um problema comum a todos os seus integrantes. Estes, comungando dos mesmos objetivos, terão maiores chances de transpor os obstáculos e, de maneira menos desgastante, autorrealizar a todos Barros (1978).

Sendo assim, percebe-se que no atual contexto, a prática da cooperação é um importante mecanismo capaz de permitir à sociedade, uma vez organizada em empreendimentos cooperativistas, a sua inserção no mercado globalizado. Isso aumenta suas chances de agregar valor ao seu trabalho, auferindo maior poder de compra com os rendimentos obtidos e, conseqüentemente, melhorando o seu padrão de vida.

A cooperativa terá mais possibilidade de se concretizar como uma empresa sólida se, entre seus dirigentes, for dada ênfase a uma gestão que tenha como fio condutor a democracia. Essa forma de administrar permite que haja um elevado índice de transparência, conquistando assim mais sócios para a empresa e a confiança dos que já integram o empreendimento de forma geral. Assim defende ARAUJO (1982, p. 75), ao afirmar o princípio da democracia [...], “no sistema cooperativista implica uma organização onde deve imperar um regime de liberdade, seja de reunião, seja de opinião, seja de voto, onde as limitações que se colocam sejam apenas aquelas derivadas das necessidades do objetivo coletivo”. Basicamente, o caráter democrático da cooperativa está em poder propiciar a todos igual oportunidade de se inserir no mercado, de manifestar-se no processo de gerência dos negócios. Isso lhes permite maior transparência na atividade e uma participação mais equitativa nos resultados do empreendimento coletivo. Assim, há a promoção de uma melhor distribuição da renda e da propriedade ao nível pessoal, local e regional.

Ter a produção agropecuária amparada em uma cooperativa tem uma série de vantagens, porém, como descreve Araujo (1982), se reportando à COPAGRA, é necessário que seus sócios tenham uma boa interação com o que de fato se passa com a cooperativa em todos os aspectos, desde o financeiro, a estrutura física e o administrativo.

4.3 A Importância da Participação e Interação dos Associados Para o Sucesso da Cooperativa

Se a cooperativa já tem certo capital, um expressivo número de sócios, o ideal é que a administração esteja a cargo de alguém com formação na área. Caso nenhum dos sócios possua essa qualificação, é bom que se contrate um profissional no mercado com o perfil que seja análogo ao da cooperativa. Mas isso não significa que a cooperativa vai perder o seu foco. A interação e a participação entre os cooperados e o conselho administrativo terão que manter a mesma relação, tendo o diálogo como a principal ferramenta. Mas para que uma cooperativa se desenvolva e se capitalize, não perdendo o seu foco principal, é necessário que seus cooperados sejam atuantes, e não meros objetos que, ao se fazerem presentes nas assembleias, não se manifestam e não têm uma ideologia formada, apenas votam para cumprir uma mera formalidade.

A exemplo do “império” cooperativo em que transformou Mondragon, tendo uma elevada participação no PNB da Espanha, é interessante que seus membros sejam ativos e demonstrem sua interação nos assuntos discutidos, opinem e deem sugestões para o melhor desenvolvimento e fortalecimento da cooperativa. De acordo com ARAUJO (1982, p. 83): [...], “a cooperativa, em sua condição de autogestão democrática, subentende, para seu funcionamento, a existência de um sistema de representação legítima de interesse, regido pelas regras da convivência social em seu interior.”

Na concepção do ideal cooperativo nos princípios de Rochdale, a cooperativa, para atingir seus objetivos, deve ter metas bem definidas e a realização do bem-estar de seus cooperados como primordial. Ou seja, a cooperativa surge como possível resolução de um problema, cuja meta é amenizá-lo e que este, por sua vez, seja comum a todos e tenha sido causado por uma anomia social naquele espaço.

Apesar de seu fim não ser a concentração de renda, e sim, por meio de uma eficaz administração, propiciar uma melhoria para seus sócios, a cooperativa necessita de algum capital, de uma determinada quantia em dinheiro, para a manutenção, melhoria e expansão de suas ações. Essas melhorias podem ser na comercialização ou distribuição de produtos e serviços.

Desta forma, seus recursos devem ser bem direcionados, e é preciso que seja definido em que eles serão investidos e ter um planejamento anual para um melhor esclarecimento aos associados e para a presidência mostrar a transparência em suas

ações e ganhar com isso a credibilidade de seus parceiros. ARAUJO (1982, p. 87-88) assim descreve:

Da experiência de Rochdale, permaneceram os princípios de associação cooperativa, considerados fundamentais: - controle democrático; cada associado representa um voto, excluindo assim, o voto do poder das sociedades anônimas, por exemplo; - interesse limitado sobre o capital; o dinheiro colocado pelo associado na cooperativa tem um propósito social. Em princípio, portanto, a sociedade cooperativa não pode ser empregada para fins de aplicação capitalista; - retorno dos excedentes devolvidos em forma de dividendos ou aprimoramento dos serviços que a organização presta aos associados; - números limitados de associados; - filiação voluntária; - de determinada percentagem de fundos sociais é empregada para fins educativos no campo da cooperação; - neutralidade de questões políticas e religiosas; - a sociedade deve expandir suas operações em outros campos, com o objetivo de produzir o que os associados necessitam e ter acesso às matérias-primas; - as sociedades cooperativistas deverão unir-se a outras, constituindo federações.

A transparência nas ações por parte da presidência é essencial para a plena confiança dos cooperados na instituição. Assim também a participação deles é de grande importância para o sucesso do empreendimento, dada a necessidade de uma ação de cooperação entre pessoas que buscam solução de um problema fundamentado em um ideal comum.

4.4 ROCHDALE, O IDEAL COOPERATIVISTA ESTÁ VIVO

Esse ideal que teve suas bases lançadas no século XIX não se perdeu com o tempo. Surgiu como uma alternativa de enfrentamento ao capital concentrador e agressivo, que não se importa com a devassidão da dignidade de vida do ser humano, uma vez que um determinado grupo de pessoas se redescobriu como sujeitos e buscou meios de unir forças. Juntos, buscaram resgatar a dignidade de uma forma que lhes possibilitasse combater as mazelas do capitalismo e conviver com ele de forma harmoniosa.

Nessa lógica, séculos depois da fundação da cooperativa de Rochdale, essa prática não perdeu seu foco. Porém necessitou de algumas adaptações, da reconstrução de alguns conceitos e da construção de outros, para permanecer ativa no mercado, ao ponto de se constituir como uma grande empresa ao nível de Mandragom e concorrer no

mercado, enfrentando empresas de grande porte, como descreve ARAUJO (1982, p. 89):

A organização cooperativa, porque inserida no sistema capitalista, acaba por corresponder às exigências deste para sobreviver como associação. Portanto, em suas características organizacionais, uma cooperativa de produtores rurais, por exemplo. Coincide com os pontos vitais da própria gênese da produção capitalista: congrega a ação simultânea de um número elevado de produtores que se encontram no mesmo campo de atividades – a exploração do solo; produzindo, pois, uma mesma espécie de mercadorias – os produtos agrícolas; e embora não estejam sob o comando de um mesmo capital, na medida em que a atividade mercantil que desempenham requer alta composição de capital, não raras vezes, a cooperativa exerce a função de repassadora de financiamento, como entidade legal. Ainda mais, o controle capitalista através da ação institucional realiza-se ao reunir a produção de muitos agricultores isolados e colocá-los em relações de força na competição do mercado.

Do exposto, percebe-se que os empreendimentos cooperativistas nascem segundo o interesse de um grupo de pessoas com problemas em comum. Sendo assim, a cooperativa só terá razão de ser enquanto atender as necessidades desse grupo, que se uniu numa organização coletiva e democrática, para conseguir sobreviver e progredir no mercado competitivo, ou de pessoas que, compartilhando do mesmo problema, ao longo do tempo, forem se inserindo nela. Portanto, seu sucesso depende estritamente do comprometimento de seus membros, nas ações que sua cooperativa tende a desenvolver. Sendo assim, uma vez que os sócios forem perdendo o entusiasmo, ela estará fadada ao fracasso.

4.4.1 ROCHDALE: Um Exemplo Alternativo ao Capitalismo em Tempos de Globalização

Pensar em estabelecer a produção em bases assentadas em um modelo cooperativista requer alguns princípios mínimos dos interessados nesse sistema, que, como o próprio nome elucida, é a cooperação.

Mas devido ao fato de ser o modelo capitalista muito imediatista, quando se pensa em organizar uma cooperativa, pode ser que venha a fugir do ideal dos membros, do seu principal objetivo em comum, que é o da autoajuda, da interação e reciprocidade. Dessa forma, ela pode passar a criar um ambiente de individualismo, levando os

membros a buscar obter vantagens imediatas, o que leva à perda de foco da cooperativa Schneider (1999).

Para o sucesso da cooperativa é necessário que esses membros a compreendam e concebam como um todo, ou seja, não pode haver fragmentação do ideal nem vantagens pessoais. Assim SCHNEIDER (1999, p. 23) destaca como é primordial para a sustentação de uma cooperativa a democracia, que tem como ferramenta principal o diálogo. Nessa concepção, o autor afirma que participação democrática não deve ser vista, [...], “como fim em si, muito menos como panacéia para resolver todos os problemas da cooperativa, mas como meio ou instrumento para que a cooperativa melhor possa cumprir seu objetivo fundamental de melhor prestação de serviços aos associados”. Como a maioria deles se encontrava individualmente em graves situações de necessidades de sobrevivência e progresso, eles optam pela cooperativa como alternativa de saída viável no enfrentamento dos seus desafios.

Sendo assim, é possível definir o modelo de produção a partir das ações cooperativistas, em pleno auge da globalização, pelo exemplo da participação com um elevado peso na economia espanhola, pela cooperativa de Mondragon, Ricciardi; Lemos (2000), uma pequena unidade cooperativa que surgiu na cidade de mesmo nome, e se tornou um ícone mundial quando o assunto é cooperativismo.

Mondragon é o resultado nítido de que pequenas iniciativas podem resultar em grandes empreendimentos econômicos, com um real potencial de distribuição de riquezas, melhorando a qualidade de vida de milhares de pessoas ao seu entorno.

O grande diferencial que teve elevadíssima importância para o enraizamento de Mondragon e que, na contramão, tem representado o fracasso na tentativa de se organizar uma cooperativa, é a formação da consciência do que é de fato uma cooperativa, são os investimentos na formação continuada de seus sócios.

Não tem como fugir deste princípio: se o grupo interessado em obter uma melhor qualidade de vida, com o aumento de sua renda a partir da produção em moldes cooperativistas, é fundamental ter-se sensibilizado da necessidade de qualificar-se, buscar os conhecimentos fundamentais de como, se organiza uma cooperativa, desde a sua planta até os mercados potencialmente consumidores.

É necessário um estudo minucioso, depois que o grupo tenha se proposto a encarar o desafio de lançar as bases de uma unidade cooperativista. No caso de uma cooperativa direcionada ao campo, esta requer uma análise detalhada das potencialidades e da qualidade das matérias-primas que seus pretensiosos membros

poderão oferecer, bem como a qual mercado consumidor tende a oferecer seus produtos. Também é fundamental estudar a viabilidade da instalação da agroindústria e o potencial do mercado consumidor, onde seus produtos poderão ser ofertados em condições de concorrer com os demais oferecidos pela concorrência.

À medida que o capitalismo se reorganiza, todos os demais modelos necessitam se reestruturar para se manter ativos e continuar inseridos no mercado. Nessa lógica, Araujo (1982) faz referência aos dois planos no qual, ao se pensar em uma cooperativa, os líderes locais devem ter uma ampla bagagem de conhecimento, que é referente ao conceito teórico ideal da sociedade cooperativa. Ou seja, onde há certo grau utópico das maravilhas a serem usufruídas, e o plano prático-racional, o qual consiste em um planejamento detalhado, apontando as possibilidades de sucesso, e os riscos que o empreendimento corre pelo fato de haver no mercado inúmeras empresas, que são potenciais concorrentes.

Mas nesses dois conceitos ora há uma retração, ora há uma expansão, mas eles se aproximam novamente um ao outro, durante o período em que se está pensando na possibilidade de implantar uma cooperativa, já que para a sua constituição, como o próprio nome define, é fundamental a cooperação. Sendo assim, uma cooperativa só terá razão de existir caso reúna um expressivo número de indivíduos que comunguem de problemas e ações comuns.

Então, quando uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas passam a conhecer a temática e buscam fazer com que aqueles que estão mais próximos de si se sensibilizem das vantagens e oportunidades que a ação cooperativista pode oferecer à comunidade, é necessária a arte do convencimento. Porém, em um segundo momento, são importantes os esclarecimentos mais detalhados de que, ao construir um empreendimento cooperativista e se inserir no mercado capitalista, estará em um campo minado, que exige tática, lógica e objetivos bem definidos, para que o resultado final não venha a ser uma decepção. Embora haja riscos e possibilidades de crises em alguns momentos, nada que um planejamento criterioso, com metas e planos bem determinados e sócios bem informados e conscientes, não possa ser superado.

A questão de trabalhar com os possíveis interessados em fundar uma cooperativa, os riscos que eles correm de forma nítida é muito importante devido ao fato de, como qualquer outra empresa, a cooperativa estar sujeita às lógicas e flutuações do mercado, como define ARAUJO, (1982, p. 97): “Inserida na concorrência capitalista, a instituição cooperativa tem sempre o seu funcionamento pelo sistema dominante e,

operado de modo *sui generis* o domínio do mercado muitas vezes lhe escapa”, e SCHNEIDER (1994, p. 7) completa [...], “A maioria dos fracassos na organizações cooperativas não se deveu provavelmente à falta de espírito cooperativo, mas sim, à falta de visão empresarial, de conhecimento de mercado e de visão técnico administrativa”[...].

A Revolução Industrial foi o divisor no modelo de produção que definiu as diferenças de classes, que enxotou o camponês para a periferia, obrigando-o a viver em condições inaceitáveis ainda em nossos dias.

As condições de trabalho, moradia, jornada de trabalho, o salário recebido, lhes propunha uma vida muito miserável. Em algumas situações, muito pior do que a do servo na propriedade feudal ou do escravo em uma colônia americana, como assim define RIQUE, disponível em: (www.itcp.usp.br/drupal/node).

A vida não era fácil para aqueles cujo trabalho contribuiu para o processo da industrialização. A grande maioria dos operários eram trabalhadores agrícolas recém-chegados às cidades, expulsos da terra. Nas fábricas, encontrava-se trabalho facilmente, mas a jornada era de 15 ou até 17 horas/dia. O ritmo das máquinas, a rotina e as condições perigosas tornavam o trabalho uma opressão. As fábricas eram escuras, quentes e pouco arejadas. A expectativa de vida da população era de 21 anos.

Mas nesse contexto social algo se diferenciou. Foi o espírito de luta, de forma pacífica que encontrou um modelo para combater a exploração, o ideal cooperativo, com alguns conceitos das ações de autoajuda em sociedades passadas. Os Pioneiros de Rochdale construíram um modelo de cooperação que se tornou referência mundial. SCHNEIDER, (1999, p. 35) diz que:

[...] O capital exerce a hegemonia absoluta sobre os demais fatores de produção, como detentor exclusivo das decisões e também dos excelentes gerados na vida econômica, o que armará o cenário para tantas tensões e lutas, especialmente as lutas de classes, uma das conseqüências fundamentais do capitalismo, processo tão bem analisado e denunciado por Kal Marx. A reação se fez sentir tanto de modo frontal, por parte das classes exploradas, através dos diversos movimentos socialistas do século XIX, como de modo estratégico, através do movimento cooperativista, que virá para superar o capitalismo, não através da luta e do enfrentamento direto, mas mediante a mobilização do proletariado em torno de cooperativas de consumo e produção, aspirando a substituir o modelo de exploração pela “Commonwealth Cooperativa”, onde a classe operária passaria a ser dona dos seus meios de produção, das decisões, da propriedade e dos excedentes gerados no processo produtivo.

Porém o modelo de Rochdale não deve ser visto nem entendido como “único e acabado”. Como descreve Schneider, há toda uma história que antecipa a implantação da cooperativa de Rochdale. Os pioneiros dessa mencionada cooperativa se basearam nos princípios antes traçados pelos ideais de Willian King e Robert Owen, os precursores do que se pode chamar hoje de cooperativismo moderno, mas que foi marcado por inúmeras tentativas, algumas exitosas, outras fracassadas. E, mais tarde, veio servir como ponto de partida para se chegar ao modelo ideal Rochdaleano, quando seus organizadores, após um olhar no passado, procuraram corrigir erros, assimilando aprendizados anteriores, descartando exageros e utopismos de outros pensadores.

4.4.2 ROCHDALE: Um Resgate de Utopias do Passado a Ícone do Cooperativismo Atual

Os pioneiros de Rochdale foram determinados e disciplinados, nas iniciativas e em cada momento, agindo com eficiência, eficácia e disciplina. Eles foram moldando o estatuto ao longo do tempo de forma que a cooperativa ia se solidificando e atendendo cada vez mais as necessidades de seus sócios.

O pleno sucesso de Rochdale se deu de forma gradual e avançada. De uma cooperativa de consumo, posteriormente, de modo especial, através da Cooperativa Central de Consumo, fundada em 1864 em Manchester – a Wholesale Society -, foi avançando por outros setores da economia, servindo muito posteriormente e até os dias de hoje como um referencial do modelo cooperativista a ser seguido e expandido em outras regiões.

Fundada em 1844 como uma cooperativa de consumo, seus precursores tinham um projeto visionário que almejava a estruturação de uma comunidade vivendo social e politicamente e da forma mais comprometida possível no cotidiano de uma empresa cooperativista. SCHNEIDER (1999, p. 47) comenta:

E a incorporação de todos os setores de produção no sistema cooperativo se daria com as “Colônias Cooperativas”, meta final da iniciativa que então lançaram. A produção e distribuição dos bens e serviços se dariam sob o controle do sistema cooperativo e, para tanto a educação das pessoas para a nova ordem econômica e social baseada na cooperação que desempenharia um papel muito importante. O projeto se inspiraria na auto-ajuda e se empenharia para tornar as cooperativas auto-suficientes, liberando-os o mais possível do processo competitivo e da dependência capitalista. [...]

Por causa do sucesso de Rochdale e da expansão do modelo cooperativista pela Europa e a organização delas em Federações ou Centrais, uma em 1864 e a outra em 1869 na Inglaterra, no ano de 1895, foi fundada em Paris a ACI (Aliança Cooperativista Internacional), que propiciava uma maior aproximação entre o segmento em escala mundial. No ano de 1921, no congresso em Basileia, surge a possibilidade de fundar a Cooperativa Central Internacional de Consumo.

Essa ideia de uma interação social para uma forma de produção sustentada via cooperativismo em circuito fechado é defendida por inúmeros pensadores. Essa interação vai desde a produção das matérias-primas à industrialização e comercialização dos produtos, a prestação de serviços em um vasto campo das atividades, bem como assessoria em movimentação financeira de aplicação e crédito, tudo a partir de práticas cooperativistas. Destes se destaca o ideal de Sergio (1984). Essa concepção, de acordo com SCHNEIDER (1999, p. 69), foi um dos temas discutidos no Congresso Internacional da ACI (Aliança Cooperativista Internacional) de 1966 em Viena, ou seja:

[...] Este princípio é de grande atualidade, em vista dos novos desafios anteriormente mencionados, e onde a integração, visando à formação, de centrais, federações e confederações cooperativas, era a resposta aos novos tempos que requerem ações concretas em nível regional, economias de escala, para não ficar em situação de inferioridade frente aos grandes complexos empresariais capitalistas e estatais.

[...] É a cooperação para o benefício mútuo de entidades cooperativas que não deve restringir-se aos objetivos econômicos comerciais, mas abraçar também objetivos técnicos e educacionais. É também com frequência o método através do qual a cooperação avança de um estágio do processo produtivo para outro, por exemplo, passando do varejo ao atacado ou da produção primária para a produção industrial, ou das transações no mercado local para o mercado regional ou nacional.

São claros os grandes avanços que o setor cooperativista alcançou nos últimos tempos desde os pioneiros de Rochdale aos dias atuais, comprovando a eficiência e os benefícios que uma cooperativa propicia a um determinado grupo, ou que pode oferecer à sociedade de forma geral. Mas ainda é, especialmente em algumas regiões do Brasil, um grande desafio implantar ou manter uma cooperativa funcionando de maneira sólida.

Uma vez que se destina a fins jurídicos, a cooperativa é um empreendimento comercial comum, como tantos outros, a qual tem que se ajustar à lógica de mercado, que, em tempos de globalização, tem intensificado a concorrência entre ambos.

Porém, apesar de concorrer em igualdade de condições com as empresas privadas, algo torna a cooperativa uma instituição peculiar nesse cenário. Ela tem que conciliar lucro e rentabilidade com integração social. Ou seja, o objetivo de uma cooperativa está em poder oferecer aos seus parceiros, sejam eles produtores ou consumidores de seus produtos, uma prestação de serviços na qual seja o seu sócio o beneficiado.

Portanto, percebe-se a importância das cooperativas na viabilização da economia no país, pois elas conseguem estabelecer uma ponte entre o produtor e o consumidor, através de sua estrutura de produção, que vai da interação na produção do campo, acompanhada da comercialização das matérias-primas adquiridas dos produtores, bem como do fornecimento de insumos a eles. Também e especialmente é importante a industrialização de produtos e a sua comercialização no atacado ou varejo, com valor agregado, aumentando a oferta de mercadorias, o que normalmente tende a reduzir o preço destes gêneros ao consumidor final.

Mas, apesar da importância que estas cooperativas têm na contribuição da geração de emprego e renda, de forma especial as Cooperativas de Produção Agropecuária, que têm como público pequenos proprietários, elas estão enfrentando inúmeros desafios devido ao fato de que as políticas de crédito oficiais aos pequenos produtores esbarram em uma intensa burocracia. Isso dificulta ou em alguns casos até inviabiliza o acesso ao crédito, um item fundamental para o agricultor obter capital de giro para se modernizar e poder ampliar sua produção, já que esta é fundamental para os resultados positivos a serem obtidos pela cooperativa.

Sendo assim, na ausência do Estado como um instrumento que deveria fomentar a produção no campo sem distinção entre grandes, médios e pequenos proprietários, as cooperativas passaram a assumir também essa função. JUNIOR (1993, 80-81) descreve o exemplo da Cooperativa de COTIA, por ela representar um importante elo entre os bancos e seus associados [...], “Cooperativa toma um empréstimo de crédito rural com juros de 9% ao ano e repassa aos agricultores na forma de sementes e fertilizantes e se os agricultores não pagam a conta, a empresa toma um novo financiamento para quitar a fatura”.

Não se pode negar a importância da cooperativa, por ser uma das peças da engrenagem que faz movimentar uma parte expressiva da produção agropecuária brasileira e de maneira exclusiva o exemplo da então cooperativa de COTIA (atualmente extinta), que tinha como parceiros, em sua maioria, pequenos produtores,

sobretudo no setor de hortifrutigranjeiros. Porém, uma vez que ela estava no jogo, competindo com grandes empreendimentos, mesmo necessitando fomentar sua produção, alguns cuidados deviam ter sido tomados, para que não entrasse em dívida, inviabilizando toda a sua capacidade de produção, como de fato aconteceu posteriormente.

Referente a esses percalços e possíveis desestabilidades nos empreendimentos cooperativistas, Araujo (1982) descreve, em seu estudo de caso, a COPAGRA (Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina Ltda.). Fundada com o objetivo de ser uma cooperativa de consumo, ela foi se estruturando ao longo do tempo, passando a atuar em outros setores e se expandindo para outras cidades e Estados da Federação. Possuiu propriedades rurais, cultivou extensas áreas de agricultura, teve uma apreciável quantidade de máquinas e equipamentos agrícolas, imóveis urbanos e frota de veículos, uma expressiva quantidade de empresas, como máquina de beneficiamento de café, desencaroçadeira de algodão, indústria de amido de mandioca, destilaria de álcool, frigorífico, posto e entreposto para compra de cereais, e lojas de venda de insumos de produtos para a agropecuária.

Fundada em 1962, caminhou por certo período até se consolidar como uma empresa sólida, que viveu um auge de solidez econômica e mergulhou posteriormente em crises que levaram à perda da sua credibilidade. Um dos fatores determinantes para a sua crise, de acordo com os estudos e argumentos de Araujo (1982), está na interação de seus sócios. Um dos motivos foi que as atividades de administração da cooperativa estiveram sempre centralizadas nas mãos de um pequeno grupo, e da grande massa dos cooperados, poucos participavam das assembleias e, quando iam, não tinham voz ativa, segundo os relatos dos entrevistados.

Outro aspecto que não é perceptível em seu trabalho é o referente à formação continuada de educação e formação dos conceitos e dos princípios de cooperação, bem como os direitos e deveres de um sócio para o sucesso do grupo como um todo. Tudo indica, segundo as pesquisas de Araujo, (1982), que a COPAGRA, não deu ênfase a esse item, muito defendido por SCHNEIDER (1999, p.73), a educação cooperativista, pois ele afirma que [...], “a educação é o processo que reforça a consciência dos objetivos, na mente de cada sócio, pois não se nasce cooperativista, mas se aprende a sê-lo”[...].

Percebe-se, desta forma que, a ausência de uma formação dos princípios e valores do que é uma cooperativa e do compromisso de seus cooperados pode, ao longo

do tempo, vir a ser um dos fatores comprometedores do bom desempenho da unidade. É até mesmo tem a possibilidade de ser um dos pressupostos ao seu fracasso como um empreendimento de auto-gestão.

4.5 O Desafio dos Empreendimentos Cooperativos Frente às Megas Fusões de Empresas Privadas em Tempos de Globalização

Em se tratando desse aspecto, é interessante observar que uma cooperativa tem que estar inserida no contexto da economia globalizada, e buscar sua atualização e inovação de forma constante. Seu grande desafio é, aliás, saber fazer uso de ferramentas das tecnologias modernas, com produção em pequena escala; competição com cooperação; concorrência com interação; uso de recursos naturais com preservação, e, como desafio, propor um novo modelo de exploração sustentável. Onde houver casos de degradação do meio ambiente, é preciso usar práticas de cultivo que lhes possibilitem a recuperação parcial dos biomas, como uma demonstração de força de que a agricultura familiar, em pequena escala, é eficiente e alternativa. É um dos poucos modelos de produção que pode efetivamente garantir o uso da biosfera de forma mais harmônica possível, propondo um equilíbrio social regional em relação às diferenças culturais, entre o homem, nas suas mais variadas dimensões com o bioma com o qual interage desde sua existência.

Nessa perspectiva SCHNEIDER (1999, p. 78) enfatiza que a chave desse equilíbrio é ter a produção em seus diferentes níveis baseada a partir de sistemas de cooperação. Porém a solidez destas no tempo e no espaço tem que reconhecer a educação cooperativista como um importante princípio, pois ela possibilita a absorção e inovação de outros [...] “espaços econômicos e sociais frente aos avanços das multinacionais e dos monopólios, bem como um compromisso junto com outras forças e movimentos sociais, na luta contra o desemprego, a pobreza, a subnutrição e a preservação do meio ambiente”.

O sujeito, mantendo um equilíbrio dos requisitos mínimos para viver com dignidade com seus entes mais próximos, consegue estabelecer certa harmonia com o meio no qual está inserido. Esse era um quadro típico das sociedades camponesas.

4.6 ROCHDALE: A Reconquista da Dignidade e a Formação do Conceito de Democracia em Tempos de Autocracia

Contrapondo-se ao modelo capitalista concentrador no qual se prezam as benesses de uma minoria em prol da exploração da maioria, o sistema cooperativista deveria ser próprio, único, original, nascer do seio da sociedade flagelada para a sua emancipação. Por isso teria que se fundamentar segundo as recomendações de William King sobre a autonomia, como afirma Schneider (1999), sem a tutela do Estado ou das doações da burguesia.

Era necessário nascer livre e independente para criar as bases em princípios muito bem definidos, e com objetivos claros a serem alcançados. Para tal realização precisava contar com a participação de homens que não se sentissem coibidos e expressassem sua livre vontade e, acima de tudo, compartilhassem de um desejo comum. Assim tornar-se-ia mais fácil caso todos os envolvidos estivessem inteirados dos acontecimentos ao seu redor. Isso possibilitaria a eles dar sugestões e opinar de forma a constituir uma sociedade mais sólida possível para superar as falhas de outras organizações desse gênero, que se haviam estabelecido antes. E para não cometer os mesmos erros, fazia-se necessário ter uma visão preliminar dos obstáculos futuros a serem superados.

Foi com base nesses vieses que um grupo de vinte e oito homens se propôs a criar o que eles denominaram de cooperativa de Rochdale, como define RIQUE disponível em (www.itcp.usp.br/drupal/node), ao comentar que:

Rochdale era uma cidade de tecelões auto-educados, orgulhosos de suas tradições e confiantes no seu valor. Assim, não é de surpreender que tenham sido os trabalhadores de Rochdale os responsáveis por terem a iniciativa da formulação dos princípios que até hoje regem uma sociedade cooperativa. Antes de fundarem a loja, que se localizava numa rua chamada Toad Lane (Beco do Sapo), os pioneiros haviam percorrido vários outros caminhos: na comunidade Owenista, na militância cartista, nos movimentos religiosos e sindicais. Além disto, todos tinham participado das greves de 1842-1844. Com a derrota do movimento grevista, decidiram aplicar os dois pences que recebiam por semana do sindicato de tecelões na fundação de uma loja cooperativa.

Fica nítido, ao observar a trajetória dos pioneiros de Rochdale, que eles tinham como ponto a ser seguido no horizonte, à frente de seus fundadores, o princípio da democracia, e a formação de seus integrantes pela educação continuada, como SCHNEIDER (1999, p. 104-105-106) descreve:

A democracia, no contexto das iniciativas dos pioneiros, esteve também associada, desde os inícios, ao esforço da educação dos associados. Já numa experiência cooperativa anterior a 1844, na qual vários pioneiros participaram, a “The Rochdale Friendly Society”, fundada em 1830 com 52 associados, se haviam destinado recursos para a educação dos associados, constituindo-se inclusive para tanto uma modesta biblioteca.

O diferencial que possibilitou à cooperativa de Rochdale evoluir de maneira surpreendente, segundo Schneider, foi seu caráter de autonomia desde a sua base. Ela buscou não se subjugar ao capital nem se deixou ser tutelada pelo governo. E acima de tudo, deu um extremo valor e significado aos seus membros, reconhecendo-os e dando um tratamento digno de seres humanos, ao definir o voto paritário nas assembleias, fortalecendo a democracia e incentivando a educação como principal veículo de informação, formação e emancipação do sujeito.

Ao tratar da importância da democracia, BARROS (1978) não se reporta ao simples ato de ter defendido em seu estatuto o princípio de “um homem = um voto” modelo este já defendido pelas primeiras cooperativas, a exemplo de “*FRIENDLY SOCIETY*”, fundada em Brighton, em 1827, que, a partir de então, passou a ser usada como modelo por todas as demais que vieram a ser organizadas e consolidadas pelo mundo.

A democracia requer mais do que a mera formalidade garantida no estatuto, ela se embasa na atuação concreta dos associados da cooperativa. E para que a ação democrática venha de fato a se efetivar, é fundamental aos seus dirigentes ter um conhecimento prévio do grau de interação e formação de seus cooperados. Ela busca, assim, criar os mecanismos essenciais que levem todos os integrantes do empreendimento a despertar e compreender de fato o seu papel e função como membros, rompendo com o ideal utópico e reconhecendo-se sujeito que tem grande responsabilidade no sucesso do empreendimento do qual faz parte.

Enquanto o capitalismo avança de forma agressiva, transformando tudo em mercadoria, e o homem em objeto, desprovido de sentido e valor, podendo ser substituído, como mera força de trabalho sem nenhuma preocupação com a sua interação social, o modelo cooperativista surge na contramão, colocando o homem como centro do modelo e tornando-o sujeito dessa prática. Esse modelo lhes dá condições de paridade com todos os demais nas decisões e direitos de opinar e escolher as melhores alternativas que visam a atender as necessidades de todos.

4.6.1 ROCHDALE: Um Modelo de Empreendimento que Vem se Readaptando e Continua Atual Há Quase Dois Séculos

A cooperativa de Rochdale, fundada em 1844, continua, no século XXI, sendo referência quando o assunto é o cooperativismo. Sua fundação aconteceu durante a primeira fase do capitalismo industrial, quando os meios de transporte funcionavam de forma muito precária, o comércio mundial movimentava uma cifra monetária muito pequena comparada aos padrões atuais, e a ciência caminhava a passos lentos.

Mas nos últimos séculos, os processos se dinamizaram, houve uma intensificação no sistema de transportes, as telecomunicações conectaram o planeta, movimentam-se centenas de bilhões de dólares por dia no mundo, e a ciência avança em velocidade surpreendente. Porém os princípios cooperativistas de Rochdale continuam inalterados e atualizados quase duzentos anos depois.

E o que possibilita essa validade de padrão deve-se ao fato de os pioneiros terem percebido na educação a maior fonte de riqueza de um povo, como descreve SCHNEIDER (1999, p.134)

Para a educação cooperativa, deve-se visar mais do que à mera educação formal. É preciso saber o que e como o povo poderá aprender. Segundo a Comissão Especial, cada fase de experiência da ação coletiva pode e deve ser um momento de aprendizado cooperativo, pois a educação cooperativa é um processo permanente, que transcende o limite da educação formal e institucionalizada que se realiza através da escola e da universidade.

À medida que o empreendimento cooperativista ganha expressividade e passa a ocupar um vasto campo da economia, torna-se necessário que alguns setores da cooperativa passem a ficar a cargo de profissionais especializados nas respectivas áreas que compõem todo o organograma do empreendimento cooperativista. Isso deve ser feito para um melhor andamento das atividades, abrangendo cada vez mais pontos do espaço distante do centro, motivo este resultante do número de associados que adere a esse modelo ano após ano e para o sucesso do empreendimento, como assim o define SCHNEIDER (1999, p. 141):

Decorre dessa situação a necessidade de contratar executivos e técnicos em tempo integral, com a conseqüente tendência de reduzir o papel dos órgãos de direção representativa, como os do Conselho de Administração, cujos integrantes geralmente não são profissionais especializados. Sua atividade

tende a reduzir-se a uma função de controle, deixando as decisões do dia-a-dia referente à implementação das políticas e a responsabilidade da execução das decisões aos executivos contratados, sejam associados ou não.

Ao pensar em fundar uma cooperativa, seus mentores terão reconhecido que há entre os interessados um fator determinante, comum que funcionará como elemento de coesão, fundição entre eles. Esse elemento comum é diagnosticado pelo grupo como o problema que provoca certo desconforto e vem persistindo naquele determinado espaço há algum tempo. Assim nada pode ocorrer de forma precipitada, suas ações devem ser minuciosamente pensadas, planejadas e discutidas em grupo, para que desta maneira sejam analisadas com o propósito certo de se obter êxito.

Portanto, essa necessidade de êxito requer planejamento. E para se planejar algo que irá mexer com a vida de diferentes pessoas, requer-se diálogo, que necessita de bom senso entre seus pares. É fundamental que haja coragem de opinar, determinação a rebater opiniões, senso para receber críticas, compreensão de que a crítica pode ser construtiva, sensibilidade para descobrir o melhor caminho e ação para pôr em prática o objeto desejado, sem nunca perder a primazia do poder político no plano das decisões fundamentais. Essas decisões devem permanecer nas mãos do Conselho de Administração e, acima dele, da Assembleia Geral.

Esse conjunto de argumentação é a ferramenta que define o sucesso ou o fracasso de uma cooperativa. Ele demonstra o grau de democracia que impera no grupo, uma vez que ele une as forças na busca da resolução de um problema central e único, comum a todos naquele espaço.

Esse foi o diferencial entre a cooperativa de Rochdale e as demais que lhe antecederam. Dentre todos os pontos outrora mencionados, talvez o mais determinante tenha sido sua independência financeira para lançar suas bases, o que lhes possibilitou ter total autonomia em suas ações, tornando-se um ícone e referencial para o cooperativismo mundial. Outro diferencial de Rochdale foi sua autodeterminação em investir de forma processual e gradativa na educação formal e continuada de seus membros, em uma época em que o Estado negava essa política oficial à classe trabalhadora.

Há mais de dois séculos se deu o lançamento do sistema de produção nos moldes cooperativistas, nos mais diferentes níveis e setores a partir de empreendimentos cooperativistas e da confirmação de seu sucesso como instrumento de redistribuição de emprego e renda, nos países subdesenvolvidos. Porém essa prática ainda é pouco

difundida e, como menciona SCHNEIDER (1999, p.165), ainda há certa necessidade da interferência do Estado na execução dos vários pontos discutidos no 24º Congresso da ACI (Aliança Cooperativista Internacional). O autor assim menciona:

[...] Estudos sobre a autonomia cooperativa e a ação estatal na promoção do cooperativismo em países do Terceiro Mundo começaram a desenvolver-se com maior frequência apenas na década de 80. Nestes países, segundo a constatação da Secretária Executiva, o apoio governamental é às vezes a única forma que permite o nascimento e desenvolvimento de cooperativas.

Portanto quando se menciona a necessidade de uma contrapartida do Estado para o fomento e a viabilização do cooperativismo, em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, não se está suplicando a tutela do Estado na condução das ações das cooperativas, mas na elaboração e promulgação de leis que venham facilitar as suas ações. Também se reivindica o acesso a linhas de crédito de forma diferenciada, que possam contribuir para a sua dinamização, de forma que os empreendimentos cooperativos sejam um instrumento na geração de oportunidades de empregos e na geração de renda. Com isso, eles podem ser um instrumento na consolidação da justiça social.

4.7 INTERAÇÃO E INTEGRAÇÃO: A Essência Para o Sucesso de Um Empreendimento Cooperativista

O sócio que efetivamente participa das atividades não só produtivas, mas também decisórias, torna-se cada vez mais sujeito ativo, responsável, criativo, enfim, um protagonista como co-proprietário do empreendimento. E como vantagem adicional, passa a ter cada vez mais uma cultura administrativa e um maior conhecimento das atuais e complexas dinâmicas do mercado. E todos estes conhecimentos e experiências o transformam num cidadão mais efetivo, responsável e um eficaz colaborador na construção do bem-estar de sua comunidade intra e extracooperativa.

Se bem gerenciada com um grupo de sócios que buscam a integração mútua, as possibilidades de superação de uma crise se tornam muito menores. Por outro lado, quando as decisões se centralizam de forma vertical na presidência, e passam a ser tomadas de forma arbitrária, sendo a assembleia uma mera formalidade e um espaço de manipulação, a tendência é a ruína da cooperativa, como observa Araujo (1982), em seu

estudo na (COPACRA). Quando há essa centralização, as decisões já vêm prontamente definidas pelo presidente, que, por meio do seu discurso, acaba por induzir os presentes a acatar suas ideias, coibindo a participação dos que divergem de seu ponto de vista.

De acordo com Araujo (1982), um perigo iminente é o fato de o presidente se perpetuar no poder, e a expansão das ações da cooperativa por uma vasta região, bem como a diversificação de suas atividades. Isso causa problemas mesmo que o mercado exija uma permanente inovação e a obtenção de uma maior fatia de excedentes, na comercialização dos produtos, por operações que envolvam um maior volume de capital. A autora faz uma observação quanto à perda de controle da situação, frente às constantes flutuações no mercado, e a sucessão de prejuízos que uma cooperativa porventura venha a ter, o que, por sua vez, pode ocasionar a descapitalização do empreendimento e até mesmo levá-lo à falência.

As possibilidades de sucesso em um empreendimento cooperativista são reais e seguras, seja ele de pequeno, médio ou grande porte. Portanto, o que é comum e necessário a todos é o grau de coesão que venha a existir entre seus membros.

Por outro lado, uma cooperativa corre o risco de fracasso quando começa a haver um esvaziamento, à medida que seus sócios não demonstram mais interesse, sintonia com o cotidiano do empreendimento. Esse tipo de ação inviabiliza o sucesso da cooperativa pelo fato de retardarem tomadas de decisões ou estas serem decididas de maneira equivocada, como descreve ARAUJO. (1988, P. 130):

Em qualquer agrupamento social, o fenômeno participativo está muito em função da maneira como se articulam os grupos dentro da associação e, mais além, como os diferentes grupos e/ou categorias sociais se combinam e são vistos no sistema global, Daí a necessidade de se fazer menção à participação social.

Sendo assim, fica nítido que, para se obter êxito em um empreendimento cooperativista, e para ele vir a se consolidar como um instrumento que vá ao encontro das necessidades de seus interessados, alcançando os objetivos almejados, é de extrema importância que seus sócios também se façam presentes na vida da cooperativa. É fundamental que sejam atuantes, inseridos com afinco e responsabilidade em todas as atividades que ela venha a propor e a realizar. Porém essas ações só terão êxito se, quando pensadas e colocadas em prática, tiverem o aval de todos os seus integrantes.

Portanto, isso só é viável quando há uma efetiva participação de seus membros em todas as reuniões e assembleias.

4.8 DA ALIENAÇÃO À CRÍTICA: A Transformação de Mero Sócio a Sujeito Atuante em um Empreendimento Cooperativista

A prática cooperativista não é uma ação com a solução para todos os problemas, apesar de ser vista em um primeiro plano como algo com inúmeras vantagens a oferecer. Assim, seus pretendentes organizadores e futuros sócios devem ter claro que, passada a fase de entusiasmo, inúmeros problemas tendem a ir surgindo durante o espaço de tempo que compreende o lançamento de suas bases até sua consolidação. Só depois de superados esses problemas, a cooperativa será vista como um empreendimento sólido e maduro, pronto a superar todos os desafios do capitalismo.

E ela não pode ser compreendida como inimiga do capitalismo, mas apenas como uma alternativa, visando propiciar a um grande grupo de pessoas uma melhor e mais humana inserção no mercado, com alternativas para melhorar a qualidade de vida daqueles que supostamente podem estar à margem do sistema.

Mas para que uma cooperativa chegue nesse patamar de amadurecimento, são indispensáveis que seus membros, do mais alto escalão ao mais humilde dos sócios, sejam sujeitos críticos de fato, no sentido de não deixar de expressar a sua opinião. Essas críticas devem ser feitas em momentos oportunos de forma que possam contribuir para o fortalecimento do grupo.

Portanto não pode ser tomado por um clima de pessimismo nas primeiras fases mais difíceis e críticas, em momento de crise econômica. Mas sim, usar seu intelectualismo como gerador e captador de informações e sugestões que venham a sanar problemas que podem vir a ser uma barreira para o bom desempenho da organização. Dessa maneira SÉRGIO (1984, p. 86) descreve:

O criticar, em cooperativismo, deve sempre coincidir com o auxílio, efetuando sempre essa crítica-auxílio em pura atitude de fraternidade: com calma: com bom humor: com sorriso. Em cooperativismo a crítica que não se traduzir por um oferecimento imediato de prestar auxílio, de ajudar cordialmente, de colaborar com a amizade, não traduz o caráter de cooperativismo, não, mas o caráter oposicionista de sectarismo político.

Ter uma consciência crítica requer formação e conhecimento da causa. Nessa concepção, Schneider (2003) salienta que um determinante no sucesso da prática cooperativista é o intenso investimento na formação educacional de seus membros desde a sua base. “Portanto, a cooperação não pode confiar somente na educação inconsciente ou ao acaso, mas sim, conscientemente devem empregar formas e métodos adequados de educação, como instrumentos para alcançar seus fins.”

4.9 SISTEMATIZAÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO COOPERATIVISTA: Riscos e Desafios a Serem Enfrentados Por Seus Sócios

O sucesso da cooperativa ocorrerá a médio e longo prazo, seus membros devem ter clareza desse aspecto, para que assim possam acompanhar a superação de uma das etapas que surgirá a curto tempo. Nessa perspectiva, SERGIO (1984, p. 89), argumenta que só se pode ser efetivamente considerado [...] “como cooperativista completo o indivíduo que encara com o maior interesse os pequeninos problemas da cooperativa em que entrou, claríssimo está: mas que não deixa apagar na consciência lúcida, como um fundo em que se projeta cada um dos seus atos,” [...]

A perspectiva de que as cooperativas têm um amplo espaço a ser ocupado no mercado é perceptível. É o trabalhador que dá sustentação ao modelo capitalista, uma vez que este vende sua força de trabalho e com o dinheiro proveniente de seu salário entra no mercado consumidor no qual adquire os produtos básicos à sua sobrevivência.

Isso demonstra que tanto o operário quanto o pequeno produtor rural têm uma grande oportunidade para viabilizar uma cooperativa pelo potencial de consumo e produção que estes apresentam.

Partindo de uma pequena cooperativa, seja ela de consumo ou produção, ela pode evoluir e ganhar a confiança e adesão de novos sócios e vir a formar um rol de novos empreendimentos, dada a sua capacidade de consumo. Como exemplo dessas cooperativas que alcançaram expressivo sucesso na Europa, SÉRGIO (1984, p. 96) descreve que: “[...], são as cooperativas a maior empresa britânica no que se respeita à indústria de calçados, são elas a maior empresa de carnes na Suíça e a maior de farinha na Suécia. Neste país, a maior parte da energia elétrica é distribuída pelas cooperativas de eletricidade.”

Na Europa, de forma especial na parte ocidental, onde se concentram os países de economia mais pujante, a produção cooperativista tem uma forte participação no PNB de alguns deles.

Essa importância se dá pelo fato de que as unidades cooperativistas foram constituídas com empresas aliadas às classes trabalhadoras. E foram ganhando importância ao longo da história a ponto de em pouco tempo dominar um vasto espaço da produção nacional com um variado número de itens colocados nos mercados à disposição de seus consumidores, como elucida SERGIO (1984, p. 140), ao descrever:

Devemos aqui notar que o cooperativismo não é para nós, sobretudo um fim em si, mas principalmente um meio de elevar o nível de vida do povo e de libertá-lo dos abusos do regime capitalista: por isso faz parte importantíssima da obra do cooperativismo sueco o ter obrigado as fábricas a baixar muitíssimo os seus preços (baixas que vão por vezes a 50% e mais). Por isso o nível de vida do povo sueco é altíssimo.

Na lógica capitalista, nem um empreendimento poderá sobreviver sem a obtenção de uma razoável margem de lucros, que lhes possibilite cobrir as despesas e inovar os seus mais variados setores, sejam eles de produção, comércio ou prestação de serviços, o que lhes possibilitará superar as possíveis crises econômicas que venham a acontecer em escala local, nacional ou internacional.

Também é importante ter consciência de que, em qualquer negócio, é necessário um investimento a priori, e esperar que a médio e longo prazo haja o retorno desse capital. Nessa lógica, em um empreendimento cooperativista, cujo capital maior é a interação de seus associados, não terá solidez caso sua fundação parta de um reduzido número de pessoas, e cujos administradores tenham o poder centralizado na administração.

É necessário, antes da decisão de se implementar uma unidade de cooperação, que haja um trabalho de interação entre os membros do grupo a ser possivelmente beneficiado, sensibilizando-os das vantagens e possíveis riscos na execução de tal projeto.

Esse é certamente um dos aspectos mais importantes e delicados, pelo fato de que, ao fazer uma leitura holística de um empreendimento cooperativista, pode-se ser ofuscado pelo brilho dos pontos positivos e dos benefícios que são apresentados em um primeiro plano, e não se ter uma visão mais detalhada do que está a sua sombra. Nessa

ótica, antes do veredicto final, da decisão de que o grupo vai definitivamente optar por um modelo de produção baseado em uma cooperativa, é necessária uma formação teórica bem fundamentada, dos prós e contras a serem enfrentados pelo grupo.

Tendo um conhecimento mínimo de um organograma do funcionamento de uma cooperativa, bem como os benefícios e obrigações que cada cooperado tem, torna-se possível ao cidadão, de maneira livre e consciente, optar pela adesão ou não, em vez de ser seduzido de uma forma ilusória. Ele pode ter uma perspectiva de que na cooperativa irá sempre obter os benefícios de forma imediata, sem ter com ela nenhuma forma de compromisso, mas se tiver bem informado, isso não tem probabilidade de acontecer.

4.10 A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA COMO UMA FERRAMENTA PARA A CONSOLIDAÇÃO PERMANENTE DE UMA COOPERATIVA

Desta maneira, a formação do indivíduo na educação cooperativista é um bem tão importante quanto os recursos monetários a serem injetados nela.

Outro aspecto que é de extrema necessidade é a sensibilização e conscientização das pessoas que pretendem fazer parte de uma cooperativa, da impossibilidade de constituir um empreendimento sem antes investir uma quantidade significativa de dinheiro de forma antecipada.

Esses recursos podem ser captados através de uma linha de crédito, porém o compromisso em saldar essa dívida, e isso deve ser bem compreendido, é de todos os membros cooperados. Outro aspecto que deve ser bem definido é o de que, apesar de se investir uma quantidade expressiva para começar o negócio, o retorno não chega de imediato, normalmente vem em médio prazo.

Além dos aspectos de ordem econômica e, lógico, dos benefícios financeiros que é a divisão das sobras, um bem muito precioso que há em uma cooperativa, é o acesso às informações e experimentos tecnológicos a ser oferecido aos cooperados, que muito podem dinamizar a produção em diferentes escalas.

Portanto a implantação e o sucesso absoluto de uma cooperativa não estão apenas no grupo que forma a diretoria, mas na interação ativa e participativa de seus membros, que formam o conjunto maior, cobrando melhores resultados, mais inovações e, acima de tudo, dando sugestões cabíveis e coerentes, com a realidade e o momento. Eles precisam também apoiar de forma sustentável as iniciativas de inovações que

tendem a trazer benefícios que atendam a todos de forma equitativa, como descreve RICCIARDI; LEMOS, (2000, p.68):

Na prática consta-se que muito cooperados deixam de se utilizar de inúmeros serviços oferecidos por suas cooperativas por desconhecer muitos detalhes importantes sobre eles. É bom ressaltar que por serviços oferecidos pelas cooperativas entendem-se aspectos que ultrapassam os meramente econômicos. Por exemplo, é comum as cooperativas disporem de informações tecnológicas que podem contribuir muito para o aperfeiçoamento do trabalho dos cooperados e o alcance de resultados maiores, e essas informações não serem procuradas ou até mesmo desprezadas pelos associados. E, no mundo competitivo e de rápidas mudanças em que vivemos, não podemos mais nos dar a luxo de improvisar. Temos, sim, de procurar constantemente maior profissionalização e adestramento técnico, dentro de nossas atividades específicas. E para isso, existem também as cooperativas, quando bem planejadas e orientadas’.

Contrabalaneando as observações de Sérgio e Araújo quanto à visão de organização de uma cooperativa, Albuquerque (2002) e Nakano (2003) fazem importante contribuição ao colocar a necessidade e a importância da educação cooperativa como um ponto de equilíbrio entre as duas posições anteriores. Ao se decidir implantar uma cooperativa, e mesmo após sua consolidação, o processo de formação continuada de educação é por toda a vida tão importante e fundamental quanto o capital monetário a ser injetado no empreendimento.

Assim como Pinho (2003); Frantz (2003); Schneider (1999), Sérgio (1984, p. 148-149) aponta a educação cooperativa como um valor fundamental no sucesso da solidez da cooperativa:

Por isso, o primeiro desvelo dos cooperativistas é uma obra de educação; por isso a primeira fase da fundação de uma cooperativa deve ser um trabalho de esclarecimento e de ação moral; por isso as comissões culturais devem ter nas cooperativas tanta importância como seus corpos administrativos; por isso será erro enorme o encarar qualquer cooperador a sua cooperativa como um simples armazém onde se compram coisas (a comparativa, como dizem os mais rudes em Portugal) e não como um centro de convivência, como o seu clube preferido, como a forja onde se vão forjando os mais enérgicos militantes da reforma da vida o verdadeiro “sal da terra”.

Ainda nessa perspectiva, Schneider (2003) complementa a importância da permanente educação cooperativista, ao descrever que é necessário transformar o perfil do associado, politizando-o e (lhe) oportunizando o conhecimento necessário para que possa, de forma humilde e segura, ter uma posição definida nas assembleias. Nelas, o

sujeito e os demais membros ali presentes não podem ser meros objetos a serem manipulados, mas possam participar de forma ativa, contribuindo para o fortalecimento da cooperativa.

Porém, se inserir no mercado globalizado de forma individualizada, mesmo em escala local, é um desafio. Assim, Schneider (1999) explica como a sociedade operária era explorada no século XVIII e, mesmo assim, ela conseguiu superar a absolutização dos interesses do capital a partir da organização da cooperativa de Rochdale, um ícone do cooperativismo mundial. A exemplo dos desafios enfrentados pelos pioneiros ingleses, o autor aponta a cooperativa como uma das alternativas no atual contexto, para propiciar que indivíduos com o mesmo objetivo em comum busquem um espaço não só no mercado, mas também como um novo estilo de vida, de trabalho e de organização econômica e consigam nele se inserir.

Nessas condições, o cooperativismo pode ser entendido como uma possibilidade para a efetivação do sucesso nos assentamentos, ao possibilitar que eles se capitalizem, obtendo os meios necessários para produzir e inserir seu produto no mercado consumidor varejista e um rendimento satisfatório que permita às famílias o conforto mínimo necessário para uma vida digna.

4.11 MONDRAGON: Um Exemplo Alternativo de Economia em Tempos de Globalização

As possibilidades do modelo pensado por Sérgio (1984) e das preocupações discutidas por Araujo (1982) mostram que uma cooperativa não pode ficar apenas no plano das idéias, ela precisa se tornar de fato uma prática efetiva, que tem, na concepção de Albuquerque e Schneider, a educação cooperativista como o guia prático.

A execução do que descrevem os dois autores anteriores é de fato confirmada nos relatos de Ricciard e Lemos (2000), ao citar no livro ‘Cooperativa a Empresa do Século XXI: o exemplo de Mondragon’. Eles descrevem esse bem sucedido empreendimento na cidade Basca da Espanha, que teve suas bases a partir da escola de aprendizes, da União Serralheria de Mondragón, e é hoje uma das maiores cooperativas do mundo, senão a mais conhecida, com atuação nos campos da indústria, financeira e de distribuição.

A consolidação de um empreendimento dessa magnitude, em tempos de globalização, é o atestado de que, apesar de todas as inovações pelas quais o mundo

passou nas últimas décadas, o modelo cooperativista de produção permanece em sintonia.

Continua sendo, em pleno século XXI, em tempos de consolidação da globalização da economia, uma alternativa de inclusão das camadas menos favorecidas, que o capitalismo vai excluindo à medida que se torna mais dinâmico e seletivo.

Sendo assim, percebe-se que há entre a sociedade menos favorecida uma constante inquietação quanto à sua inserção no mercado. Se, por um lado, o indivíduo trabalhador do campo ou da cidade sente ser constantemente explorado, recebendo um reduzido salário que mal dá para suprir as suas necessidades básicas, em uma situação ainda mais complexa, encontra-se o pequeno produtor, cuja família não obtém um rendimento que lhe possibilite uma vida digna. E estes se perguntam se existe uma alternativa a ser tomada que lhes possibilite uma melhoria de vida.

Nesta ânsia de encontrar uma saída, muitos entusiastas veem o modelo cooperativista como a alternativa mais plausível. Porém, há um grande desafio quanto às possibilidades de que empreendimentos dessa natureza venham de fato a se concretizar como alternativa, pois eles podem não obter êxito, como a história mostrou, no caso de Robert Owen.

Porém o caso mais importante do cooperativismo tem sido o exemplo de Rochdale, no início do século XIX. Mas há outro caso de empreendimento cooperativista iniciado nas últimas décadas do século XX, que é um nítido exemplo de que, bem gerenciado e com uma intensa participação de seus membros, é possível transformar uma pequena iniciativa em um grande projeto. E uma vez que ele for se consolidando, vai criando uma teia de relações, possibilitando a integração de mais pessoas e ampliando seu leque de ações e produção. Isso resulta em uma rede produtiva, envolvendo diferentes segmentos, os quais podem beneficiar milhares de famílias de forma a se estender por uma vasta região, propiciando assim um maior equilíbrio social.

Ao permitir a geração de emprego e renda, isso faz com as pessoas inseridas nesse processo mantenham relações de trabalho proporcional, ao contrário do que ocorre na iniciativa privada, onde poucos concentram renda e altos salários a partir da exploração do trabalho alheio. Essa forma de relação de trabalho leva uma expressiva parcela da sociedade a viver em condições de vida subalterna. É a partir desse processo de equilíbrio social, proporcionado por um empreendimento cooperativista que SANTOS (2005, p. 38) o aponta como uma legítima alternativa para conter o rolo compressor da economia neoliberal. Segundo o autor:

[...] o complexo econômico de Mondragón, situado nos arredores da cidade do mesmo nome, do País Basco espanhol, que começou em 1936 e que pertence aos 30.000 trabalhadores das suas 109 fábricas, da sua cadeia de supermercados, do seu banco e da sua universidade.

[...] Mondragon é uma verdadeira economia regional cooperativa porque as cooperativas de produção, consumo, crédito e educação que integram o complexo estão intimamente ligadas através de laços múltiplas de mútua dependência.

Com essa organização produtiva, Mondragón passa a ser o passaporte de que o modelo cooperativista é uma das alternativas para a geração de emprego e renda, e um importante mecanismo de distribuição de riquezas. Isso devido o fato de que pode minimizar despesas, reduzir custos e obter lucros satisfatórios para a manutenção da empresa sem necessariamente explorar o cidadão comum, em relação ao valor pago pela força de trabalho, bem como na venda do produto final.

CAPITULO V

UMA CRISE ANUNCIADA

"Quem trabalha nessa terra
Não tem direito no chão.
Os maiores proprietários
Na terra nem sujam as mãos.
Isto é contra a lei divina
Cristo não dá o perdão.
A terra que era abençoada
Tá ficando amaldiçoada
Por causa da exploração".
(PRETO)

5- A PAVIMENTAÇÃO DAS BR 163 E 174, E AS MUDANÇAS DO CAMPO NO SUDOESTE DE MATO GROSSO: da agricultura convencional ao agronegócio.

A crise pela qual a agricultura familiar vem passando no Brasil nas últimas décadas é questionada por inúmeros estudiosos do assunto de renome nacional e de expressão internacional. E isso porque as ações tomadas para amenizar essa situação por parte do poder público têm ocorrido de forma muito morosa e assim mesmo só aconteceu por ter ocorrido uma forte pressão por parte dos movimentos organizados ligados ao setor.

O êxodo rural, nas últimas décadas, marginalizou milhares de famílias, como aponta (FERREIRA, 2003, p. 81), pois durante a ditadura militar implantou-se uma política de [...] “desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo, que causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa”. Essa modernização provocou o êxodo rural e o aumento da pobreza de um expressivo número de famílias empurradas para a periferia dos centros urbanos, como aponta MAGALHÃES, (2003, p. 145), ao descrever que as transformações técnicas resultaram na:

[...] “mecanização e quimificação principalmente, reduziram drasticamente o volume de trabalho nos cultivos mais importantes. Houve também uma forte redução na expansão das áreas cultivadas, principal fator responsável pela manutenção parcial da ocupação agrícola nos anos 1990”.

Essa transformação possibilitou às grandes empresas disponibilizar aos que detêm capital modernas tecnologias, como máquinas, implementos e insumos, pois, de acordo com SALGADO (2004, p. 90), “O moderno agronegócio brasileiro é justamente a feliz reunião de alta tecnologia, equipamentos de ponta e crédito farto”. E como CERRI (2000) (www.agrisustentavel.com/doc/rendcamp.htm) descreve, o resultado nefasto dessa política atingiu seu ápice nos anos de 1990, quando aproximadamente “400 mil produtores perderam suas terras, reforçando uma diáspora de 28,5 milhões de pessoas expulsas do campo entre 1960 e 1980”. Parte dessas famílias expulsas do campo no Sudeste acabou imigrando para Mato Grosso, após a conclusão das obras de infraestrutura previstas pelo Programa de Integração Nacional (PIN), cujo objetivo era o de ocupar a Amazônia Legal. GOMES, disponível em: (www.zsee.seplan.mt.gov.br) destaca que foi “através da construção da BR-364, entre Cuiabá e Porto Velho, e da BR-

163, entre Cuiabá e Santarém, que permitiram a expansão de frentes agropecuárias no norte do Centro-Oeste”.

O desenvolvimento agropecuário de Mato Grosso, segundo Netto; et al (2005), se dá a partir do latifúndio com créditos do governo para aquisição de modernas tecnologias e projetos oficiais, como o Poloamazônia (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) visando ocupar a Amazônia legal; Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), cuja meta era a exploração das terras por meio da agricultura mecanizada e o Prodecer (Programa Nipo-brasileiro do Desenvolvimento do Cerrado). Esse se pautou no desenvolvimento do cultivo da soja no cerrado.

A pavimentação da BR 163, ainda por concluir, iniciada no governo do General Emilio Garrastazu Médici, tinha como meta ocupar o imenso vazio brasileiro da parte central e norte do país, como descreve RIBEIRO, disponível em (www.portalimpacto.com.br), pois o presidente, ao ver essa necessidade, [...] “fez um chamamento à Nação, convidando ‘os homens sem terra do Brasil a ocuparem as terras sem homens da Amazônia’. E dentro dessa estratégia, determinou a construção das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163)” [...]. Esta última, um dos eixos de integração do Norte ao Sudeste brasileiro, no atual contexto, tem importante papel como corredor de exportação, após Mato Grosso destacar-se no agronegócio brasileiro, sobretudo com a produção de grãos, fibras e carne para o mercado externo.

Com destaque na ocupação de Mato Grosso, a conclusão da pavimentação da BR 163 tende a ser uma obra a beneficiar o agronegócio como um corredor para a exportação das commodities, pois ela dá acesso ao porto de Santarém no Pará encurtando as distâncias em relação aos portos do Sudeste. Segundo Costa (2000), isso fica explícito na ação pretendida pelo grupo CAMPO, com projeção de um investimento na região de aproximadamente US\$ 800 milhões, com destaque na pavimentação da BR 163 e a reforma do Porto de Santarém. Este pretende adquirir em torno de 5 milhões de toneladas de soja por ano. Esse grupo é uma *joint venture* com 51% de capital brasileiro e 49% de capital japonês, com grande influência no cultivo da soja na região. COSTA (2000), disponível em: (<http://www.alerta.inf.br/transporte/619.html>), destaca que “pode-se afirmar sem exagero que, sem a atuação da Campo, dificilmente a agroindústria nos cerrados teria alcançado o sucesso atual”.

A economia da região margeada pela BR-163, (ver mapa anexo C) em Mato Grosso se pauta no agronegócio, com o cultivo de milho, arroz, algodão, destacando-se a soja, que, segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163, 2004, p. 26, aponta: “Nesse Estado, cerca de 70% da área agrícola é ocupada com o plantio de soja. Os municípios com maior destaque na produção de soja são Sorriso (28% do total) seguido de Diamantino, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde”.

Consolidado o agronegócio na região, produzindo matérias-primas, direcionadas ao mercado externo, grupos econômicos têm mobilizado vários segmentos em defesa da conclusão da pavimentação da BR-163, como os apresentados no Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163, (2004, p.11), disponível em (portal.saude.gov.br/portal/arquivos/.../BR163DOCConsulta_a.pdf), destacando que: [...] “Estima-se uma expressiva redução nos custos de transporte da safra agrícola através dessa via, em comparação com as principais rotas atualmente utilizadas, ou seja, os portos de Paranaguá (PR) e Santos (SP)” [...].

Paralelo às obras de pavimentação nos anos de 1980 pelo governo Federal, por sua vez o governo do Estado de Mato Grosso passou a fazer intensos investimentos em infraestrutura no Sudoeste do Estado, como a pavimentação das estradas MT 170 e 175 ligando Mirassol, D’Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Salto do Céu, Rio Branco, Lambari D’oeste e Curvelândia à BR 174. Também houve a expansão e o fornecimento regular de energia elétrica, fator determinante para o Estado se inserir com mais ênfase no cenário produtivo em terras cortadas pela BR 174, pois esta se consolidou como uma via de escoamento da produção agropecuária, dos projetos de assentamentos feitos pela União, no Estado de Rondônia, e este recebeu um grande contingente populacional, que, de forma indireta, beneficiou Mato Grosso, como descreve, GOMES disponível em, (www.zsee.seplan.mt.gov.br), fomentando a migração para [...], “Mato Grosso e Rondônia, de novos contingentes populacionais, oriundos de vários estados brasileiros, mas principalmente daqueles onde o processo de “modernização” da agricultura era mais intenso (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia)”[...]. Isso foi determinante na ocupação do Oeste matogrossense como aponta MATTANA, (2008, p. 64), ao comentar: [...], “que durante vários períodos registrou altas taxas – superiores a 5% ao ano na década de 70 e alguns anos da década de 80 –, reduziu-se abruptamente nos anos 90”, [...].”

Essas obras resultaram em um expressivo progresso, que acabou por beneficiar toda a região e foi determinante para a instalação na MHJ⁴ de duas destilarias de álcool, uma em Lambari D'Oeste e outra em Mirassol D'Oeste, e também empresas do ramo da cotonicultura, instalando-se nas cidades de Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos e Porto Esperidião, possibilitando o fomento do cultivo do algodão, praticado com métodos tradicionais, e a quase totalidade de sua produção a partir do trabalho braçal realizado por pequenos agricultores, conforme destacado a seguir, disponível em: (www.indea.mt.gov.br/html/internas.php. Programa de Prevenção e Controle do Bicudo-do-algodoeiro no Estado de Mato Grosso), ao apontar que, “esta cultura era plantada em pequenas áreas, até 20 hectares, o que proporcionava uso moderado de insumos, colheita manual, comercialização em caroço e utilização intensa de mão de obra”.

Uma parte desses imigrantes eram minifundistas em sua região de origem. Estes, vendendo sua pequena propriedade, acabaram comprando uma expressiva área de terra para a quantidade que ostentavam, conforme ressalta LUREDEMANN, disponível em: (egal2009.easyplanners.info), ao descrever que “As levas de produtores que chegavam em Mato Grosso compravam o dobro ou até o quádruplo de terras com o dinheiro dos lotes que possuíam no estado de origem”.

Porém, uma expressiva parte desses imigrantes era composta de aventureiros, sonhadores que vieram na busca de terras devolutas. Ou simplesmente com o intuito de, a partir do seu trabalho no campo arrendando uma área para cultivar roças, pudessem, com o tempo, a partir do resultado de seu trabalho, comprar um pedaço de terra, sonho alcançado por uma minoria.

Ao arrendatário, a forma de uso da terra mais comum nessa região, durante os anos de 1970 a 1990, consistia no arrendamento da terra, normalmente feito de forma verbal, sendo que o dono a concedia por um período de no máximo três ou quatro anos. A forma como se usava a terra na MHJ muito se assemelha com o que CANDIDO (1964 p. 107) descreve em sua pesquisa na primeira metade do século XX, com algumas diferenças, mas inúmeras similaridades. Esta relação se dava da seguinte forma, segundo o autor, [...] “a parceria é uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro”. E descreve que

⁴ Microrregião Hidrográfica do Jauru.

o modelo mais comum dessa parceria na exploração da terra ocorria de duas maneiras: Em uma, todas as etapas, do preparo do solo à colheita, era por conta do arrendatário, cabendo a este a, [...] “roçada, aceiro, queimada, aração, plantio, limpeza, colheita; feita esta, o proprietário recebe 20% do produto, no próprio local” e na outra consistia na meia, sendo que nesta [...] “o proprietário fornece terra roçada, queimada, arada e semente; cabendo ao parceiro plantio, limpeza, colheita, dividindo-se o produto em duas partes iguais (50%)”.

No entanto, o que mais predominou na MHJ foi a primeira forma, de utilização da terra descrita por Candido, com algumas diferenças relativas, como, por exemplo, a de que as roças eram cultivadas em terras anteriormente cobertas por mata nativa, o que, após a derrubada e queimada, ficava inviabilizado o uso do arado, tornando a tarefa ainda mais penosa e árdua. Ao arrendatário cabiam todas as despesas. A área era mato fechado, e ele fazia todo o processo, que consistia na roçada dos arbustos mais finos feitos a foice, num segundo momento vinha a derrubada das árvores de maior porte, normalmente feita a machado. Em alguns casos, quando o agricultor dispunha de um pouco mais de recurso, tinha uma motosserra.

Após esse trabalho, que normalmente se realizava nos meses de junho a setembro, acontecia à queimada, normalmente em outubro, em seguida se realizava o trabalho da coivara⁵ e posteriormente a destoca⁶, prática necessária para o trabalho com a terra.

Essa terra normalmente estaria propícia ao uso do arado lá para o quarto ano, quando a maior parte das madeiras mais grossas havia se decomposto, ou sido queimada no período de entressafra, junto aos restos culturais da antiga lavoura. Isso facilitava o trabalho, como fazer a plantação da nova roça e as capinas. Porém essa prática contribuía para reduzir a fertilidade do solo, e a terra ia perdendo seu potencial produtivo, assim plantava-se pasto neste campo e abria-se uma nova área na floresta.

As pessoas que estavam diretamente ligadas à exploração da terra, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários, tinham uma vida simples, dispunham de poucos recursos e conforto. Geralmente exerciam um trabalho rude e pesado, pois a

⁵ Disponível no Dicionário Aurélio Online: Pilha de ramagens não atingidas pela queimada proposital de roça, que se incineram para limpar o terreno e adubá-lo com as cinzas.

⁶ Disponível no Dicionário Michaelis Online: Ato de arrancar os tocos do terreno que se pretende cultivar.

quase totalidade de suas tarefas era feita de forma braçal, do preparo da terra à colheita. Dadas essas condições, normalmente uma família tocava pouca roça, pois além da rusticidade do trabalho e das formas arcaicas para a produção, uma parcela expressiva dessas famílias ainda destinava uma parte do tempo para vender sua mão de obra aos mais abastados, na forma de diárias, como alternativa para manter suas despesas adicionais até a colheita.

Como o grande objetivo e sonho dessas famílias era obter um pedaço de terra, elas se privavam de consumir coisas consideradas desnecessárias, e buscavam acumular certa quantia em dinheiro para aplicar na lavoura no ano seguinte, aumentar a área plantada para, assim, fazer uma colheita mais farta e adquirir enfim o seu sítio.

Levando vida simples, com baixo consumo de produtos adquiridos no mercado, buscava-se produzir a quase totalidade de seus alimentos, e aqueles que não eram produzidos em sua gleba eram substituídos por um gênero de sua produção que passava pelas adaptações necessárias, como o trigo, que era substituído pela mandioca e o milho. CANDIDO (1964, p.53) menciona que o caipira paulista do século XIX fazia uso do milho de diversas maneiras. Se estivesse verde, era consumido em forma de, [...] “pamonhas; em mingaus; em bolos, puros (curau) ou confeccionados com outros ingredientes”[...]. Seco estava presente na culinária e era utilizado como, [...], “quirera e canjica; moído fornece os dois tipos de fubá, grosso e mimoso, base de quase toda a culinária de forno entre os caipiras, inclusive vários biscoitos, o bolão, bolinhos, broas, numa ubiquidade só inferior à do trigo; pilado fornece a farinha e o beiju”, [...].

Nas primeiras chuvas, em outubro, plantavam-se as espécies de subsistência do agricultor, o arroz, base da alimentação, e o milho, este último, como vimos anteriormente, tinha múltiplas utilidades e era usado também no trato dos animais, principalmente na criação de galinhas e porcos.

Essas criações eram de extrema importância, pois delas se obtinham os ovos, usados em uma variedade de pratos, e a banha, um item fundamental na cozinha cabocla, fonte de proteína animal mais comum, também complementada com a caça praticada no período noturno, para não perder serviço e tempo durante a semana, e a pesca, mais comum aos domingos, sendo também uma forma de lazer para os homens.

Também eram realizados pela quase totalidade das famílias os cultivos das hortas, pomares e outras plantas para o complemento da alimentação, mandioca, cara, abóbora, vários tipos de feijões (fava, andu, catador ou de corda, etc) maxixe, caxi, quiabo, melancia, mamão, melão, entre outras. Essas plantas eram cultivadas em

consórcios com outras, ou em terras antes ocupadas por uma lavoura mais expressiva, ou na beira da roça, limite da terra aberta e a floresta virgem, pois o seu fim era o complemento na alimentação e as sobras normalmente utilizadas para o trato dos suínos.

A partir do mês de janeiro, realizava-se o cultivo do algodão, (o carro chefe) o principal produto da agricultura nessa época. Este era cultivado em terras anteriormente ocupadas pelo milho, que era plantado em um espaçamento mais largo do que o normal, e entre as suas fileiras se plantava o algodão. De fevereiro a março, em terras ocupadas anteriormente com a cultura do arroz ou do milho, plantava-se o feijão, normalmente da espécie carioquinha. Quando a colheita era farta, tirava-se o necessário para a despesa do ano e vendia-se o excedente. Devido a essa possibilidade de comercialização, o produto era popularmente denominado de “feijão” branco, em função dos vários outros tipos cultivados.

O algodão era a grande esperança que o agricultor tinha de obter algum dinheiro e poder se capitalizar, e, se possível, ir para um lugar mais distante, onde o preço da terra era mais baixo e finalmente comprar seu sítio. Esse sonho era sempre frustrado, sendo adiado ano após ano por causa da rusticidade do trabalho, dos poucos recursos disponíveis e da reduzida área que conseguia cultivar. Uma vez que, em função das condições em que se dava o preparo do terreno, era impossível a mecanização, e o pequeno agricultor conseguia produzir só para a sobrevivência da prole, normalmente composta de seis a oito pessoas, ou mais.

Vivendo em glebas, e dedicados exclusivamente a uma rotina de trabalho, que excedia doze horas diárias, em condições rudes de exploração da terra, ele buscava aproveitar o maior tempo possível de trabalho, tendo como seu relógio o Sol, daí a expressão “sol a sol”. A labuta no campo consistia em um árduo trabalho, com tarefas que seguiam o ciclo da natureza, cumpridas rigorosamente em períodos estipulados, sendo fundamental e necessário a esse trabalhador utilizar todo o tempo disponível que resultava em um trabalho de exaustão. Essa jornada de trabalho muito se assemelha ao que CANDIDO, (1964, p, 123) descreve em Boffete: [...] “O despertar é geralmente às 5 horas, [...]. A faina encetada vai até o pôr do sol, resultando uma jornada de 12 horas no verão, de 10 no inverno, interrompida pela altura das 8 h 30 por meia hora para o almoço e cerca de uma hora pelo meio-dia, para merenda e repouso”. [...]

Sem contrato de arrendamento, o agricultor não conseguia obter créditos oficiais, ficando preso aos atravessadores, que acabavam por garantir o fornecimento dos insumos necessários. Era comum a esses atravessadores, além de se dedicar à

compra de cereais e à comercialização dos insumos, ter um pequeno mercado, o que, por sua vez, tornava o agricultor sua presa, pois ele pegava com o atravessador as ferramentas para executar o trabalho de preparo da área, bem como as sementes para o plantio, os insumos básicos, os pesticidas para combater os insetos, (ervas daninhas eram controladas com capinas, adubação e correção de solo não se fazia), e os mantimentos necessários para as despesas, aquilo que não produzia, mais apetrechos de pesca e caça, utensílios de cozinha, em alguns casos, botina, chapéu, ferramentas, máquinas manuais como “matraca” e pulverizador de inseticida costal.

Esses artefatos eram pegos para ser pagos na colheita, uns seis meses após. Dessa forma, ao final da safra, muito pouco sobrava ao agricultor. Em alguns casos, sequer saldava a dívida. Essa prática adotada na MHJ era muito semelhante à ocorrida na região Sudeste, nas fazendas de café, como descreve PEREZ; ERBA disponível em: (www.recanto caipira.com): “Às vezes o colono era obrigado a vender os produtos que colhia durante o ano e sua criação, para saldar dívidas suas com a fazenda”.

Em outros, o montante não era suficiente para conseguir chegar até a próxima colheita, o que os obrigava a contrair outra dívida, e muito raramente alguém conseguia comprar um pedaço de terra. Com as melhorias em infraestrutura realizadas pelo Estado, houve uma acentuada concentração e valorização das terras, sobretudo aquelas próximas às rodovias pavimentadas e a redes de eletrificação e centros urbanos, fomentando nas novas fronteiras agrícolas do Estado o modelo agropecuário a partir do latifúndio em grandes extensões de terra. De acordo com MORENO (2005, p. 38): “A terra, que já era alvo de especulação e disputa, passou a ser abertamente franqueada aos grandes grupos econômicos através da regularização fundiária que privilegia a implantação dos chamados projetos de “colonização empresarial”. Assim intensificou-se a concentração da terra nas mãos de um restrito grupo, como descreve SIMON, et al (2005, p. 67), [...] “a concentração de renda no país se fortalece no início dos anos 80, em especial no meio rural, onde os mais pobres sofrem perdas sensíveis em sua participação no produto nacional.”

Dessa forma, caso alguém, com muito esforço, conseguisse acumular certa quantia em dinheiro, só poderia comprar sua terra em áreas quase inóspitas ao cultivo, de baixa fertilidade, em locais de difícil acesso e desprovidas do mínimo de infraestrutura e muito afastadas da sede do município ou de alguma vila. CANDIDO (1971, p. 106), parafraseando Caio Prado Junior, destaca que, “De modo geral à medida que vale a impressão de um leigo, amparada é verdade por informantes locais, a

situação parece confirmar a opinião de Caio Prado Jr., de que a pequena propriedade é ‘quase sempre relegada para as zonas de menor fertilidade natural’”.

Essa forma de ocupação do espaço levou à formação de um grupo de pessoas de baixa renda, que trabalhavam no campo na condição de arrendatário, ou diarista, o típico “boia-fria”. Os diaristas se revezavam em afazeres, ora em atividades ligadas ao trabalho nos canaviais ou nas lavouras de algodão. Pequenos agricultores arrendatários ou minifundistas também vendiam sua mão de obra no corte de cana ou em outras atividades, alternando com os fazeres em sua roça. De acordo com o senhor Gerson, do assentamento Margarida Alves, esse foi o fator determinante a levar um expressivo número de famílias da região a aderir ao MST, dado ao fato de que a maioria das pessoas em seu município na época do acampamento:

[...] “era da roça, cortador de cana que morava em terrinha pouca, trabalhador de fazenda, meeiro, arrendatário, na época que tocava lavouras nas fazendas para depois formar pasto, era um povo carente, sofrido. Então organizar esse pessoal foi fácil, eles tinham dúvida, mais tava pronta para encarar” [...].

O uso da terra na forma de arrendamento não era uma prática apenas daqueles que não a possuíam. Em vários casos, pequenos proprietários com terra insuficiente para sua manutenção, devido a seguidos anos de exploração desta, e por não fazer correção do solo, degradavam o solo muito facilmente, resultando em baixa produção ao ano, o que o obrigava a buscar arrendar terras para o cultivo de suas roças.

Em alguns casos, esse pequeno proprietário plantava pasto em suas terras, e as concediam em forma de aluguel a outro proprietário mais abastado, que colocava uma determinada quantidade de gado por alguns meses, em períodos de estiagem, quando reduz a disponibilidade de alimentos aos animais. Outros descapitalizados deixavam a área abandonada por dois ou três anos, tempo relativamente suficiente para ela se recuperar e ser cultivada novamente. Quando ela se esgotava novamente, repetia-se o ciclo.

Tinha também o caso das grandes proles. Quando a maioria dos filhos eram homens, era comum se casarem e vir morar no pequeno sítio do pai. Desta forma, à medida que as famílias aumentavam, a propriedade ia se tornando insuficiente para todos. O sítio ficava apenas como garantia segura de moradia, pois isso possibilitava pequenas melhorias na habitação, como a construção de casas com um pouco mais de estrutura, em paredes de tábuas, raramente de alvenaria, porém cobertas com telha em

vez de palha e piso de cimento, com poço entijolado, um pomar com maior diversidade de frutas com plantas permanentes e abrigo definitivo aos animais.

Ao contrário de quem morava em terras alheias, que construía a sua moradia em caráter provisório para uns três ou quatro anos no máximo (ver figura), conforme demonstrado pelos vários depoimentos das famílias do assentamento Margarida Alves. Quando questionados sobre os motivos que os levaram a se integrar ao MST na luta pela terra, o problema é praticamente unânime e pode ser definido pelo depoimento do Senhor Elias: “Sempre sonhei de ter a minha terra, morava num sítio pequeno do meu pai, mas nós era dez irmãos, e aí, a gente foi casando, as famílias aumentou, então assim o sítio era mais mesmo para morar, a gente vivia trabalhando de diarista, quando arrumava terra arrendada, plantava roça”.



Foto cedida por produtor: Uma típica casa cabocla muito comum por arrendatários na MHJ

Essa forma de uso da terra por pequenos sitiantes como mecanismo para estar inserido na atividade agrícola, seja pelo fato de sua terra ter exaurido a capacidade de produção ou por ser insuficiente a todos os membros da prole, ainda no ano de 1990, na MHJ tem uma relação muito próxima com o que é descrito por CANDIDO (1971, p. 108), na região de Boffete no Estado de São Paulo em 1940, pois: [...] “Contam-se por dezenas e centenas de sitiantes de 1, 2, até 5 e mais alqueires, cujas propriedades não bastam para as necessidades, e que *aforam* terras, de preferência limítrofes, ou próximas, paliando deste modo as limitações das suas”.

Apesar da dureza do trabalho, devido às formas como se explorava a terra, essas famílias tinham segurança alimentar. Se faltasse dinheiro, tinham, em suas tuias⁷ guardados os mantimentos, que lhes garantia o básico de sua alimentação, normalmente uma quantia razoável que, em alguns casos, poderia suprir até um ano, pois essas pessoas tinham em seu histórico familiar esse grau de precaução.

Essas humildes pessoas tinham hábitos alimentares em seu cotidiano muito simples, porém com certa fartura. De forma peculiar, os pequenos proprietários tinham o privilégio de cultivar várias espécies de plantas permanentes, dentre as quais grandes variedades de frutíferas. Eles também podiam dispor de espaço para a criação de animais de maior porte, como os equinos ou muares para o transporte, normalmente em carroças para a locomoção à vila mais próxima e também fundamental na lida da roça.

Tinham ainda algumas cabeças de gado, mesmo em número reduzido, que era essencial para a produção de leite, muito utilizado na complementação da dieta alimentar, que era ingerido puro *in natura*, ou utilizado no preparo de outros alimentos.

É a partir da observação das condições de vida um pouco mais privilegiadas desses pequenos proprietários que os arrendatários e meeiros sonhavam em ter um pedaço de terra, pois o que esses trabalhadores almejam não era acumular fortuna, e sim obter segurança para os seus, como um local definitivo para a moradia, espaço para cultivar as lavouras, ir melhorando o trato com a terra de forma a facilitar o seu trabalho e dar garantias à sua prole. O seu sonho se resumia em segurança de um espaço com condições de produzir os alimentos essenciais à sua família.

E para as famílias do acampamento Margarida Alves, quando assentadas, esse projeto se consolidou, apesar dos desafios ainda a serem superados, no entanto nos vários depoimentos afirmam que hoje se sentem seguros por ter a garantia da sua moradia e uma alimentação farta, como é elucidado pelo senhor Hildo: “nois tá contente, a renda do leite dá para as despesas, planta a roça pro gasto, tem porco, galinha, um pormarzinho, uma casa boa. Não tem como dizer que assentamento é uma coisa ruim, só a gente que viveu uma vida trabalhando no que era dos outros e hoje que ta aqui é que sabe o que isso significa”.

É inegável que o acesso à terra propicia avanço social às famílias e uma significativa melhoria na sua qualidade de vida, como descreve SAUER, (2005 p. 62): [...] “A produção assume inclusive um valor simbólico – o acesso à terra cria

⁷ Armazém em que em que se depositam produtos da lavoura.

trabalhadores produtivos – e é uma medida de relação ou interação social com o entorno dos projetos, [...].

Pelos depoimentos, percebem-se as significativas melhoras nas condições de vida dessas famílias. Ao observar as entrelinhas, é nítido que, no período anteriormente descrito ao assentamento, as famílias viviam em condições de vida muito difíceis, pois a quase totalidade das famílias do assentamento Margarida Alves, anteriormente eram arrendatários, empregadas nas fazendas, diaristas ou agregados. Essa expressiva melhoria como descreve tantas famílias, mas de forma especial o senhor Hildo podem ser observadas nas figuras a seguir.



Foto do autor: Residência de uma família do assentamento Margarida Alves
Interior de uma residência no assentamento Margarida Alves

Esses trabalhadores tinham no seu histórico familiar, por várias gerações, uma história de exploração do trabalho com a terra, e muitas dessas famílias emigraram para a MHJ nos anos de 1970, na busca de uma vida melhor, e para isso importava obter um pedaço de terra, no entanto, por causa das duras condições que encontraram, acabaram por enfrentar uma natureza bruta.

Havia grandes quantidades de terras a serem exploradas, mas estas já tinham donos. Assim os pequenos agricultores se sujeitaram às condições propostas, sem conseguir grandes êxitos, pois raramente tinham acesso a algum tipo de crédito ou assistência técnica. Lavrando a terra com o seu conhecimento de mundo, arrancando do solo apenas o essencial para a sobrevivência, esperavam, mesmo com todas as dificuldades, poder acumular algum recurso que lhes possibilitasse adquirir um pedaço de terra. Esperavam o mínimo possível que lhes garantisse a segurança alimentar e uma vida digna.

Para esses humildes seres, era necessário muito pouco para isso. Em sua simplicidade, eram pessoas felizes, apesar da precariedade em que viviam, como se percebe no depoimento do senhor Armando. Ele, ao ser questionado sobre as condições de vida dessas famílias antes e após obterem a terra no assentamento Margarida Alves, comenta, “a vida melhorou, o nosso acampamento era o povo mais pobre que existia, tudo família que não tinha nada, vivia nas fazendas plantando roça ou de empregado, na diária, cortador de cana, bóia-fria, sem esperança mas hoje houve uma melhora muito grande, você vê que as famílias têm casa, as coisa dentro de casa e muitos já têm até uma moto”.

5.1 DA RUSTICIDADE DO TRABALHO COM A TERRA AO ACAMPAMENTO MARGARIDA ALVES: A Esperança enfim de um dia ter a sua própria terra

Ao arrendatário, a forma de uso da terra mais comum nessa região, durante os anos de 1970 aos meados de 1990, consistia no processo de arrendamento, normalmente feito de forma verbal, sendo que o dono da terra a concedia por um período de no máximo três ou quatro anos. Ao arrendatário cabiam todas as despesas. A área era mato fechado, e ele fazia todo o processo de preparo, que se iniciava com a roçada dos arbustos mais finos feitos a foice. Num segundo momento, vinha a derrubada das árvores de maior porte, normalmente feita a machado. Em alguns casos, quando o agricultor dispunha de um pouco mais de recurso, tinha uma motosserra.

Isso permitia fazer a derrubada com essa serra, o que tornava o trabalho menos árduo e mais rápido. Havia casos em que o proprietário da motosserra prestava serviços, sendo este pago em dinheiro ou em troca de trabalho a ser prestado em um tempo posterior. Após o trabalho da derrubada do mato, que normalmente se realizava nos meses de julho a setembro, no mês de outubro era o período da queimada em seguida se realizava o trabalho da coivara a queima das madeiras que sobrou para em seguida fazer a destoca, práticas necessárias para facilitar o trabalho com a terra.

As famílias que estavam diretamente ligadas à exploração da terra, seja ela na condição de arrendatário, meeiro ou pequeno proprietário, tinha uma vida simples, pois dispunha de poucos recursos e conforto, no geral exercia um trabalho rude e pesado, pois a quase totalidade de suas atividades era feita de forma braçal, do preparo da terra a colheita. Dado a essas condições de explorar a terra normalmente uma família

não tocava muita lavoura, pois além da rusticidade do trabalho e das formas arcaicas para a produção, uma parcela expressiva dessas famílias ainda destinava uma parte do tempo para vender sua mão-de-obra aos mais abastados, na forma de diárias, tendo esse recurso extra como uma alternativa para ir mantendo suas despesas extras até a colheita.

Essa prática muito se assemelha à descrita por CANDIDO (1971, p. 150) ao mencionar o caso de um lavrador paulista na região de Boffete na primeira metade do século XX. Este, além da sua lavoura, trabalha para outras pessoas. O autor explica que, [...], “no ano de 1952/53 empreitou 3.000 pés de café para a fazenda, plantando intercaladamente 1 1/2 alq. De milho, 3 celamins de arroz, 1 celamim de feijão das águas, trabalhando ainda 30 dias de salariado, como carroceiro e roçador de pasto”.

Isso se dava porque o grande objetivo e sonho dessas famílias era o de obter um pedaço de terra, e para isso elas se privavam de consumir coisa que consideravam desnecessárias, pois tinham o intuito de acumular uma certa quantia em dinheiro que visavam aplicá-lo na lavoura no ano seguinte, buscando aumentar a área plantada para assim fazer uma colheita mais farta e adquirir enfim o seu sítio.

Levavam uma vida muito simples, reduzindo o máximo possível o consumo de produtos adquiridos no mercado, só mesmo o essencial de extrema precisão, e buscavam produzir a quase totalidade de seus alimentos. E muitas das vezes aqueles que não eram possíveis arrancar de sua gleba por meio de seu trabalho eram substituídos por um gênero de sua produção que passava pelas adaptações necessárias como no caso do trigo que era substituído pela mandioca e o milho, esse modo de vida praticado na MHJ, por uma boa parte dessas famílias é muito semelhante com o que CANDIDO, (1964, p.53) descreve do caipira paulista do século XVIII, pois segundo o autor:

A mandioca era por antonomásia, o *mantimento*, e o milho a *roça*. [...] Em São Paulo é área de influencia, sobretudo o milho. Verde, come-se na espiga, assado ou cozido; em pamonhas; em mingaus; em bolos, puros (curau) ou confeccionados com outros ingredientes. Seco come-se como pipoca, quirera e canjica; moído fornece os dois tipos fubá, grosso e mimoso, base de quase toda a culinária de forno entre os caipiras, inclusive vários biscoitos, o bolão, bolinhos, broas, numa ubiqüidade só inferior à do trigo; pilado fornece a farinha e o beiju, não esquecendo o seu papel na alimentação dos animais.

Sendo assim nas primeiras chuvas, normalmente no mês de outubro ou setembro se fazia o plantio das espécies de subsistência do agricultor. O arroz a base da alimentação e o milho também utilizado na alimentação e para o trato dos animais. Este

último tinha múltiplas utilidades. No trato dos animais era utilizado principalmente na criação de galinhas e porcos, (ver figura). Essas criações eram de extrema importância, pois delas se obtinham os ovos, usado em uma variedade de pratos, e a banha um item fundamental e presente na cozinha cabocla. Depois de abatidos, era essa a fonte de proteína animal mais comum que em muitos casos era também complementada com a caça de animais silvestres costume comum entre praticamente todas as famílias.



Foto do autor: O cultivo de milho, criação de aves e suíno (porco) caipira uma tradição na agricultura familiar.

Vivendo em glebas, e dedicados exclusivamente a uma rotina de afazeres, que na maioria do tempo, excedia doze horas diárias de trabalho, dado ao fato de que esses trabalhadores eram autônomos e as condições de exploração da terra serem muito rudes buscava-se aproveitar o maior tempo possível de trabalho tendo como seu relógio o sol, por isso era comum entre essas pessoas a expressão do trabalho “sol a sol”, pois o labutar no campo se pautava em um árduo trabalho que seguia o ciclo da natureza e as tarefas a serem cumpridas tinham certos períodos estipulados por isso era fundamental e necessário aproveitar todo o tempo disponível que resultava em um trabalho de exaustão.

Como não dispunham de muito conforto e por estarem em sua maioria distantes de vilas e povoados, para uma boa parte desses homens, o lazer consistia em pescarias e caçadas, que, por sua vez, também era o complemento de sua alimentação, de forma que as pescarias se concentravam mais aos domingos e as caçadas em período noturno, tudo isso seguindo o ciclo da natureza e para não perder nem um dia de serviço e nem tempo durante a semana. CANDIDO, (1971, p, 55) comenta que: [...] “Com efeito, nas expressões de dois velhos informantes, “já se caçava de propósito” (Isto é: com o intuito de obter comida); e “tinha caboclo que envelhecia sem conhecer o açougue”. [...]

Também era intensamente realizado por praticamente a totalidade dessas famílias, o cultivo das hortas, pomar e outras plantas para o complemento da alimentação, como mandioca, cara, abóbora, vários tipos de feijões, (fava, andu, catador ou de corda, etc) maxixe, caxi, quiabo, melancia, mamão, melão entre outras. Essas plantas normalmente se cultivavam em consórcios com outras ou em terras anteriormente ocupadas por uma lavoura mais expressiva, ou por ser economicamente pouco viável, até mesmo nas beiradas da roça, limite entre a terra aberta e a floresta virgem intacta, pois o seu fim principal era o complemento na alimentação e as sobras normalmente utilizadas para o trato dos porcos.



Foto cedida por lavrador: Colheita de feijão com métodos tradicionais, usando trabalho braçal

O algodão era a grande esperança que o agricultor tinha de obter algum dinheiro e poder se capitalizar, conseguir alguma reserva, juntar certa quantia, e se possível ir para um lugar mais distante onde o preço da terra era mais baixo e finalmente adquirir a sua propriedade por meio da compra em espécie. No entanto esse sonho era sempre frustrado, sendo adiado ano após ano. Pois dada a rusticidade do trabalho, e aos poucos recursos disponíveis, e a reduzida área que conseguia cultivar, uma vez que em função das condições em que se dava o preparo do terreno era impossível a mecanização, e assim o mesmo só conseguia produzir para a sobrevivência de sua prole que normalmente era composta entre seis a oito pessoas ou mais.

E uma vez que o mesmo não tinha um contrato de arrendamento, não conseguia obter créditos oficiais, e ficava preso aos atravessadores que acabavam por garantir o fornecimento dos insumos necessários ao agricultor. Era comum a esses atravessadores conhecidos como cerealistas ou simplesmente marreteiros, além de se dedicarem à compra de cereais também comercializar os insumos e ter um pequeno mercadinho nas vilas ou na cidade.

Com isso era comum esse produtor estar preso ao atravessador, pois ele pegava com o mesmo, as ferramentas necessárias para executar o trabalho de preparo da área bem como, as sementes para o plantio, os insumos (basicamente os pesticidas) para combater as pragas os insetos, (o controle das ervas daninhas era feito com trabalho manual por meio de capinas com enxada, adubação e correção de solo não se fazia), e os

mantimentos necessário para as despesas daquilo que não produzia pouca coisa, e mais apetrechos para pesca e caça alguns utensílios de cozinha, em alguns casos botina, chapéu, instrumento para o trabalho no cultivo, e pequenas máquinas manuais como plantadeiras de semente conhecidas como “matraca”, e pulverizadores de inseticida costal, (porém o grau de descapitalização era tal que alguns agricultores nem sequer dispunham desses instrumentos, dependendo do bom senso de seus vizinhos), que os emprestavam para que assim desenvolvessem sua atividade. Esse fato marca como havia um grau de solidariedade e cooperação entre esses lavradores que no extremo de sua pobreza eram solidários e juntos construía um sonho póstumo que cada vez ia se tornando mais distante das possibilidades dessas humildes pessoas que simplesmente almejavam um mínimo possível que lhes desse garantia de uma vida mais digna no futuro, que era a obtenção da sua própria terra onde pudessem estabelecer-se definitivamente e ir fazendo as melhorias possíveis para obter um melhor rendimento em sua produção, de forma a lhes sobrar algum dinheiro permitindo assim sua capitalização.

Essa falta de recursos mínimos para a exploração da terra é mencionada por VIANA et al (1990) como um dos obstáculos ao sucesso do assentado e reforçado na fala dos entrevistados, ao aludir que muitas famílias do acampamento Margarida Alves contaram com o recurso destinado pelo governo, o fomento para a aquisição das primeiras ferramentas quando assentados, pois o grau de descapitalização era tal que muitos sequer dispunham desses recursos mínimos. Sobre isso descreve o senhor José da Paz ao mencionar que dentre os créditos que as famílias tiveram acesso, [...], “o primeiro foi o fomento, é um recurso que a gente recebe a fundo perdido para adquirir algumas ferramentas e mantimentos. Esse recurso ajudou muito porque as famílias chegaram ao assentamento em uma situação de muita pobreza mesmo, a gente chegou aqui praticamente sem nada, então esse recurso dá pelo menos pra você iniciar”, [...], e o senhor Nilo, ainda nesse viés, afirma que: “Quando foi parcelada essa área e as famílias receberam os lotes em 1997, o primeiro crédito que a gente recebeu foi o fomento, na época um valor de R\$ 1.080,00 (mil e oitenta reais). Desse valor, uma parte era para comprar ferramentas para o trabalho na terra, enxada, foice, cavadeira, matraca. Podia também desse valor comprar um animal para o auxílio no trabalho e uma outra parte para a compra de alimentos”. E a senhora Maria Ivonete complementa ao argumentar, “Aí quando definiram os lotes que o INCRA fez o sorteio, a gente recebeu a terra, uns seis meses mais ou menos, já começaram a sair os recursos para construir as

casas. Antes disso saiu o fomento de R\$ 1.080,00, que era assim um dinheiro para ir comprando as ferramentas, igual enxada, foice, machado, um arado de animal, máquina de plantar semente, arame”.

Percebe-se do exposto que, de fato, quando as famílias da MHJ estavam lavrando a terra, especialmente aqueles que se encontravam na condição de arrendatário, enfrentavam um grande desafio, dada a intensidade da sua descapitalização, tanto pela rusticidade da exploração da terra, o que lhes obrigava a cultivar pouca roça, como em função da exploração que sofriam, exercidas pelos atravessadores.

Dessa forma, como já foi dito anteriormente, os artefatos adquiridos para o desenvolvimento de sua atividade eram pegos para ser pagos na colheita. Os atravessadores, além de explorar no preço, que era acima da média do mercado na região, ainda cobravam juros mensais dessa dívida contraída, que normalmente seriam pagos uns seis meses após, com a realização da colheita.

Dessa forma, ao final da safra, muito pouco sobrava ao agricultor. Em alguns casos ele nem saldava a dívida. Esse mecanismo de exploração da força de trabalho do lavrador, quando, mesmo na luta por sua sobrevivência, se lançava na empreitada de cultivar suas roças em terras de terceiros. No Sudoeste Matogrossense era muito semelhante à ocorrida na região Sudeste no início do século XX, nas fazendas de café, como descreve (PEREZ; ERBA, www.recanto.caipira.com), “Às vezes o colono era obrigado a vender os produtos que colhia durante o ano e sua criação, para saldar dívidas suas com a fazenda”.

Em outros, o montante não era suficiente para conseguir chegar até a próxima colheita, o que os obrigavam a contrair outra dívida, e muito raramente alguém conseguia comprar um pedaço de terra.

À medida que o tempo foi passando e com as melhorias em infra-estrutura realizadas pelos governos Federal e Estadual, houve uma acentuada valorização no preço das terras, sobretudo nas áreas próximas às rodovias pavimentadas e as redes de eletrificação e aos centros urbanos.

Desta forma, caso algum arrendatário viesse com muito esforço, conseguir acumular uma certa quantia em dinheiro para comprar um pequeno pedaço de terra, isso só seria possível em áreas normalmente quase impróprias para a prática da agricultura, de baixa fertilidade e com pouco rendimento para a pecuária, pois as mesmas eram em sua maioria áreas encharcadas ou pedregosas. Em locais de difícil acesso desprovidos

do mínimo de infra-estrutura e muito afastado da sede do município ou de alguma vila, o que por sua vez em tempos de colheita tinha dificuldade para o escoamento da produção, e ao comercializar os produtos sempre obtinha um preço menor do que o praticado no mercado em função das distâncias e a precariedade das estradas.

De uma forma geral, as terras a serem ocupadas pelos pequenos proprietários não apresentam uma fertilidade natural baixa apenas na MHJ, como aponta NEUBURGER disponível em (www.red-redial.net/doc_adj/anuario/92-as-relacoes), ao comentar a ocupação do município de Rio Branco destaca que a maior parte das terras ocupadas ainda quando colônia era composta de [...], “solos arenosos dificultavam a produção de cultivos anuais. A rentabilidade da agricultura baixou, com isso. Passados poucos anos, as famílias, geralmente bastante endividadas, deixaram suas propriedades migrando para as novas frentes pioneiras”, [...], nos últimos tempos essa tem sido uma prática comum no Mato Grosso ao se implantar muitos assentamentos como descreve JOSEPH; SILVA. Disponível em: (www.sober.org.br/palestra/9/51.pdf), ao comentar que os mesmos se encontram em, [...], “terras desgastadas, de má qualidade para fins agrícolas, sem a mínima infra-estrutura, ou lotes em áreas de mata fechada com péssima acessibilidade”, [...]. Mas essa não é um caso isolado de Mato Grosso ou um fato recente, e sim uma realidade brasileira, como assim descreve CANDIDO (1971, p. 106), parafraseando Caio Prado Junior é que, “De modo geral à medida que vale a impressão de um leigo, amparada é verdade por informantes locais, a situação parece confirmar a opinião de Caio Prado Jr., de que a pequena propriedade é ‘quase sempre relegada para as zonas de menor fertilidade natural’”.

Esses trabalhadores que exploravam a terra da maneira mais arcaica que se possa imaginar em nossos dias, viviam no limite da sobrevivência. Eram, em sua maioria, formados por um grupo de pessoas que tinha no seu histórico familiar, por várias gerações, uma história de exploração do trabalho com a terra, e muitas dessas famílias imigraram para a MHJ na década de 70 do século XX, na busca de uma vida melhor e para isso contavam em obter um pedaço de terra. No entanto, dadas às duras condições que encontraram, acabaram por enfrentar uma natureza bruta. Havia grandes quantidades de terras a serem exploradas, mas estas já tinham donos.

Diante de tal situação essas pessoas se sujeitaram às condições propostas. Porém não conseguiram grandes êxitos, porque raramente tinham acesso a algum tipo de crédito ou assistência técnica e, assim, lavravam a terra a partir do seu conhecimento de mundo, lutando para arrancar do solo o essencial a sua sobrevivência e esperavam,

mesmo com todas as dificuldades, poder acumular algum recurso que lhes possibilitasse adquirir um pedaço de terra. Sonhavam com o mínimo possível que lhes garantisse a segurança alimentar e uma vida digna, se bem que, para esses humildes seres humanos, era necessário muito pouco para isso, pois em sua simplicidade não era necessário muito para que fossem felizes. No entanto, grande parte destas famílias vivia em condições de vida muito precárias, como pode ser percebido nos depoimentos a seguir, dentre os quais o senhor Armando. Este, quando questionado das condições em que viviam essas famílias antes e como estão após obterem o seu lote de terra no assentamento Margarida Alves, comenta que...

Depois que a gente foi assentado nossa vida melhorou bastante, porque no acampamento dava até dó. Eu acho que era um acampamento nessa região onde a bem dizer era assim o do povo mais pobre que existia, sabe o pessoal era tudo família que não tinha nada, que vivia nas fazendas plantando roça ou de empregado, na diária era cortador de cana, bóia-fria, então assim era aquelas pessoa que tava desorientada sem esperança, então se você olha lá atrás essa época e vê hoje que houve uma melhora muito grande.

Por que aí hoje você vê que as famílias têm casa até boa, tem assim as coisas dentro de casa, muitos têm uma moto, é aquele negócio, a gente tá querendo mais para viver melhor, mas se comparar com aquela época, hoje tá muito bom sim.

Relacionado às probabilidades de um dia essas famílias virem a adquirir um pedaço de terra a partir da aquisição através da compra com seus próprios recursos, o senhor José da Paz faz uma importante observação de que isso era quase impossível. E também vale a pena lembrar que a partir das formas como se dava a exploração da terra, com os meios dos quais dispunham, devido à rusticidade dos seus equipamentos e a maneira como a terra era preparada, de forma que...

As pessoas que foram para o acampamento não tinham nada até porque essas pessoas ou eram arrendatários nas fazendas ou diaristas. Então se você olha hoje aqui no assentamento é uma transformação muito grande por que hoje essas pessoas têm 25 (vinte e cinco) hectares de terra, que é uma coisa que nunca elas iam conseguir comprar da forma como elas viviam trabalhando. Eu por exemplo não teria condições eu tenho plena certeza disso. Além do mais hoje eu e os meus filhos temos esse pedaço de terra aqui, que pra gente é uma fortuna mesmo que a gente hoje ainda não consiga ter uma renda satisfatória mais “nois” tem aqui um amparo o que permite que agente consiga equilibrar nossas vidas.

Essa expressiva melhora é percebida pela sociedade de uma forma geral. Isso fica nítido nos comentários de uma senhora, esposa do ex-gerente da fazenda Santa Maria, na qual se consolidou o assentamento Margarida Alves. É importante fazer uma ressalva de que as famílias que outrora eram empregadas na fazenda, quando ela foi desapropriada, foram incluídas pelo INCRA no processo de assentamento junto com as famílias integrantes do MST, e no depoimento da senhora Maria Antonia, ela declara que:

Houve grande melhora para o povo desse assentamento e principalmente para as famílias que eram do movimento porque hoje a gente vê, assim, eles têm uma casa boa e antes eles não tinham nada viviam em barraco, e hoje eles têm uma vida assim até boa, porque tem a casa com energia, tem água encanada, tem um certo conforto que eles não tinham. Porque a gente sabe que esse pessoal vivia assim nas terras dos outros ou trabalhando na diária a maioria deles, e hoje não eles têm as coisas deles, uma rendinha até boa, tem algumas famílias que têm até um carro, a maioria das famílias tem pelo menos uma moto.

Um outro assentado descreve que o acesso ao lote de terra no assentamento Margarida Alves proporcionou uma grande segurança às famílias em relação à moradia ou à renda, devido às péssimas condições de trabalho que essas famílias exerciam, que ora era na labuta em suas roças, com os métodos mais arcaicos imagináveis às vésperas do terceiro milênio, ou na prestação de serviço, vendendo sua força de trabalho aos mais abastados, exercendo atividades braçais das mais variadas, segundo o depoimento do Senhor Elias, que relata o seguinte...

A melhoria foi a de ter o sossego, de poder estar no seu pedaço de terra, assim ter a certeza de que ninguém vai tirar você dali, que você tem a liberdade de poder trabalhar a sua terra do seu jeito de poder ir arrumando suas coisas, poder viver toda a vida ali. Porque antes, quando a gente vivia de trabalhar para os outros ou tocando roça em terra arrendada, você não tinha certeza de nada. Se tava trabalhando, ganhava um ordenado que mal dava para viver, e se ia mexer com roça em terra arrendada pagava renda e no final da colheita era o comprador que ficava com o lucro.

Porque antes de ser assentado lá na Curvelândia, eu era diarista, plantava um pouco de roça e o tempo que sobrava trabalhava pra fora, o serviço que aparecesse, qualquer serviço, fosse ele, de foíce, enxada, passar veneno, de motosserra, amansar animal nas fazendas, a gente não tinha muitas escolhas. Até porque serviço de diarista, o que você ganha mal dá pra comer, e as roças que a gente tocava também era pouca.

Porém, apesar de toda a luta, do sonho e da esperança que esses homens alimentavam, ano após ano, iam se distanciando de suas possibilidades, pois uma vez que houve grandes investimentos em infraestrutura na região pelos governos Federal e Estadual, as terras foram se valorizando cada vez mais. E, com seus métodos de explorar a terra muito arcaicos, não lhes era possível aumentar a produção, o que resultava em uma sociedade descapitalizada.

5.2 DA PRECARIDADE DE TRABALHADORES SEM TERRA À CONQUISTA DO LOTE NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES

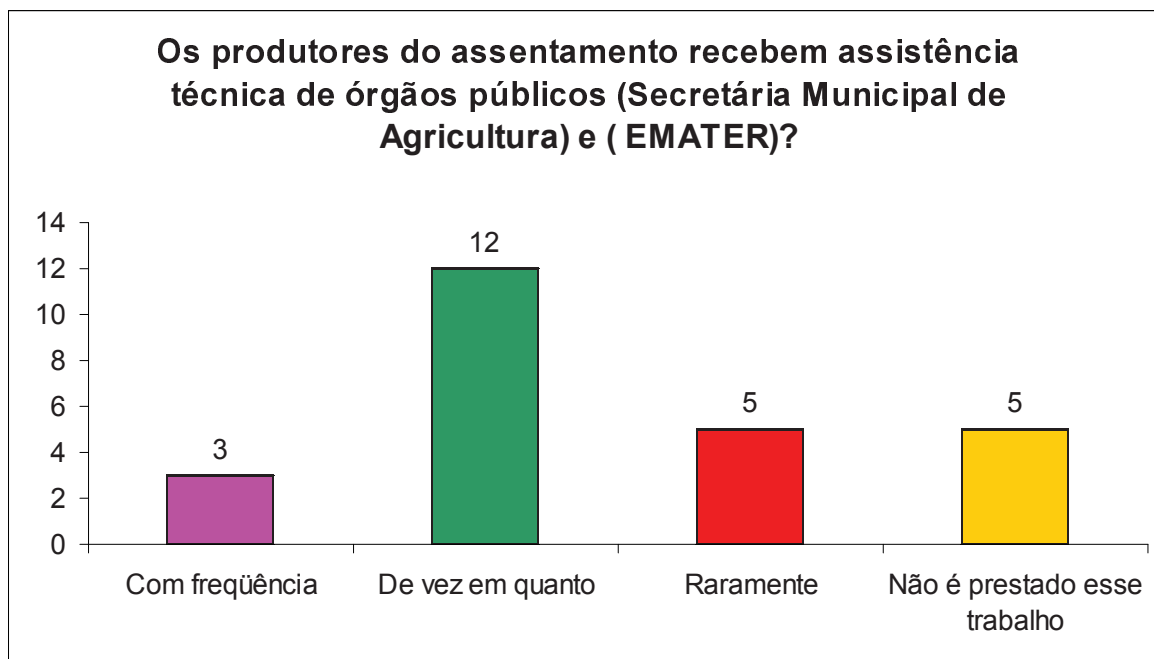
Contra esse pequeno agricultor tinha o contrato de arrendamento que consistia em um período de tempo relativamente curto se tratando da exploração agropecuária. Quando ele possibilitava que a terra se tornasse mais fácil de trabalhar, tinha que entregá-la ao seu dono. Durante o período de exploração, o lavrador tinha que pagar renda pelo seu uso, esta era em produtos retirados na roça mesmo no momento da colheita. No último ano, após a colheita, devolvia a terra ao proprietário com o pasto plantado.

Desprovido de recurso financeiro, a este agricultor só restava fazer aquilo que realmente tinha aptidão, o trabalho na terra. Assim o ciclo recomeçava outra vez, nova área a ser aberta, construção da casa cabocla, perfuração da cacimba, preparo do chiqueiro para a acomodação e criação de pequenos animais. Assim BOLL, disponível em (www2.metodista.br), parafraseia Carlos Rodrigues Brandão afirma :

“Ao lavrador nômade não compensa ocupar a terra com mais bens do que os que pudesse levar nas costas ou no lombo de dois animais de carga. Não compensava ocupá-la com o trabalho que, ademais da roça e do rancho, acrescentassem benfeitorias que seriam perdidas pouco adiante”.

Trabalhando a terra de forma muito rústica, exploradas pelo atravessador, desassistidas pelo Estado, e sem assistência técnica e acesso a créditos, essas famílias estavam fadadas ao fracasso, pois, segundo FAVARETO, (2007, p. 143): “A ausência de tecnologias apropriadas aos pequenos produtores, as dificuldades de acesso ao crédito e, enfim todo o ambiente social e institucional desfavorável foram fatores que limitaram enormemente este intento.”

Uma expressiva parcela destes arrendatários não conseguia obter créditos, dadas às condições de contrato pela locação da terra, que, na maioria dos casos era verbal, e nem tinham acesso aos programas de assistência técnica, ainda um sério problema no atual contexto para o pequeno produtor, conforme depoimento de produtores do assentamento Margarida Alves (ver gráfico). Quando questionados sobre as necessidades para que ocorra uma melhora da produção nos rendimentos das atividades desenvolvidas na agropecuária pelos agricultores, o senhor Marcelo argumenta que é [...], “ter acesso aos recursos, que dê essas condições, e outro fator muito importante é a assistência técnica, uma coisa que a gente quase nunca teve aqui durante esses anos todos, então o que tem acontecido é que a gente tem tocado, feito as coisas assim por rumo e isso tem tornado difícil que a gente consiga assim uma produção melhor”.



Organizado pelo autor 2010

Percebe-se pelos resultados apresentado no gráfico que a assistência ocorre de forma muito deficitária. Porém a grande crise tem início a partir do ano de 1990, com a abertura da economia. A partir desse período o país importou grande quantidade de pluma de algodão, como pode se observado na (tabela1), que destaca a redução do cultivo do algodão em todo território brasileiro, levando à ruína milhares de pequenos agricultores que se dedicavam a essa atividade, até então praticada, em sua maioria, em minifúndios.

TABELA 1 - Suprimento Brasileiro de Algodão em Pluma, 1985-2005
(em 1.000t)

Ano	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
1985	108,6	968,8	20,5	1.097,9	631,4	86,6	379,9
1986	379,9	793,4	67,4	1.240,7	736,6	36,6	467,5
1987	467,5	633,4	30,0	1.130,9	774,7	174,0	182,2
1988	182,2	863,6	81,0	1.126,8	838,0	35,0	253,8
1989	253,8	709,3	132,1	1.095,2	810,0	160,0	125,2
1990	125,2	665,7	86,1	877,0	730,0	110,6	36,4
1991	36,4	717,0	105,9	859,3	718,1	124,3	16,9
1992	16,9	667,1	167,8	851,8	741,6	33,8	76,4
1993	76,4	420,2	501,2	997,8	829,5	7,4	160,9
1994	160,9	483,1	367,3	1.011,3	836,6	4,3	170,4
1995	170,4	537,1	282,3	989,8	803,7	52,5	134,0
1996	134,0	410,0	468,0	1.012,0	826,0	2,0	185,0
1997	186,9	305,7	438,5	931,1	798,7	0,3	132,1
1998	132,1	411,0	334,4	877,5	782,9	3,1	91,5
1999	91,5	520,1	280,3	891,9	806,5	3,9	81,5
2000	81,5	700,3	299,9	1.081,7	885,0	28,5	168,2
2001	168,2	938,8	81,3	1.188,3	865,0	147,3	176,0
2002	176,0	766,2	67,6	1.009,8	805,0	109,6	95,2
2003	95,2	847,5	118,9	1.061,6	800,0	175,4	86,2
2004	86,2	1.309,4	105,2	1.500,8	930,0	331,0	239,8
2005	239,8	1.298,7	40,0	1.578,5	900,0	390,0	288,5

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Ao fazer a leitura da tabela na (coluna produção), percebe-se que a partir do ano de 1993 a 1999 há uma redução na produção de algodão em todo o território brasileiro, enquanto que na (coluna importação) há um expressivo aumento na aquisição da matéria prima no mercado externo.

Ao observar a tabela, percebe-se uma drástica redução na produção nacional de algodão, nos anos de 1993 a 1998. Nesse período, o cultivo baseava-se em métodos pouco tecnificados, com forte predomínio de mão de obra braçal. Com base nesses dados, observa-se uma redução na área plantada com o algodão no Brasil, levando à ruína e miséria centenas de milhares de pequenos agricultores. Essa atividade, por sua vez era desenvolvida em minifúndio, pois GONÇALVES, RAMOS. Disponível em (<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec6-0108>), destaca que entre os anos de 1992 e 1993 [...], “quando ocorre a primeira grande aquisição externa anual de pluma, levando a produção nacional de algodão em caroço a recuar 50,9% num só ano, diminuindo de 1,4 milhões de toneladas para 673,1 mil toneladas,” [...].

Se essa política de importação de pluma de algodão resultou em uma desordem nacional na agricultura brasileira, no caso dos lavradores da MHJ foi um caos, conforme demonstrado no quadro a seguir, com forte declínio na área cultivada com algodão em alguns municípios, e a total erradicação em outros da região.

De acordo com a tabela a seguir, percebe-se que, no ano de 1989, todos os municípios emancipados que compunham o espaço compreendido pela MHJ tinham em sua atividade agrícola a presença da cultura do cultivo do algodão, porém este vai perdendo espaço na área cultivada e uma década depois tem pouca expressividade. Essa redução na área plantada nessa região está diretamente ligada a dois fatores, que são: a

abertura econômica que intensificou as importações no início dos anos de 1990 e em seguida nos meados dessa mesma década a criação do PROALMAT. Completando essa situação de penúria, após 1990 o governo do Estado criou um programa de incentivo à cultura do algodão, o FACUAL, intensificando o cultivo em grandes áreas, (ver figura) com uma série de vantagens, o que resultou na migração do cultivo do Sudoeste, lavrado em sua maioria em pequenas áreas para o médio norte em extensos campos, com modernas técnicas.

CULTIVO DO ALGODÃO NA MICRORREGIÃO HIDROGRÁFICA DO JAURU										
Área Colhida, Quantidade Produzida e Rendimento Médio										
Produção	Área colhida (ha)					Rendimento médio (Kg/ha)		Produção tonelandada		
	1987	1989	1999	2003	2006	1987	1989	1999*	2003*	2006*
Ano	1987	1989	1999	2003	2006	1987	1989	1999*	2003*	2006*
Araputanga	-	200	-	-	-	-	1202	-	-	-
Figueiropolis D'Oeste	30	800	-	-	-	933	1350	-	-	-
➤ Gloria D'Oeste	-	-	500	32	8	-	1050	1936	45	18
Indiavaí	-	75	-	-	-	-	1493	-	-	-
Jauru	-	1100	28	-	-	-	935	24	-	-
➤ Lambari D'Oeste	-	-	150	-	-			225	-	-
Mirassol D'Oeste	2065	5000	400	-	-	1420	1296	600	-	-
Porto Esperidião	20	3000	280	7	60	1600	1500	511	10	68
Reserva do Cabaçal	-	100	700	-	-	-	1500	-	-	-
Rio Branco	96	654	-	-	-	1653	649	-	-	-
Salto do Céu	50	300		-	-	1260	1000	-	-	-
São José dos Quatro Marcos	240	3000		-	-	1200	1000	1050	-	-

Organizado pelo autor com base nos anuários da SEPLAN Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, a partir do ano de 1987 a 2006.

Obs. Os anuários da referida secretaria do ano de 1990 a 1998 não estão disponibilizados para pesquisa. De acordo com nota da própria instituição, durante esse período, eles não foram editados.

* Os valores correspondentes nesse período se referem à produção total da área colhida.

➤ Os referidos municípios só são incluídos em estudos da MHJ após o ano de 2000, período em que ambos foram emancipados.

Partindo dessas observações, e com base em estudos de GONÇALVES, RAMOS, disponível em: ([ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec6-0108.](ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec6-0108)), percebe-se que, após a segunda metade dos anos 1990, já haviam chegado a Mato Grosso as megaalgodoeiras, ampliando a área cultivada em 1997 de [...], “42,2 mil hectares nesse ano, atinge o excepcional patamar de 466,2 mil hectares em 2005. A produção mato-grossense passa a ocupar então a posição incontestada de principal Estado algodoeiro do Brasil contemporâneo” [...].



Organizado pelo autor: Galeria de fotos da AMPA. Disponível em: (www.ampa.com.br > Galerias)

Com novo dinamismo baseado em uma plataforma mecanizada, com subsídios do governo, melhoramento genético de plantas adaptadas ao solo e clima local, a transição do cultivo do algodão do Sudoeste para o cerrado causou grande colapso, mergulhando a MHJ em um caos profundo, levando uma expressiva parcela de famílias a viver em uma situação de extrema pobreza. Em função dessa situação simpatizantes do MST encontraram um campo fértil para aplicar a ideologia do movimento na luta pela terra, o que, por sua vez, resultou no acampamento Margarida Alves. Essa constatação fica nítida nos depoimentos coletados dos assentados, dentre os quais, a senhora Jane comenta que as pessoas foram para o, [...] “acampamento porque já não tinham muita esperança, era uma época difícil, as algodojeiras tava falindo. O que dava mais renda era plantar algodão, mas o preço não compensava, a maioria das pessoas vivia de arrendar terra nas fazendas, então com a crise não tinha mais o que fazer,” [...]

De acordo com os argumentos do Senhor Nilo, sem sombra de dúvidas, foi em função da crise provocada na agricultura, com o esfacelamento do cultivo do algodão em moldes familiares, o combustível que moveu essas famílias a adentrarem nas fileiras do MST na luta pela terra. Ele menciona que...

[...], as famílias que foram para o acampamento naquele momento é porque não tinham mais para onde ir, porque a gente vivia naquela época uma crise na agricultura nessa região mil vezes pior do que agora. As algodojeiras fecharam e criaram um caos, porque essas famílias ou eram arrendatários nas fazendas ou diaristas e eles ficaram sem rumo. Então o fato de conquistar um pedaço de terra pra morar em cima já é um avanço muito grande.

De certa forma, as famílias questionadas no assentamento Margarida Alves reafirmam que, apesar de todas as melhorias conquistadas, se comparadas aos tempos nos quais elas eram enquadradas como sem terra, há inúmeros desafios ainda a serem superados, e de forma unânime todos dizem que, apesar desses anos todos, a agricultura de molde familiar ainda não conseguiu se recuperar na região. Mas o simples fato de eles terem conquistado a sua própria terra já representa uma melhora de vida muito significativa, como aponta o senhor Elias, ao comentar que...

Assim, desde que a gente foi assentado é essa crise. Na verdade essa crise vem desde bem antes da gente ser assentado, essa crise na agricultura para o pequeno. Na verdade foi dela que deu início ao acampamento, porque antes tava todo mundo mexendo com um pedaço de roça, ou trabalhando na diária bem ou mal, o povo tava no campo, mas aí quando veio a crise, depois de 1990, aí ficou feio, mesmo porque as roças já não foi virando muita coisa e o povo foi desanimando e aí foi dando aquele desespero porque já não tinha mais serviço, então foi quando apareceu o pessoal organizando para o acampamento e sabe como é, a gente nasceu, cresceu e foi criado na roça, tinha aquela esperança, aquele sonho de que, conseguindo um pedaço de terra, as coisa ia melhorar.

Foi essa crise o fator determinante que funcionou como um elo entre as diferentes famílias dessa região, que naquele momento, enfrentavam e viviam o mesmo problema, o que possibilitou que elas se unissem em prol de um mesmo ideal, a luta pela aquisição de um pedaço de terra. Esses cidadãos, que já vinham de geração em geração reproduzindo um modelo de trabalho, e alimentando um sonho nunca alcançado, perceberam na organização das lideranças do MST a oportunidade de adquirir a tão sonhada terra.

Dentre as inúmeras famílias que compuseram o acampamento Margarida Alves, a sua quase totalidade era composta por pessoas que tinham em seu histórico de trabalho na terra uma reprodução por gerações que estavam fadadas ao fracasso e perceberam nas propostas de lideranças do MST a oportunidade de virar para sempre essa página de suas vidas. A Senhora Rita fala o seguinte ao esclarecer os fatores que foram determinantes no convencimento para que essas pessoas aderissem às fileiras do movimento...

[...], no ano de 1995 veio um pessoal que era do MST lá do Paraná e do Rio Grande do Sul e começaram a fazer umas reuniões lá em Mirassol e aí a gente começou a participar e se interessou, começou a perceber que não era assim alguma coisa impossível, até mesmo porque as orientações era que o

movimento só ocupa terras improdutivas. Então pelas informações que as lideranças do MST foi passando, a gente percebeu que era preciso se organizar e fazer pressão. Porque o poder só sabe que tem pobre quando é incomodado. Então como nessa época a gente tava vivendo uma crise nessa região, as algodojeiras dessa região tudo fechando, e o pessoal sem ter o que fazer sem plantar roça, os bóias-frias sem serviço. E aí, com esse pessoal, as lideranças do movimento foi esclarecendo o povo, e como todo mundo sempre viveu da lavoura, e ainda mais sempre trabalhando em terras dos outros, então sabe, nasceu aquela esperança, porque assim, o pessoal que trabalhava no campo sempre sonhou em um dia comprar um pedaço de terra, mas com a crise que tava naquela época, ninguém tinha mais esperança de comprar um pedaço de terra, até mesmo porque ninguém tinha esperança de mais nada, sabe tava uma crise na região.

O ingresso dessas famílias ao MST foi facilitado pela crise econômica que dilacerou o modelo produtivista pautado na pequena produção, sobretudo aquela desenvolvida por famílias que eram arrendatários. Mas outro fator que teve um papel preponderante foi a influência da Igreja (essa presença hoje é ainda muito forte na comunidade, como demonstra a figura a seguir):



Foto do autor 2010. Após a celebração do culto dominical em um dos lugares de culto da Igreja Católica que há no assentamento Margarida Alves.

Através dos trabalhos desenvolvidos nas comunidades por meio das CEBs, de acordo com os depoimentos coletados, dentre os quais o da senhora Geralda, que conta o seguinte:

Então assim a gente viu que precisava do povo organizado para construir essa mudança social, e o MST é quem teve essa capacidade de mobilizar e organizar o povo pra ter essa coragem de lutar, e como veio uns meninos lá do Paraná e do Rio Grande do Sul onde o movimento já estava bem estruturado, e tinha assim conquistado grandes transformações, mexendo nas estruturas do latifúndio e fortalecendo uma maior justiça na partilha da terra, e eles fizeram umas reuniões e começaram a organizar o pessoal. E aí, como a gente já tinha assim um certo conhecimento dessa questão, da desigualdade, porque na igreja a gente já fazia uma discussão mais ou menos nesse rumo nos círculos bíblicos assim então a gente foi percebendo e acreditando que podia assumir essa luta, e que só assim organizado é que poderia alcançar o nosso objetivo, que era a conquista da terra tão sonhada pela gente, até porque esse sonho ele tá enraizado na nossa vida, que é como se fosse uma herança dos nossos antepassados. Assim, os pais, os avós que sempre batalharam pra ter um pedaço de terra e nunca conseguiram, então o que aconteceu é que a gente, depois de vivenciar esse sonho da família, e ver que eles passaram a vida toda e não conseguiram, a gente viu que só por meio de uma mobilização seria capaz, e eu acredito, apesar de todas as dificuldades que a gente enfrenta aqui hoje no assentamento, que se a gente não tivesse nessa terra hoje, nós tava muito pior e que a gente nunca ia conseguir ter essa terra, se não fosse dessa maneira. Eu penso que se a gente não tivesse entrado para o movimento, até hoje nós ainda estávamos aí esquecido pelo governo.

Assim, imbuídos de um mesmo sonho e ideal, essas famílias se lançaram nessa luta, em busca pelo acesso à terra, desafiando os obstáculos que viessem a surgir em seu caminho, pois, uma vez que um determinado grupo se lança em um projeto, buscando alcançar um determinado objetivo, e se organizam, e vão à luta, elas estão dispostas a enfrentar todos os obstáculos, dado ao fato de ter esgotado todas as esperanças, e já não temem mais quase nada, como assim descreve CANDIDO, (1971, p. 23): [...] “De tal modo podemos dizer que as sociedades se caracterizaram, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las”.

Dessa forma, percebe-se que o MST não teve dificuldades para arregimentar um grande contingente de famílias, conforme depoimento do senhor Gerson, ao comentar como se deu o processo de organização do primeiro acampamento do MST na região Sudoeste.

No primeiro instante teve apoio do padre, então um dia eu tava lá em casa no pingador e chegaram o Osmar e duas lideranças do MST, na época o Valdir Gaucho e o Vanderlei, essas eram do MST. Então, no primeiro contato, eles foi lá em casa, e me convidou para fazer parte da equipe, “pra” coordenar as reuniões no município, para ajudar a articular as reuniões na comunidade, e aí eu aceitei o desafio, e aí no Rio Branco foi o Osmar e eu em Lambari. Aí nos fazia as reuniões de base nas comunidades. Mas assim era feita não em lugares público. Eram reuniões restritas. Se fosse na cidade era lá no fim do bairro, numa chácara escondida. No sítio era na casa de

pessoas de confiança, não era muito pública as reuniões. E então a primeira coisa era reunir lideranças para formar as coordenações, para fazer o trabalho de base, então a gente ia para as comunidades, então eu fui um dos coordenadores Geral do município, as reuniões eram lá em casa. Então quando a gente começou a mobilizar o pessoal, era bom de trabalhar por isso, pela situação em que vivia, lá do (pingador) nos fomos em mais de 400 pessoas. A maior parte das famílias do acampamento foi do Lambari por causa dessa situação do povo, muito cortador de cana arrendatário, família com pouca terra pra muita gente. Então a gente via que o pessoal tinha disposição.

Uma vez que a agricultura comercial, através da mecanização do campo e efetivação do agronegócio, excluiu do sistema produtivo agropecuário milhões de trabalhadores, a marginalização destes serviu de combustível às mobilizações do MST. Para NAVARRO (2005, p. 201-202), a base do movimento se estruturou a partir da massa de excluídos e marginalizados pelo sistema [...], “grupos sociais de ocupação episódica, sem moradia definida, sem acesso à escolaridade e quase sempre, vítimas de manipulações políticas de toda a ordem – na linguagem do próprio Movimento, sua base forma o “lumpesinato”, os setores mais frágeis do meio rural”.

Tomadas por um grande sonho de conquistar a terra é que, no ano de 1995, se dá a ocupação da fazenda Santa Amélia no Município de Cáceres, com centenas de famílias, resultando depois em cinco assentamentos, dos quais três localizados no município de Cáceres denominados de Paiol, Laranjeira I, e Laranjeira II, um no município de São José dos 4 Marcos, denominado de Chico Mendes, e 1 (um) em Mirassol D'Oeste, que recebeu o nome do acampamento Margarida Alves, localizado na margem direita da BR 174, nas proximidades do quilômetro 62, na fazenda Santa Maria, um latifúndio de aproximadamente 3903 (três mil novecentos e três hectares). Esse possibilitou um aproveitamento quase total da área, o que viabilizou assentar 145 (cento e quarenta cinco famílias), sendo que cada lote compreende uma área de um módulo rural, bem como a reserva de áreas de interesse social e reserva ambiental.

O assentamento Margarida Alves, criado pela Portaria N° 043, em 09 de Maio de 1997, localizado no município de Mirassol D'Oeste, tem boa infraestrutura, uma vez que um expressivo número dos assentamentos é feito em locais de difícil acesso, como relata CUNHA, et al. Disponível em: (www.abep.nepo.unicamp.br), que em trabalho a campo, fazendo visita *in loco*, e conversando com as famílias assentadas, ouviu delas o seguinte: “os lotes distribuídos pelo INCRA estão distante dos municípios, sem o mínimo de infraestrutura; em muitos deles não há escolas, postos de saúde, ou mesmo estradas em condições mínimas para o trânsito e escoamento de

qualquer tipo de produção”. Assim NEPOMUCENO (2007), destaca que, além, do acesso à terra, a exemplo do Assentamento 17 de Abril, no Pará, se não houver investimentos em infraestrutura e uma assessoria técnica próxima e constante na fase inicial da implantação do assentamento, as famílias não conseguem produzir o suficiente para ter uma vida com um mínimo de dignidade.

Em relação a essa questão o assentamento Margarida Alves, tem uma infraestrutura razoavelmente boa, conta com eletrificação rural, posto de saúde escola com ensino fundamental completo e transporte escolar o que possibilita o deslocamento dos alunos para cursar o ensino médio em Mirassol D’Oeste. O mesmo está localizado a aproximadamente trinta quilômetros da sede do município e o seu acesso se dá por estradas pavimentadas em ótimo estado de conservação, a BR 174, e a MT 175, as estradas vicinais pelas quais as famílias se deslocam dentro do assentamento também apresentam um bom estado, conforme pode ser observado nas (figuras) a seguir.



Foto do autor: Trabalho de uma patrula realizando obras de manutenção em estrada vicinal no assentamento Margarida Alves

5.3 DA AGRICULTURA CONVENCIONAL À AGROECOLOGIA: A busca por inovações no assentamento Margarida Alves.

O modelo agropecuário brasileiro, ao longo de seus cinco séculos de história, se pautou em uma plataforma direcionada a atender o mercado externo de maneira direta ou indireta. Segundo BROCH et al (2009), estes períodos podem ser divididos em três fases: a primeira do início da colonização até a quebra da Bolsa de Valores de Nova York; a segunda, após os anos de 1930, com a industrialização nacional, cujo esforço se concentrava na produção e exportação de matérias-primas para levantar o volume de divisas necessário à importação das máquinas essenciais à nascente industrialização em

território brasileiro. Isso resultou na modernização do campo, pautada nas bases da Revolução Verde, com a intensificação da motomecanização e o uso de insumos agroquímicos; e a terceira, pela expansão do capitalismo financeiro e o domínio de grandes empresas. Sendo as mais expressivas desse setor os grupos internacionais que dominam o agronegócio nas diversas etapas, que vão desde o plantio no campo, com o fornecimento de insumos, à comercialização, industrialização e exportação.

Complementando essa observação de Broch et al (2009), LUREDEMANN, Disponível em: (egal2009.easyplanners.info), afirma que 80% das dívidas do agricultor matogrossense é da aquisição dos insumos agroquímicos e estes são:

[...], “em grande parcela, oriundos de importações e comercialização controladas por grandes tradings internacionais (Bunge-Born, Continental Grains, Cargill, ADM, Dreyfus, etc.) –, de forma que o repasse do governo ao setor agrícola, indiretamente ou não, termina concentrado nas transnacionais que controlam o setor”.

O agronegócio se consolidou atrelado ao Estado e se faz presente em nossos dias sobre as mais disfarçadas maneiras. WEID (2009,p.56), menciona que: “Nos anos de 1990 e no presente século, a forma adotada para subsidiar a agricultura convencional tem sido a de conceder anistias e refinanciamentos muito facilitados das dívidas dos grandes produtores, o que se traduziu em fortes injeções de recursos para os mesmos”.

Assim se produz segundo os interesses das grandes empresas do ramo, direcionando a produção ao mercado externo, BROCH, et al (2009, p.159) argumenta que, à medida que essas empresas intensificaram sua ação no campo, esse tipo de negócio passou cada vez mais a ter um papel preponderante, a ponto que, a partir de 1990 a: [...], a “economia brasileira passou a ser dominada pelo modelo de acumulação hegemônico pelo capital financeiro e internacionalizado, relegando a agricultura a uma condição de completa submissão às empresas transnacionais”.

Pensando na segurança alimentar do País, a partir de um modelo agropecuário de produção sustentado com políticas nacionais que permita uma maior distribuição das riquezas oriundas do campo brasileiro, BROCH, et al (2009, p.160) comenta: [...] “precisamos pensar um novo modelo, que enfrente essa situação de dominação das empresas transnacionais e do capital financeiro”, [...] “reorganizar a produção para priorizar a produção de alimentos saudáveis e para o mercado interno”.

E ainda complementa, ao afirmar que, com dimensões continentais e variedades bioclimáticas, o Brasil pode produzir um grande volume de produtos agropecuários com práticas autossustentáveis e com [...], “técnicas agrícolas que estejam em equilíbrio com a natureza e, ao mesmo tempo, consigam aumentar a produtividade física da área e do trabalho, sem uso dos agrotóxicos. E isso é o que chamamos genericamente de técnicas da Agroecologia”. Essas ações resultam em uma sensata harmonia com o meio, e uma intensa troca de nutrientes entre as plantas e o solo, permitindo um maior equilíbrio e a produção de alimentos saudáveis, destaca WANDERLEY (2009, p. 40), ao argumentar [...], “assim fazem do meio rural seu lugar de vida, famílias que tiram seu sustento de distintas atividades autônomas ou combinadas entre si, [...].

A produção em moldes agroecológicos tem grande aceitação no mercado, e os agropecuaristas, principalmente os que desenvolvem atividades em áreas de um ou dois módulos rurais, são potenciais candidatos a se beneficiar dessa fatia do mercado. No assentamento Margarida Alves, os produtores despertam interesse nesse novo modelo agropecuário, viável à agricultura familiar, já com adeptos em assentamentos da MHJ, segundo os depoimentos do senhor José da Paz, ao comentar sobre uma associação com presença atuante na região: “a ARPA produz alimentos orgânicos, está organizada em grupos de produção, distribuídos em 4 municípios da MHJ, e sua sede localiza-se no assentamento Roseli Nunes, em Mirassol D’Oeste. Ela tem hoje aproximadamente 180 famílias associadas e produz legumes, verduras e cereais, sendo que a maior produção é de hortaliças”. É baseado nessa percepção de uma produção autossustentável que WEID (2009, p. 59) menciona que a sociedade de forma geral tem motivos para se congratular porque cada vez mais os, [...] “camponeses em todo o mundo já estão mostrando que um sistema com essas características está em gestação e se baseia nos princípios da Agroecologia – embora haja alguma confusão conceitual com os sistemas chamados de orgânicos”.

Essa condição de submissão e dependência outrora descrita por Broch et al (2009), é uma realidade percebida em Mato Grosso. Basta observar as extensas áreas cultivadas com soja, de forma especial na região do cerrado, um bioma que naturalmente apresenta solos de fertilidade baixa, mas os produtores têm intensificado o uso de insumos agroquímicos para aumentar as safras, compensando investimentos e queda de preço das commodities no mercado internacional, deixando-os sob a tutela de grandes empresas transnacionais. Segundo Luredemann, e confirmado por BROCH, et

al (2009, p. 160), são as “empresas transnacionais que controlam os insumos utilizados, o mercado e os preços. Prova disso é que as 20 maiores empresas que atuam no comércio e na agroindústria (a maioria transnacionais) tiveram uma receita de R\$ 112 bilhões em 2007”. A retração da policultura e a expansão das monoculturas, consequentemente, resultaram no aumento do uso de insumos químicos, FERREIRA, et al (2005, p. 105-106) apontam que no período de:

[...], 1992 a 2000, a venda de venenos para as lavouras saltou de \$ 947.399.000,00 (novecentos e quarenta e sete milhões trezentos e noventa e nove mil dólares) para \$ 2.499.958.000,00 (dois bilhões quatrocentos e noventa e nove milhões novecentos e cinquenta e oito mil dólares).

A produção agropecuarista está sob a tutela de grandes grupos econômicos, influenciando a cadeia produtiva, do campo ao consumidor final. Dessa forma, as grandes corporações interferem no campo, determinando como, o que e de que maneira serão cultivados os produtos, conforme destaca IANNI, (1996, p. 53): [...] “organizam ou determinam completamente a produção e a comercialização de mercadorias destinadas à alimentação de povos e multidões pelo mundo afora, e insumos agropecuários destinados a outros setores da produção e comércio”[...]. Esse caso pode ser elucidado pela BUNG, transnacional com domínio na cadeia da produção da soja e investimentos em várias áreas do agronegócio.

É necessário um modelo de produção para a agricultura familiar de cujo negócio ela ocupe uma fatia e coloque seus produtos no mercado sem a dependência e a influência das grandes empresas, pois, segundo MARTINS, (2002, p. 78): “Quando o agricultor familiar mergulha plenamente na divisão do trabalho social e se torna um produtor especializado, mergulha também nas incertezas e nos mistérios do mercado, expressões de uma vontade que não é sua”. Nessa lógica BROCH, et al (2009, p.160) aponta a necessidade de as famílias se organizarem e produzirem a partir de, “agroindústrias com base em cooperativas em todos os municípios e assentamentos, para que haja mais emprego, sobretudo para a juventude do meio rural, e uma melhor distribuição dessa riqueza entre os trabalhadores”, [...].

Esse é um fato real bastante percebido por pessoas e grupos que buscam agregar valor a produtos oriundos do campo, uma preocupação de muitas pessoas nos assentamentos, que é a necessidade de dar-lhes uma maior viabilidade econômica, para que as famílias assentadas possam obter um maior rendimento, como pode ser elucidado

na (figura a seguir) com a demonstração do Grupo das Margaridas do assentamento Margarida Alves. O depoimento da senhora Rita, que faz um importante comentário relacionado ao sucesso de um grupo informal de senhoras que trabalham com o extrativismo: “o grupo das margaridas hoje produz derivados do babaçu, tudo dentro das normas sanitárias. Além das vendas por varejo, entregamos produtos para a merenda escolar e farinha para a pastoral de Cuiabá. Cada mulher do grupo está tirando hoje em média 1 salário mínimo”. Do exposto, percebe-se que esse grupo informal tem obtido importantes resultados devido ao fato de que seus componentes mantêm uma permanente interação, e constantes diálogos em suas tomadas de decisões, o que possibilita a essas senhoras o resultado obtido em suas ações.



Foto do autor 2010. Senhoras do grupo das Margaridas em um dia de trabalho.

Esse resultado positivo do grupo das Margaridas se tornou uma referência no assentamento Margarida Alves, o que tem sido um motivo de otimismo na perspectiva de se consolidar outras associações e até mesmo uma cooperativa, que está em processo de discussão por um grupo de pessoas no assentamento, como comenta o senhor Nilo em seu depoimento:

Mas para se chegar a isso é um desafio, porque a gente já tem treze anos assentado e durante esse tempo sempre se comenta essa questão de que a gente precisa se unir, mas ninguém abre mão de seus caprichos, porque, assim, se você andar nesse assentamento e perguntar para as pessoas o que é que está dificultando uma melhor interação, eu tenho certeza que a maioria vai dizer que tá faltando união.

Então eu acredito que já é um avanço, porque as pessoas pelo menos tá reconhecendo isso, então já é um passo. E aí eu acredito que agora se a gente construir uma base boa, e for assim dando passo certo e firme, a gente tem boas condições de conseguir estruturar uma cooperativa, mas é um caminho difícil, porque você tem que ir firme aos seus propósitos.

Nós “tentemos” aqui desde o início construir uma interação entre os produtores por meio de associações, tanto que, a princípio, logo nos primeiros anos foi iniciado três associações de produtores, na tentativa de avançar tanto na produção, como na qualidade de vida das famílias. No entanto, via associação a gente se frustrou, porque imaginamos muita coisa, e não conseguimos quase nada, a gente tava recém saindo do acampamento e assim com muitas expectativa e sonhos por parte das lideranças, mas aí o pessoal foi perdendo aquele entusiasmo, e como tava todo mundo envolvido com os seus afazeres, as lideranças se descuidaram e perderam a noção da situação. E sabe quando uma coisa entra em descrédibilidade, para você resgatar é um desafio muito grande, e isso fez a gente sentir que organizar o pessoal na luta pela terra é uma coisa e manter essa organização e avançar quando assentados é outra, é muito difícil.

As famílias do assentamento Margarida Alves, em quase sua totalidade, são compostas por pessoas com origem diretamente ligada ao campo, imigrantes que viviam sob intensa exploração quando trabalhadores sem terra. No entanto esses cidadãos não foram desprovidos apenas do acesso à terra, mas também de outro bem precioso, o ingresso à escola. Esta por séculos foi privilégio reservado às famílias da elite.

Essas famílias, em tempos anteriores ao assentamento, tinham à sua disposição na zona rural escolas de baixa qualidade, desprovidas de infraestrutura, salas de aula multiplurisseriadas e professores em sua maioria leigos sem a habilitação mínima, conforme depoimento de uma assentada que foi educadora entre 1970 e 1980: “eu só tinha a dimensão (*o que corresponde hoje ao sexto ano do ensino fundamental*)⁸), mas fui chamada pra dar aulas, trabalhei uns cinco anos na escola, os três períodos, o primário de manhã e à tarde, e à noite, o Mobral, que eram pessoas assim já bem de idade e outros, ainda muito moços. Mas naquela época toda aquela região era município de Cáceres e as escolas eram assim meio largadas”.

É perceptível a precariedade da escola, alunos de séries diferentes estudavam no mesmo espaço, também havia adolescentes cursando o Mobral, outro aspecto que merece ser levado em conta é o fato de a professora mencionar que foi chamada quase em tom de intimação. Apesar de demonstrar boa vontade e dedicação, a qualidade do ensino deixava a desejar, pois a professora não tinha a qualificação mínima e a escola recebia pouca assistência do poder público. Havia um alto índice de desistência, segundo afirma a entrevistada. Ela diz que era necessário ter, “pelo menos uns 15 alunos, nas quatro séries, para iniciar o ano letivo. Então você começava, às vezes, até

⁸ Grifo do autor

animado, empolgado, com uns 30 alunos ou mais, e aí o tempo ia passando e tinha período em que você só tinha uns dez alunos nas quatro séries”.

Em função das atividades exercidas no campo, dada à rusticidade do trabalho, era comum as crianças ajudarem os pais na lida do campo. Assim, além da precariedade das escolas, o serviço acabava por comprometer o rendimento deles, resultando no abandono da escola, segundo pode ser percebido na fala dessa senhora. Este é resultado de um baixo índice de formação instrucional em nível de ensino fundamental. BROCH, et al (2009, p.161) diz que há hoje aproximadamente: [...] “30% de analfabetismo entre os trabalhadores da agricultura e 90% não tem o ensino fundamental completo”, e afirma [...], “precisamos combater isso também. E por último, desenvolver e valorizar a cultura do meio rural como um fator fundamental de conagração e unidades sociais”. [...].

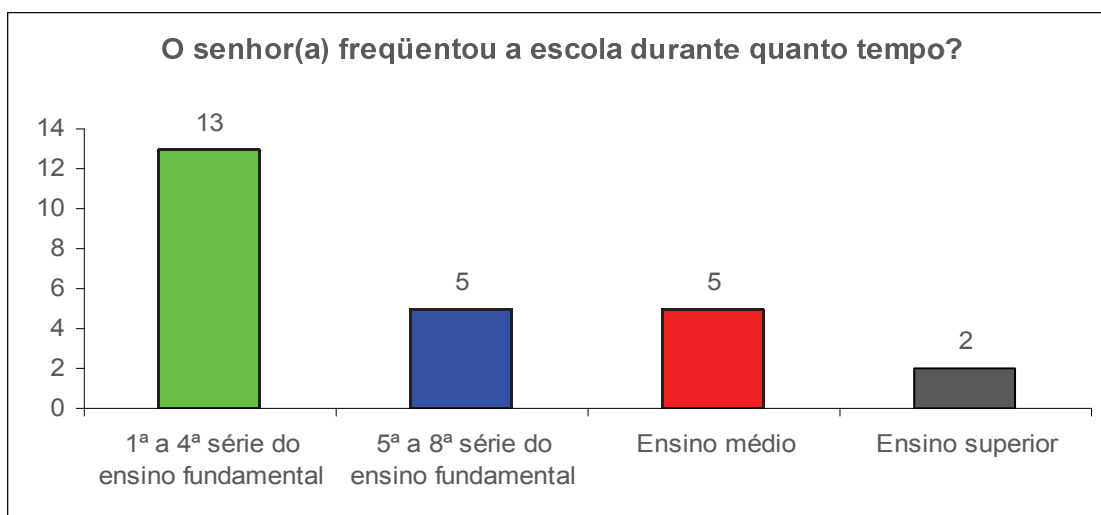
Esse fato, que parecia isolado, acabou tendo impacto negativo na sistemática de muitos assentamentos. Essa expressiva massa com baixo grau de instrução tem algumas restrições relacionadas a assuntos mais burocráticos, o que, às vezes, acaba por interferir na materialização de uma série de conquistas. Inúmeros pesquisadores dessa temática apontam que a oferta de instrução de qualidade é fundamental para um melhor desenvolvimento das atividades que demandam uma maior relação em coletividade.

Como resultado dessa baixa escolarização, há certa dificuldade para se trabalhar temas mais complexos com essas famílias. Porém isso não deixa de ser uma preocupação das lideranças do MST, que, ao longo dos seus 25 anos de história, tem intensificado seus esforços pelas garantias do acesso à educação de qualidade aos assentados em diferentes níveis e tem buscado parceria com universidades para a oferta de cursos superiores aos assentados. BROCH, et al (2009, p.161) fala o seguinte sobre a situação: “Precisamos combinar as mudanças na produção e nas técnicas com um amplo processo de democratização da educação em todos os níveis de ensino e para todas as faixas de idade, a realizar-se no meio rural, onde as pessoas vivem” [...].

Nessa lógica, se faz necessário que, por meio das escolas, se dê mais ênfase à educação cooperativista como instrumento de formação e transformação, princípio este defendido pelos pioneiros de Rochdale, os quais perceberam na educação a maior fonte de riqueza de um povo. Segundo SCHNEIDER (1999, p.134), [...] “pois a educação cooperativa é um processo permanente, que transcende o limite da educação formal e institucionalizada que se realiza através da escola e da universidade”. [...], esta necessidade se faz presente, e de forma peculiar aos agricultores familiares pelo fato de

que, ao formarem sólidas e organizadas cooperativas, a exemplo do grupo das Margaridas, poderão agregar valor à sua produção, obtendo maior rendimento econômico, propiciando melhor qualidade de vida às famílias do assentamento Margarida Alves.

A partir dos comentários da senhora Maria Inês e das observações de Broch et al (2009), pode ser constatado esse baixo índice de escolaridade no assentamento Margarida Alves como o demonstrado no gráfico a seguir, e este tende a ser um dos problemas comuns observados por muitos estudiosos dessa temática. Pelo gráfico a seguir, percebe-se que há um número expressivo de famílias apenas com o nível fundamental. Num universo de vinte e cinco pessoas, 72% delas têm como grau de escolaridade completa ou incompleta o ensino fundamental, porém um fato que merece ser destacado é que dos alunos que têm ensino superior, metade frequentou o curso universitário a partir de um projeto da (UNEMAT) Universidade do Estado de Mato Grosso, a ‘Pedagogia da Terra’.



Organizado pelo autor 2010

Esse fato que parecia isolado, ao longo dos anos, resultou em expressiva massa populacional com baixo grau de instrução, tendo um impacto negativo muito forte na sistemática de muitos assentamentos. Isso acabou por interferir na consolidação de uma série de conquistas, pois inúmeros pesquisadores dessa temática, a exemplo de Caldart; Kolling (1997), Neto (1997), Zamberlan (1990), Schneider (2000), (Soethe 2000), Junior (2003), Quintinela (2003), apontam que a oferta da instrução de qualidade é um item fundamental para um melhor desenvolvimento das atividades que demandam maior relação em coletividade.

5.4 A NECESSIDADE DA INOVAÇÃO PARA A PERMANÊNCIA NO CAMPO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

De forma geral, como inúmeros pesquisadores têm comentado, a inclusão das famílias outrora sem terras, quando passam da condição de acampados para a situação de assentados na economia de mercado, não se resume unicamente no acesso à terra. Em pleno século XXI, pode ser observado que, na escala de produção, hoje a terra não pode mais ser considerada um bem por si só. E para o seu cultivo são necessários outros bens, pois em tempos de globalização, tem sobrado pouco espaço para a agricultura de mera produção para a subsistência.

Hoje é fundamental que se possa obter a partir da exploração da terra uma produção que possibilite à família do assentado, conseguir rendimentos econômicos que lhes propiciem uma vida com um padrão mínimo de conforto. É de extrema importância que esse assentamento esteja em localidade provida de infraestrutura, próximo de um centro consumidor com demanda para os gêneros que venham a ser produzidos no meio rural.

Desta forma, é importante que as famílias assentadas tenham acesso às linhas de crédito disponibilizadas e, acima de tudo, assistência técnica permanentemente capaz de dar as orientações necessárias. Essa ajuda propicia ao agricultor capacidade de aplicar as técnicas necessárias de forma que venha a dar viabilidade à sua produção, pois este tem sido o entrave que tem inibido um melhor desenvolvimento dos projetos de assentamento, como pode ser observado nos depoimentos dos produtores do assentamento Margarida Alves, como o mencionado pela senhora Jane...

Eu vejo assim, que se precisa primeiro de um trabalho de conscientização, de que as pessoas têm que encontrar um jeito de melhorar a vida aqui no sítio. Sabe, porque as famílias sofreram muito por essa terra, e as pessoas quer ficar aqui, então tem que ter um jeito das pessoas encontrarem um meio de saber como se modernizar para tirar mais renda do sítio. Mas para isso tem que ter um incentivo, assistência técnica, assim financiamento. Mas um financiamento em que as pessoas possam produzir alguma coisa que dê um retorno, que possa pagar o financiamento e sobrar alguma coisa, e sabe precisa de incentivo de financiamento para as pessoas poder fazer outras coisas, porque se todo mundo faz a mesma coisa, aí não dá porque tem muito produto.

Eu acho que tem que variar o que o pessoal vai plantar, ou as criação, também eu acho que falta que venha o pessoal da EMATER, e faça pesquisa dessa terra. Que melhore a nossa terra, porque não é só plantar, precisa que a terra tenha sido cuidada certinha, para produzir bem, então precisa de assistência técnica, de recurso para colocar calcário e também precisa de adubo. Porque se você fica só plantando, chega uma hora que a terra cansa, e

ai já não produz tão bem. Então é isso, as pessoas querem plantar, elas gostam disso, mas as nossas condições são muito ruins. E também semente, a gente precisa de uma semente boa, mas sabe, pelo preço que é semente, se você olha o preço que tem que pagar na semente, mais o que gasta, então você vê certinho e não planta, mas não que você não planta porque você não quer, porque é preguiçoso, é porque se planta produz pouco e também o preço não ajuda. Então tá difícil para gente.

São justamente esses requisitos complementares à terra, dos quais a maioria dos assentados encontra-se desprovido, como argumentam os autores supracitados. Pois se percebe, dessa maneira, que, ao longo dos anos, muito pouco tem sido feito em termos de inovações tecnológicas direcionadas ao público da agricultura familiar, como descreve ALMEIDA (2009, p. 80), ao comentar que “A não ser em casos excepcionais, as instituições do Estado não estão organizadas para dar sustentação técnica, econômica”,[...]. Com base nessa observação, percebe-se que o assentamento Margarida Alves não fica alheio a essa realidade, pois, com mais de uma década de implantação, entre os vários problemas que suas famílias enfrentam, muitos pertinentes à realidade nacional, a questão da assistência técnica ainda é uma incógnita.

Dessa forma, fica evidente que as famílias do assentamento Margarida Alves, ao longo dos anos, têm ficado deixadas à própria sorte. Sem dispor de assistência técnica, elas exploram a terra de maneira muito primitiva, contando para isso com a fertilidade natural. Mas, após sucessivos anos de exploração, desde o período que essa área constituía um latifúndio, e após mais de uma década da formação do assentamento, o solo perde a fertilidade e a produção já não é mesma, como pode ser percebido na (figura a seguir), pela aparente qualidade das lavouras.



Foto do autor: Sucessivos anos de exploração do solo sem contar com recurso para a correção do mesmo resultam no esgotamento da fertilidade natural e redução da produção.

Essa questão referente à fertilidade dos solos em áreas destinadas aos assentamentos não é um caso particular do assentamento Margarida Alves, tem se tornado cada vez mais comum, como aponta CUNHA et al, disponível em (www.abep.nepo.unicamp.br), ao comentar que a maioria das áreas destinadas aos programas de reforma agrária são, em sua maioria:

[...], “Terras que precisam de muitos investimentos para produzir, portanto, pouco adequadas para a produção agrícola de famílias sem recursos. Esse tipo de agricultura familiar está baseada nos recursos naturais que um solo pode oferecer, uma vez que o poder de investimento é muito baixo”.

A partir dos depoimentos coletados, percebe-se que a maioria das famílias do assentamento Margarida Alves nunca fez correção de solos. Isso tende a vir resultar em um rendimento muito aquém do que poderá ser obtido. Essa ausência de recursos e informações de como viabilizar a produção em seus lotes fica nítido no depoimento do senhor Armando, o qual argumenta:

Eu vejo que falta uma assistência mais voltada para o assentamento, porque as famílias que são assentadas elas fica assim meio largadas quanto a isso, e aí fica difícil, porque você consegue um crédito, e tem de trabalhar com esse dinheiro para você pagar o financiamento, então tem que trabalhar certinho, para você produzir e conseguir ir pagando as prestações, mais assim “nois” aqui nesse sentido foi esquecido, nesse ramo assim da agricultura, é difícil “pra nois” aqui, porque do tempo que a gente foi assentado até hoje “nois” nunca conseguiu uma assistência técnica, pra gente melhorar a nossa produção. E se não tiver um projeto no assentamento pra gente melhorar a lavoura, o gado, aumentar o leite, coisa assim, sempre vai viver em dificuldade, porque a gente vive nessa dificuldade, porque acaba tendo uma renda muito baixa.

E ainda relacionado a essa questão de inovação, correção de solos e o uso de insumos para um melhor rendimento nas atividades da agropecuária, a senhora Rita faz um importante comentário, que tudo indica ser a realidade da quase totalidade das famílias do assentamento. Quando questionada sobre quais os insumos utilizados na produção para obter um maior rendimento na agropecuária ela menciona...

Sabe, é até interessante, mas nesses treze anos que fomos assentados, assim desde que recebemos o lote, a gente nunca usou esses insumos. Assim, adubar, fazer correção, e pelo o que eu conheço, acho que é todo mundo, bem pelo menos a maioria, o pessoal nunca fez, até mesmo porque, a

princípio, quando as famílias receberam essa terra, meu Deus, era todo mundo assim sem nenhum tipo de recurso sabe. Aí, saiu o financiamento, a gente comprou o gado, levou um tempo para quitar o financiamento, e foi uma luta para pagar quem conseguiu. E depois veio uns anos muito ruim, lavoura já não vira lá essas coisas. O leite, a renda mal dá pra ir tocando as despesas, e preço do gado nos últimos tempos tá muito ruim. Então não dá mesmo pra tentar inventar alguma coisa, tem sido muito difícil. Não tem como você investir em uma roça, o preço do leite baixo, se você inventar, de querer fazer muita coisa, se complica todo, e nem tem como, porque conseguir um financiamento é difícil e a renda é pouca. Então o pessoal vai levando assim do jeito que dá. A maioria do gado também é sem melhoria, assim gado comum mesmo. Sabe, a gente comprou as vacas na época, e vem assim ficando com aquelas que dão um pouco mais de leite, do resto é tudo assim meio rústico mesmo, leite tirado manualmente, as vacas fica a pasto, a gente não dá nenhum tipo de trato, assim, ração, até mesmo porque o preço do leite não ajuda. O que a gente faz é cuidar dos pastos, não deixar empraguejar e construiu um curral para facilitar o trabalho, mas nem barracão não tem, tira o leite no tempo, como se diz, no barro no tempo da chuva.

É evidente a importância fundamental de se investir na agricultura familiar, porque ela é o suporte na produção de alimento para o consumo interno de um país. A segurança alimentar em nível mundial e não somente em alguns países está hoje ameaçada por vários fatores. Apesar dos constantes avanços da ciência na modernização dos mecanismos de produção, isto não basta para garantir às futuras gerações a certeza de que haverá comida farta e barata.

Esta hipótese fica nítida ao se observar que a produção em grande escala, em todo o mundo hoje, tem uma forte dependência dos produtos agroquímicos, produzidos em sua quase totalidade de derivados de combustíveis fósseis, um recurso natural não renovável, que tende em um futuro não muito distante a vir se esgotar. Mesmo que isso não ocorra, à medida que se intensifica o seu uso e reduz-se a sua oferta, tende a haver um aumento no seu preço, o que eleva o preço dos insumos agrícolas, repercutindo no preço dos alimentos.

O uso intenso e de forma irracional da agricultura comercial, que pratica a monocultura, além de degradar os solos e os mananciais, está muito susceptível aos ataques de pragas, de maneira que cada vez mais fungos, insetos e parasitas deslocados de seu meio natural, onde havia um controle natural, encontra nesse novo habitat um ambiente propício para se proliferar. E o fato de não terem predadores naturais leva o agricultor a intensificar o uso de pesticidas, o que resulta na mutação genética das pragas, podendo sair do controle dos agricultores e causar um desastre e até inviabilizar, senão reduzir a níveis mínimos, a sua produção. Como exemplo pode ser citado o cultivo do cacau, no Recôncavo baiano, que foi intensamente atacado pela vassoura de bruxa, um fungo que restringe a produção das

plantas a níveis reduzidíssimos. Segundo Albuquerque et al; Ploetz et al apud GARCIA (2009, p. 9) destaca que:

A vassoura-de-bruxa é a doença mais destrutiva do cacaueteiro, causando danos que afetam diretamente a produção, sendo o ataque em alguns casos, tão severo que chega a dizimar totalmente as plantações. A princípio acreditava-se que esta doença havia surgido no Suriname, porém expedições indicaram que ela surgiu no Vale do Amazonas, onde *Moniliophthora perniciosa* parece ter co-evoluído com *Theobroma cacao*.

Indo na contramão do modelo de monocultivo, a agricultura familiar praticada em pequenas propriedades, de forma milenar, se mostra mais integrada à natureza, e seus impactos ao meio ambiente são bastante reduzidos, dado ao fato de que esses agricultores usam um sistema de produção que visa a uma maior integração com o meio natural. E inúmeras pesquisas e estudos têm mostrado, de forma nítida, que a ciência pode contribuir muito com esse modelo de produção, uma vez que estudos científicos têm demonstrado que há várias maneiras de substituir os adubos químicos, com a adubação verde e compostos orgânicos, bem como fazer o controle de pragas através do manejo correto das plantas, utilizando os repelentes naturais.

Porém essas práticas de produção autossustentável são mais direcionadas à agropecuária em áreas de tamanhos não muito intensos, que na prática se tornam ideais para as propriedades de um ou dois módulos rurais, que se encaixam no modelo da agricultura familiar.

Ao analisar essa sucinta comparação entre ambos os modelos de produção, monocultor e policultor, fica nítido que é fundamental que a humanidade se sensibilize da necessidade de usar os recursos de forma moderada e racional, para garantir o futuro da humanidade, que levou milhares de anos para sua evolução e que vem sendo atingida de maneira muito agressiva nas últimas cinco ou seis décadas. Nessa lógica, WEID (2009, p. 53) faz um importante alerta, mencionando que, [...] “nos últimos 50 anos, a humanidade perdeu grande parte dessa agrobiodiversidade, que vem sendo substituída maciçamente por variedades desenvolvidas por empresas ou centro de pesquisa”[...].

Há uma necessidade de se dar viabilidade à agricultura familiar, porém a mera democratização das terras em pleno limiar do século XXI, não é sinônimo da fixação das famílias no campo, pois dado o atual contexto da globalização da economia, requer-se, para a viabilidade de uma família que ocupa uma área de um módulo rural,

muito além do mero direito à posse da terra. Se faz necessário que o Estado lhes dê os recursos mínimos, que possibilite a essas famílias assentadas tornar seus lotes economicamente viáveis.

Porém, para tal ocorrência, é de extrema importância que os assentamentos sejam realizados em terras com uma boa fertilidade natural, e providos de uma razoável infraestrutura, como estradas e pontes no meio rural em bom estado de conservação, que permitam um regular escoamento da produção, eletrificação rural permitindo a dinamização e o aumento da produção. Além disso, é preciso um conforto mínimo às famílias, bem como escolas e postos de saúde com funcionamento regular, e uma permanente e eficiente assistência técnica, que dá as condições necessárias ao produtor para que possa se modernizar, de maneira que consiga compreender, manejar e aplicar novos métodos de produção de maneira racional, porém de forma eficiente. Esses recursos lhes possibilitarão um maior rendimento de sua produção e conseqüentemente aumento nos ganhos, que serão revertidos em melhor qualidade da vida da sua família.

Para fomentar a produção também é necessária a desburocratização do acesso ao crédito, e um melhor acompanhamento da aplicação deles em atividades produtivas, de acordo com a aptidão com que cada produtor venha a se identificar. Essa atividade acessória pode ser dada em parceria entre as empresas de extensão rural com o apoio do governo Federal, Estadual e Municipal, bem como das instituições de crédito em parceria com outras organizações sociais, a exemplo da FASE, centros universitários por meio de fundações e ONGS.

Mas o que se tem visto na prática é um certo descaso nos assentamentos, com as famílias que, uma vez assentadas, são quase que esquecidas, largadas à própria sorte, e assim os empreendimentos que deveriam ser fortes unidades de produção, nem sempre atingem os objetivos esperados. Isso porque eles são relegados ao acaso do destino, que pode vir a resultar em projetos fracassados, pois a fixação e permanência do assentado não dependem unicamente do seu desejo de permanecer na terra, mas também das condições mínimas que lhe propiciem obter um rendimento por meio de sua produção, o suficiente para a manutenção da família. E no atual contexto, os minifúndios, no caso particular do assentamento Margarida Alves, onde os lotes de terra são de um módulo rural, têm se deparado com esse desafio, pois ao ser questionado de como está a prática da atividade agropecuária hoje, os depoimentos são unânimes em apontar um grande desafio a ser superado, como menciona a senhora Geralda.

Não é uma coisa muito boa hoje aqui pra “nois”, porque as pessoas estão cada vez mais desanimando devido aos gastos pra produzir, o preço que você consegue quando vai vender os seus produtos, porque hoje as políticas públicas do governo estão mais voltadas para o agronegócio e aí acontece que a gente, com a nossa área de terra, não consegue se enquadrar nesse modelo, e a gente vive assim meio que esquecidos, abandonados, então assim eu penso que está faltando incentivo, não assim na forma de ser dado alguma coisa, mas uma maneira que a gente tenha mais condições de produzir, até porque as famílias que foram assentadas nessa área vieram pra cá com um desejo, o de construir um sonho que ele só será realizado por meio do trabalho. Só que hoje a gente não tá tendo os meios para realizar esse trabalho, até porque hoje você não tá tendo retorno desse trabalho de uma forma digna.

Porém, as famílias assentadas, a exemplo do assentamento Margarida Alves, que construíram grandes sonhos ao obter o seu lote de terra e hoje, mais de uma década após serem assentadas, ainda almejam o sucesso, desejam e insistem em tornar os seus lotes produtivos, mesmo sem contar com muito amparo do Estado como assistência técnica e garantia de linhas de créditos desburocratizadas. Para WEID (2009, p. 58): [...] “O principal fator desse processo foi, além das ineficiências no financiamento aos assentados, a persistente tentativa de levar os *novos agricultores* a adotarem as práticas insustentáveis da Revolução Verde”. [...]

E essa realidade é complementada por PETERSEN et al (2009, p. 93), ao apontar que, de acordo com o censo de 2006, uma parcela muito pequena dos agricultores tem acesso à assistência técnica: [...] “apenas 22% das famílias agricultoras recebem algum tipo de assistência técnica, o que sugere que as performances produtivas e econômicas da agricultura familiar não podem ser explicadas sem o importante contributo do conhecimento popular”.

Uma vez que o mercado consumidor passa a exigir produtos mais saudáveis, de melhor qualidade, abre-se um novo nicho de mercado que tende a ser ocupado pela produção familiar minifundista, pois esta se encaixa perfeitamente nesse modelo de produção.

Sendo assim, os assentamentos têm uma boa probabilidade de vir a ocupar essa fatia do mercado, uma vez que a produção nessas unidades é mantida por todos os integrantes da família, ela pode ser direcionada para esse padrão. Isso lhes possibilitará desenvolver atividades agropecuárias autossustentáveis, com métodos agroecológicos, e por meio de associações e feiras livres, vender seus produtos diretamente aos consumidores, o que lhes possibilitará maior ganho. Essa prática já é bastante adotada em várias regiões do Brasil e cada vez mais utilizada pela agricultura familiar. E no

assentamento Margarida Alves já começam as primeiras experiências. O senhor Nilo, e o senhor José da Paz, ao serem questionados sobre quais insumos utilizam na propriedade na prática da agropecuária, descrevem essa pretensão:

[...], na verdade a pretensão não é a de fazer uso de uma forma que degrada a natureza, então aqui a gente tá num processo de transição, buscando fazer a recuperação do solo da maneira mais sustentável possível. Então aqui no sítio a gente já faz algum tempo que não usa nem um tipo de defensivo agrícola, mas o processo é meio lento e aqui mesmo na nossa região essa prática ainda é meio desconhecida. A procura por produtos ainda é muito baixa, mas a nossa pretensão é de prosseguir nessa linha porque a gente acredita que será o modelo de produção para o futuro.

O processo de transição de um modelo de produção a outro se faz a partir de uma série de adaptações. E quando ele é uma iniciativa do indivíduo, por ter-se sensibilizado com uma causa, partir desse ideal e buscar as mudanças necessárias este passa a ter que superar uma série de desafios, o que, por sua vez, resulta em mudanças em um processo um tanto lento. Porém o projeto tende a se concretizar, porque as pessoas que estão dispostas a essa inovação já não são tomadas apenas por ideais utópicos, mas se convenceram e têm os conhecimentos mínimos de que isso é possível, mesmo que leve um tempo um pouco maior do que o pretendido, e nessa percepção o senhor José da Paz comenta que...

“Em minha atividade na pecuária de leite, tenho procurado reduzir o uso de insumos industrializados, principalmente os inseticidas. Além das vacinas, uso só sal mineral, no demais o combate de carrapato, mosca e vermes tenho buscado fazer o combate de uma forma mais agroecologicamente, eu estou usando mais produtos alternativos como o ninho, por exemplo, no combate da mosca e carrapato e folha de bananeiras para verminose e tem dado um resultado satisfatório”.

Dessa maneira, ao intensificar esse novo modelo, ele se torna um forte mecanismo na conservação do meio ambiente. O equilíbrio entre as ações do homem e sua intervenção no meio é fundamental para o sucesso do seu empreendimento no aspecto social, e uma importante fonte de resgate das técnicas utilizadas por seus antepassados, bem como a produção de alimentos mais saudáveis. Isso lhes possibilitará também fomentar a economia regional em tempos de globalização, pois o seu caráter intensivo de uso do solo e mão de obra acaba por gerar um maior número de postos de trabalho no meio rural. WEID (2009, p.63), define que: [...] “a agricultura familiar de

base ecológica é intensiva no uso de conhecimentos e de capacidade de gestão dos ecossistemas. Nesse sentido, a clássica distinção entre trabalho braçal e atividade intelectual não se aplica a esse padrão de produção agrícola” [...].

5.5 DOS SONHOS DE ACAMPADOS À REALIDADE DE ASSENTADOS: Os Desafios Para a Organização e Manutenção Ativa das Associações.

O processo de mudança é uma ação que se faz presente na história do homem. Pois essa busca de se adaptar ao meio, foi o determinante que possibilitou à espécie humana sair da dependência total dos recursos da natureza de forma intocada na luta por sua sobrevivência, da condição de caçador e coletor, e pudesse fazer nela as modificações necessárias. Essa forma de adaptação garantiu a fixação de expressivas populações nos mais diferentes espaços. E isso foi o resultado da domesticação da natureza selvagem, o que possibilitou o desenvolvimento da agropecuária.

Porém, os processos evolutivos passaram a ocorrer em ritmo cada vez mais intenso, o que resultou na desestabilização do meio natural e nas relações harmoniosas entre os homens, provocando inúmeros conflitos de ordem econômica e levando o individualismo. A competição passou a ser o centro dos objetivos dos sujeitos, e no atual contexto, nas últimas décadas, essa competição tem se acirrado em uma velocidade surpreendente, pois com a intensificação das políticas neoliberais, a economia passou estar na ordem do dia, o centro da atenção em escala planetária, colocando o homem em condição de objeto.

A velocidade dessa globalização tem provocado inúmeras mudanças nas últimas décadas, a ponto de mudar o meio social, levando o homem a perder sua identidade. SCHNEIDER (1998, p. 21) menciona que [...], “num cenário de rápidas e sucessivas transformações tecnológicas, obriga a todos a pôr-se em dia com todas essas exigências, para não ser condenado à exclusão nesse amplo complexo processo de mudanças”.

Portanto se a base para a sustentação e as conquistas não se faz de forma individualizada, mesmo que estas ações se façam cada vez mais presentes, são inúmeros os observadores que colocam a organização social como o principal instrumento capaz de provocar as grandes transformações, possibilitando a um grupo ou nação obter as mais expressivas conquistas. E isso é nitidamente perceptível desde os nossos antepassados, quando em grupos tinham maiores chances de abater uma presa em suas

caçadas, o que, por vez, lhes propiciava um volume maior de comida. Ou a exemplo dos pioneiros de Rochdale, os quais, lutaram em tempos de ferrenho domínio da burguesia, num período em que esta tinha em suas mãos o poder econômico e político, instrumentos estes manuseados sempre em seu benefício próprio e de uma minoria à sua volta, enquanto oprimiam o restante da população inglesa. É frente a essa situação de descaso que os doze pioneiros se reúnem e pensam em um modelo de produção que possa permitir às pessoas nele envolvidas ter uma vida confortável de forma digna. E assim nasce Rochdale.

Nesses momentos de descaso do poder, e com a intensificação dos problemas de ordem econômica que acabam por atingir as relações sociais é que os ideais cooperativistas e associativistas vão ganhando força. E é a partir dessa perspectiva que têm se intensificado no assentamento Margarida Alves as discussões em prol da organização e revitalização das associações. Os benefícios que elas podem proporcionar aos assentados são muitos, como pode ser observado nos depoimentos coletados do senhor José da Paz:

Por meio da associação a gente tem uma facilidade muito maior de canalizar os recursos para as famílias do que ficar de forma isolada. Então a comunidade consegue, por meio da associação, uma maior estrutura, caso elas estejam organizadas. Porque via associação esses recursos chegam mais fáceis e com eles os associados têm mais facilidades de organizar sua produção e criar uma melhor estrutura, produzindo em maior quantidade, com mais qualidade, e a cooperativa ou a associação também pode estar viabilizando a comercialização desses produtos, porque se ela estiver legalizada ela tem facilidades de se inserir no mercado. Mas pra isso tem que estar legalizado certinho. Então tudo isso são coisa que no caso aqui do assentamento as pessoas isoladas de forma individual fica quase impossível de conseguir, e enquanto via associação, você tem um somatório de forças, porque é um grupo, e aí é uma ação em conjunto, aquilo que a pessoa não conseguia individual, em grupo se torna mais acessível. Então é assim, você em associação vai formando uma estrutura melhor, você melhora a sua produção, então as possibilidades de se obter mais benefícios é indiscutível, então assim você, por meio de uma associação, consegue uma série de coisas que vai possibilitando ir melhorando a sua vida, porque você passa a ter uma renda melhor. Então eu vejo assim todas essas vantagens.

Ainda nesse contexto de se buscar uma melhor viabilidade econômica, a senhora Geralda destaca a importância de se desenvolver atividades no assentamento por meio de associações ou de uma cooperativa, como uma alternativa de se obter melhores ganhos, bem como melhorar a qualidade de vida das famílias. Ela diz o seguinte:

Eu vejo que é uma forma da gente conseguir assim dar mais valor à nossa produção, e é esse o nosso maior problema hoje, porque assim as pessoas plantam, trabalham, cuidam dos seus afazeres. Mas na hora final que você vai vender o seu produto, desanima, porque o preço é muito baixo e quando você chega ao mercado tudo é muito caro. Então eu vejo que é isso que tá faltando, a gente buscar uma forma de poder valorizar o nosso produto, para que a gente consiga ter um maior rendimento até pra que as famílias permaneçam no campo no futuro.

Então como aqui no assentamento nós somos em muitas famílias hoje já é mais de 155 famílias, então é muita gente, que se organizada pode ter uma produção muito grande onde poderia ser criado microindústria e a gente teria condições de agregar valor, de uma maneira que vai gerando mais serviço aqui dentro do assentamento.

Mas, o que tem acontecido em todos esses anos de assentamento aqui é que a gente nunca conseguiu avanço nesse sentido, então assim eu acho que um dos nossos obstáculos, a criação das associações e da cooperativa, venha ser a falta de uma maior união, interação entre as famílias. Acho assim que tá faltando às pessoas é entrar para uma associação ou cooperativa e confiar mais, porque se as pessoas já entram desanimadas, desconfiando, nunca vai dar certo, porque o começo é cheio de problemas, e aí no primeiro desafio as pessoas começam a debandar, e as coisas já não vão mais pra frente. Então precisa ter fé que aquilo ali vai dar certo e levar adiante, porque para “nois” assentados as conquistas demandam de ter união, e depende de muita luta. Então, se não houver interação entre as famílias, vai enfraquecendo nossos objetivos.

Desta forma, percebe-se que o modelo cooperativista, quando bem pensado, discutido e aplicado de acordo com a realidade das pessoas envolvidas em um determinado espaço, este é aceito como uma proposta que vai na direção de viabilizar a dignidade do indivíduo. Essas ações podem resgatar os valores sociais do grupo, bem como propiciar melhores condições de vida àqueles que o integram.

No atual contexto da globalização, a prática cooperativista é uma alternativa plausível para a geração de renda aos menos favorecidos, e pode, enfim, propiciar a esses grupos atingidos maior justiça social. SCHNEIDER (1998, p.22) aponta que esse modelo de produção cooperativista é a alternativa capaz de livrar um expressivo número de pessoas da marginalização ao comentar que em [...]. “um cenário de rápidas e sucessivas transformações tecnológicas obriga a todos a pôr-se em dia com todas essas exigências, para não ser condenados à exclusão nesse amplo e complexo processo de mudanças”.

É a partir dessa percepção observada por Schneider que se percebeu, após pesquisa a campo realizada no assentamento Margarida Alves, nas entrevistas realizadas, que o forte impacto na economia brasileira no início dos anos de 1990, quando da abertura da economia, teve um choque direto na vida dos pequenos

produtores da MHJ. Isso aconteceu, sobretudo, àqueles que se dedicavam ao cultivo do algodão herbáceo.

Com a redução nas alíquotas de importação de algodão praticadas pelo Brasil, houve um forte impacto negativo no seu cultivo, como descreve GONÇALVES, RAMOS, disponível em (<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec6-0108>.), ao comentar que [...], “Em termos nacionais, o surto de importações sucateou a estrutura produtiva de algodão de pequena propriedade, retirou a liderança do algodão meridional e abriu espaço para a hegemonia do algodão dos cerrados”[...].

De forma particular no Mato Grosso, a intensificação do plantio nas áreas de cerrado e a redução do cultivo na MHJ, na época um importante polo na produção de algodão herbáceo, causaram um caos na região. O cultivo da lavoura foi reduzido a índices baixíssimos em alguns municípios, ou até mesmo sua total redução, bem como o fechamento das empresas do setor na região como as desencaroçadeiras de algodão que havia. Ao observar o quadro no (Anexo E), referente à atividade industrial de Mirassol D’Oeste, entre os anos de 1995 e 2007 constata-se o fechamento de empresas do setor da cotonicultura, pois no ano de 1995 havia três empresas no setor, e uma década depois elas já não aparecem como atuantes no município.

Outra observação que merece realce, segundo LEITE, disponível em: (www.ataideleite.com.br), é relacionado à produção do algodão em Mirassol D’Oeste em 1995, ao atingir seu período de pico: [...], “A agricultura do município também pode ser considerada altamente produtiva, tendo como destaque o plantio e a produção de algodão, que teve no ano de 1994 uma safra de 5.760 t, em uma área plantada de 3.840 ha” [...]. E, como descreve o autor, teve sua total erradicação em 2007, quando houve o esfacelamento no setor agrícola da região e o desaparecimento do cultivo do algodão: “A agricultura do município com o arroz, milho e feijão é considerada de subsistência, produção para o sustento da família. O plantio e a produção do algodão na região foram extintos por conta da praga do bicudo”.

Um outro fato também a ser elucidado, que demonstra a falência do cultivo do algodão na MHJ, é destacado no anuário da SEPLAN, referente à cidade de São José dos Quatro Marcos, disponível em ([www.zsee.seplan.mt.gov.br/ São José dos Quatro Marcos.doc](http://www.zsee.seplan.mt.gov.br/São%20José%20dos%20Quatro%20Marcos.doc) - SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS), apresentando que [...], “Cabe destacar também a presença de duas algodoieiras, cujas atividades se encontram paralisadas, localizadas na saída para Mirassol D’Oeste, demonstrando a crise enfrentada pelo setor”.

Essa crise no cultivo do algodão foi determinante para jogar milhares de famílias na miséria. Isso resultou, na década de 90 do século XX, em um dos maiores acampamentos do MST na época, e dentre os assentamentos que surgiram a partir, deste tem-se o Margarida Alves, originalmente formado por 145 famílias. Este no atual contexto enfrenta grandes desafios, dentre os quais relacionados à produção. Com base nas entrevistas realizadas, as famílias pesquisadas são unânimes em afirmar que tem sido uma tarefa árdua conseguir obter dos lotes uma renda capaz de lhes propiciar uma vida com perspectivas de almejar um futuro mais seguro, porque a exploração da terra com atividades agrícolas hoje é praticamente inviável na região, pois não há incentivos para o cultivo de lavouras em escala comercial, e os assentados não dispõem de linhas de crédito para tal fim. Portanto, para um processo de reforma agrária ter êxito, é fundamental que após o acesso à terra, os beneficiados sejam acompanhados, pelo menos nos dois ou três primeiros anos de assentamento, por uma eficiente e continuada assistência técnica, de crédito, pedagógica, de empreendedorismo rural. E para assegurar continuidade a este processo, é fundamental, que se direcione o potencial de mobilização que souberam ter durante o período de ocupação/acampamento ao longo das estradas, em prol de uma eficiente associação de produtores, ou melhor ainda, de uma cooperativa de produtores rurais. A cooperativa permite canalizar os anteriores processos de sinergia ocorridos durante o período do acampamento, em prol de uma organização que os acompanha de forma estruturada e sistemática na melhoria na quantidade e qualidade da produção, na agregação de valor à produção e à sua posterior comercialização. Caso contrário, um processo de exploração apenas individual da terra conquistada ameaça fragmentar o potencial de mobilização e levar a que uns poucos possam ter êxito, enquanto que boa parte, senão a maioria fracassa e, assim, espera vender a terra conquistada e ir engrossar os cinturões de desemprego nas cidades.

Portanto, a economia, de forma geral no assentamento, está baseada na pecuária leiteira, mas os ganhos com essa atividade têm ocorrido em menor escala, porque a produção é muito baixa pela falta de uma maior infraestrutura nas propriedades, do baixo padrão genético do gado que tem pouca aptidão para a produção de leite. Nessa concepção, o senhor Nilo faz um importante argumento que representa a realidade do assentamento:

A prática da atividade hoje aqui ela é meio rústica, então os produtores aqui hoje tem a atividade basicamente sustentada na pecuária leiteira. Assim

pode-se dizer que cem por cento das famílias hoje tão inseridas nessa atividade, e a produção hoje é entregue aos laticínios de Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos e Araputanga.

A agricultura hoje praticamente não existe, com exceção de uma minoria de pessoas que planta somente mesmo para a despesa, mais mesmo assim planta um pouquinho de milho ou mandioca e talvez de feijão, fora disso não se planta mais nada, nem arroz o pessoal não tá plantando, até mesmo porque o arroz que a gente consegue produzir aqui hoje as máquinas nem querem comprar, porque a nossa qualidade é baixa e eles alegam que há uma exigência do Ministério da Agricultura de uma porcentagem mínima de grãos quebrados e a gente não atende a essas exigências, e aí sabe também aquelas máquinas de beneficiamento pequena que tinha, fecharam todas e hoje (*ver Anexo E⁹*) tá até difícil de você conseguir limpar o seu arroz, então assim parece ser mais viável comprar do que plantar.

Essa realidade vivida pelas famílias do assentamento Margarida Alves parece ser um fato enfrentado pelos produtores minifundistas da região. Sendo assim, uma das alternativas para que se mantenham na atividade como agropecuaristas é as famílias se fundirem em consolidadas associações e buscar se organizar em cooperativas, pois assim poderão ter uma base sólida, que lhes dará viabilidade para comercializar seus produtos obtendo assim um preço justo.

Foi a partir dessas crises que surgiram na Europa pensadores que formularam os modelos ideais de produção, a partir de uma concepção cooperativa que ia na contramão da concentração da riqueza por uma minoria de capitalistas. Este modelo alternativo tinha como propósito primordial uma divisão equitativa do fruto do trabalho, a partir de uma organização do grupo de forma comum. Pois cabia aos seus membros juntar forças para o enfrentamento ao modelo capitalista, provando a capacidade que a unidade coletiva tem de produzir e colocar seus produtos no mercado.

Nessa lógica, SCHNEIDER (1998, p.26) comenta que [...] “durante os séculos, XVI e XVII, surgem na Europa vários filósofos e pensadores sociais que se mostram inconformados em relação à ordem social então vigente” [...]. Percebe-se do exposto que é a partir de uma generalizada anomalia e caos social, motivo de angústia e sofrimento para muitos, que os diferentes grupos tendem a se organizar na luta para encontrar uma solução comum a todos.

Partindo dessa lógica, e ao observar em partes a trajetória das famílias do assentamento Margarida Alves, por meio dos relatos dos moradores, a análise de documentos e os trabalhos realizados na região, percebe-se que as famílias desse assentamento têm um grande potencial para vir a constituir uma cooperativa. Isso pode

⁹ Grifo do autor

acontecer seja pelo fato de estar próximo a centros consumidores ou pela estrutura de produção que essas famílias apresentam, basicamente sustentadas na pecuária de leite como pode ser explicitado nos depoimentos coletados, como argumenta a senhora Geralda.

Aqui “nois” praticamente sobrevive do leite, porque hoje tá difícil mexer com roça. O que a gente acaba plantando é um pouquinho de milho, mandioca e assim a horta, do resto hoje já quase nem compensa tanto, ficar tentando com roça, porque o custo pra você plantar e depois o preço pra vender não vira muito. É outro problema “pra nois” aqui é na hora de preparar a terra, porque depende de um trator e às vezes tá na hora de preparar a terra, e você não consegue um trator pra vim aqui para fazer esse trabalho, e aí, sabe, roça tem que ser no seu tempo certo, se passa do tempo já não adianta plantar.

A senhora Jane argumenta que, apesar de tentar desenvolver outras atividades produtivas, com o cultivo de outras lavouras, de forma peculiar com frutíferas, que podem ser colocadas com maior facilidade no mercado, a atividade principal em sua propriedade é o leite. Ela diz o seguinte:

É o leite, fora disso a gente planta banana, (ver figura a seguir) mas, sabe, é pouco, e planta assim para a despesa de casa, mas como a cada ano a lavoura fica mais difícil, a gente acabou por formar o sítio de pasto e tem um gado de leite. Mas o preço do leite varia muito, não é uma coisa firme, e então não dá pra você fazer muita coisa, porque se você faz compromisso esse mês não sabe se no outro mês vai ser o mesmo preço o leite. E aí fica difícil porque o leite só dá preço no período da seca. Mas o tanto que você tirar no período da chuva cai pra menos da metade, e ainda assim tem que dá um trato para as vacas, então quando você tira um pouco mais o preço baixa muito. É pior ainda porque o trabalho é o mesmo e a renda diminui. Então eu acho que falta ser mais valorizado o preço para a gente poder ter uma renda com mais certeza.

A senhora Rita vê a atividade leiteira no assentamento hoje com uma certa preocupação quanto à viabilidade econômica das famílias em obter uma renda suficiente para a sua manutenção, quando questionada, a mesma faz uma importante observação de que a produção de leite por família em média é um volume muito baixo:

É o leite mesmo, o nosso rebanho é gado leiteiro, a gente tira assim uma base de 40/50 litros, mas sabe tem família que tira menos uns 20/30 litros, são raras as pessoas que consegue assim tirar uns 80/100 litros, sabe o gado na maioria é de baixa qualidade e não tem como as famílias ter assim muita vaca até porque a área de terra é pouca, os sítios são 10 alqueires, aí sabe

quando vem a seca é um Deus nos acuda para tratar do gado, então é assim as famílias não têm como ampliar a renda do jeito que tá assim não.



Foto do autor: Plantação de bananas no assentamento Margarida Alves.

Ainda nessa lógica, o senhor Nilo faz uma importante observação, relacionado à dependência, que as famílias têm hoje, de estar presos a uma única fonte de renda, porém ele aponta para a possibilidade de as famílias virem a se organizar em uma cooperativa, o que daria maior viabilidade econômica à produção.

No momento é a produção de leite, o que é uma preocupação porque a gente fica dependente só de uma única fonte de renda e o que a gente tem de experiência nesses anos aqui é que o preço do leite não tem assim uma certa solidez. Mas nos últimos três anos tem sido ainda mais grave, sabe além do preço não ser o ideal para a gente conseguir ter, digamos, uma sobra de dinheiro. Então em função dessa situação, hoje o que a gente discute aqui no assentamento é a possibilidade da gente conseguir se organizar e buscar construir uma cooperativa, para que a gente possa fazer a transformação do leite, porque assim, por mais que o leite é barato pra você vender para o laticínio, mas quando você consegue transformar ele, você passa a agregar valor e consegue ter um resultado melhor.

Mas há casos de famílias com uma renda ainda mais desestabilizada do que os analisados referentes aos depoimentos das senhoras Geralda, Jane, Rita e o senhor Nilo, supracitados. Esses casos de renda desestruturada podem ser elucidados pelo depoimento do senhor Marcelo: “Minha renda do leite é pouca, no mais é galinha,

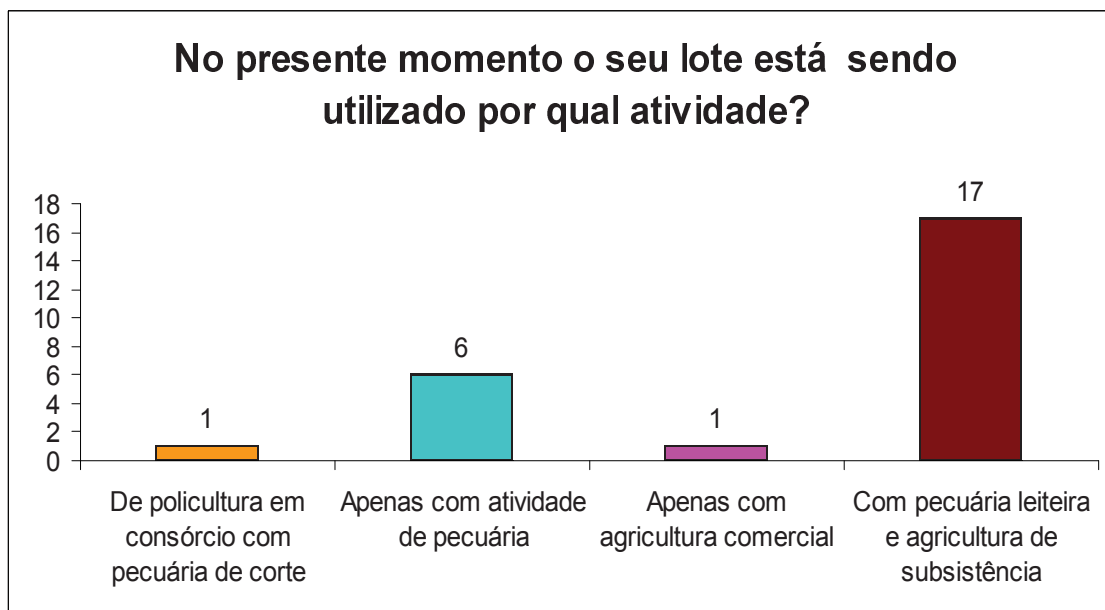
carneiro, porco, se tivesse mais vaca dava mais renda porque além do leite você sempre vende um bezerro. Eu “tou” vendo se consigo um Pronaf, então se sai esse recurso, eu vou comprar umas vacas, assim de raça daquelas bem boas de leite mesmo. Aí eu vou ter uma renda maior que dá para viver tranquilo”

A agricultura familiar nas duas última décadas tem ganhado cada vez mais destaque nos debates, sejam eles nos meios políticos, acadêmicos, ou pela sociedade civil organizada. De forma geral tem-se reconhecido esse setor produtivo como um importante segmento na economia interna, dado ao seu destaque na produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade para o consumo interno da população brasileira bem como na geração de emprego e renda de maneira que, NETTO et al., (2004, p. 19), destaca que:

Nos últimos anos foi evidente o debate sobre o papel da agricultura familiar e o desenvolvimento rural. O início do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar – Pronaf em 1995, com sua oficialização em 1996, e o fortalecimento das ações de reforma agrária, permitiram avanços nessa área. A política de crédito rural e de investimentos em infra-estrutura apoiou a agricultura familiar, porém ainda não são suficientes para determinar um novo modelo de desenvolvimento rural não excludente.

Apesar de que alguns segmentos, de forma peculiar do grande capital não dar o devido respaldo a produção familiar, e de que está atividade no Brasil ainda fazer uso de métodos tradicionais, há de se reconhecer a importância que essa modalidade de produção tem na economia nacional como assim menciona, NETTO et al., (2004, p. 20), de forma que, “A agricultura familiar não significa pobreza. É uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerencia trabalho e capital é controlado pela família. É o sistema predominante no mundo inteiro”[...].

Ao analisar a utilização do uso da terra no assentamento Margarida Alves, percebe-se um predomínio da pecuária com destaque para a atividade leiteira com 92% das famílias ocupadas e uma parcela insignificante se dedicando à agricultura. Com base nos depoimentos e na análise do gráfico, a seguir percebe-se que há um grande potencial para a organização de uma cooperativa, porque existe no assentamento um número expressivo de famílias e também um desejo explícito de levar a ideia adiante.



Organizado pelo autor 2010.

Os assentados destacam a necessidade de buscar mecanismos que deem maior viabilidade econômica às famílias, já que hoje a economia está centrada apenas na produção de leite, e esta é praticada ainda de maneira muito rude, resultando em uma receita mensal baixa, e a mesma não é o suficiente para a manutenção de toda a família.

Sendo assim, quando os filhos vão chegando à idade adulta, ou se casam, estes acabam por deixar o assentamento, pois não têm como ficar no sítio com os pais, em função de este não ter potencial para proporcionar um rendimento satisfatório. Essa realidade pode ser percebida no depoimento das famílias, deixando claro que hoje somente os mais velhos estão ficando no assentamento. Essa situação muito se assemelha ao que ocorreu há umas duas décadas atrás, e esse fenômeno foi um dos determinantes para que, nos anos de 1990, grande parte dessas famílias que hoje residem no assentamento terem ido para o acampamento, porque residiam em pequenas propriedades com os pais e esta não tinha potencialidade para agregar toda a família. Então se percebe que o ciclo está se repetindo, como menciona a dona Rita ao ser questionada sobre a importância de a escola discutir temas referentes ao cooperativismo:

Com certeza, porque o que acontece com as crianças aqui do assentamento, elas vão crescendo aqui e se elas tiverem essa formação, então futuramente elas podem permanecer aqui no assentamento. E até agora os jovens aqui do assentamento estão tudo indo embora, assim por falta de trabalho, então eles vão embora para a cidade em busca de trabalho, porque aqui não tem renda do sítio para uma vida tranquila de toda a família, a renda acaba sendo

pouca, e é claro o jovem quer ganhar o dinheiro dele, ter as coisas dele né, aí eu acho assim que se ele tiver essa orientação, desde pequeno e ele crescer com essa vontade de trabalhar aqui, e a família tiver uma renda melhor, tiver alternativas de produção, ele não vai ter que sair do assentamento, deixando a família. Porque se continuar assim, daqui uns tempos, esse assentamento vai ser um assentamento só de velhos, porque os jovens estudam, crescem e vão embora. Sabe eles vieram para cá pequenos, já faz treze anos que a gente tá aqui, então eles cresceram aqui, ou estão aí se formando, e só se ouve os bichinho dizendo que vão pra cidade, eles falam mesmo, ah! Quando eu tiver grande, eu vou é mudar para a cidade, trabalhar nisso ou naquilo. Mas eu vejo que isso é porque não tem uma oportunidade de trabalhar aqui mesmo no sítio, não tem uma renda assim para a família toda, e não tem como eles ficar junto com os pais, porque sabe o jovem quer ter as coisas dele, ter o dinheiro dele, então eu acho assim, que se tivesse essa orientação, essa formação na escola e tendo uma cooperativa aqui no assentamento, o jovem pode permanecer aqui no assentamento.

Do exposto se percebe que a falta de uma maior dinamização na produção tem se apresentado como um dos obstáculos para que as famílias possam permanecer por mais tempos solidas como um grupo dinâmico explorando sua terra dado ao fato dos baixos rendimentos na produção agrícola tem ocorrido uma fragmentação na família, pois os filhos a medida que vão chegando na juventude tende a abandonar o sítio e buscar oportunidade de trabalho nas pequenas cidades da região ou até mesmo se empregar nas fazendas circunvizinhas ao assentamento.

5.6 SONHOS E DESAFIOS: Um Caminho a Ser Trilhado na Busca Pela Sistemática das Associações e de Uma Cooperativa de Produtores Agropecuários no Assentamento Margarida Alves.

Há obstáculos a serem superados na implantação de uma cooperativa no assentamento Margarida Alves. Apesar de o grupo de trabalhadores já estar se mobilizando nessa temática. Isso ficou perceptível nos depoimentos coletados, como argumenta o senhor José da Paz.

Bem, hoje nós estamos bastante empolgados com as possibilidades da nossa cooperativa vir de fato a se tornar uma realidade, é claro que é só o começo e dizer que esta iniciativa está concretizada isso vai levar ainda um certo tempo.

“Nois” estamos caminhando confiante de que nessa jornada vamos ser vitoriosos, porque assim a gente já está acostumado a esses desafios, aprendemos a saber, esperar e caminhar “devagarinho”. Então esses desafios têm nos ensinado muito, e hoje nós estamos confiante que essa cooperativa vai dar certo. Eu não vejo que vá existir entrave. A gente tem de início problemas referente a recursos, como assim custear as despesas, pessoais para tá correndo para organizar essa papelada. Porque você vai gastando e não tem retorno imediato e aí como a nossa renda aqui é baixa pra gente ir

bancando do próprio bolso tem sido um desafio. Mais a gente tá lutando, e como o nosso grupo, a princípio, são de pessoas assim muito otimista, a gente tem conseguido a custa de um certo sacrifício ir tocando, até mesmo porque a gente tem essa confiança, esse sonho de que o nosso assentamento venha a ser economicamente viável. Mas assim tem sido uma luta mesmo, e os mais conscientes não têm medido esforços para ir tocando isso adiante.

Complementando essa expectativa descrita pelo senhor José da Paz, o senhor Nilo faz uma importante ressalva, ao apontar que, apesar de estar à frente desse ideal, um grupo de pessoas muito comprometidas com o assentamento, mas há obstáculos a serem superados. Ele recorda as tentativas da organização de outros empreendimentos no passado:

Hoje a gente vê que é possível organizar uma cooperativa aqui, basta o pessoal reconhecer que este é o caminho para a gente alcançar uma melhoria de fato. Na verdade hoje nós temos aqui no assentamento um pessoal vendo essa viabilidade, é um grupo de companheiros muito comprometidos com o nosso assentamento.

Mas é claro que a gente tá, digamos assim, sonhando, porque a gente tem muitas expectativas de obter sucesso, mas sabe, por outro lado, a gente hoje tem consciência de que tudo não vai ocorrer perfeitamente como pensamos, até mesmo por experiências passadas, mas se tornando complicado assim na obtenção do sucesso, é porque tudo que se propõe a desenvolver em sociedade é um desafio, dado as diferenças que há entre as pessoas. Mas eu acho que não há nenhuma iniciativa do meu ponto de vista, principalmente na classe trabalhadora que você não se depara com uma série de dificuldades.

Se por um lado há muito otimismo na busca pela organização da cooperativa, por outro existe um grande desafio a ser superado, que é reconquistar a confiança de uma grande parte das famílias, porque, no passado, houve um movimento em prol do associativismo, e no assentamento foram organizados associações, grupos informais e uma cooperativa, e eles não atingiram os objetivos esperados, por uma questão de liderança e administração. E hoje resulta em uma situação de certo desconforto e dúvida quando se trata do assunto, como pode ser elucidada no depoimento da senhora Rita, ao afirmar que o sucesso de um empreendimento cooperativista no assentamento demanda de...

Organização, porque como já teve uma cooperativa no assentamento, e teve também umas duas ou três associações, e acabaram. Então as pessoas já não dão tanta credibilidade mais. E aí a gente tá tentando organizar de novo mais a gente tá tendo dificuldades, porque as pessoas, quando você fala de associação e cooperativas, elas parecem que tem até medo. E sabe, não basta

a gente estar bem intencionado, e assim, como se diz, ter ficha limpa, porque pra organizar uma cooperativa a gente sabe que não se faz só com um grupinho de pessoas que tá na liderança, precisa do apoio e da confiança da comunidade. Então o desafio agora é reconquistar a confiança dessas pessoas, e para isso é preciso assim ter uma boa organização, precisa que a comunidade veja isso.

Sabe aqui no assentamento, o grupo que conseguiu um certo progresso, mas com muita luta foi o grupo das margaridas, e foi um desafio, mais graças a Deus já tá de seis pra sete anos que ta funcionando, e assim, como se diz, desde o dia da fundação até hoje funciona tranquilo, sem nenhum problema. Mas as outra associações aqui não têm nenhuma funcionando.

A partir das entrevistas e visitas *in loco*, percebe-se que devido ao fato de essas famílias terem saído do acampamento e se instalado em seus lotes, elas tinham grandes expectativas de, por meio das associações ou cooperativas, obter um grande êxito econômico. Porém o que aparenta é que tinham um reduzido conhecimento de como se organizar em associações, e pelo o que tudo indica, elas esperavam resultados imediatos sem ter que se dedicar à causa, como pode ser analisado em depoimentos. A senhora Rita comenta os desafios na organização de um grupo informal de senhoras:

No começo foi difícil por que você não conta com muita coisa. Assim pra organizar o lugar de começar a trabalhar foi um sacrifício, depois convencer as pessoas de que dá certo, porque as pessoas querem começar hoje e já vê resultado amanhã e também tem aquelas que acham que não dá certo e no primeiro fracasso já aproveita pra ir desanimando os outros.

Ainda nesse viés do imediatismo de resultados, percebe-se que parte das famílias prioriza os rendimentos econômicos imediatos, e também que são descomprometidas, esperando obter benefícios, mas não se dispõem a se comprometer com a causa e contribuir para o fortalecimento das associações, deixando tudo por conta dos seus organizadores. Até acreditam que a consolidação de uma associação trará benefícios e reconhecem a necessidade dela para a melhoria do assentamento, mas não se dispõem a lutar e ficam esperando. Caso venha a dar certo, tentam então se associar, e esse caráter parasitário fica nítido pelo depoimento da senhora Jane, que afirma...

Já teve umas associações aqui, mas sabe a gente nunca ficou sabendo direito como funcionava, e também foi umas associações, assim que Parece que tinha interesse de uns poucos, e a gente nunca foi chamado para participar. Então a gente ficou meio de fora, também não tinha nada assim que a gente se interessava e também eu acho que não virou nada mesmo, porque a gente nunca viu falar de nada que essa associação fez.

Ainda nessa lógica, o senhor Nilo aponta que, apesar dos sonhos e da euforia vivida em tempos de acampamento, quando se consolida o assentamento há uma rápida transformação de ideais. As pessoas passaram a estar mais intensamente envolvidas com suas atividades cotidianas e começaram a perder o espírito de solidariedade. Ele também reconhece que há uma perda de identidade no assentamento com os ideais da luta pela terra e atribui isso à falta de lideranças mais enérgicas no assentamento. Essas lideranças viriam revitalizar os ânimos, então, na falta dessa política e devido ao fato de as famílias irem priorizando o individualismo em suas atividades produtivas, as associações não obtiveram êxito, de forma a mencionar...

Porque assim, do acampamento para o assentamento, todos têm um sonho. Mas quando chegou aqui, percebeu assim que ficou meio complicado, porque as pessoas não conseguiram se entrosar muito bem, então em relação ao sucesso das associações foi muito triste. E hoje organicamente a gente não tem nenhuma associação ativa, e até porque todas fracassaram, não passou da fase de plano, de sonhos daquilo que a gente imaginava que podia ser. Então não houve avanços, e com a cooperativa que se tentou implantar foi a mesma coisa.

Em um outro depoimento, a senhora Geralda faz um importante comentário, quando se refere à necessidade de se fomentar o trabalho no assentamento por meio de associações, e da importância de se formar uma cooperativa. Porém ela observa que é fundamental que as pessoas possam se doar à causa e recuperar o espírito de luta e solidariedade que os motivou a ir para o acampamento e lutar pela conquista da tão sonhada terra. E faz uma importante observação de que agora o que falta é encontrar mecanismos que possibilitem dar uma maior viabilidade para dinamizar a sua produção, de forma que essas famílias aumentem a sua renda, para enfim obter um padrão de vida à altura do seu trabalho. Nesta lógica, ela enfatiza a importância das associações e de uma cooperativa, e observa a necessidade do comprometimento que as famílias devem ter para que se obtenham o sucesso sonhado em tempos de acampamento, que ainda não se consolidou em mais de uma década de assentamento.

Acho que tá faltando às pessoas é entrar para uma associação, ou cooperativa e confiar mais, porque se as pessoas já entram desanimadas, desconfiando, nunca vai dar certo, porque o começo é cheio de problemas, e no primeiro desafio o pessoal começa a debandar. E as coisa já não vai mais pra frente. Então precisa ter fé que aquilo ali vai dar certo, e levar adiante porque, para “nois” assentados, as conquistas demandam de ter união, e depende de muito luta. Então se não houver interação entre as famílias, vai

enfraquecendo nossos objetivos. Então para que a gente consiga assim melhorar e organizar uma cooperativa, as pessoas têm que confiar em quem tá na frente. Porque se a pessoa for cooperada e não confiar então não vai ter avanço, porque eu acredito que para você confiar é preciso você pensar mais no coletivo, e não querer tirar vantagens em benefício de si próprio, assim você coloca o bem comum acima dos outros desejos, e acredita na partilha, mas enquanto as pessoas pensar só nela, eu acho que vez de sucesso, a gente vai é ter pobreza em forma de coletividade.

Em relação às associações, ao conversar com os assentados, percebe-se que eles atribuem o fracasso à falta de experiência e a ansiedade de se ter um retorno rápido das iniciativas. De acordo com um dos assentados, uma dessas associações começou com uma estrutura até razoável, composta por mais de 50 sócios. Através da associação, eles adquiriram uma pequena beneficiadora de arroz e um trator com todos os equipamentos necessários para o trabalho agrícola. Porém o seu fracasso é atribuído à crise na agricultura, uma vez que as políticas agrícolas direcionadas à agricultura familiar, no final da década de 90 do século XX, não receberam os incentivos necessários e entraram em decadência.

Outro fator também comum às demais associações se refere à falta de dinamismo da equipe à frente de sua administração, uma vez que estes não ousaram buscar os mecanismos que dessem viabilidade ao assentamento. Elas foram caindo em descrédito de forma que as pessoas foram se afastando, como comenta o senhor Elias:

Logo que a gente foi assentada aqui, no começo nós formamos uma associação aqui, então eu fui membro. Até hoje essa associação ainda existe, mas está desativada, só existe no papel, não tá ativa. No início começou até animado, mas o pessoal foi desanimando, sabe com o passar do tempo, teve aqueles que foram se dando mais bem, e aí sabe começou a ter assim uns se afastando dos outros, e começou os conflitos, e o pessoal foi se afastando, e também tem aqueles que vão querendo se beneficiar, tirar vantagens nas custas dos outros. E o pessoal foi se cansando e já não virou mais nada mesmo. Por meio dessa associação, no início a gente até montou uma maquininha de limpar arroz da associação, mas hoje ela tá parada até porque ninguém mais planta roça, a máquina tá parada, a ferrugem tá acabando com ela. E tem também o trator que foi outro fracasso, tá parado. No começo foi bem, atendia a todo mundo, mais depois já não funcionou como devia, aí o pessoal foi desanimando porque para uns o trator ia bonitinho, para outros começava uma enrolação e o pessoal começou num desentendimento e aí foi até acabar de uma vez. Hoje o trator tá encostado, e os sócios, se precisam de um serviço de trator, tem que pagar particular. É, na verdade, as nossas associações foi assim um fracasso.

Mas hoje a gente vê a falta que faz não estar em associação, porque para ter acesso aos créditos, benefícios, assim a fundo perdido, por meio das associações é bem mais fácil, porque tem muito crédito a fundo perdido mas só sai se for direcionado por meio de uma associação, porque aí fica mais fácil de conseguir, agora individual você não consegue nada. Então o que

tem acontecido é que a gente perde muita linha de créditos de financiamento que são boas, porque esses créditos só saem se for de forma grupal.

Do exposto pela fala do senhor Elias percebe-se que apesar do fracasso das associações criadas no início do assentamento as famílias hoje reconhecem a importância e a viabilidade das mesmas para que os produtores venham por meio destas obter um melhor rendimento econômico dado ao fato de que articulados em associações as possibilidades de se obter créditos oficiais se torna mais fáceis.

5.7 Grupos Informais, Uma Referência na Revitalização das Associações e da Cooperativa no Assentamento Margarida Alves.

Quando assentadas, as famílias que formam o assentamento Margarida Alves trouxeram consigo não somente o sonho de obter sucesso lavrando a sua terra, mas também muito entusiasmo e esperança de consolidar a produção a partir de associações, chegando até mesmo a organizar de forma um tanto precoce uma cooperativa.

Porém, das ações a partir de iniciativas solidárias, as que mais obtiveram sucesso foram aquelas que, a princípio, nasceram muito tímidas, sem muitas perspectivas de sucesso, os grupos informais, que hoje são uma referência no assentamento, como modelo de sucesso. Porém esses grupos enfrentaram desafios na sua solidificação, uns obtiveram mais sucesso, e outros ainda estão em processo de estruturação. No entanto é a partir desses grupos que as lideranças do assentamento Margarida Alves estão se baseando para revitalizar as iniciativas solidárias, que pretendem instituir no assentamento.

Esta mobilização que se percebe no assentamento, com o intuito de organizar a produção agropecuária a partir de solidas, e bem organizadas associações, ou uma cooperativa é perceptível pelo sucesso obtido pelo grupo informal das Margaridas e pela possibilidade de se enquadrar no programa do Governo Federal de aquisição de alimentos

Dentre os grupos informais que há no assentamento, um é constituído por um grupo de produtores, que visando buscar melhorias no rebanho leiteiro, adquiriram um botijão de hidrogênio (ver figura) para poder viabilizar em seus pequenos rebanhos a reprodução por meio da inseminação artificial.



Foto do autor. Botijão de sêmen de um grupo informal do assentamento Margarida Alves.

Eles visaram adquirir esse botijão e fazer a compra dos semens em conjunto, e assim, por meio dessa prática, ir melhorando a qualidade do gado, porém esse grupo, no período da pesquisa, encontrava-se parado. Eles mantêm os bens adquiridos em conjunto, mas não estavam mantendo essa prática de reprodução nos rebanhos. De acordo com os depoimentos coletados, a causa da paralisação das atividades é devida ao fato de se ter obtido um resultado muito baixo de prenhes das vacas. Eles não sabem o motivo, como descreve a senhora Maria Antonia, [...] “a gente é sócio em um botijão de sêmem, mas, sabe, agora tá parado, era o meu filho quem fazia a inseminação, mas o pessoal tá desanimado e ele mesmo nem tá mexendo, no momento”.

Para o senhor José da Paz, outro membro desse grupo, apesar do entusiasmo que ostenta em relação ao assentamento para o qual prevê tempos melhores, e acreditar que o divisor de água entre a produção familiar e um melhor rendimento econômico está na modernização da produção, comenta: [...] “a princípio eu comecei a fazer inseminação, mas eu não tive muito sucesso, apesar de hoje que eu não estou mais usando essa prática, mas sou sócio de um botijão, que um grupo de pessoas adquiriu, mas aí, como a princípio, eu não tive bons resultados, hoje estou usando a reprodução convencional com o touro solto a pasto”.

Essa tentativa de viabilizar um grupo com esse objetivo de buscar a melhoria genética do gado é uma questão de interesse de praticamente todos os entrevistados, devido ao fato de a economia do assentamento hoje ser basicamente sustentada na

pecuária de leite. Porém, segundo depoimentos coletados, a produção é muito baixa. O senhor José da Paz diz o seguinte...

Bem é uma atividade com uma produção muito baixa, se considerar os resultados obtidos, assim no caso do leite, no dia a dia aqui no assentamento. Há algum tempo atrás, em 2006, foi feito um levantamento, e o resultado apontou uma produção de 3.000 (três mil litros) dia, daria uma média de mais ou menos 20 a 25 litros por família. Hoje essa produção está em torno de 5000 litros, continua baixa, porque se você dividir esse valor para 145 famílias, você vai vê que resulta em renda muito pouco, porque essa produção é a principal atividade econômica hoje aqui no assentamento. As famílias praticamente não têm outra fonte de renda. Então com essa produção muito baixa, resulta em uma renda economicamente muito pequena, que não dá a subsistência. E assim, para completar a renda, muita gente vende a sua mão de obra, outros ficam por aí e acabam entrando em desespero na hora que chega o fim do mês, porque a renda não dá pra pagar a despesa de casa.

É evidente que apenas com a produção do leite o rendimento econômico das famílias acaba sendo pouco. Se analisarmos essa média de leite produzido e os preços praticados pelas empresas do setor, verifica-se que não atinge nem mesmo um salário mínimo por família, e isso é perceptível pelo depoimento do senhor Elias que faz a seguinte comentário:

Roça mesmo eu nem mexo, porque já não vira. Muito gasto, e quase não dá nada. Essas terras nossa, hoje ela precisa de um trato sabe. E a outra coisa é o preço, você planta, mas na hora de vender o preço não ajuda, então o pessoal foi desanimando e isso é uma coisa normal aqui no assentamento, quase ninguém planta nem para a despesa mais, então assim a renda foi ficando só do leite mesmo.

Eu tiro a média de uns 40 a 50 litros de leite por dia, e sabe como é leite, um mês sobe outro desce. É nunca firma muito, sabe no início do ano tava uma anarquia, baixou demais, ficou em torno de R\$ 0,20/0,25 centavos. O trem ficou feio, porque leite nesse preço como você vive, agora como já tá entrando a seca, tá melhorando, em torno de R\$ 0,60/0,70 centavos. Nesse valor dá pra ir tocando as despesas, mas sabe, a gente fica de orelha em pé, porque como já tá começando a seca começa a melhorar porque também diminui bem o leite. Mas se você não tiver um trato bom igual à cana e dar mais um pouco de ração comprada, não vira. Mas sabe, o preço do leite pra compensar, para virar alguma coisa, ele tinha que ser esse valor o ano todo, até porque se o leite baixa aqui pra gente, mas no mercado quase nem dá muita diferença, sabe é uma coisa até engraçada porque o que a gente produz quase não tem valor, mas se você vai no mercado comprar é um absurdo de caro.

Com essa média de produção em torno de 50 litros diários, e com os preços pagos pelos laticínios na região, o produtor acaba por ter uma renda baixa. Os

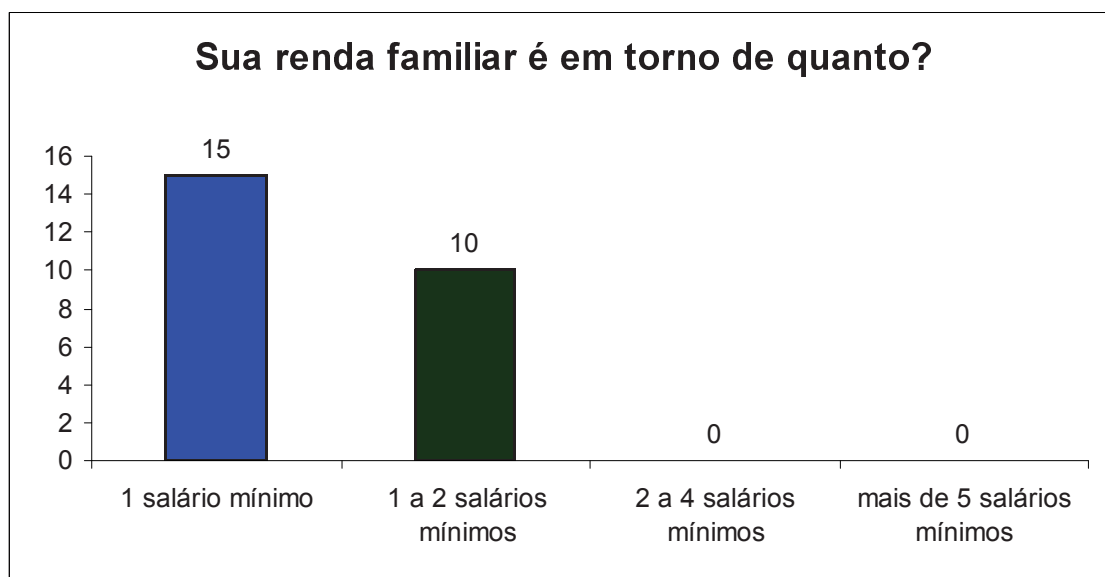
produtores fazem uma observação de como o preço do leite tem se mostrado instável nos últimos anos. Por sua vez, a procura por animais de aptidão para a produção de leite também tem tido uma demanda muito pequena, reduzindo assim o preço dos terneiros quando desmamados, por volta dos dozes meses, que tende a ser descartado, pois os proprietários não dispõem de espaço para fazer a terminação deles. Isso leva em média dois ou três anos para estar pronto para abate. Então, ao vender esses animais para os latifundiários, que se dedicam à pecuária de corte em grande escala, praticando a terminação. Eles retiram seus animais para o abate e, ao repor os animais ao pasto, acabam ofertando um preço muito baixo por esses bezerros, pois argumentam que apresentam uma qualidade muito inferior às outras raças para o mesmo fim (ver figura). E as fêmeas também não têm tido grande procura em função dos preços instáveis do leite.



Foto do autor 2010. Da esquerda para direita, raça bovina com procedência leiteira e gado destinado somente a pecuária de corte.

Dada essa situação, na qual a no assentamento Margarida Alves um predomínio das atividades direcionadas para a pecuária leiteira, sendo que as práticas agrícolas são baseadas unicamente na produção de subsistência, percebe-se que mesmo juntando a renda obtida com a produção do leite, mais a venda dos terneiros em período de desmama, observa-se que a renda dessas famílias fica em torno de um ou dois salários mínimos (ver gráfico), o que é pouco para custear as despesas pessoais das famílias e investir na produção.

Do exposto, percebe-se que de um universo de 25 famílias pesquisadas, 60% têm renda mensal de um salário mínimo, enquanto as demais 40% variam entre um e dois salários mínimos, e normalmente essas famílias são em quase sua totalidade são compostas por mais de quatro pessoas.



Organizado pelo autor 2010. Demonstrativo da renda por famílias em salário mínimo.

Os outros dois grupos informais têm apresentado resultados bastante eficientes. Um grupo desses é formado por produtores que adquiriram um tanque de resfriamento de leite (ver foto), e dessa forma entregam o seu produto diretamente no tanque. Assim, eles obtêm um preço melhor em relação aos demais produtores, que entregam o leite na beira da estrada de forma individualizada.



Foto do autor 2010. Resfriador de um grupo informal de produtores do assentamento Margarida Alves.

O outro grupo informal é o das Margaridas, formado por senhoras que trabalham com o extrativismo do coco do babaçu, uma palmeira nativa e abundante em terras do assentamento. No atual contexto, esse grupo demonstra bastante sucesso, pois produz farinha da amêndoa do fruto e derivados, como pães e biscoitos que estão sendo entregues à prefeitura de Mirassol D'Oeste para ser servido na merenda escolar.

É a partir dos resultados positivos desses dois grupos informais que as lideranças do assentamento têm se mobilizado na busca de organizar uma cooperativa, sendo que no período da pesquisa eles já contavam com um total de 27 famílias interessadas, e as discussões em relação à sua organização encontravam-se em um processo bastante avançado.

Porém um dos obstáculos que eles estavam enfrentando é o fato de, em tempos anteriores, ter sido organizada uma cooperativa no assentamento e, de acordo com as pessoas entrevistadas, a diretoria anterior não organizou-a por meio de um processo democrático. Um dos assentados na época tomou a dianteira e instituiu funções da cooperativa, formando a diretoria por indicação e não por um processo democrático em assembleia por meio de eleição. E a inclusão de associados à cooperativa se deu por meio de convencimento em conversas pessoais, não por adesão voluntária em reuniões ou assembleias, como comenta o senhor José da Paz.

Primeiro eu fui sócio de uma associação, antes da fundação da cooperativa então a associação tava meio capengando quando surgiu a ideia da cooperativa. Na verdade a cooperativa nem foi bem assim uma ideia assim de convocar o pessoal e discutir as possibilidades. Ela surgiu assim meio de imediato, digamos que um grupinho de pessoas imaginou e aí convidou o pessoal como eu sempre achei e acreditei que uma cooperativa seria o ideal para o assentamento eu me associei.

Percebe-se que a cooperativa a princípio foi fundada de uma forma bastante arbitrária de forma que as pessoas entrevistadas pouco conhecem e comentam a respeito dela, mas tudo indica que o seu presidente centralizava em sua pessoa todas as funções, e ela teve curta duração, dois ou três anos no máximo. Porém deixou uma ferida que ainda não cicatrizou e que tem se apresentado como uma muralha que tem dificultado a retomada das discussões, porque a maioria das famílias vê essa possibilidade de reestruturação com certa desconfiança.

Porém, frente aos resultados positivos dos grupos informais, dentre eles o das Margaridas, que se enquadrou no programa do governo na aquisição de produtos para a merenda escolar e da CONAB para a compra de produtos provenientes da agricultura familiar para o atendimento da merenda escolar, as famílias do assentamento têm manifestado o interesse de retomar a organização das associações e da cooperativa. Isso está demonstrado nos comentários a seguir, sendo que o grupo das Margaridas é o modelo de referência de organização e eficiência, no qual eles apostam que pode, a

partir dessa experiência, vir a consolidar associações e uma cooperativa mais sólida, como descreve a senhora Maria Ivonete ao mencionar que: “Aqui no nosso assentamento o pessoal tentou organizar uma associação, mas não vingou, o que deu certo foi o grupo das mulheres, que trabalha com o extrativismo do babaçu, porque elas já têm bastante tempo, e deu certo até ampliou o barracozinho de trabalhar, e então parece assim que deu certo e que elas conseguem com esse trabalho ter um rendinha até boa”. E nesse mesmo viés de indicação de sucesso desse grupo, em relação às tentativas e frustrações de se organizar outras associações, o senhor Nilo comenta...

Nos “tentemos” aqui desde o início, construir uma interação entre os produtores por meio de associações, tanto que a princípio, logo nos primeiros anos foi iniciado três associações de produtores, na tentativa de avançar tanto na produção, como na qualidade de vida das famílias, no entanto, via associação a gente se frustrou.

Mas a gente tem algumas conquistas nesse período, primeiro porque eu acho que a gente tem alguma coisa a aprender com os erros, e também tem um exemplo muito bom de trabalho no assentamento, que é de um grupo informal, e isso é positivo, por que deixa visível que a gente tem que caminhar devagar, mas ir por um caminho certo, porque eu acredito que as nossas associações fracassaram por nossa ansiedade, e isso tem um preço, o isolamento, que se reduziu em anos de pouco progresso.

Portanto, as famílias do assentamento Margarida Alves, após mais de uma década assentados em seus lotes, com uma série de desafios ainda a ser superados, apesar dos casos de fracasso, reconhecem hoje que se vierem a se organizar em sólidas associações e cooperativas, tendem a obter vantagens que dificilmente conseguirão trabalhando de forma isolada.

5.8 A CAMINHO DA SISTEMÁTICA DA COOPERATIVA

Quando questionados sobre a importância e os possíveis benefícios que uma cooperativa pode proporcionar às famílias, elas são unânimes quanto ao grau de importância que tende a vir contribuir na melhoria da renda dos assentados. Pois estes reconhecem que, por meio da cooperativa, eles poderão obter vantagens como a aquisição de insumos e comercialização de seus produtos. E também há a possibilidade de poder diversificar a produção, que no atual contexto encontra-se unicamente baseada na produção de leite. Nessa perspectiva, o senhor Marcelo comenta...

Eu acho que uma cooperativa deveria assim ajudar em bastante coisa, adquirir equipamento, mais recurso, ajudar assim na compra das coisas que precisa para produzir e na venda daquilo que é produzido. Assim os assentados poderia produzir mais, ter uma renda melhor para poder investir mais, por que se tiver uma cooperativa que incentive isso e a gente poder ter uma variedade de produto, não ficar só com uma coisa. Então eu acho que melhora muito.

Sabe porque aqui no assentamento, o que tá faltando é isso, é o pessoal se unir, e começar a ver que tem que fazer outra coisa, não ficar só no leite. A gente tem que ver outras coisas que dá renda, eu penso que tá faltando é isso, porque se você tem outras fontes, então vai aproveitando tudo a seu tempo. Eu acho que aqui a gente pode é organizar uma despoldadeira de fruta, mas tem que ver certinho como se faz isso para não ter enrosco depois.

Ainda nessa lógica da importância da sistemática de uma cooperativa, como um mecanismo de agregação de valor à produção, que tem como foco uma melhoria na renda das famílias do assentamento, a senhora Rita comenta:

Eu acho que a cooperativa tem uma importância muito grande, porque por meio dela as famílias pode melhorar a produção, isso é, podendo adquirir uma série de coisas, mas eu acho que uma coisa que é interessante é poder conseguir dar mais condições na comercialização dos produtos.

Sabe com o conhecimento que a gente tem, pelo movimento, e com a experiência do grupo das margaridas, não é fácil você conseguir vender seus produtos no mercado de forma individual, então eu penso que se conseguir organizar uma cooperativa vai melhorar muito nesse aspecto.

No entanto, apesar dessas dificuldades em conseguir dinamizar a produção como agropecuaristas, os benefícios que a cooperativa pode efetivamente vir a contribuir para essas famílias ao dinamizar suas rendas parecem evidentes. Porém ela ainda é vista de forma nebulosa, pois de forma geral as famílias entrevistadas veem sérios obstáculos na formação da cooperativa, e colocam como um dos principais a falta de uma maior interação entre as famílias. Todos concluíram que na passagem do acampamento para o assentamento, as famílias foram perdendo parte do elo entre ambas, que as conduziu na luta por um mesmo objetivo, mas que não se concluiu após terem recebido a terra. E para que haja a conclusão desse objetivo, demanda que estas famílias mantenham-se unidas, pois as conquistas não ocorreram de forma individualizada, como pode ser percebido nos depoimentos, e de forma peculiar no que diz a senhora Geralda, ao afirmar que:

Quando a gente tá acampada tem uma única voz, e quando vem para o assentamento começa a haver uma certa separação, um isolamento em

relação à ideologia que levou a gente para o acampamento, e dos propósitos e sonhos que a gente criou lá dentro. Quando chega ao assentamento, cada qual passa a pensar mais nele, porque ele começa a colocar a si própria como prioridade, como se o grupo o coletivo já não tivesse mais importância, e que daquele momento em diante ele já consegue caminhar sozinho. Então isso passa a ser um grande desafio, tanto é assim que as associações que se tentou organizar aqui no assentamento, e mais uma série de ações que a gente buscou realizar, praticamente todas fracassaram, devido a esse isolamento, essa falta de maior interação, e na verdade isso resultou como uma grande perda para todas as famílias do assentamento, porque esses anos todos aqui, a gente ficou assim como posso dizer parados no tempo, quando a gente podia ter colocado em funcionamento, assim muitas coisas que a gente imaginou e discutia nos grupos de coordenação, de quando a gente estava acampados.

Nessa mesma concepção dos desafios a se reconstituir uma solidez de ideal, que possa servir como cimentação para o fortalecimento, de se organizar uma cooperativa, a Senhora Jane comenta que este se apresenta como uma barreira porque, após as famílias serem assentadas, elas foram perdendo o elo que as levou ao acampamento, e os sonhos almejados a serem concretizados quando assentadas não se consolidaram, uma vez que houve uma divisão de ideais:

Eu vejo assim, que aquele espírito de luta aquela coisa boa, aquele entrosamento animação, o sonho que a gente tinha no acampamento, de quando pegasse a terra foi assim se perdendo quando as famílias foram assentadas, por que assim hoje as famílias foram ficando mais isoladas. E também mesmo porque a gente quando pegou a terra, assim não foi como a gente pensava que ia ser porque no assentamento as dificuldades continuam. Não é assim só ganhar a terra, é muito difícil, assim as coisas demoram muito pra sair, para as famílias ser atendidas, então você acaba assim até ficando meio desesperada, e aí aquela ligação com o movimento também perde um pouco assim com as lideranças.

Compactuando dessa ideia, o senhor Nilo tece um importante comentário, no qual o mesmo relata o desvirtuamento de ideologias após as famílias serem assentadas, os conflitos internos no assentamento, e a as tentativas daqueles que se destacam como lideranças dentro do assentamento, com o objetivo de resgatar e tornar concreto os sonhos de sucesso a serem obtidos uma vez assentados, segundo o mesmo que comenta...

Então, o acampamento já é por si só, na sua essência, um sistema de cooperação, e é justo por isso que ele deu certo, e se tornou uma referência enquanto modelo de pressão ao poder. Então se não houvesse esse espírito

de solidariedade, de interação entre as famílias, ele não tinha razão de ser, porque ali no acampamento está um bem comum em jogo.

Mas quando as famílias são assentadas, o que acontece é que o assentamento passa a ser um objeto de interesse de diferentes setores, e essa disputa acaba por enfraquecer nossos laços. E vai dividindo as opiniões, e aí vão surgindo um punhado de ideias contraditórias dentro do assentamento, e começam a perder o foco do que seria do nosso interesse maior que é a interação, o entrosamento obtido no tempo do acampamento. E essas divergências acabam por ser negativas, porque aí você não consegue avançar em projetos que venham a contribuir para o desenvolvimento do assentamento, então assim aqueles companheiros que veio do acampamento que têm uma ideologia mais firme, são esses os que vêm acirrando a luta aqui dentro, na busca de concretizar aqueles sonhos que a gente construiu lá no acampamento, então são essas pessoas que se mantêm firme no princípio da organização, e busca obter melhores conquistas e colocá-las em comum às famílias.

Muitos atribuem essas fissuras sociais no assentamento ao fato de que alguns obterão mais êxito que os outros, e isso deu início a um processo de pretensas explorações, ou seja, obter vantagens sempre que possível e em qualquer situação. Alguns ainda complementam que a falta de uma liderança mais enérgica capaz de mobilizar essas famílias tem sido o fator determinante desse fracasso, como descreve o senhor Marcelo:

Olha no acampamento é uma coisa, apesar da tensão e das dificuldades o pessoal é mais unido, mais próximo. Mais quando sai a terra, já começa assim com olho grande, e o pessoal vai ficando muito individual, mas aqui ainda tem se tentado manter esse espírito de aproximação, mas sabe tem aqueles que é difícil de se entrosar. Mas é assim, hoje você faz uma reunião e o pessoal só tá interessado se for alguma coisa que envolve recurso, aí a pessoa vai, se ele vê que ele vai ter vantagem, ele volta na outra. Mas o pessoal quer que as coisas seja assim muito rápido e também quase ninguém quer correr atrás das coisas. O cara vai na reunião, mas se depender dele, ele já começa a colocar dificuldade. Sabe tem aqueles que só quer se aproveitar da situação, se acomodou, e tem aqueles que acha que não precisa mais fazer parte da vida do assentamento. Então passa a ser um desafio, assim quando se fala em organizar. O pessoal só interessa mesmo se o assunto for dinheiro, mas para outra coisa só se for muito bem explicado, para ver se aparece alguém. Assim quem ainda tem esse desejo de organizar alguma coisa é aquelas pessoas que era da liderança no acampamento. Porque sabe essas pessoas saíram do acampamento, mas parece que tá faltando alguma coisa no assentamento, parece que o assentamento fica esquecido, assim não era isso que as pessoas sonhavam. E assim mesmo que muitos não se entrosam, mais você vê que as pessoas esperavam que depois de assentado ia ser diferente.

É mediante esses conflitos internos e aos problemas a serem resolvidos que um grupo de assentados discute as probabilidades de organizar uma cooperativa, como a saída mais segura para se conseguir fortalecer a economia das famílias locais. De acordo

com a história do cooperativismo, ela surge como uma alternativa de resistência e resgate da dignidade de um grupo que passava a viver às margens da sociedade. E nessa lógica, SCHNEIDER (1988, p. 28) descreve: “Essas surgem num momento em que o espírito de solidariedade havia desaparecido quase por completo na fase mais voraz e selvagem do capitalismo industrial”.

Baseado nessa afirmação de Schneider e na trajetória das famílias do assentamento Margarida Alves, percebe-se a viabilidade que eles têm para vir a colocar em prática os ideais cooperativistas, pelo fato de que, ao consolidar este empreendimento, tendem a ser beneficiados. Isso porque haverá possibilidades de esta fomentar a economia local, uma vez que há um grande interesse das famílias em se inserir no programa do governo, para o fornecimento de produtos para a merenda escolar e no programa da CONAB.

À medida que vai intensificando a concentração de renda nas mãos de um reduzido grupo de pessoas, há uma tendência de que em certo momento se estabeleça um período de crise, pois a riqueza de uns se dá a partir da exploração de uma grande massa. E a crise ocorrida na MHJ, nos anos de 1990, está diretamente ligada a esse fator. Pois à medida que a terra foi ficando concentrada nas mãos de um restrito grupo, formou-se na região um expressivo número de trabalhadores sem terra. Estes exerciam seu ofício como lavradores sob a condição de arrendatários e eram explorados nessa atividade tanto em relação à forma de uso da terra como na relação de comércio de seus produtos com os atravessadores. Foi essa relação de intensa exploração que veio a provocar uma crise em meados dos anos de 1990, resultando no acampamento Margarida Alves.

Este resultado vem confirmar o que PINHO (1977, p.75) descreve ao parafrasear os ideais de Robert Owen, que é o lucro exacerbado como o responsável pelas crises, pois, [...] “neste sentido, é uma injustiça, um perigo permanente e a causa principal das crises de superprodução ou de subconsumo: impede que os trabalhadores comprem o produto de seu trabalho, ou seja, que seu consumo seja equivalente ao que eles mesmos produziram”.

Nessa lógica, fica nítido que, no atual contexto pelo qual vem passando o assentamento Margarida Alves é algo semelhante, pois, segundo os depoimentos, as famílias não têm conseguido obter o êxito desejado, mesmo se dedicando ao trabalho de forma intensa. Eles não têm incentivos para a produção, e o que obtêm com a produção do leite é uma renda aquém do suficiente para de fato conseguir concretizar os sonhos

almeçados em tempos de acampado, pois o valor recebido é muito baixo para cobrir as despesas e se capitalizar.

Nessa perspectiva, aumentam as possibilidades de eles virem a se organizar em uma cooperativa como uma alternativa para dinamizar uma maior viabilidade à produção, como aponta o senhor Elias, ao comentar:

Uma cooperativa no assentamento seria muito bom, porque os benefícios que a gente tende a receber é uma coisa grande, porque a gente teria mais acesso aos créditos, assistência e uma maior valorização no que a gente produz. Sabe, a melhora que pode acontecer é igual no caso do gado assim da gente comprar umas vacas de melhor raça, receber um preço melhor pelo leite que a gente produz, poder comprar ração por um preço melhor mais em conta. Então é uma série de vantagens que a gente podia ter que podia melhorar a nossa renda

Há boas possibilidades de se consolidar a produção no assentamento Margarida Alves com bases sustentadas no cooperativismo, porque há nele um número expressivo de famílias. E a quase totalidade delas, cerca de noventa por cento, têm sua propriedade ativa dedicando-se à pecuária de leite e de uma forma geral todos reclamam dos preços praticados pelas empresas que beneficiam o produto. A senhora Maria Ivonete diz o seguinte:

No caso do nosso assentamento hoje, todo mundo depende do leite para viver, uns tira até mais ou menos leite, uns 40 ou 50 litros outros uma mixaria 10 ou 15 litros, e o preço também não tem ajudado muito nos últimos tempos, como aqui o povo entrega para uns três laticínios diferentes, então varia uns centavinho de um pro outro, mas é assim a média de uns R\$ 0,35 a 0,40 centavos o preço hoje. Mas é aquela coisa, muito ou pouco é disso que as famílias têm, se da pra viver eu não sei, mas é a renda que tem no sítio. Então é assim precisa, que as famílias possam ter outra renda, até porque o preço do leite é muito baixo para o produtor, então assim o que ele espera é a rendinha que o gado pode dar uma hora que ele vende um bezerro ou uma vaca.

Essa observação feita pela moradora se repete na maioria das entrevistas. Os assentados reclamam do baixo rendimento obtido e das instabilidades do preço, problemas que inibem o produtor de fazer investimentos nas atividades. (O que associativa ou cooperativamente poderia ser feito e até com certa facilidade, e a cooperativa se empenharia por implantar uma melhoria genética no gado leiteiro, bem como a implantação de resfriadores individuais ou coletivos de leite. Esta é uma das

funções básicas das cooperativas de leite. É a cooperativa que tem uma infraestrutura de apoio, é ela que estabelece e mantém contatos e informações adequadas sobre quem pode ajudá-los nisso...).

No entanto o que se percebe é que na ausência de maiores investimentos o resultado é uma baixa produção de litros por vaca, e isso pode ser observado ao trafegar pelas estradas vicinais que cortam o assentamento Margarida Alves. Em parte, o leite é entregue à beira da estrada, em tambor convencional, podendo ser observado que, na maioria dos casos, é um tambor de 50 litros, muito raramente há dois tambores, e casos em que o leite é entregue em um recipiente ainda menor, em balde com capacidade para dez litros, (ver figuras). Essas informações podem ser observadas nas respectivas fotos, porém fica uma ressalva, pois não há garantias de que estes possam estar com sua capacidade total ocupada, já que apenas foram feitos os registros destes recipientes de forma aleatória.



Foto do autor 2010. Leite pronto para ser recolhido de forma convencional.

Outro desafio que tende a ser superado com boas vantagens por meio de associações e cooperativas está relacionado à entressafra, período de estiagem em que há uma redução na oferta de capim fresco para o gado que é criado a campo. E para a manutenção do rebanho, se faz necessário fazer um complemento com ração industrializada e suplemento mineral. Essa alimentação eleva os custos de produção, e o preço que os laticínios pagam a mais nessa época em função da redução da oferta da matéria-prima não cobre as despesas, o que leva muitos produtores, a nem dar um trato melhor às vacas. Isso reduz ainda mais a sua renda, pois há uma queda substancial na sua produção.

Estes obstáculos enfrentados por essas famílias poderão vir a ser superados em sua quase totalidade quando os produtores se sensibilizarem, reconhecerem e entenderem que uma das alternativas plausíveis para a maior parte de seus problemas é estar organizados em sólidas e eficientes associações, bem como sistematizar uma CPA, de forma a dar maior dinamismo à produção agropecuária. Por meio desses empreendimentos, eles poderão, de forma coletiva e eficiente, dinamizar a produção, ao adquirir equipamentos, como um trator e os implementos de trabalho necessários para fazer silos em período de chuva. Estes podem ser utilizados na alimentação dos rebanhos durante os meses de estiagem, disponibilizando um volume de alimentos ao rebanho em quantidade e qualidade suficiente, para manter as vacas bem alimentadas, sem reduzir o volume de leite produzido. Essas providências manterão suas receitas equilibradas, com menos despesas e sem estar totalmente dependentes da compra de ração industrializada.

Outro item fundamental é o melhoramento genético, pois se percebe nas falas dos assentados que é este um dos fatores que tem emperrado um melhor desempenho na produção, pois, segundo o que se pode observar, desde o início da atividade leiteira no assentamento, essa questão tem tido grande repercussão. O não melhoramento da raça levou algumas famílias a não obterem êxito na atividade, quando deram início à compra das primeiras vacas.

De uma forma geral, dá para perceber na fala das pessoas o assunto referente à pecuária de leite, pois a maioria do rebanho encontrado hoje no assentamento é de baixa aptidão leiteira. Esse fator resulta em os proprietários com um número até razoável de vacas, mas com uma produção muito baixa, em média de 4 a 5 litros de leite/dia por vaca, como pode ser observado nos depoimentos a seguir. O senhor Nilo destaca que muitas das famílias assentadas na época eram lavradores que não tinham os conhecimentos necessários para desempenhar com sucesso a atividade como pecuarista, e quando tiveram acesso ao crédito e investiram na pecuária, nem sempre conseguiram êxito. Entre os empecilhos, o mais determinante está relacionado à qualidade do rebanho adquirido.

Porque o que acontece é um dinheiro pouco que você não consegue fazer um investimento viável, porque o recurso sai pra comprar gado, mas não tem um recurso para você fazer as melhorias necessárias, para dinamizar essa produção, e aí, fora o dinheiro para comprar o gado, as famílias não conseguiram nenhum recurso para investir na agricultura, na recuperação do

solo, construir represa, fazer cerca, todas as coisas necessárias para ir melhorando a produção.

E outro fator é que tem gente aqui que vivia de plantar roça nas terras dos outros, o cara nunca tinha possuído gado, e a pessoa não sabe como é a coisa, e então o que aconteceu é que foi comprado muito gado ruim na época. O cara que tinha um gado de leite vendeu as vacas de descarte, vaca velha de raça ruim de leite. Aí uma pessoa dessas que não tinha as manhas da coisa não sabia conduzir direito, foi só somando prejuízo.

Completando o comentário feito por esse assentado, merece destaque a observação feita por um outro produtor, o senhor Armando, que faz uma importante observação, a de que nem todas as famílias que estavam no acampamento, apesar do vínculo direto com o campo, estavam aptas a gerenciar as suas propriedades de forma eficiente e, sobretudo, de se inserir na atividade da pecuária de leite, dado ao fato de que uma expressiva parte dessas famílias eram lavradores que cultivavam suas roças em terras arrendadas, sem os conhecimentos mínimos da lida com o gado. Estas pessoas em boa parte eram diaristas, funcionários de fazenda que realizam o trabalho braçal, como roçadas de pasto, construção de cercas e curral, entre outras, e quando foram assentados e tiveram que gerenciar suas propriedades, e devido ao seu histórico, enfrentaram certas limitações para que obtivessem sucesso em um primeiro instante.

Sendo assim, o senhor Armando menciona a necessidade dessas famílias, na época, de ser assistidas com assistência técnica, recebendo as instruções necessárias para a obtenção de êxito na atividade como produtoras de leite. Quando elas foram assentadas, os recursos que obtiveram se resumiam em uma linha de crédito fechada, direcionada especificamente para a aquisição de vacas com aptidão para a produção de leite. O entrevistado complementa:

Eu vejo que falta uma assistência mais voltada para o assentamento, porque as famílias que são assentadas ficam assim meio largadas. Quanto a isso aí fica difícil, porque você consegue um crédito e tem que trabalhar com esse dinheiro para você pagar o financiamento, então tem que ser um trabalho certinho, para você produzir e conseguir ir pagando as prestações. Mas assim “nois” aqui nesse sentido foi esquecido, nunca conseguiu uma assistência técnica pra gente melhorar a nossa produção. E aí, se não tiver um projeto no assentamento pra a gente ir melhorando a lavoura, o gado, aumentar o leite, coisa assim, sempre a gente vai viver em dificuldade, por que a gente vive nessa dificuldade, porque você acaba tendo uma renda muito baixa.

O recurso que foi disponibilizado pra “nois” poder ir mexendo com a terra que era o Procera, saiu para comprar gado. Mas quando “nois” chegou aqui essa área que “nois” foi assentado tava toda bagunçada. Tinha de tudo, uns pasto mais ou menos bom, outro encapoeirado, em outros trecho era mato, então assim você não tinha nada formado, tudo largado e como você vai pegar esse dinheiro do financiamento e investir em gado, se você não tem

pasto, não tem estrutura pra isso? E também tinha gente aqui que viveu trabalhando de diarista, o cara não sabia como lidar com gado. Então a outra questão é que agente quando veio para o assentamento tava meio bruto ainda, assim, como se diz, você sempre viveu de trabalhar para os outros ou então é povo que era arrendatário e vivia de plantar roça. Então assim você conhece pouco de como a coisa funciona, então você não tem noção de como vai assim trabalhar com esse dinheiro, como é assim que um assentado toca suas coisas, ter um pedaço de terra seu pra produzir, assim ir tocando sua terra, e ir melhorando as coisas assim pra família, então eu acho que assim as pessoas têm que ter mais assim conhecimento, o pessoal igual da EMATER, do INCRA tem que vir e dar assim um tipo de palestra que vai mais ou menos dando uma direção, acompanhando, para as famílias não ir se perdendo. Porque assim a gente foi para o acampamento com um sonho, mais aí quando chegou na terra é meio complicado, e ainda mais desde que a gente foi para o assentamento até hoje agricultura para o pequeno entrou numa crise e nunca mais melhorou. Então hoje a gente não tem outra alternativa a não ser mexer com leite, mais sabe esses anos todos foi complicado, nem todo mundo se deu bem, uns ainda foi pior que os outros.

Essa realidade descrita outrora pelos mencionados assentados é praticamente uma situação comum a quase totalidade das famílias, pois quando das entrevistas e visita in loco, todos sempre comentam essa dependência de a renda hoje estar baseada unicamente no leite. Dessa forma se queixam do preço pago pelo leite e das dificuldades que encontram para se capitalizar e poder melhorar seus rendimentos, nessa perspectiva a senhora Rita descreve que:

Eu acho assim. Na minha opinião, teria que ter uma melhoria genética né, para o gado, porque ficar também tirando leite aí pouquinho não dá. Às vezes tira leite de quinze vacas e dá uma mixaria de leite, como que uma família vai sobreviver, ter assim uma renda boa? Então tinha que ter uma melhoria nessa área, já que é o que predomina aqui no assentamento, é o gado leiteiro e tem família que vive só da renda do leite, daquele pouquinho que produz. Agora você vê, do preço que tá o leite hoje, como que uma família de quatro ou cinco pessoas vai sobreviver vendendo leite de R\$ 0,35 a R\$ 0,40 centavos o litro? Agora né, porque há dois meses tava uns R\$ 0,25 centavos o litro. E aqui no assentamento a maioria do povo tira uma média de vinte a trinta litros de leite por dia não tem como essa família sobreviver e assim fazer melhoria no sítio

Quando estas famílias superarem os obstáculos relacionados à produção, poderão intensificar a produção por meio de agroindústrias, diversificarem a produção, pois há possibilidades de elas, além de terem o leite como principal atividade econômica, desenvolverem outras produções segundo o potencial de suas propriedades. Essas outras atividades podem ser a piscicultura, fruticultura, apicultura, produção orgânica de hortaliças, criação de pequenos animais, entre outras.

Essas possibilidades são viáveis e compatíveis com o assentamento pela boa localização em relação ao mercado consumidor, e também em função dos problemas que essas famílias enfrentam hoje de forma comum. PINHO (1977, p.76) argumenta que [...], “as cooperativas suprimem os desequilíbrios entre a produção e o consumo, afastando as crises econômicas”, [...].

Percebe-se através desses depoimentos que há possibilidades de se dar sustentabilidade à produção no assentamento Margarida Alves, desde a base da matéria-prima até a industrialização e o consumo final, a partir da organização de uma cooperativa. Isso é possível devido ao fato de que depois das tentativas e fracassos, hoje essas famílias estão mais amadurecidas em relação ao passado.

Pois aqueles que estão à frente das discussões hoje reconhecem que poderão retomá-las, de forma mais amadurecida e consciente, conforme argumentos do senhor Nilo:

Mas a gente tem algumas conquistas nesse período, primeiro porque eu acho que a gente tem alguma coisa a aprender com os erros, e também a gente tem um exemplo muito bom de trabalho no assentamento, que é de um grupo informal, e isso é positivo, por que deixa visível que a gente tem que caminhar de vagar, mas ir por um caminho certo, porque eu acredito que as nossas associações fracassaram por nossa ansiedade, e isso tem um preço que é o isolamento que se reduziu em anos de pouco progresso. Então o que agente percebe hoje, é que se você esta sozinho e isolado o caminho a ser percorrido é mais difícil, isso sem contar que muitos companheiros da época do acampamento ficaram perdidos no caminho. Porque assim do acampamento para o assentamento todos tem um sonho, mas quando chegou aqui, a gente percebeu assim, que ficou meio complicado, porque as pessoas não conseguiram se entrosar muito bem, então em relação ao sucesso das associações foi muito triste, e hoje organicamente a gente não tem nenhuma associação ativa e até por que todas fracassaram não passou da fase de plano de sonhos daquilo que a gente imaginava que podia ser. Então não houve avanços, e com a cooperativa que se tentou implantar foi à mesma coisa.

De acordo com vários pesquisadores dessa temática, dentre os quais Araujo (1982), é muito importante a consolidação de uma cooperativa, com seus pretendentes, desde os que poderão assumir os cargos da administração, até o mais humilde dos sócios. É preciso que eles tenham consciência das probabilidades de fracasso, bem como de que não devem esperar de um empreendimento que está iniciando resultados imediatos, pois estes levam um determinado espaço de tempo para que se tenha o retorno de suas iniciativas.

Portanto, com base nas entrevistas realizadas, percebe-se um certo grau de euforia por parte das famílias quando se trata das possibilidades de se consolidar uma cooperativa no assentamento. Elas demonstram em suas falas acreditar que o empreendimento poderá solucionar grande parte dos problemas relacionados à questão da produção, com uma eficiência muito exata, podendo vir a ser a salvação econômica de muitas famílias.

Porém é fundamental ter nítidos os possíveis problemas e fracassos a serem enfrentados, para não cometer os mesmos erros do passado. Sobre isso SCHNEIDER (1994, p.7) argumenta que, [...] “A maioria dos fracassos nas organizações cooperativistas não se deveu provavelmente à falta de espírito cooperativo, mas sim, à falta de uma visão empresarial, de conhecimento de mercado e de visão técnico administrativa”. [...]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o levantamento bibliográfico com a indicação de inúmeras obras recomendadas pelo orientador e coorientador, e feitas as leituras de maneira minuciosa com o seu fichamento, foi construída a fundamentação teórica de forma a dar sustentação a partir das leituras ao tema proposto: ‘Agricultura Familiar e Associativismo, um Estudo de Caso no Assentamento Margarida Alves em Mirassol D’Oeste – MT’.

Sendo assim, a fundamentação teórica procurou dar sustentação ao tema em pauta, buscando contemplá-lo de forma nítida. Desta forma, deu-se ênfase a agricultura familiar, a luta pela terra por um expressivo número de famílias que viviam há décadas destituídas desse direito, e para que estas tivessem acesso a esse bem, ingressaram no movimento social nessa luta sob a liderança do MST, com um forte respaldo da CPT. Fechando esse rol de idéias, buscou analisar as contribuições, importância, benefícios e desafios na consolidação de associações e cooperativas agropecuárias por pequenos produtores brasileiros.

Nesse contexto, no capítulo referente à agricultura familiar, foi discutida a sua importância no cenário mundial, não como um mero objeto de ocupação como uma política social, mas também sua acuidade na segurança alimentar de uma nação.

Nessa perspectiva, VEIGA (1991) faz inúmeras menções da relevância dessa modalidade de produção por governantes da Europa, devido ao fato de, no Estado brasileiro, haver uma política mais direcionada à agricultura comercial de monocultivo, direcionada, sobretudo, ao mercado externo. Nessa lógica, WANDERLEY (2009) destaca a importância que a agricultura de monocultivo tem na geração de emprego e renda no contexto nacional.

Por causa da extensão territorial brasileira e a expressiva população do país, de acordo com SALGADO (2004), há no Brasil um amplo espaço para o desenvolvimento tanto da agricultura de monocultivo como a produção de grãos, fibras e frutas destinados a atender o mercado externo. Também se pode dar destaque para a agricultura de policultivo, com a produção de gêneros voltados, sobretudo, ao mercado interno para o consumo nacional.

De acordo com vários estudiosos dessa temática, o fortalecimento da agricultura familiar tem uma significativa relevância, por ser uma importante ferramenta como política social na distribuição de emprego e renda. Ela pode ser ainda segurança

alimentar em tempos de convulsões econômicas internacionais, podendo ter a garantia no fornecimento de alimentos a sua população e o equilíbrio dos seus preços, a exemplo do que ocorreu em 2008 na crise dos alimentos. Esse impacto repercutiu e tende a ser catastrófico para as camadas mais pobres da sociedade como o destacado em (<http://globoruraltv.globo.com/GRural/0,27062,LTO0-4370-343756-1,00.html>), na qual o professor José Eli da Veiga comenta em entrevista concedida ao globo rural as observações feitas por Olivier de Shutter relator da ONU que mencionou que [...] “Em 2011, o mundo pode entrar numa nova fase de falta de alimentos e alta generalizada de preços. E mais: o índice das Nações Unidas, que mede a variação dos preços dos alimentos em todo o mundo, atingiu sua maior alta desde que foi criado, em 1990”. Ao ser questionado se o cenário para 2011 é parecido com o de 2008 Veiga argumenta que:

Não é nem parecido. É o mesmo. Ele foi interrompido. Há uma tendência desse tipo que se manifestou com muita força em 2008 e foi interrompido porque houve uma crise que veio do setor financeiro e imobiliário e reduziu a pressão do consumo, assim que as economias começaram a voltar a crescer, à sua fase de expansão, começando pelos emergentes. Mas agora também alguns países desenvolvidos já mostrando sinais de recuperação, o cenário de 2008 se reinstala. É o mesmo.

E ainda nesse viés argumenta que não a risco de falta de alimentos no Brasil, mas destaca os resultados negativos dessa crise ao apontar para a tendência no aumento da inflação ao destacar que:

Não, mas o risco de uma pressão inflacionária óbvia. E isso, aliás, já aconteceu no ano passado. Quer dizer, estamos falando agora de um alarme por causa de falta de alimentos em muitos países que realmente não tem alimento para colocar na distribuição, que não é o caso do Brasil. Mas, não esquecer que, no ano passado, o principal fator de elevação inflacionária, apesar de o câmbio estar do jeito que está, foi o aumento dos alimentos, muito antes de vir esse alerta do relator especial da ONU sobre a questão alimentar.

Ainda nessa lógica, o então ministro do Desenvolvimento Agrário em entrevista ao jornal Datafolha definitivamente reconhece a importância da agricultura familiar para o equilíbrio na oferta de alimentos básicos à população brasileira, bem como de que os maiores prejudicados em tempos de crise dessa natureza são as pessoas que compõem a classe economicamente menos favorecida. Nessa concepção, Guilherme Cassel, destacou a relevância que deve ser dada ao fortalecimento da agricultura familiar com os argumentos destacados a seguir disponíveis em, (www1.folha.uol.com.br/folha):

"Quando há uma crise de preços de alimentos, a gente sabe que quem sofre primeiro e sofre mais são as camadas mais pobres da população", disse.

"A gente tem que impedir que isso aconteça produzindo mais alimentos, alimentos que a gente consome no dia-a-dia", acrescentou ao participar de entrevista a emissoras de rádio no estúdio da Empresa Brasil de Comunicação, em Brasília.

Ele reforçou o posicionamento do governo em relação à monocultura e afirmou que a prática é ruim não apenas para o agricultor que só planta soja, cana ou eucalipto, mas para a toda a sociedade, que fica sem leite, frango, carne, frutas e outros alimentos consumidos no dia-a-dia.

"A dona-de-casa e o trabalhador, quando vão ao supermercado, compram feijão, arroz, pão, leite. É com isso que a gente tem que se preocupar. A gente tem que garantir a produção de tudo isso para que os preços baixem no supermercado."

No entanto pensadores como Resende (1998), Silveira; Olalde (1998), Favareto (2005), Mendonça (2006), Lisboa (2009), Petersen (2009) e Ploeg (2009), entre outros, destacam o papel preponderante que a agricultura familiar desenvolvida em minifúndio de até dois módulos rurais tem na preservação dos recursos naturais, e o grande potencial para a prática de cultivos com métodos racionais, desenvolvendo a produção orgânica e a agroecológica.

É com base nesse boom da agricultura familiar, e dado ao fato de concretizar políticas de justiça social, que inúmeros pensadores e vários movimentos sociais têm intensificado os debates nas últimas décadas, sobre a necessidade de o Estado priorizar um programa de reforma agrária que venha de fato democratizar o acesso à terra. É importante disponibilizar às famílias que de fato têm aptidão para o trabalho no campo ser assentado em programas de reforma agrária, fomentados pelo poder executivo nas diferentes esferas sejam elas Federal, Estadual ou Municipal.

De acordo com Martins (1997), no Brasil não há nada que possa justificar os conflitos agrários a não ser a falta de vontade e iniciativas por parte de Estado, pois, de acordo com essa linha de pensamento, Morissawa (2001) aponta que essa problemática não é uma questão recente, mas tem acompanhado a história brasileira ao longo dos séculos. Nessa perspectiva, Ferreira (2003) complementa que para efetivar um programa de democratização do acesso à terra a milhares de famílias o que faltou foi uma ação mais enérgica do poder público, pois durante os anos da ditadura militar de 1964 a 1985, o Estado fortaleceu uma política de incentivo à agropecuária, que resultou na intensificação da concentração da terra por uma minoria em prol da destituição dela a centenas de milhares de famílias. Ianni (1997) faz uma importante constatação de que não falta terra, mas sim políticas que efetivem a sua distribuição de forma mais justa.

Segundo os inúmeros autores que discutem a temática relacionada à reforma agrária, Medeiros (1997), Stédile (1999), Sauer (2005), Carvalho (2005), Navarro (2005), essa luta se intensificou nos anos de 1980, porque o Estado agiu de forma muito morosa em relação à questão da democratização ao acesso à terra. Foi dada prioridade à agricultura comercial com a prática da monocultura, sendo que para esse segmento o governo criou mecanismos e políticas que favoreceram os interessados, sobretudo, durante as últimas décadas do século XX. Os estudiosos desse assunto e os movimentos sociais passaram a intensificar o debate sobre a necessidade de se fomentar no país uma política de distribuição de terras que fosse ao encontro das necessidades de milhares de famílias que se encontravam às margens do sistema, sobretudo pela intensidade da mecanização do campo após o advento da Revolução Verde.

Com as mobilizações encabeçadas por meio da sociedade organizada e, principalmente pelo MST, a partir de meados dos anos de 1980, o governo passou a colocar em sua pauta nos programas de cunho social a questão da reforma agrária. Em tempos de globalização, muitos pensadores e estudiosos dessa temática descrevem a importância e as vantagens dos assentamentos. Entre outros destaca-se Viana, et al (1990), Fernandes (1997), Netto (1997), Carvalho (2002), Hespanhol (2007), Nepomuceno (2007), Domingues (2009), os quais têm discutido que não basta meramente a distribuição da terras sem nenhum critério estabelecido. Tem-se argumentado cada vez mais que as regiões a ser implantado um assentamento devem ter boa localização, ser providos de infraestrutura mínima, bem como as famílias assentadas necessitam ter acesso a uma política agrícola direcionada às peculiaridades da agricultura familiar minifundista.

Porém, apesar das mobilizações e conquistas das últimas décadas, o que tem resultado em ações mais pontuais do Estado no que se refere à democratização do acesso à terra bem como das políticas agrícolas direcionadas à agricultura familiar minifundista, há ainda muitas conquistas a serem obtidas pelos produtores, no que se refere a melhores ganhos e rendimentos na produção agropecuária desenvolvida em pequenas propriedades.

Nesse contexto, vários estudos têm apontado para a necessidade de essas famílias virem a se organizar em sólidas e eficientes associações de produtores ou em cooperativas de produção para poderem agregar mais força em suas iniciativas.

Dentre esses observadores nesse contexto, Junior (2003) destaca a importância de se sistematizar as associações por produtores minifundistas, como uma

alternativa de poder ter peso nas negociações realizadas por eles, tanto na compra dos insumos básicos à sua produção como na venda de seus produtos.

No entanto, o que se pode observar é que do período do acampamento para a consolidação dos assentamentos, as famílias tem encontrado grandes desafios no tocante à sistemática das associações ou na organização de cooperativas de produção. De acordo com os argumentos de Putnam (2002), a sustentação para o início de uma cooperativa está no capital social. Sendo assim, importantes estudiosos dessa temática, a exemplo de Araujo (1982), Sérgio (1984), Soethe (2000), Abdala (2002), Quintinela (2003), Schneider (2003), Nakano (2003), Pinho (2004), destacam que, para a consolidação de um empreendimento cooperativista, há uma série de requisitos que devem ser observados de forma minuciosa por seus pretendentes. Dentre eles, os respectivos autores colocam como prioridade a democracia, a interação participativa e a formação continuada, tendo como prioridade a educação cooperativista.

Uma vez que esses pressupostos forem observados, e trabalhados de maneira a esclarecer a todos os supostos pretendentes de se inserir nessa busca, em organizar uma associação ou cooperativa de produção, como uma instituição que poderá contribuir de forma decisiva na melhoria de vida das famílias envolvidas, as probabilidades de fracassos são mais reduzidas. Nessa lógica, estudiosos como Bogardus (1964), Araujo, (1982), Pires (2004), Magalhães (2003) Ricciardi; Lemos (2000), apontam o cooperativismo como uma alternativa de solidariedade capaz de amenizar os problemas relacionados à produção e à fixação do pequeno produtor no campo, pois uma vez que estes se agregam em empreendimentos dessa natureza, passam a somar forças, podendo se inserir no mercado, obtendo vantagens que de forma individual seria quase impossível de conseguir.

Com base nessas informações de cunho teórico, a pesquisa a campo no assentamento Margarida Alves se pautou em analisar se a sua realidade se encontrava em um patamar semelhante aos estudos já realizados até então. Essa análise era referente à prática da agricultura familiar, aos desafios enfrentados pelas famílias assentadas, bem como suas práticas relacionadas às atividades produtivas por meio de associações ou cooperativas.

A partir dessa percepção, a pesquisa a campo se pautou no estudo de caso, tendo como recurso as entrevistas. Estas foram semiestruturadas e abertas, e com esse recurso permitiu-se que as pessoas tivessem total liberdade para se expressar, pois mesmo sendo um questionário semiestruturado, pelo fato de as perguntas serem abertas,

ele dá a possibilidade de que, ao término da pesquisa, quando se faz o cruzamento dos dados, se obtenham um bom índice dos fatos o mais real possível.

Com base nos depoimentos, foi possível fazer um diagnóstico do assentamento Margarida Alves e se reportar aos fatos que foram determinantes para que centenas de famílias da Microrregião Hidrográfica do Jauru, em meados dos anos de 1995, mobilizados por lideranças do MST, viessem a formar um dos maiores acampamentos organizados por esse movimento no Brasil, pois ele chegou a ter, segundo depoimentos, um coletivo de mais de 2500 famílias.

De acordo com depoimentos coletados, e analisando documentos da SEPLAN, percebe-se que de fato houve um expressivo número de famílias que compunham o acampamento Margarida Alves, e de forma geral, pelos relatos coletados, os fatores que levaram essas famílias a ingressarem nas fileiras do MST são comuns à sua quase totalidade.

O principal motivo foi a decadência no cultivo do algodão na região, causado pela abertura econômica empreendida pelo governo ainda nos anos de 1980, que, com a redução das barreiras alfandegárias, o Brasil passou a importar grande quantidade de algodão, sobretudo dos Estados Unidos.

Até esse período, o algodão era cultivado na MHJ por pequenos produtores, sendo estes minifundistas, meeiros e arrendatários. Essa modalidade de produção se dava em pequenas áreas em média de 12 a 20 hectares com a utilização de suas atividades praticamente de forma muito arcaica, com a quase totalidade de suas atividades de forma braçal, o que por sua vez acabava por utilizar muita mão de obra.

Para concorrer com o algodão importado, foram criados alguns programas localizados, e no caso peculiar de Mato Grosso, este foi denominado de PROALMAT, que acabou por incentivar a atividade da cotonicultura em grandes extensões, em áreas médias de 800 hectares, provocando a imigração dessa atividade do Sudoeste matogrossense para o médio Norte, mergulhando a MHJ em uma grave crise social. Essa crise resultou no acampamento Margarida Alves, sendo que este na época agregou famílias dos doze municípios da microrregião do Jauru e de outros municípios circunvizinhos.

Dos assentamentos resultantes desse acampamento, a pesquisa ocorreu no assentamento de mesmo nome do acampamento, o Margarida Alves formado por 145 famílias, e este foi escolhido para a pesquisa. Essa escolha se deve ao fato de que, nos últimos tempos, a agricultura familiar tem enfrentado sérios problemas quanto às

possibilidades de gerar renda que possibilite a uma família ter um padrão de vida razoavelmente bom.

Porém como há mercado consumidor para os produtos oriundos do campo, a pesquisa se pautou em diagnosticar quais as viabilidades que existiam no mencionado assentamento de se desenvolver atividades agropecuárias pelas famílias ali assentadas a partir de associações ou cooperativas.

Com os resultados obtidos após as análises das entrevistas, pode ser constatado que as famílias, de uma forma geral, hoje usufruem de uma qualidade de vida muito superior a que tinham anteriormente à condição de sem terra. Porém ainda muito aquém do ideal para se obter uma renda que possa oferecer uma maior estabilidade a toda família, pois no geral a renda varia entre 1 e 2 salários mínimos em média.

Esse baixo rendimento é hoje o resultado da falta de uma política que venha a dar maior viabilidade a esses produtores, pois eles não têm opção de produção. Não há uma diversificação de produção agropecuária, e a totalidade das famílias pesquisadas tem sua renda baseada na produção de leite, sendo esta atividade praticada com métodos tradicionais. Outro fator que merece ser destacado é o referente à assistência técnica oferecida pelas instituições públicas. De acordo com os entrevistados, esta ocorre de maneira muito deficitária e precária.

Em relação às possíveis melhoras a serem alcançadas os entrevistados de forma unânime destacam a importância de se organizarem em associações de produtores. Para eles, essa é uma alternativa para alcançar as melhorias necessárias, apesar de em tempos passados já ter havido essa tentativa. Mas é com base nos resultados obtidos por alguns grupos informais que há no assentamento, dos quais a maioria dos entrevistados citou o grupo das Margaridas, que trabalha com o extrativismo do babaçu e tem obtido resultados satisfatórios, que a maioria das pessoas entrevistadas têm como referência e inspiração para a formação das futuras associações.

No que se diz respeito à formação de uma cooperativa de produção, havia no período da pesquisa um grande entusiasmo em relação à sua organização. Estavam acontecendo conversas e mobilizações em um processo bastante avançado, porém com algumas restrições, pois, em tempos passados, já havia tido uma tentativa frustrada de organização de uma cooperativa. Esse fracasso, de acordo com depoimentos coletados, é atribuído à falta de interação entre os seus membros na época e ao caráter ditatorial de seus idealizadores.

Nesse novo contexto em que se discutia a viabilidade de se sistematizar uma cooperativa, tudo indicava haver uma intensificação do diálogo na comunidade, bem como um grande interesse das famílias, sobretudo porque os agricultores percebem a necessidade de diversificar a produção. E eles têm percebido no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) do Governo Federal uma boa alternativa para a inserção dos seus produtos, podendo assim melhorar seus rendimentos, já que por meio de uma cooperativa eles apresentam todas as características necessárias para isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Mauricio. **O Princípio da Cooperação: em busca de uma nova racionalidade.** São Paulo: Paulus, 2002

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: HUCITEC, 1992.

Agência Brasil. **Ministro diz que Brasil está protegido da crise de alimentos, mas não imune.** 04/07/2008 - 11h50. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u419202.shtml>>. Acesso em: 15/07/2010.

AGRICULTURA familiar produz 70% do feijão no país. In: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Clipping:** seleção de notícias. Notícia veiculada na Folha de S. Paulo, 01 out. 2009. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2009/10/1/agricultura-familiar-produz-70%-do-feijao-no-pais>>. Acesso em: 05 nov. 2009.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Educação cooperativa e suas práticas. In: SCHNEIDER, José Odelso (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas.** São Leopoldo/ Brasília: Unisinos/SESCOOC, 2003.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de; SÁNCHEZ, Félix Ruiz. **Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo.** Disponível em: <www.pucsp.br/neils/downloads/v5_artigo_lucio_felix.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2010.

ALMEIDA, Silvio Gomes de. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. *IN:* PETER, Paulo. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

ARAUJO, Silvia Maria Pereira de. **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação.** Curitiba: Projeto, 1982.

BARROS, Henrique de. **Cooperação agrícola.** 2. ed. Lisboa: Livros Horizontes, 1978.

BARRUCHO, Luis Guilherme. **Revista Veja.** 16 de abril de 2009 – edição 2143. p. 142-145.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Predrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução: Marco Estevão Aguiar. – 4. Ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

BERGAMASCO, Sonia Maria; NORDER, Luiz Antonio Cabelo. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDES, Julia Adão. Brasil: questões atuais da reorganização de território. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Brasil: questões atuais da reorganização de território**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 325-366.

BOGARDUS, Emory S. **A evolução do pensamento social**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1965. v. 2.

BOGARDUS, Emory S.. **Princípios de Cooperação**. Editora Lidor. RJ – 1964.

BOLL, Armindo. **As manifestações do caipira no Vale do Paraíba Paulista**. Disponível em: <www2.metodista.br>. Acesso 03/06/2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <<http://www.iteral.al.gov.br/lesgilacao/0159400530.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2009.

BRITO, Manoel Francisco. **Revista Veja**. Ed. 1491. 16 de Abril de 1997.

BROCH, Alberto; TARTELLI, Altemir; STEDILE, João Pedro. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. *IN*: PETERSON, Paulo. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009

CALDART, Roseli Saete; KOLLING, Edgar Jorge. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMPOS, Ana Paula. **ONU alerta que 2011 pode ser um ano de crise com falta de alimentos**. Disponível em: <<http://globoruraltv.globo.com/grural/0,27062,lto0-4370-343756-1,00.html>>. Acessado em 17 de janeiro de 2011.

CANDIDO, Antonio. **OS PARCEIROS DO RIO BONITO**. São Paulo. Ed. Livraria Duas Cidades. 1968.

CARVALHO, Adriana. **Revista Veja**. Edição, 1754. 05 de junho de 2002. p. 134-138

CARVALHO, Andrade. **Reforma agrária**. Belo Horizonte: Lê, 1998.

CARVALHO, Murilo. **Sangue da Terra**. – São Paulo: Ed Brasil Debates, 1980.

CARVALHO, Horácio Martins de. Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalistas. IN: SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalistas**. -2ª- ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 233-260

CARVALHO, Aurélio José Antunes de. **Agricultura Sustentável e Agricultura Familiar**. Disponível em: <www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo22.htm>. Acesso em 25/06/2010.

CAVALHO, Horacio Martins de. **A questão agrária e o fundamentalismo neoliberal no Brasil**. Disponível em: <resistir.info/brasil/questao_agraria.html>. acesso em 30 de outubro de 2010.

CETAP. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. IN ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. – 2 ed – Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

CERRI, Claudio. REVISTA GLOBO RURAL N. 177 Julho de 2000. Disponível em: <www.agrisustentavel.com/doc/rendcamp.htm>. Acesso em 22/06/2010.

Coivara. Disponível em: <www.dicionariodoaurelio.com/dicionario>. Acesso em 17/06/2010.

COSTA, Nider. **WWF: faz ofensiva na Europa contra soja e hidrovias brasileiras**. 25 de junho de 2000. Disponível em: <<http://www.alerta.inf.br/transporte/619.html>>. Acesso em: 18/07/2010.

CUNHA, José Marcos Pintos; ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; Fernanda, RAQUEL. **Migração e Transformações Produtivas na Fronteira: o caso de Mato Grosso**. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em 29/07/2010.

Destoca: **Ato de arrancar os tocos do terreno que se pretende cultivar**. Disponível no dicionário Michaelis Online, <Michaelis.uol.com.br/moderno/.../index.php ->. Acessado em: 10/07/2010.

DOMINGUEZ, Bruno. **Revista RADIS**. Nº 88 Dezembro de 2009. p.18-23.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A. **Desafios da globalização**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo. Iglu: FAPESP, 2007.

FERREIRA, Elenar. A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-92

FERREIRA, Luiz Alberto; VIEIRA, Paulo Freire. Desenvolvimento e Conflitos no Ambiente Rural. IN. GUIVANT, Julia Souza; SCHEIBE, Luiz Fernando; ASSMANN Selvino José. **Desenvolvimento e conflitos no Ambiente Rural**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 87-122

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 41. ed. Santa Ifigênia: Paz e Terra, 2002.

GOMES, Marco Antonio Villarinho. **Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico: Diagnóstico Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso e Assistência Técnica na Formulação da 2ª Aproximação**. Disponível em: <www.zsee.seplan.mt.gov.br/servidordemapas>. Acesso em 17/06/2010.

GONÇALVES, José Sidnei; RAMOS, Soraia de Fátima. **ALGODÃO BRASILEIRO 1985-2005: surto de importação desencadeia mudanças estruturais na produção**. Disponível em <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec6-0108>>. 26/07/2010.

HESPAHOL, Antonio Nivaldo. Geografia agrária: teoria e poder. In: BERNARDO, Maçano Fernandes; JULIO Cesar Suzuki; MARTA, Inez Medura Marques (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Teorias da Globalização**. - 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JOSEPH, Lazaro Camilo Recompensa; SILVA Paula Luciana; **CONCENTRAÇÃO DA POSSE DE TERRAS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO (IN) SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE MATO GROSSO NO PERÍODO DE 1985-1995/96**. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/9/51>. Acesso em 28/07/2010.

JUNIOR; José Resina Fernandes. Métodos e Culturas Alternativas na Agricultura Familiar. (In) SILVA, Medson Janer da. **Métodos e Culturas Alternativas na Agricultura Familiar**. Editora UCDB. Campo Grande. – MS. 2003.

KLINTOWITZ, Jaime. **Revista Veja**. Ed. 1491. 16 de Abril de 1997.

LISBOA, Maryane Vieira. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. *IN*: PETERSON, Paulo. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.129-138.

LEITE, Sérgio. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 157-176.

LIMA, Arlindo Jesus Prestes. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. IJUI: UNIJUI, 1995.

LISBOA, Maryane Vieira. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. *IN*: PETER, Paulo. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.129-138.

LUREDEMANN, Marta da Silveira. **O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL CENTRAL: UM ESTUDO SOBRE MATO GROSSO**. Disponível em: <egal2009.easyplanners.info>. Acesso em 22/07/2010.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Remigio. A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.77-94.

NETTO; Vicente Nogueira et al. Tecnologias alternativas para a produção de leite e derivados em bases sustentáveis. In: MARTINS; Carlos Eugenio et al. **Tecnologias alternativas para a produção de leite e derivados em bases sustentáveis**. Juiz de Fora: EMBRAPA, Gado de Leite, 2004. p. 11-18.

NETTO, Vladimir. **Com rádio e fogão**. Revista Veja. 25 de junho de 1997. Edição 1501. - p. 32-33.

PEREZ, Élcio; ERBA, José Caetano. **TONICO E TINOCO A DUPLA CORAÇÃO DO BRASIL “DA BEIRA DA TUIA AO TEATRO MUNICIPAL”** (EDITORA ÁTICA) – 1984. Disponível em: <www.recanto.caipira.com.> Acesso em 14/07/2010.

PETERSEN, Paulo. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PETERSEN, Paulo; SOGLIO, Fabio Kessler Dal; CAPORAL Francisco Roberto. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. *IN*: PETERSON, Paulo. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Área de Influência da Rodovia BR-163. (Documento Inicial Para Discussão) Brasília, julho de 2004. Disponível em: <portal.saude.gov.br/portal/arquivos/.../BR163DOCConsulta_a.pdf>. Acesso em 11/07/2010.

PLOEG, Jan Douwe Van der. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo. (org) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO BICUDO-DO ALGODOEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO. Disponível em: <www.indea.mt.gov.br/html/internas. Site Dinâmico do Indea>. Acesso em 22/06/2010.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

QUINTINELA, Sandra & ARRUDA Marcos. A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. In: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de. (org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2003 – (coleção economia)

QUIJANO, Anibal. Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalistas. IN SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalistas.** -2ª- ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RESENDE, Mauro. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. IN ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.** – 2 ed – Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Ed. Cortez- São Paulo 2005.

SANTOS, Boa ventura Sousa de (Org.). **Produzir Para Viver. Os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAUER, Sérgio. **Assentamentos em debate**. In Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Assentamentos em debate** / coordenação Caio Galvão de França, Gerd Sparovek. Brasília: NEAD, 2005. p. 59-87

SCHNEIDER, José Odelso. **A DOCTRINA DO COOPERATIVISMO NOS TEMPOS ATUAIS**. Cadernos CEDOPE, série Cooperativismo, nº 12, 1994.

_____. **Compêndio de cooperativismo UNIMED** Porto Alegre./ N. L. Mayer, coord./etal./ Porto Alegre: WS Editor, 1998.

_____. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

_____. **Educação Cooperativa e suas práticas**. Brasília: SESCOOP; São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

SÉRGIO, Antonio. **Sobre o Sistema Cooperativista**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984. 230 p.

SILVEIRA, José Maria da; OLALDE, Alicia Ruiz. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. *IN* ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. – 2 ed – Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 243-253.

SIMON, Álvaro Afonso; SHEIBE, Luiz Fernando, POMPÊO, Cesar Augusto. Desenvolvimento e Conflitos no Ambiente Rural. *IN*. GUIVANT, Julia Souza; SCHEIBE, Luiz Fernando; ASSMANN Selvino José. **Desenvolvimento e conflitos no Ambiente Rural**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 56-86.

SELLTIZ, Claire; JAHODA, Marie; DEUTSCH, Morton; COOK, Stuart W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Dante Moreira leite. São Paulo. Editora HERDER 1972.

SINGER, Paul. **Produzir Para Viver. Os caminhos da produção não capitalista.** In: SANTOS, Boa Ventura Sousa de (Org.). *Produzir Para Viver. Os caminhos da produção não capitalista.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-130.

SOETHE, José Renato. **Educação Cooperativa e suas práticas.** In: SCHNEIDER, José Odelso (Org.). *Educação Cooperativa e suas práticas.* Brasília: SESCOOP, 2003. p. inicial-final.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma Agrária e a Luta do MST.** - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SZMRECSÁNYI, Tamas. **Pequena História da Agricultura no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1990.

UMBELINO, Ariovaldo. **Brasil de Fato; uma visão popular do Brasil e do mundo.** *Jornal Via Campesina*, ano 6, n. 275, p. 1-4, junho de 2008. Edição especial.

VASCONCELOS, Yuri. **O que é revolução verde.** Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_244070.shtml>. Acesso em 22/07/2010.

VEIGA, Eli José da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: USP, 1991.

VIANA, Aurélio; VIEIRA, Maria Antonia da Costa; ESTERCI, Neide. **Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa.** Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1990.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.* IN: PETERSON, Paulo. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-46.

WEID, Jean Marc Von Der. *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro* IN: PETER, Paulo. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.47- 67

<[www.zsee.seplan.mt.gov.br/ São José dos Quatro Marcos.doc](http://www.zsee.seplan.mt.gov.br/São%20José%20dos%20Quatro%20Marcos.doc) - **SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS**>. Acesso em 15/07/2010

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). A reforma Agrária e a Luta do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 177- 188.

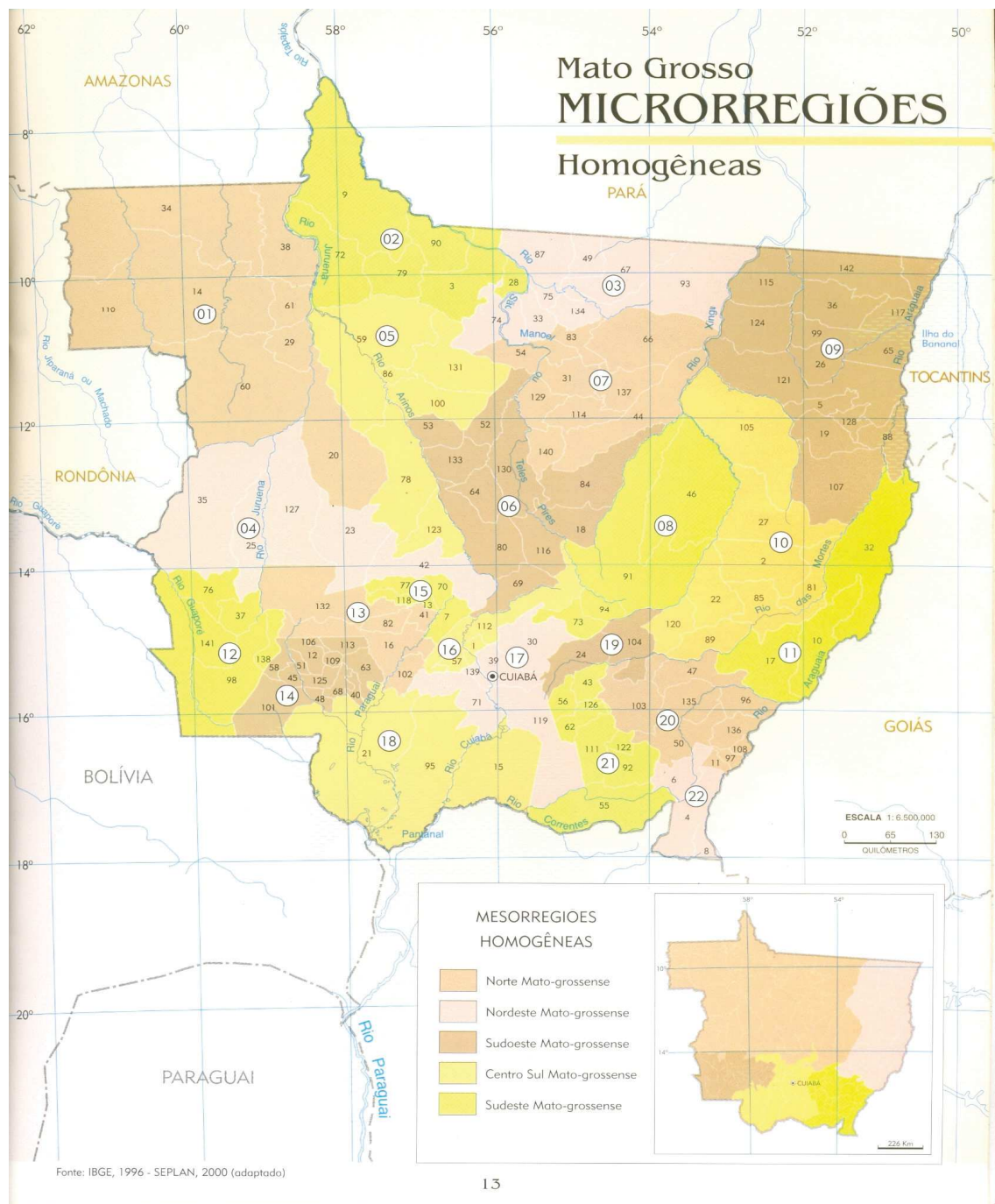
ZAMBERLAN, Jurandir. **Cooperação: o desafio que começa sulcar a terra**. Cruz Alta: Unicruz, 1990. 72p

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

ANEXO A - MAPA

Mapa da localização do município de Mirassol D'Oeste onde está localizado o assentamento Margarida Alves



O município de Mirassol d'Oeste está localizado na microrregião de Jauru, identificado pela legenda de numero **14**, e o respectivo município onde se encontra o assentamento Margarida Alves é identificado no mapa pela legenda de número **125**.

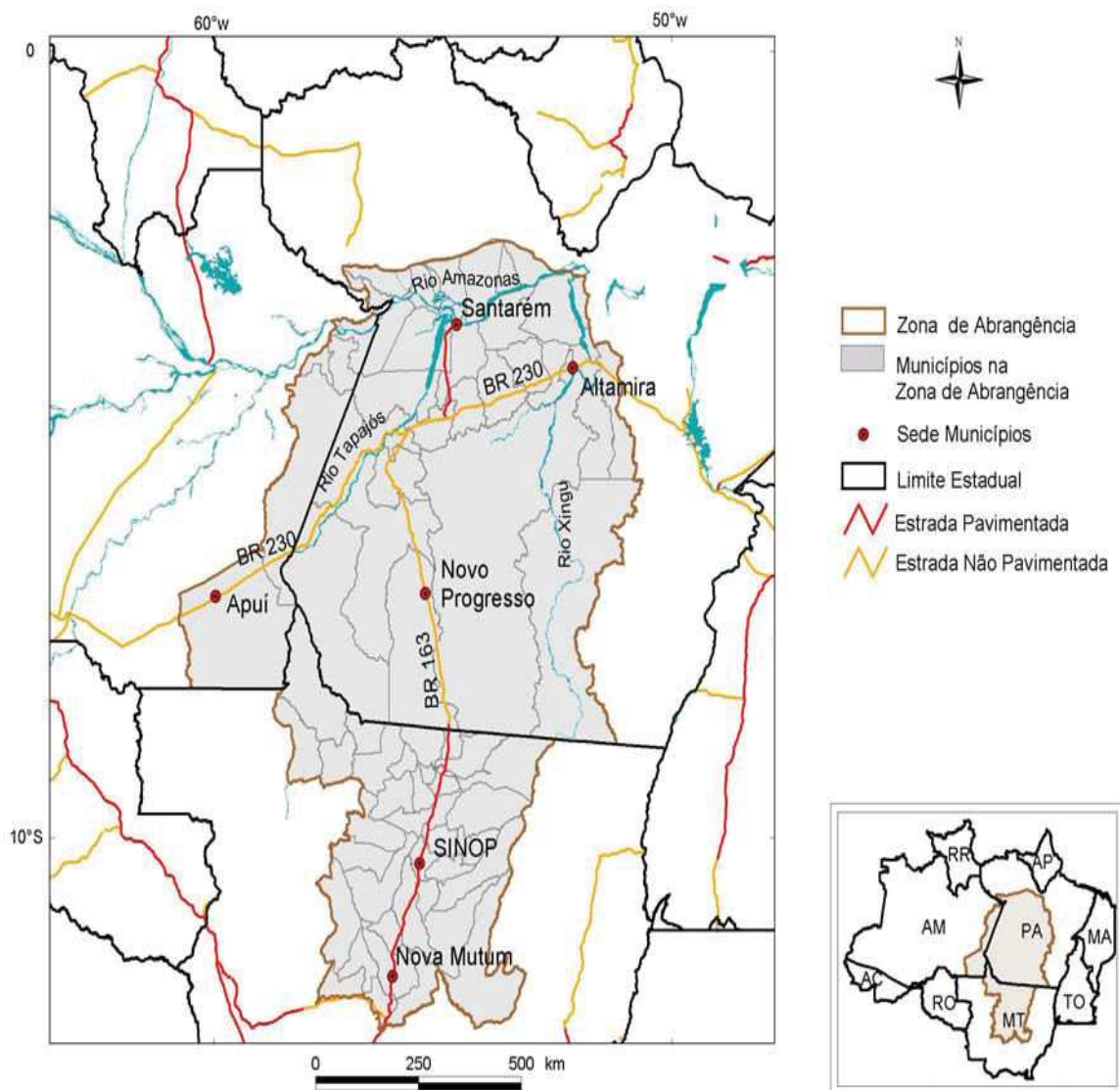
ANEXO B - QUESTIONÁRIO

Roteiro para a entrevista semi-estruturada

- 1- Como o senhor(a) poderia descrever sua prática na atividade agropecuária hoje?
- 2- Quais as perspectivas que o senhor(a) tem da atividade agropecuária no modelo familiar para os próximos anos?
- 3- Quais alternativas o senhor(a) acredita ser viável como implementação para viabilizar um melhor rendimento financeiro para os agricultores do assentamento?
- 4- Qual a visão que o senhor(a) tem e poderia descrever de uma cooperativa de produtores agropecuaristas?
- 5- O senhor(a) já foi ou é membro de alguma associação de produtores? O que pode falar sobre uma associação em relação aos benefícios que a mesma pode oferecer aos agricultores familiares?
- 6- Quais os obstáculos que as famílias do assentamento encontram para a obtenção de tecnologias que propiciem uma melhora da produção e do rendimento das atividades desenvolvidas na agropecuária pelos agricultores?
- 7- A que tipo de crédito (financiamento), as famílias do assentamento tem acesso? Esse valor disponibilizado é viável para que os agricultores se capitalizem de forma que possam ir melhorando a produção nos anos subseqüentes?
- 8- Ao obter um lote de terra nesse assentamento o que o senhor(a) pode dizer que ocorreu em termos de melhoria de vida para você e sua família?
- 9- Que alternativa o senhor(a) daria como sugestão para que as famílias assentadas através de seu trabalho no campo na prática da agropecuária venham conseguir um melhor rendimento na sua produção que conseqüentemente resulte em ganhos financeiros?
- 10- O senhor(a) é associado em alguma cooperativa? (Se sócio quais as vantagens que a cooperativa proporciona ao produtor?)
- 11- O senhor(a) acha que é possível e viável a formação de uma cooperativa agropecuária nesse assentamento por suas famílias? Quais os mecanismos que o senhor(a) daria como sugestão para o início dessa atividade? Quais obstáculos o senhor(a) enumeraria como algo que pode vir a inviabilizar essa ação?
- 12- Em sua propriedade dentre as atividades desenvolvidas na agropecuária qual delas é a sua maior fonte de renda?
- 13- Em sua propriedade quais os insumos agrícolas utilizados na produção para assim obter um maior rendimento financeiro para aumentar seu poder de capitalização?

- 14- Quais foram os motivos que levaram você e sua família a aderir ao MST na luta para obter um lote de terra?
- 15- Qual a sua opinião quanto à consolidação de uma cooperativa de produção no assentamento?
- 16- Quais as vantagens que o senhor(a) percebe que uma cooperativa pode propiciar às famílias desse assentamento?
- 17- Qual o conhecimento que o senhor(a) tem do funcionamento de uma cooperativa agropecuária?
- 18- Qual a sua opinião sobre as famílias desse assentamento em desenvolver sua atividade como agropecuarista, de forma isolada individual ou através de uma cooperativa agropecuária?
- 19- O senhor(a) gostaria de obter melhores informações sobre a prática e atividades relacionadas ao cooperativismo?
- 20- Quais aspectos o senhor(a) pode mencionar como os mais difíceis para a implementação de uma cooperativa no assentamento?
- 21- O senhor(a) acha que é possível as famílias residentes neste assentamento chegarem a um consenso e se mobilizarem para a formação de uma cooperativa? Por quê?
- 22- Quais as contribuições que o senhor(a) consegue visualizar que uma cooperativa de produção agropecuária poderá trazer aos produtores do assentamento, caso os mesmos venham incorporar esse ideal e se mobilizem para a formação da mesma?
- 23- Uma vez que as famílias passam um longo período à espera da liberação de seus lotes, estes acabam criando laços de interação. Em relação a essa experiência o que o senhor(a) pode relatar que foi importante para a sua pessoa em termos de compreensão da necessidade da existência da solidariedade entre os integrantes para o sucesso e coesão dos acampados?
- 24- O senhor(a) e sua família têm conhecimento de como se estrutura e funciona uma cooperativa? (se tem, como obtiveram essas informações?)
- 25- No que a cooperativa poderá colaborar para viabilizar a exploração de sua atividade como agropecuarista?
- 26- Quais aspectos negativos, problemas e desafios o senhor(a) poderia dizer que pode vir a dificultar a implantação e sistematização de uma cooperativa no assentamento?
- 27- Em sua opinião seria interessante que a escola daqui do assentamento abordassem nas aulas oferecidas às crianças temas referentes ao cooperativismo?

ANEXO C - A ECONOMIA DA REGIÃO MARGEADA PELA BR-163, NO ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO D - QUESTIONÁRIO

Questionário com múltiplas escolhas

1- Sua renda familiar mensal é em torno de:

- 1 salário mínimo;
- 1 a 2 salários mínimos;
- 2 a 4 salários mínimos;
- mais de 5 salários mínimos.

2- A sua família que reside aqui no assentamento é originária:

- do próprio município de Mirassol d'Oeste;
- veio de outro município da região sudoeste;
- veio de outra região de Mato Grosso;
- veio de outro Estado da Federação do Brasil.

3- O seu acesso a esse lote de terra é de:

- menos de 2 anos;
- de 2 a 4 anos;
- de 4 a 8 anos;
- mais de 8 anos.

4- Quanto tempo o senhor e sua família viveram em acampamentos antes de receber o lote:

- em torno de 1 ano;
- e 1 a 2 anos;
- mais de 2 anos;
- não ficou em acampamento.

5- No atual contexto o seu lote de terra está sendo explorado:

- todo por sua família;
- apenas parte por sua família;
- arrendado por terceiros;
- não desenvolve nem uma atividade produtiva no momento.

6- No presente momento o seu lote esta sendo utilizado pela atividade:

- de policultura em consórcio com pecuária de corte;
- apenas com atividade de pecuária

- apenas com agricultura comercial;
- com pecuária leiteira e agricultura de subsistência

7- O senhor(a) freqüentou a escola durante:

- 1ª a 4ª série do ensino fundamental;
- 5ª a 8ª série do ensino fundamental;
- ensino médio;
- ensino superior.

8- As informações e conhecimento que o senhor tem sobre cooperativismo obteve por meio de:

- programas de televisão;
- curso de formação sobre o assunto;
- em livros revistas e jornais;
- em reuniões na comunidade.

9- Seu lote ocupa uma área de:

- 1 a 10 hectares;
- 10 a 20 hectares;
- 20 a 30 hectares;
- mais de 30 hectares.

10- Em relação às questões de infra-estrutura como estrada, eletrificação rural e moradia você considera que o assentamento está em um nível:

- ruim;
- regular;
- bom;
- ótimo.

11- Os produtores do assentamento recebem assistência técnica de órgãos públicos (Secretaria Municipal de Agricultura) e (EMATER):

- com freqüência;
- de vez em quando;
- raramente;
- não é prestado esse trabalho.

ANEXO D – Quadro demonstrativo do processo falimentar das desencaroçadeiras de algodão no Município de Mirassol D'Oeste

Dados de 1995	Dados de 2007
03 - Cerâmicas com fabricação de tijolos e telhas.	01 Frigorífico com capacidade de abate de 510 cabeças/dia
03 - Algodoeiras com produção de algodão em pluma e sementes de algodão.	Previsão de abate para Agosto/2008.....2.000 cabeças/dia
01- Frigorífico com capacidade de abate de 1.000 cabeças/dia.	01 usina de álcool com capacidade para 220 mil litros/dia
04 - Salgadeiras.	02 Indústrias com fabricação de tijolos e telhas
01 - Usina de álcool com capacidade para 150 mil litros/dia.	01 Salgadeira
01 - Indústria de refrigerantes.	02 serrarias.
01 - Indústria de aguardente.	01 Indústria com torrefações e moagem de café.
05 - Serrarias.	03 Indústrias de beneficiamentos de arroz.
02 - Torrefações e moagem de café.	05 Indústrias de móveis.
14- Máquinas de beneficiamentos de arroz.	03 Serralherias
15 - Indústrias de móveis.	01 Indústria de confecção
01 - Beneficiamento de café	01 Granja com abatedouros
04 - Serralherias.	03 Indústrias de artefatos de cimento.
02 - Indústrias de confecções.	03 Indústrias gráficas
02 - Granjas com abatedouros.	02 Indústrias de carrocerias.
02 - Fábricas de artefatos de cimento.	01 Indústria de doce
05 - Indústrias gráficas	01 Fábrica de farinha
01 - Indústria de artefatos de madeira.	01 Laticínios
01 - Indústria de carrocerias.	08 fábricas de sorvetes
02 - Fábricas de doces.	07 indústrias de pães
01 - Fábrica de Farinha.	01 Indústria Serigrafia
01 - Posto de resfriamento de leite.	
07 - Fábricas de sorvetes.	
03 - Indústrias de pães	
01 - Britadeira.	
02 - Serigrafias	

Organizado pelo autor com base em informações disponível em: (www.ataideleite.com.br INDÚSTRIAS Seja Bem Vindo ao Site do Ataíde Pereira Leite.)